



Biblioteca da Assembleia da República

DOSSIER DE IMPRENSA



BPN ■ HOMEM DE CONFIANÇA DE OLIVEIRA E COSTA QUESTIONADO SOBRE OFFSHORES

Caprichoso será ouvido no MP

■ Administradores e accionistas devem começar a ser chamados a partir de terça-feira

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

Luís Carlos Oliveira Caprichoso, homem de confiança de Oliveira e Costa e que ocupou o cargo de vogal no Conselho de Administração do Banco Português de Negócios (BPN), poderá ser o próximo responsável do BPN a prestar declarações junto do Ministério Público. Este antigo quadro do Fis-

co, que acompanha Oliveira e Costa desde Aveiro, distrito de que é natural, foi uma das peças-chave do antigo secretário de Estado na máquina fiscal de Lisboa nos anos 90.

Depois de deixar a Fiscalização, departamento onde trabalhava na Direcção-Geral de Contribuições e Impostos (DGCI), Caprichoso integrou a consultora internacional Ernst & Young como especialista tributário.

Mais tarde, seguiu com Oliveira e Costa para o BPN onde se tornou uma figura incontornável, particularmente quando os assuntos envolviam paraísos fiscais. A sua



Luís Caprichoso (à esq.) conheceu Oliveira e Costa nas Finanças

audição como testemunha deverá ser incontornável, tal como a do chefe de gabinete do banqueiro, Francisco Sanches. Este inquérito, que directamente resulta da participação feita por Vítor Constâncio e que se seguiu a uma denúncia anónima entregue em Julho deste ano junto do Banco Central, enquadrado factos que os magistrados já tinham apurado no âmbito da

'Operação Furacão', nomeadamente operações feitas em paraísos fiscais com empresas cujos donos eram desconhecidos.

Caprichoso estava no centro da vida interna do BPN e vários testemunhos já recolhidos apontam-no como um elemento essencial para descodificar toda a estrutura de poder montada por Oliveira e Costa no banco. ■

PM PORMENORES

● **MARINA DE ALBUFEIRA**
A construção e a comercialização da Marina de Albufeira, um empreendimento imobiliário implantado numa área de 65 hectares, é um dos negócios do BPN que está a ser investigado pelo Ministério Público.

● **REDUÇÃO NA SLN**
Os responsáveis da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) estão a estudar uma redução substancial de pessoal em todas as suas participadas, como consequência na nacionalização do seu principal activo.

● **BENEFICIÁRIOS FINAIS**
Os magistrados do Ministério Público ajudados por peritos da Inspeção Tributária estão a tentar determinar quem são os beneficiários finais das offshore que foram constituídas pelo Banco Português de Negócios (BPN).

ID: 22956062

30-11-2008



O trauma da política

Até que ponto as notícias de fraudes e atropelos à ética justificam a desacreditação das elites **POR PEDRO OLAVO SIMÕES**

Sempre se encontra em Eça algum dito que se adapte às angústias da portugalidade, até quando não se tem a certeza da paternidade das máximas, como sucede com esta: “Os políticos e as fraldas devem ser mudados frequentemente e pela mesma razão”. Não se trata aqui de subscrever a frase ao grande escritor atribuída, muito popular no pouco crítico universo paralelo da Internet, mas de perceber que nela reside

muito de uma nossa percepção comum, às tantas exagerada, mas que ganha vida de cada vez que vemos nuvens de suspeição toldando aqueles sobre quem recaem, ou recaíram, as responsabilidades da coisa pública.

Desabafos como o de dizer que os políticos são todos iguais, tão despidos de racionalidade e, até, vincadamente injustos, são transversais à sociedade portuguesa. E outros mais fortes vão-se ouvindo por aí, agora à custa de nomes alega-

damente envolvidos no escândalo do BPN, de outras vezes à custa de outros escândalos, seja no poder central ou no poder descentralizado.

“É um clamor uníssono que vai do Minho ao Algarve. Um dobre a finados de uma pátria sem esperança, que o poder não ouve, ou finge não ouvir, a fazer-lhe discursos e a descerrar lápides, num desprezo olímpico pelo povo que em má hora o elegeu”, escreveu Miguel Torga, em 1993. Na literatura, aqui e ali, não faltam

espelhos do fatalismo que somos, da eterna decepção, do fado. Os políticos são o que vemos, e está-nos na alma ver negrume no destino.

Teremos, então, um claro problema na selecção das elites políticas ou, pelo contrário, tenderemos sempre a encará-las como intrinsecamente fracas, mesmo que não tenhamos bases para o afirmar? De tudo um pouco caberá na resposta.

CONTINUA NA PÁGINA SEGUINTE



Que caminhos levam ao poder?

Carreira partidária tem mais peso do que nunca, num tempo em que é nos partidos que os portugueses mais corrupção imaginam

CONTINUADO DA PÁGINA ANTERIOR

Esbarramos sempre em Eduardo Lourenço quando pretendemos reflectir sobre o que de diferente, para o bem ou para o mal, haverá nisto de ser português. Em "O Labirinto da Saudade", escreve o ensaísta que "somos uma pequena nação que desde a hora do nascimento se recusou a sê-lo sem jamais se poder convencer que se transformara em grande nação". Ou seja, é dada a imagem de que existimos num limbo de insatisfação. Numa permanente crise de identidade. A perspectiva mais desassombrada da historiografia recente não chega para minorar muitos exageros da mitologia fundacional, transformados em doutrina pelo Estado Novo: deles resulta a noção de que há neste país uma grandeza a recuperar, mas que tarda, moldando os permanentes pessimismo e descontentamento da mentalidade colectiva.

Torna-se, assim, necessário e fácil apontar culpados, mesmo que tenham pela Justiça sido desculpabilizados. Uma imprensa mais agressiva (e também, tantas vezes, empoladora de fenómenos) dá aos casos de corrupção, de abuso de poder ou de criminalidade económica, nos tempos que correm, visibilidade que noutros tempos não tinham. Tão destacada notícia são os negócios obscuros de um banco em zonas off-shore, trazendo para a praça pública nomes de antigos governantes, como as habilidades do mais modesto eleito local. Faxes, sisas, sobreiros ou submarinos entram, com ou sem razão de ser, na génese desse descontentamento em relação aos políticos.

Se pegarmos nos indicadores de percepção da corrupção da organização Transparency International, vemos que Portugal está longe de ser dos piores, ocupando, este ano, o 32.º lugar entre 180 países, numa tabela liderada pela Dinamarca (o menos corrupto, digamos assim) e finalizada pela Somália. No contexto da União Europeia somos ultrapassados por muitos estados, mas as diferenças entre os índices não são extraordinariamente relevantes: estamos no mesmo patamar, por exemplo, de Espanha, França, Reino

Unido ou, até, da Noruega. Mais importante será notar o pessimismo luso (64% dos portugueses estimam que a situação tende a agravar-se) e o sector que os inquiridos presumem mais afectado pela corrupção: os partidos políticos.

Uma outra sondagem internacional divulgada este ano, feita pelo Instituto Gallup e destinada ao Fórum Económico Mundial, mostra idêntico panorama: 48% dos portugueses inquiridos consideram que os políticos são desonestos; 40% dizem que os políticos têm comportamentos pouco éticos; 35% acham que os políticos não são capazes nem competentes.

Seguindo na via das noções que nos incute o senso comum, será de dizer que só criticam aqueles que se recusam a participar na vida política. Mas não será assim tão simples ingressar no caminho dos cargos públicos. Existem padrões estudados para o ingresso no rol das chamadas elites políticas e nem todos se enquadram neles. E também esses padrões poderão influenciar negativamente a visão que se tem da dita classe política, a começar pela preponderância que é dada aos percur-
sos na vida partidária.

Políticos profissionais

Em estudo dado à estampa na obra "Quem Governa a Europa do Sul?" (Imprensa de Ciências Sociais, 2006), Pedro Tavares de Almeida e António Costa Pinto traçam perfis sociais e carreiras políticas dos ministros portugueses entre 1851 e 1999. Se nos centrarmos na parcela desse período correspondente ao país pós-Abril, verificamos que, entre 1974 e 1976, só 1,8% dos ministros eram políticos profissionais, percentagem essa que cresce apenas para 3,1%, entre 1976 e 1999. Evidentemente, se nos abstrairmos das óbvias limitações inerentes a um estudo científico como aquele a que nos reportamos, depreendemos que entre engenheiros, economistas, advogados e quejandos, muitos protagonistas políticos dos tempos que correm têm construído carreiras a partir das juventudes partidárias e só residualmente, em muitos casos, exerceram profissões à parte da vida pública. Isso não os torna nem mais nem menos honestos, de modo nenhum é legítimo dizer que isso os torna mais ou menos cor-



Percepção da corrupção

■ No Estado Novo, com o advento do funcionalismo, a "cunha" tornou-se uma instituição nacional, que permanece viva. Mas a percepção que temos da corrupção, segundo a Transparency International, não nos põe em lugar vergonhoso.

ESCALA		
Alto nível de corrupção		0
Alto nível de honestidade		10
Países da União Europeia (●)		
1º	Dinamarca	9,3
1º	Nova Zelândia	9,3
1º	Suécia	9,3
4º	Singapura	9,2
5º	Finlândia	9,0
5º	Suíça	9,0
7º	Islândia	8,9
7º	Holanda	8,9
9º	Austrália	8,7
9º	Canadá	8,7
11º	Luxemburgo	8,3
12º	Áustria	8,1
14º	Alemanha	7,9
16º	Irlanda	7,7
16º	Reino Unido	7,7
18º	Bélgica	7,3
18º	Japão	7,3
18º	EUA	7,3
23º	França	6,9
26º	Eslóvenia	6,7
27º	Estónia	6,6
28º	Espanha	6,5
31º	Chipre	6,4
32º	PORTUGAL	6,1
36º	Malta	5,8
45º	República Checa	5,2
47º	Hungria	5,1
52º	Letónia	5,0
52º	Eslóvaquia	5,0
55º	Itália	4,8
57º	Grécia	4,7
58º	Lituânia	4,6
58º	Polónia	4,6
70º	Roménia	3,8
72º	Bulgária	3,6
80º	Brasil	3,5
178º	Iraque	1,3
178º	Myanmar	1,3
180º	Somália	1,0

ruptos. E também nem sempre é justo pensar que essa circunstância afasta da governação os que melhores provas tenham dado na vida profissional.

Pelo contrário, notam os investigadores atrás citados que há, no passado recente, uma "relativa desvalorização do perfil parlamentar nas carreiras ministeriais" (ou seja, da carreira partidária), directamente relacionada com o "elevado número de tecnocratas e independentes desprovidos de experiência política que integraram os governos do período democrático". "Como fica patente na comparação com outras democracias europeias - adianta-se no estudo -, esta tendência não é apenas resultado da complexidade crescente e das exigências técnicas da actividade governativa. Entre outros factores, está também ligada à fraca penetração dos partidos na sociedade civil, à autonomia dos primeiros-ministros na formação dos governos e à procura de legitimidade 'tecnocrática' e de 'competência' para satisfazer uma opinião pública que apresenta elevados índices de desconfiança em relação à 'classe política'. Não obstante, escreve Nancy Bermeo, na conclusão geral da mesma obra, que "em Portugal, aproximadamente 50% dos ministros foram já líderes partidários (a diversos níveis)", peso bem superior ao verificado no Estado Novo (31%) e na Primeira República (21%).

Lê-se no mesmo estudo, ainda, que "existe uma longa tradição de separação entre a política nacional e a política local", pelo que "a política local nunca foi um ponto de partida promissor para ascender a um cargo ministerial". Daí que não seja legítimo fazer associações directas entre as irregularidades que possam verificar-se na órbita dessas duas esferas de poder.

Por mais que atentemos no retrato das elites políticas, origens e percursos não justificam qualquer propensão para comportamentos menos éticos. Também quanto à ideia que se tem dos políticos não somos inovadores: nos Estados Unidos, por exemplo, 71% dos cidadãos consideram os políticos desonestos. O que há de diferente em Portugal? Voltemos a Eduardo Lourenço: "...o nacional grito de 'pouca sorte' com que comentamos os desastres que nós próprios elaboramos por inércia ou confiança infinita nas boas disposições da Providência". O fado, pois.

ENTREVISTA DISCURSO DIRECTO



Cândida Almeida. Uma comissão parlamentar de inquérito só vem atrapalhar a investigação do caso BPN. A directora do DCIAP questiona se os cidadãos preferem ver os criminosos condenados ou assistir a "fofoquices". Promete, "um dia", contar porque é que a PJ foi afastada da 'Operação Furacão', processo do qual é titular. E diz compreender o pedido de demissão do presidente da Entidade de Contas. Sem meios para actuar, as pessoas cansam-se, alerta

"Comissão de inquérito é negativa para investigação"

Quatro anos para investigar a "Operação Furacão" não é, apesar de tudo, tempo demasiado?

Não são propriamente quatro anos. E, mesmo que fossem quatro anos, eu não considera-

ria muito tempo, e vou explicar-lhes porquê: porque o processo nasceu, efectivamente, em 2004, com um pequeno processo, uma pequena criança, em Barcelos, na sequência de uma informação que a congénere inglesa dos tributários de Braga lhes comunicara. Portanto, que havia coisas estranhas, muitas empresas sediadas numa mesma morada, que os ingleses foram confirmar e verificaram que era um vão de escada em que não existia empresa nenhuma, em que não existia nada, era fictício. Enquanto trataram dos assuntos fiscais das empresas inglesas, comunicaram a Braga. Porquê a Braga? Porque as empresas que lá estavam sediadas, meia dúzia, eram todas daquela área, da competência da **Inspecção Tributária** de Braga. Portanto, o processo nasceu em 2004, pequenino, e foi para Barcelos. No fim de 2004, depois de tentarem - porque isto era uma informação que os inspetores tributários tiveram de trabalhar, de recolher - ter conversas com os seus congéneres, em fins de 2004 é que o colega de Barcelos e os inspetores tributários verificaram a dimensão, a extensão do processo.

É a partir daí que se torna um "Furacão", como o conhecemos?

Sim, "Furacão", entre aspas. A operação chama-se assim porque costuma dar-se um nome sempre que há uma operação externa ou operacionalização de um processo, e é preciso fazer buscas. E dá-se sempre um nome para que, por escutas telefónicas, não se perceba o que está a fazer-se... **Mas digamos que, basicamente, a investigação tem três anos?**

Exactamente, três anos. E começou com mais de 150 empresas e com o grupo de bancos e de grupos de gabinetes de advogados que se dedicavam a este procedimento, que levava o Estado, realmente, a ser altamente prejudicado. Mesmo prejudicado em milhões de euros. Para fazermos esta investigação não é, costume eu dizer, até com um crime mais grave, que é a morte, o homicídio, porque atinge o interesse jurídico mais alto de um Estado de direito democrático, que é a vida. Mas aí, como eu costume dizer, o próprio cadáver fala, os indícios falam. Aqui não falam, aqui aparentemente está tudo bem! E é preciso pedir-se documentação bancária, documentação contabilística de todas as empresas, cruzar essa informação, seguir todo o percurso do dinheiro, para depois dizermos: "Isto é falso, vocês mentiram. Aqui houve um prejuízo para o Estado de milhões, ou mais, mas pelo menos de milhões de euros, portanto vocês cometeram o crime de fraude fiscal, o crime disto, o crime daquilo..."

E ficará concluído o processo até ao fim deste ano, como previu o procurador-geral, Pinto Monteiro?

Não, até ao fim deste ano, não. O senhor procurador-geral pediu-me, e eu comprometi-me a que no fim deste ano, com outras condições que não são as de hoje, a adiantar alguma parte do processo. E isso esperamos cumprir. Ou seja, no fim deste ano vamos... **De zero a cem, diria o quê? 50%?**

Diria 50%, na medida em que vamos arquivar, vamos solucionar, todos os processos, todos os indícios, ou as empresas que voluntariamente pagaram e puseram em dia... **E tem uma ideia de quantas empresas é que deixaram de ser suspeitas de crime, pela simples razão de que pagaram ao Estado?**

São suspeitas, digamos que, em termos rigorosos, são suspeitos.

Arguidos da 'Operação Furacão' já pagaram 60 milhões de impostos ao Estado. Um quarto do valor em causa no processo

Mas os processos serão arquivados, se eles tiverem pago.

Arquivados, mas com uma pena, uma injunção. Aquilo é uma pena - é preciso dizer que não há nenhum perdão, nem nenhuma amnistia. Porque a lei prevê que, nos crimes em que a lei, o legislador, assim o entenda, haja uma solução de arquivamento provisório do processo com o pagamento integral da dívida, no caso da fraude fiscal, com uma injunção ou duas injunções que estejam previstas na lei. E, se assim for, nós podemos acordar com eles a suspensão provisória do processo, que tem de ter, também, a concordância do juiz. Portanto, isto é uma pena, no fundo. Mas é uma pena...

Volto aos números de zero a cem. Quantas pessoas é que se disponibilizam imediatamente para regularizar a sua situação com o fisco?

Imediatamente, não, porque eu, se fosse advogada, também, se calhar, faria isso. Não estou a fazer crítica nenhuma, mas eu sei que os advogados têm aconselhado os seus clientes a deixar andar, a ver até onde isto vai. E quando lhes são feitas as contas, o que demora muito, porque é feita uma liquidação por empresa, é uma liquidação para cada pessoa, para cada empresa, e diz "o senhor deve x", damo-lhes todas as provas que temos contra eles. Então eles são ouvidos, e quando acabam de ser ouvidos dizem "nós queremos pagar". O trabalho é na mesma imenso, mas não faz mal, é para isso que nós estamos cá, mas digamos que alguns, significativos, já pagaram. Mas há muitos mais que terão essa vontade, mas com o conselho que eu daria,

se calhar, se fosse advogada, "deixa ver se chega, se realmente nos apanharam ou não".

E tem ideia de quanto dinheiro é que já foi devolvido aos cofres do Estado?

Sessenta milhões, cerca de sessenta milhões. Directos, portanto, pagos directamente, sessenta milhões. Indirectamente, portanto, depois haverá mais. Porque há juros, há outras contas, mas sessenta milhões de euros já foram...

Isso num valor global, que a investigação... Pensa que é quanto? São sessenta milhões de quanto?

Este será, digamos que, um quarto.

Um quarto do valor, 240 milhões, sensivelmente?

Sim, mais ou menos.

Já se sabe que há suspeitos de aderirem ao esquema fraudulento de fuga ao fisco, em que intervieram bancos. Qual é o papel dos bancos? Eles facilitaram a vida aos seus clientes, ou o produto vendido por eles era legal?

Antes de responder a essa pergunta, que vou responder, porque realmente já foi publicado e portanto não estarei a dizer nada que não se possa dizer, mas eu quero lembrar que o processo

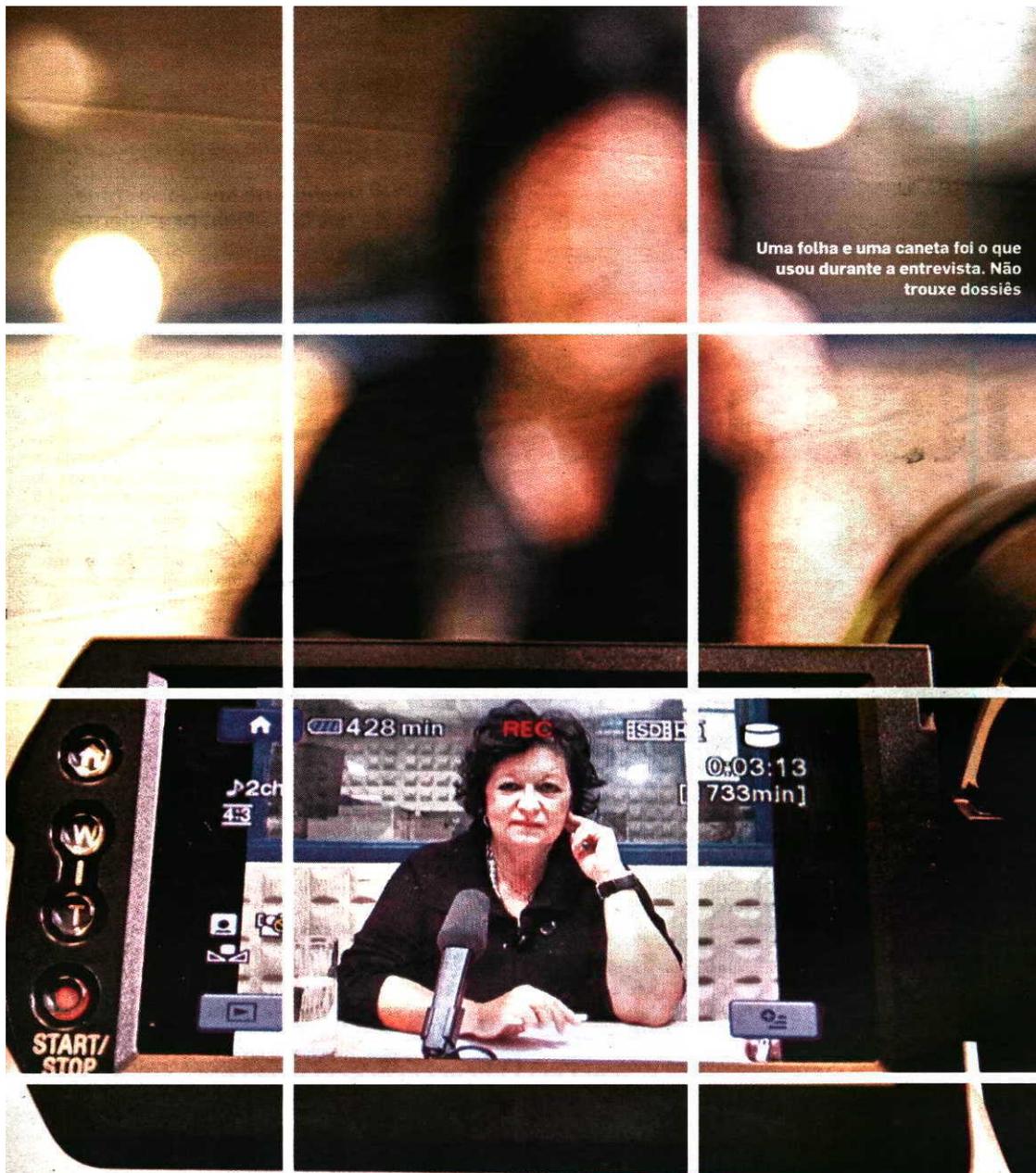
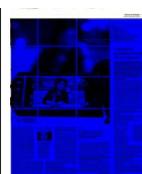
ainda está em segredo de justiça, não obstante os 35 recursos que já foram interpostos e respondidos. Ainda está, neste momento, e ainda haverá coisas que eu não poderia responder, se estiver a ver alguma coisa, se comprometer esse segredo de justiça. Mas o que me está a perguntar era se os **bancos facilitavam**. Como sabem também, há uma estratégia: portanto, quando nós começamos a investigação, delineamos uma estratégia. E por uma questão de estratégia, que eu, isso aí não poderei revelar, porque, digamos, o segredo é a alma do negócio e portanto não poderemos revelar as nossas informações e como nós lá chegámos. Mas tivemos de começar pelos bancos, pelos promotores. E os promotores actuavam não, de todo, de uma forma igual em todas as situações. Acontecia que, e isso é o que estamos para ver, se quem

Inspecção Tributária



É o departamento de intervenção da Direcção-Geral dos Impostos, liderada por José A. Azevedo Pereira (foto), a que compete prevenir e combater a fraude e evasão fiscais. Vinte peritos foram destacados em exclusivo para a "Operação Furacão"

Na 'Operação Furacão', os bancos são suspeitos de criarem um esquema, que passava por empresas fictícias e 'offshores', cuja finalidade era a obtenção de despesas para algumas empresas portuguesas para estas abaterem este "custo" no IRC



Uma folha e uma caneta foi o que usou durante a entrevista. Não trouxe dossiês

À hora marcada, 19.00 de quarta-feira, chegou aos estúdios da TSF

Procurador-geral contra



É uma disposição na lei que pretende proteger a investigação. Mas o novo Código de Processo Penal deu mais abertura aos processos, cortando no segredo. O procurador-geral da República já se manifestou contra a inversão de paradigma

os determinava, ou quem propunha este negócio, se estava consciente do que estava a fazer, se por acaso pensava que poderia fazer, porque todos esses requisitos, todos esses elementos, compete ao Ministério Público provar. E quando me disse, e peço desculpa de voltar atrás, quando me disse se três anos não é muito tempo, eu queria dizer-lhe que para além dos milhares de documentos que se tem de analisar, e são inspetores tributários do melhor que nós temos que estão a fazer esse trabalho em exclusividade para nós, temos uma segurança absoluta no seu trabalho, mas é só para verificar o quanto tempo demora, também quero dizer-vos que o processo, em qualquer dos países democráticos que nós conhecemos, demora muito mais tempo, sem que ninguém se aperceba e saiba. Porque? Porque há uma parte que é secreta, policial. Ou seja, enquanto está na polícia ninguém sabe o que é que está a acontecer. E quando vem para o Ministério Público, e o Ministério Público aceita o processo e diz "sim senhora, eu

acho que há indícios suficientes, eu vou introduzir o feito em juízo", já não faz mal, já não há problema em abrir o segredo de justiça, porque já foi todo feito. E aí demoraram cinco, seis anos, sete, oito anos. Ainda agora estive num jantar com a polícia irlandesa, que é quem faz a investigação, e tem todo o tempo do mundo. Não tem prazos, e nós temos prazos. Porque? Porque o legislador constitucional, depois do 25 de Abril, entendeu jurisdicionarizar toda a investigação, ou seja, o que é que o legislador constitucional entendeu: que a investigação criminal contende muito com os direitos fundamentais dos cidadãos e, portanto, não pode permitir que uma investigação dessas fique só pela polícia, a cargo da polícia, que tem outras finalidades. Finalidades de segurança... Entendeu bem ou mal? Muito bem, do meu ponto de vista. Tenho orgulho na Constituição que temos, com o conteúdo que temos, e tinha muito orgulho no Código de Processo Penal que tínhamos, porque achava

Eu defendo os direitos dos arguidos, mas há outros direitos que também têm de ser defendidos

equilibrado. E até uma referência para os países que nos têm visitado e que querem aderir à União Europeia, e têm vindo, digamos, copiar na medida do possível, pelo menos ver se conseguem copiar o que nós tínhamos, o nosso Código de Processo Penal. E, por outro lado, mesmo outros que já têm outro sistema, não o mudam, mas, no entanto, não deixam de admirar. E o que é que leva, em sua opinião, o poder político a alterar para pior um Código Penal e um Código de Processo Penal? Penso que há, com todo o respeito, uma certa ingenuidade. Porque fez-se muito barulho, e continua a fazer-se muito barulho, relativamente aos direitos dos arguidos. E é preciso que os direitos dos arguidos, que é preciso defender e eu sou a primeira a defendê-los, porque faço parte de comissões e de grupos de defesa dos direitos

continua na página 4

perfil

- Nasceu em 1949
Natural do Porto
Licenciada em Direito
Directora do Departamento Central de Investigação e Acção Penal. Antes, representou o MP no julgamento do processo FP25

"Ainda há prendas à moda de Al Capone"

Há pouco tempo dizia que estava de regresso a corrupção à moda de Al Capone, isto a propósito, argumentava que a moldura penal prevista para a criminalização das prendas, que era o que fazia o Al Capone, era ridícula. A minha pergunta é: por que razão é que o poder político não é capaz de prever, na lei, penas mais fortes para este tipo de crimes? Tem alguma ideia porque é que isto acontece?

Isso é uma opção política. E, sempre se referiu, isso é também do ensinamento da universidade e também da vida, ao fim ao cabo, não são as penas duras, mais duras, que fazem, por si só, com que diminua a criminalidade. Tem de haver um acompanhamento social, um acompanhamento de assistência dos criminosos, ao fim e ao cabo. Agora, neste tipo de criminalidade, da corrupção, eu não percebo. Eu não entendo! A pena é demasiado pequena para servir de exemplo a quem quer que seja. E quando eu utilizei esse exemplo do Al Capone, foi para dizer que hoje, tal como está previsto no nosso Código Penal, a corrupção, ela só serve para punir o pequeno criminoso, a corruptela. Ou seja, alguém que perdoa uma multa se nós lhe dermos x. Agora, a corrupção hoje é sofisticada... Alguém que seja mais sofisticado, exactamente.

Claro que sim! Eu não lhe dou... À espera de alguma coisa na hora, espera que no futuro aconteça.

Exactamente, é no futuro, ou daqui a dois anos, ou daqui a três anos, que é o que se faz já, o que se usa em Itália. O Al Capone, no fundo, fazia isso, ou seja: oferecia, tinha uma avaria, e há folhas com verbas dessas avarias a magistrados, a polícias, enfim, a agentes da autoridade, que os podiam parar na sua senda criminoso. E, portanto, quando aparece o documento, quando aparece o tal acto que eu tenho de decidir, não preciso que me peçam! Se eu recebo todos os meses, se eu recebo uma prenda no Natal, uma corbeille de um milhão de euros, ou não sei de quê, eu vou despachar no sentido...

Essas prendas à moda de Al Capone, acontecem em Portugal? Acontecem, sim. Acontecem. As práticas ilícitas também cresceram em Portugal? Também cresceram, exactamente pela globalização! Os outros, os criminosos, aprendem a sofisticar os seus meios de actuação, só que com esta vantagem: têm todos os meios, não têm problemas de quem manda, não há quintinhas.

É o criminoso americano mais famoso. Alphonse Capone ganhou notoriedade nos anos 20 e 30 no submundo de Chicago. Subornou funcionários públicos, polícias e presidentes de câmara. Detido em 1929 por evasão fiscal, foi condenado a 11 anos



ENTREVISTA

entrevista a Cândida Almeida

continuação da página 3

humanos, mas é preciso ver que, realmente, há outros direitos humanos: há os direitos de todos nós, cidadãos, que cumprimos a lei.

E somos vítimas, nestes casos.

E há-de haver uma proporcionalidade, em factos graves, que são difíceis de perceber... Porque o arguido, o criminoso, sabe como é que fez o crime, sabe onde escondeu as provas, sabe onde é que está, digamos, publicamente, o que é que está a acontecer. O Ministério Público e as polícias não sabem de nada, é como se tivessem um papel branco e tivessem de preencher, como se fosse um puzzle, onde vai colocando cada pedrinha, cada pecinha. E a pecinha tem de ter uma conclusão, com princípio, meio e fim. Se não há igualdade de armas, isso é em prejuízo do Ministério Público e das polícias.

Deixe-me voltar atrás, para lhe fazer uma pergunta concreta: no caso dos bancos, haverá acusações a dirigentes dos bancos envolvidos nesta "Operação Furacão"?

Como disse, é o Ministério Público que tem de provar quando, como, porquê, o que é que fizeram e a intenção: dolosa, negligente ou sem noção dessa danosidade. E, portanto, na parte dos promotores, onde cabem os bancos e os grupos de advogados, ainda não fizemos, não chegámos a essa parte. E poderá haver situações em que cheguemos à conclusão de que, realmente, havia intenção, dolo, e grave, ou não havia, ou havia negligência, ou deixavam andar. Tudo isto, depois, tem uma regulação e tem, digamos, uma pena, em último caso. E tem uma acusação adequada, porque o Ministério Público tem de descrever os factos que sejam a favor e contra os arguidos, nesse sentido. E chegaremos à conclusão, naturalmente, de que uns teriam actuado até por simpatia, por cópia, "se aqueles faziam, é porque nós também podíamos fazer", outros sabiam muito bem que estavam a lesar em milhões o Estado, outros, nem tanto. Nessa altura, um a um, teremos de ver a situação.

Estamos a falar sempre no plural, "bancos". Normalmente, quando se fala da "Operação Furacão", automaticamente junta-se a sigla de BPN, Banco Português de Negócios. Poderá estar-se aqui perante uma investigação que poderá chegar também a outras entidades bancárias?

Como sabem também, e isso é público - não estou a revelar nada que não possa - na altura as buscas foram dirigidas ao BES, ao BCP, ao BPN e ao Finibanco. Portanto, são estes quatro bancos que estão no cerne do processo.

Mas neste caso BPN que agora conhecemos é de algum modo bastante diferente em relação aos outros bancos, e a esta "Operação Furacão"?

Este processo que nós temos agora é um processo autónomo. Não vou falar sobre o assunto, poderia dizer alguma coisa, mas não o vou fazer porque o senhor procurador-geral, como sabem, vai à Assembleia da República e eu não vou adiantar nada sobre o processo agora em con-



creto, mas o estilo de actuação era semelhante. Relativamente à "Operação Furacão", era promover, digamos, facilidades fiscais. No fundo, digamos que o estilo, o método, os critérios, eram mais ou menos parecidos. Não podemos falar do futuro, mas podemos falar um bocadinho do passado. O que é que levou o Ministério Público a partir para a detenção de Oliveira e Costa?

Eu penso que, publicamente, o senhor juiz de instrução o disse, e por isso é que eu estou a dizer, se calhar não disse, mas eu acho que sim, que disse...

Através de si aproveitamos para entrevistar várias pessoas. (risos) O senhor juiz de instrução, e com proposta do Ministério Público, porque agora o Código de Processo Penal tem, do meu ponto de vista, algumas soluções negativas, mas nem to-

Antigo presidente do BPN (Banco Português de Negócios) foi detido por suspeitas de burla, abuso de confiança e branqueamento de capitais, entre outros crimes. Actualmente, encontra-se em prisão preventiva por ordem de um juiz.

das, e esta até é positiva. O senhor juiz de instrução, que é um juiz das garantias, que está para objectivamente verificar quem é que tem razão, se há indícios ou não para estar preso ou não, neste caso deu razão ao Ministério Público, que entendeu que havia perigo de fuga e também perigo para a continuação da investigação. Foram as duas razões determinantes da promoção e, depois, do despacho do senhor juiz, determinando a prisão do Br. Oliveira e Costa.

Ainda em relação ao caso BPN, é previsível ou provável que, no âmbito desta investigação, venham a ser instaurados processos-crime autónomos para questões mais específicas do processo, como são, por exemplo, os negócios que foram feitos pelo BPN em Porto Rico? Falando abstractamente, para não estar a comprometer-me e a



Os criminosos têm meios e não têm problemas em saber quem manda. No mundo do crime não há quintinhas

falar, como lhe disse, do caso concreto, é sempre possível. Porque uma investigação é um processo dinâmico, nós começamos por suspeitar que existe, fazemos de conta, apenas fraude fiscal, e depois, na continuação da investigação, aparecem-nos elementos que nos permitem ver que, para além da fraude fiscal, houve burla, abuso de confiança, outros crimes quaisquer, e branqueamentos, e sempre tiramos certidões, segmentos. Não só para não atrasar o processo, se já estiver adiantado, como também, no caso, temos um processo de arguido preso, neste momento, e este processo tem prioridade sobre tudo, não vamos perder tempo com mais nada que não seja o objecto do processo. De tudo o que houver, se houver, são retiradas certidões para prosseguimento...

Dr.ª Cândida Almeida, é bom ou mau para o processo que, paralelamente à investigação, decorra uma comissão de inquérito parlamentar?

Com o devido respeito, porque isso é uma questão política a que têm de responder. Com o devido respeito por todos, eu acho que, havendo, e penso que já houve, essas decisões, havendo uma investigação criminal e sujeita ao segredo de justiça, que é o que nós queremos e pedimos, haver outra coisa qualquer, pública ou semipública, e no caso, um inquérito parlamentar, do meu ponto de vista puramente técnico-jurídico, é negativo.

Mas compreende que, em termos de opinião pública, era difícil passar sem esse inquérito parlamentar?

Gostaria que a opinião pública dissesse se preferia saber essas, digamos, fofuques, entre aspas, e peço desculpa pela palavra, ou se gostaria de ver a justiça feita e os criminosos condenados, e os inocentes inocentados.

E uma última pergunta concreta em relação a este caso: os contornos políticos desta conjuntura podem dificultar a investigação?

Os contornos políticos? Não. Devo dizer que nunca tive, em nenhum processo, nem penso que o venha a ter, não tive nunca, nunca, nenhuma pressão relativamente a processo algum. Os contornos políticos serão políticos, terão a sua responsabilidade política, que em nada influenciarão a investigação. Para isso é que os magistrados do Ministério Público que, de uma maneira geral, são magistrados autónomos e a Constituição garante a sua autonomia, independentes do poder político, e, especificamente, o DCIAP, é constituído por procuradores, ou seja: por magistrados mais experientes, com mais anos, experientes na medida em que têm mais anos e que têm de ter experiência...

Menos sujeitos a pressões, a nível político? Menos sujeitos a dúvidas. Porque um ser humano, obviamente, tem dúvidas, e, se realmente o ambiente externo for de grande pressão, pode, ele próprio, duvidar da sua ideia ou do seu juízo jurídico. Sendo procuradores, têm já, peço desculpa outra vez pela palavra, tarimba suficiente para serem imunes a essas...

A equipa deste caso, muito concretamente, tem quantas pessoas?

A equipa deste caso tem as mesmas que tem a "Operação Furacão", portanto, tem o mesmo magistrado... ■

Quer dizer Departamento Central de Investigação e Acção Penal. É o departamento do MP vocacionado para a investigação da criminalidade mais grave e complexa. Está instalada num prédio da Rua Alexandre Herculano, em Lisboa.



Perigo de fuga e destruição de provas foram as duas razões determinantes para prender o dr. Oliveira e Costa

“Entidade de Contas não tem meios”

2009 vai ser um ano marcado por três atos eleitorais. O Ministério Público tem alguma estratégia de acompanhamento, de forma a detectar eventuais fenómenos de corrupção e financiamento ilegal das campanhas?

Nós temos, até por obrigação legal. Porque agora toda a área da corrupção e do financiamento dos partidos tem normas novas, e vamos actuar... Eu diria que vamos actuar como era nossa obrigação, e como nós actuaríamos. Agora estamos mais experientes, mais atentos, e com os novos instrumentos estaremos ainda mais atentos. Teremos mais cuidado e acompanharemos melhor a situação, até porque, como sabem, o colega dos magistrados do Ministério Público junto do Tribunal Constitucional terá de fazer também uma triagem para verificar e fiscalizar as contas dos titulares.

Como viu a demissão agora recente do presidente da Entidade de Contas que, no Tribunal

Constitucional, fiscalizava as contas dos partidos – José Miguel Fernandes?

Eu conheço o senhor doutor por estar em várias sessões ou almoços com ele. Só o conheço assim, tenho o maior respeito por ele, e parece-me uma pessoa bastante capaz e inteligente. Agora, acontece que há um momento em que pode haver um fraquejar, e dizer “bolas”, peço desculpa pela expressão, mas “já pedi tanto, já me prometeram tanto e não me dão nada, pronto, desisto!”.



José Miguel Fernandes
Presidente da Entidade de Contas e Financiamento dos Partidos (organismo que controla as finanças partidárias) pediu, há duas semanas, a demissão do cargo. Um conflito com o presidente do Tribunal Constitucional poderá ter sido o motivo

Mas ele desiste, entre aspas, na sequência de algumas declarações que fez, em que deixava...

O problema é que ele não tinha meios!

Pois, ele deixava entender que não tinha meios para fiscalizar um eventual financiamento ilegal dos partidos. Mas se ele não o pode fazer, quem é que pode? O Ministério Público?

Nós também somos poucos,

também me queixo do mesmo, mas eu acho que nós não devemos deixar cair o País, porque realmente é o nosso país e a terra a que nós pertencemos e de que gostamos. E pelo menos a maior parte, ou quase a totalidade, gosta de viver em democracia. E a democracia é-o, no meu sentido, se for transparente, se for leal e se tiver uma actuação, para com os seus cidadãos, de responsabilidade, de co-responsabilidade. **E os cidadãos podem ficar descansados, porque o Ministério Público e a entidade que fiscaliza as contas dos partidos estarão em condições de verificar se há ou não financiamentos ilegais dos partidos?**

Os cidadãos poderão ficar descansados nesta medida: o Ministério Público tudo fará, mesmo com sacrifícios pessoais, da sua vida particular, tudo fará para que a lei se cumpra, para que os cidadãos tenham orgulho do seu país e da sua justiça. A um nível, porque a investigação está muito mais atenta, os magistrados são muito mais experientes. Obviamente que me pode dizer que A ou B não trabalha ou não sabe, mas a maioria dos magistrados tem um gosto pela profissão por que optou, assim como o juiz. Estão mais atentos, sabem mais, são mais experientes, e têm um contacto maior com a vida. ■

“Morgado é uma ‘workaholic’”

A hierarquia do Ministério Público está, aliás, dominada por mulheres: Cândida Almeida no DCIAP, Maria José Morgado no DIAP, Francisca Van Dunen como procuradora distrital de Lisboa, mais uma mulher, Maria do Céu Oliveira de Sousa, directora do DIAP do Porto... Sinal dos tempos?

Sinal dos tempos, sim, nesta medida: com certeza sabem, e até já referiu isso, antes do 25 de Abril as mulheres não podiam ser magistradas, era proibido.

A senhora foi a primeira.

Fui a primeira. A partir só de 74 é que as mulheres começaram a entrar, e há um duplo requisito, que é a nota de mérito e também a antiguidade. Nesta altura, estão a chegar à situação de poderem ser promovidas.

E a condição feminina trouxe alguma coisa de novo à investigação, e à justiça em geral?

Vamos lá ver: vão cair-me em cima as mulheres defensoras do feminismo, por um lado, e as que não o são, por outro. O que eu acho, muito sinceramente, é o seguinte: nós somos preparadas, tecnicamente, para decidir uma questão perante factos, perante indícios e perante a lei. Portanto, tanto faz ser homem como mulher. Os indícios são objectivos, o senso comum, que realmente agora não está em moda, mas o senso do *bonus pater familias*, ou seja, o senso da pessoa comum, é igual.

Não é a favor de quotas?

Não, não sou. Sou a favor do mérito. Agora, deixe-me concluir uma coisa, que tinha a ver com o facto de as mulheres... e agora a outra parte fica também zangada comigo: há uma área em que eu acho que a mulher é mais sensível e, portanto, terá melhor preparação para decidir as coisas, embora hoje cada vez os homens estejam mais preparados para isso – no cuidado das crianças, nas decisões que têm em vista a protecção da criança. Porque, por tradição, por uma ligação umbilical, a mulher juiz, a mulher magistrada do Ministério Público, tem uma ligação à criança, sua ou de terceiro, que, por vezes, o homem, porque não é mãe, é pai, e não estava tão habituado a tratar e a seguir a criança, podia não decidir da mesma situação.

Há duas procuradoras com maior protagonismo: a dr.ª Cândida Almeida, aqui presente, e a dr.ª Maria José Morgado. Como é que é a relação entre as duas procuradoras?

Damo-nos bem, obviamente. Não somos amigas porque, enfim, nem todo o mundo é amigo, mas damo-nos bem, com todo o respeito. Reconheço o valor que ela tem e o trabalho que ela tem. Ela, realmente, desde então que é uma *workaholic*, uma pessoa que trabalha e por quem eu tenho a maior admiração e respeito. Relativamente à dr.ª Francisca, que é uma mulher extraordinária, muito sabedora, e de uma sensibilidade e de uma maneira de estar na vida muito semelhante à minha, somos como irmãs. ■



“Houve uma situação que levou ao afastamento da Polícia Judiciária da ‘Operação Furacão’”

Porque é que a Polícia Judiciária está afastada desta investigação? O DCIAP tem trabalhado muito com a Brigada Fiscal da GNR e com a Inspeção Tributária.

Está a falar da “Operação Furacão”? Eu gostaria... Um dia saber-se-á, mas a “Operação Furacão” ainda continua. Agora, o que eu posso dizer-lhe é que tenho muita pena, porque acho que a Polícia Judiciária é uma polícia optimamente preparada, capaz, com coragem, e eu tenho muita pena que não esteja.

Quando diz que um dia se saberá, está a dizer-nos que não é por razões normais que está fora?

Não é por razões normais que está fora. É por que houve problemas que eu agora, eu peço desculpa aos ouvintes que estão a escutar-nos, e a vós, sobretudo, também, mas estamos no meio da investigação e, portanto, quando o processo for aberto poderá falar-se sobre isso. Agora, não é por razões normais. Tenho imen-

sa pena, tenho muita pena porque admiro muito a Polícia Judiciária, gosto muito de trabalhar com ela, e trabalhamos. Neste caso, houve uma situação que nos obrigou a afastar essa colaboração.

Há algum elemento do actual Governo que seja suspeito, neste caso Freeport?

Não, neste momento não há suspeitos desse teor, políticos nem pessoas com grande relevância social ou política. O processo ainda está em investigação, e está atrasado porquê? Por duas razões fundamentais: uma delas é porque

foi remetida uma carta rogatória para o estrangeiro em 2005, e ela ainda não veio, pedindo elementos fundamentais para a perícia, e a perícia não pode ser acabada. Aqui estão duas situações pelas quais nós dizemos que o Código de Processo Penal não pode tratar todo o crime da mesma maneira. Porque quando nós dependemos do estrangeiro, dependemos da cooperação estrangeira e das perícias, não podemos impor um prazo. Nós fomos e chegámos à conclusão de que, realmente, deveríamos assumir o processo, porque agora, não sei qual vai ser o destino, mas há actos que se estendem pelo País fora e que na altura não se verificavam.

E é normal que se demore tanto tempo numa resposta?

É sim, infelizmente. Sobre tudo dois ou três países, é muito normal, dois, três, quatro anos. Quando não nos respondem, depois de três anos, “olhe, afinal nós abrimos um processo”. ■

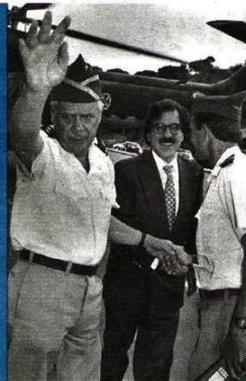
Neste momento não há suspeitos no caso Freeport, nem políticos nem pessoas com grande relevância social



PERFIL



Secretário-geral. Em 1986, com António Capucho, actual 'cotega' no Conselho de Estado, e Fernando Nogueira, com quem se desentenderia em 1995



Ministro. Com a GNR, enquanto MAI; com o casal Cavaco Silva, em 1994, o último ano do cavaquismo; a festejar com Durão e com Ferreira Leite

Manuel Dias Loureiro. É o símbolo do político que se deu bem nos negócios, do homem que veio 'do nada' e da província para a riqueza com passagem pelo Governo. Por mais inocente que seja, parecerá sempre culpado. Ele sabe-o. No fim, pergunta: "Achou-me sincero?"

"EU ACREDITARIA EM MIM"

"Não falo dos meus inimigos" – mas fala do resto

FERNANDA CÂNCIO

Manuel Joaquim Dias Loureiro, 56 anos, empresário, advogado, político, conselheiro de Estado, golfista e poeta nas horas vagas, cantor e cozinheiro amador, ex-ministro e barão do PSD, mais velho de sete irmãos, pai (de duas filhas) que se confessou ausente e avô (de cinco netos) que se quer extremo, está na zona de fumadores da *mezzanine* do hotel Altis. Fuma vários cigarros ao longo das duas horas de conversa, em gestos calmos, suaves. Como a voz e a expressão, o modo como vê as horas, consulta o telefone ou acolhe questões menos gratas. Do famoso sentido de humor, que os amigos, de Proença de Carvalho a Maria Elisa Domingues, de Jorge Coelho a Kátia Guerreiro, gabam, nem rasto. Poucos sorrisos – aliás, houve algum? –, nenhuma gargalhada.

É um homem controlado, mas preocupado, inseguro. Sem a firmeza e a determinação que alguém podia esperar da sua performance como inflexível e autoritário ministro da administração interna da era cavaquista (estavam sob as suas ordens as polícias que carregaram sobre várias manifestações e reagiram a tiro no bloqueio da ponte, em 1994 e foi ele que martirizou com processos disciplinares o pró-sindicalista da PSP José Carreira) e de homem poderoso, que já jantou em *petit comité* com Clinton, caçou com o rei de Espanha e ocupa um dos mais honoríficos lugares do Estado português. Talvez acossado, talvez "em profundo sofrimento", como o viu Maria Elisa na já famosa entrevista a Judite de Sousa. "Estou tranquilo. Magoado, mas tranquilo. É muito difi-

cil passar por isto, mas que vou fazer? Continuo na minha vida. Durmo à noite – sem comprimidos – jogo golfe, trabalho, estou com amigos, família. Não é uma fase boa, estou triste, claro. Mas houve coisas piores. A morte do meu irmão Zé Alberto [num acidente de viação, em 1993] e do meu pai."

Não, não é uma fase boa. Há vários dias que os jornais não lhe correm de feição. Os do dia – quarta-feira – voltam a zurzi-lo. No *Público*, o editorial diz que se comporta "como um fugitivo mal amanhado" que "encurralou" o Presidente "apesar da clareza das mensagens". No DN, Ferreira Fernandes escreve: "não se demitindo, prejudica Cavaco". Mas não são só os jornais. No dia anterior, o líder parlamentar do PSD, Paulo Rangel, fala, na *SIC Notícias*, de "ser preciso desapego do poder". Morais Sarmiento, na rádio, é mais directo: deve abandonar o Conselho de Estado.

À pergunta "como reage aos ataques de dentro do PSD", responde: "Não reajo". No mesmo tom aparentemente desprendido mas seco com que diz "Não falo dos meus inimigos". Já sobre o facto de o Presidente – que frisa conhecer "há 23 anos" e de quem disse em 1989, ao *Expresso*, merecer-lhe "lealdade absoluta" ao ponto de "um sacrificado contributo" – ter, numa primeira fase, remetido quem o questionou sobre a confiança que lhe merecia o seu conselheiro para a lei (que não dá ao presidente poderes formais para demi-

tir os conselheiros que nomeou), tem algo a dizer: "O professor Cavaco disse que mantinha a confiança em mim". É certo, "o professor" (é assim que o trata, até na intimidade, embora seja tratado de volta pelo primeiro nome ou pelo apelido) acabou por dizê-lo. E se Dias Loureiro sentiu as primeiras declarações do homem que o nomeou, em 1985, secretário-geral do partido, lhe entregou a condução da campanha que valeria ao PSD a primeira maioria absoluta – e em louvor de quem compôs a letra do hino da respectiva candidatura presidencial – como um doloroso chutar da bola, não o vai admitir.

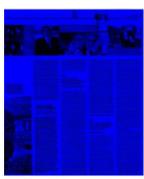
Age quod agis ("faz bem o que fizeres" ou "Atenção ao que fazes"), a frase escrita num papel que o tio avô padre de Aguiar da Beira (e uma das pessoas que mais o influenciou na vida, "um pregador exímio") exibia sob o vidro-tampo da secretária e que tantas vezes referiu como lema nas entrevistas e perfis que o nomeavam como "homem de sucesso", "um dos mais ricos de Portugal" (num ano declarou mais proventos ao IRS que Belmiro de Azevedo – "declarei-os", frisa), não vai falhar-lhe aqui, no fazer da sobrevivência. É aliás assim que explica a fortuna (na dupla acepção de sorte e riqueza): trabalho. "As pessoas vêem que ganhei dinheiro mas não vêem que trabalhei sempre muito. E fiz negócios bem sucedidos. Ganhei bastante na bolsa, nos anos 80, fiz bom dinheiro com duas casas que vendi, uma em Lisboa e outra no Estoril. Foi com isso que me aguentei durante o tempo em que fui ministro." A casa do Estoril, em que terá gasto, entre compra (em 1988, um ano antes de entrar no governo) obras e decoração quase 200 mil contos (um milhão de euros) e que, garante, vendeu logo de seguida, dá origem em 1992 a um artigo-escândalo no *Expresso* – já na altura se questiona de onde

lhe vem o dinheiro.

O símbolo do político vindo do nada (ideia reiterada na história, que desmente, do telefonema ao pai em que teria dito, quando se soube nomeado "Pai, sou ministro") que enriqueceu – facto sempre visto como um pecado – começou por seguir as pisadas do tio-guru. Entrou para o seminário. "Um dia, era Carnaval, cheguei



“É muito difícil passar por isto, mas que vou fazer? Continuo a minha vida. E durmo sem comprimidos. Houve coisas piores



Barão. Desde 1995 fora do Governo, mantém-se alta figura do PSD enquanto multiplica a presença nos negócios e se dá com os 'grandes' do mundo



Disponível. Em 2008, aceita apresentar, com António Vítorino, a biografia de José Sócrates escrita por Eduarda Maio. Elogia o primeiro-ministro



Descontraído. Nos últimos anos, adota uma postura menos 'política' e mais informal. O golfe é uma actividade semanal

Origem. Em Aguiar da Beira, onde a mãe, Maria de Lurdes, ainda vive, com um prédio da família, onde está instalado o BPN, em fundo



ao pátio e vi, no meio da chuva, um grupo de mítidos da minha idade, calçados, a rezar o terço. Não sei bem o que foi, talvez o contraste entre as pessoas lá fora a divertir-se e nós ali, crianças, a explicar os males do mundo. Disse que me queria ir embora. Obrigaram-me a ficar até à Páscoa, a ver se mudava de ideias". Não mudou. Passou a querer ser advogado. Tirou o curso em Coimbra, com quatro outros irmãos: três rapazes tiraram também direito, uma rapariga letras (românicas). "Os meus pais, que tinham uma loja em Aguiar da Beira, daquelas onde se vendia tudo, compraram um prédio de quatro andares em Coimbra. Arrendaram três e num vivíamos nós. Ainda lá vive a minha irmã." Na faculdade, onde entrou na ressaca da crise académica de 1969, dava-se com o grupo da Juventude Operária Católica. Arredado de manifestações ou grandes protestos, casou ainda durante o curso, em 1973, com a

namorada que tinha desde os 14 anos, Fátima Saraiva Varandas (formada em História e conservadora de museu de quem se divorciou em 2006), e começou a dar aulas no liceu. Com o 25 de Abril, perde todos os amigos: "Foram todos para a extrema esquerda e eu taxado

“As pessoas vêem que ganhei dinheiro, mas não vêem que trabalhei sempre muito. E fiz negócios bem-sucedidos

de reacçãoário". Um livro que lhe veio parar às mãos, *A sociedade aberta e os seus inimigos*, de Karl Popper, apontou-lhe o caminho da social democracia. "Pensei: aqui é que está a razão". Só em 1979, porém, após seis anos de curso (os cinco da praxe e um sexto, espécie de mestrado, reservado para quem tivesse 14 ou mais valores - ele teve "14 e qualquer coisa") e começou a advogar (com confesso êxito - "Ganhei os meus melhores clientes em causas que venci contra eles") se alista num partido. "Foi quando Sá Carneiro lançou a ideia da Aliança Democrática, em Maio. Fui fazer a campanha, em Dezembro, levado pelo Carlos Encarnação [actual presidente da Câmara de Coimbra, que veio a ser seu secretário de Estado da Administração Interna]. No ano seguinte era presidente da concelhia e vice da distrital". É com orgulho que refere a ascensão meteórica, coroada, aos 29 anos, em 1981, com o convite do primeiro-ministro Francisco Balsemão para ser governador civil. Isso, diz, aliado ao facto de ser um advogado eficaz, "fez-lhe o nome". "Veio o Bloco Central, sai do Governo Cívil. Comecei a ter cada vez mais clientes, a representar empresas." A morte do mentor no PSD, Mota Pinto, de quem fora aluno, apanha-o na Venezuela. "Quando volto, toda a gente está a apoiar o João Salgueiro para chefiar o partido, com a opção de apoiar Soares na campanha presidencial. Eu não queria isso e reuni, com mais uns tantos, com o Cavaco durante o congresso. Propusemos-lhe que se candidatasse e ele fez-me secretário-geral". Pouco depois, terá sucedido algo que achou "curioso". "Vim a uma reunião em Lisboa (viajava ainda em Coimbra, e vinha à capital passar dois dias por semana) e era suposto haver um encontro com o PS. O Cavaco escolheu duas pessoas para irem com ele. Até que comecei a falar, e acho que foi a primeira vez que ele me viu raciocin-

nar politicamente. Acho que ele percebeu... Eh pá, este tipo se calhar... E disse que eu devia ir também à reunião". Tinha entrado no núcleo duro do "professor". Seria, nos governos cavaquistas, um dos ministros mais carismáticos. Dos abusos policiais que marcaram o seu consulado no MAI diz serem "inevitáveis", mesmo se garante ter sido ideia sua a Inspeção Geral da Administração Interna, a instância fiscalizadora geralmente associada ao governo de Guterres. "Deixei o diploma pronto". E revela que foi, mais tarde, a visitar o rapaz que ficou paraplégico com uma bala policial disparada nos distúrbios da ponte, e que nunca obteve qualquer reparação do Estado. "Era pintor, comprei-lhe uns quadros". Saído do governo em 1995, com a vitória do PS, após "11 anos consecutivos", já adiantara em entrevistas que queria deixar "a política activa, ter tempo para a família, para as filhas que não tinha visto crescer [eram já maiores] e dedicarse à advocacia". Tinha lugar marcado no escritório de Proença de Carvalho, que conheceu na campanha presidencial de Freitas do Amaral, em 1986, e que hoje diz ser o seu melhor amigo. "É uma pessoa cativante, uma das mais inteligentes que conheci", diz o caudilco. "É muito sensível, muito cuidadoso com o

“É horrível a suspeição. Deve ser tão humilhante ter de dar explicações sobre a sua vida

Proença de Carvalho

amigos, sempre preocupado com os nossos problemas." Os amigos retribuem: "Temos dificuldade em compreender o que está em causa, nunca vi ninguém apontar-lhe um único facto. É horrível, esta suspeição. Deve ser tão humilhante, uma pessoa ter de dar explicações sobre a sua vida".

Mas o escritório que assumia a defesa de uma outra ex-ministra de Cavaco, Leonor Beza (hoje na Fundação Champalimaud, na qual Loureiro preside ao Conselho Fiscal), não o agarraria muito tempo. José Roquette convidou-o para a Pléiade com uma oferta generosa (15% das acções) e ele aceita. Capitaliza os contactos privilegiados em Marrocos - um ministro muito próximo do rei que conhecera numa reunião de ministros europeus do interior, defendera de um ataque de um colega e lhe ficara "grato para a vida" - e consegue um bom negócio com uma con-

cessão de água e electricidade. Cinco anos depois, Roquette propõe-se vender-lhe a Pléiade. "Como não tinha que chegasse, propus ao Oliveira e Costa que comprasse uma parte." O outro compra tudo e dá-lhe um lugar de administrador da Sociedade Lusa de Negócios. Dias Loureiro arrecada mais de cinco milhões de euros na venda da sua parte e leva consigo dois homens do MAI: Daniel Sanches, que dirigira o SIS, e Lencastre Bernardo, do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras. Sanches teria como destino o serviço de auditoria - mas acabará, segundo Loureiro, por nunca chegar a controlar as contas da SLN. Nem Sanches nem Loureiro, que confessa nunca ter percebido bem como funcionava a empresa: "tinha uma gestão muito pouco formal, sem reuniões". Isso e "um clima de hostilidade" que não quer concretizar leva-o a querer sair, em 2002, da administração executiva. Vende as acções, tira o dinheiro que tinha no BPN (segundo a sua versão, teria entretanto ido ao Banco de Portugal dar a conhecer ao vice presidente António Marta a sua incomodidade com "rumores sobre o banco" - versão contraditada por Marta) e alega a vontade do regresso à política, que se dá, efectivamente, com a eleição para deputado nas listas de Durão Barroso. Fala-se dele para ministro dos Estrangeiros, mas não acontece. Porquê? "Não quero falar disso". Em 2004, escreve uma parte do discurso da desastrosa tomada de posse de Santana Lopes, de quem é amigo e a quem reconhece "qualidades humanas, ser incapaz de trair".

Até 2005, mantém-se como administrador "não executivo", "sem controlo formal", da SLN. Frisa que saiu "antes do período em que o Banco de Portugal sinaliza as situações que estão a ser alvo de processo crime". E que nunca se deu conta de nada de ilegal. A verdade, porém, é que há coisas - como a contabilidade criativa usada por Oliveira e Costa para, alegadamente, distribuir por várias empresas do grupo o prejuízo do fecho das duas fábricas de Porto Rico (*ver caixa*) - que diz não saber se são legais. O homem que os amigos louvam pela sagacidade e rapidez de raciocínio, *o fast learner* louvado por Maria Elisa, que se descreve como um bom advogado, "alguém que pensa bem", dá de si, quando fala da SLN, a imagem de um ingénio, até de um incompetente. A imagem que deu na entrevista a Judite de Sousa, que ele viu - para se ver a explicar-se. Achou-se credível? Acreditaria em si? Hestia. "É difícil ser imparcial. Mas achei-me credível. Eu acreditaria em mim." ■

"JURO, NÃO ME PARECEU ILEGAL"

A suspeição que o rodeia é isso mesmo, diz, "suspeição". Mas há coisas cuja legalidade não atesta

Uma das histórias do caso SLN é a das duas empresas de Porto Rico que foi, com Oliveira e Costa, visitar em 2001/2002. As empresas foram compradas mas acabaram por encerrar. Segundo algumas fontes, na semana seguinte, Loureiro nega: "Existiam de facto e continuaram a laborar, mas o Oliveira e Costa disse-me que chegara à conclusão de que o investimento não seria rentável". O problema é que o investimento - e o alegado prejuízo - não está na contabilidade da SLN. Dias Loureiro diz que deu por isso nas contas de 2002 e pediu satisfações a Oliveira e Costa. Ele ter-lhe-á dito que imputara a compra a uma empresa exterior. Mas em 2003 as empresas, entretanto encerradas, continuam a não figurar nas contas que lhe dão para assinar. A explicação foi diferente: o prejuízo, de 40 milhões de euros, fora "distribuído por várias empresas do grupo". Escondido, portanto. Isso é legal? "Juro-lhe, não me pareceu ilegal. Ele explicou-me isso com a ciência dele, era um homem experiente, tinha sido supervisor bancário..." Mesmo assim, Loureiro assevera que sugeriu uma reunião com os accionistas, que nunca teria lugar, para explicar o negócio.

ALEXANDRE ALMEIDA



Dias Loureiro: o estado do conselheiro

Breve história da vida do homem que simboliza o político que 'subiu na vida' – e a ideia de suspeição que tal implica. Págs. 2 e 3



ID: 22950515

29-11-2008

ACTUALIDADE **CRISE NA BANCA** **BPN**

BPN ■ EX-LÍDER DO BANCO PODERÁ OPTAR PELO ESTATUTO DE ARREPENDIDO

Prisão de banqueiro 'a

■ Oliveira e Costa negociou a detenção com os altos responsáveis da PJ e do Ministério Público. Cola

● TÂNIA LARANJO/MIGUELA A. GANHÃO/
/ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA

A prisão de Oliveira e Costa, o ex-banqueiro que durante anos administrou o Banco Português de Negócios (BPN), foi negociada nas mais altas esferas do Ministério Público (MP) e da própria Polícia Judiciária. O único factor de surpresa, para o próprio, foi mesmo a determinação da prisão preventiva, que acabou por resultar do interrogatório presidido pelo juiz Carlos Alexandre. Oliveira e Costa sabia que iria ser detido e estaria consciente da estratégia do MP. O CM sabe mesmo que o banqueiro foi na segunda-feira, antes da sua detenção, ao Banco de Portugal dar explicações sobre os negócios mais polémicos do BPN. A conversa incidiu sobre o caso do Banco Insular e o balcão virtual e foi, de imediato, reportada ao MP, que fez a detenção na quinta-feira.

O processo que levou à sua detenção nasceu da 'Operação Furação', em que já tinham sido recolhidos indícios há vários meses. A auditoria levada a cabo por Miguel Cadilhe, e cujos resultados foram oficialmente comunicados, quer ao MP, quer à PJ, precipitou tudo. O MP tem agora nas mãos o maior processo de crime económico com consequências políticas que ninguém arrisca tentar adivinhar.

Poderá ser, no entanto, necessária a colaboração de Oliveira e Costa



Investigadores entendem que colaboração de Oliveira e Costa pode ser essencial

para esclarecer muitos dos negócios obscuros que durante anos provocaram o enriquecimento de dezenas de pessoas, figuras públicas ou anónimas. A investigação ao crime económico permite isso mesmo, a negociação do estatuto de arrependido ou de colaborante, o que permite ao MP pedir, no limite, a isenção de pena para quem colabora de forma fundamental para o esclarecimento de uma investigação.

É aqui, que agora, se joga tudo. O processo pelo qual foi detido é apenas uma ínfima parte das investigações que recaem sobre Oliveira e

Costa. O ex-banqueiro sabe também que, dada a sua idade e o seu débil estado de saúde, a hipótese de ir para prisão domiciliária nos próximos meses é alta. E se o MP aceitar como medida suficiente a sua manutenção em casa, então é garantida a libertação. O CM sabe que os investigadores têm também recebido informação sobre operações do Banco Efisa relacionadas com o BPN e que estão a ser tratadas no âmbito deste caso. ■

Banqueiro foi ao Banco de Portugal na semana em que foi preso

SAIBA MAIS

7 **DETENÇÃO**
Oliveira e Costa foi detido dia 20 de Novembro, na sua quinta no Cartaxo, por dez militares da Brigada Fiscal da GNR. Não ofereceu qualquer resistência.

7 É o total de crimes de que Oliveira e Costa é acusado, entre os quais branqueamento de capitais, burla qualificada e compra ilícita de acções.

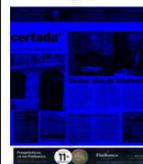
BRASIL
O BPN ocultou 129,5 milhões de euros da venda da empresa brasileira ERGI, em 2006, através de uma offshore da Sociedade Lusa de Negócios.

700 milhões de euros é o valor do buraco no BPN, identificado pelo Banco de Portugal e que levou o Governo a decretar a sua nacionalização.



O governador do BdP, Vítor Constâncio, tem estado no centro das críticas da Oposição

ANTÓNIO SÉRGIO AZENHA



ID: 22950515

29-11-2008

SLN | REUNIÃO A 3 DE DEZEMBRO

O Conselho Superior da SLN, liderada por Miguel Cadilhe, reúne no próximo dia 3 de Dezembro para tomar uma decisão sobre a venda de alguns activos que tem estado em negociação



SEGURANÇA | VSEGR ALIENADA

A VSegur, empresa de segurança privada do Grupo SLN, é um dos activos cuja venda a administração de Miguel Cadilhe está, neste momento, a negociar com interessados

S. BENTO | PS LIDERA INQUÉRITO

O PS deverá ficar com a presidência da omissão de inquérito parlamentar ao caso BPN, se não houver obstáculos dos outros partidos sobre o alvo da fiscalização proposta

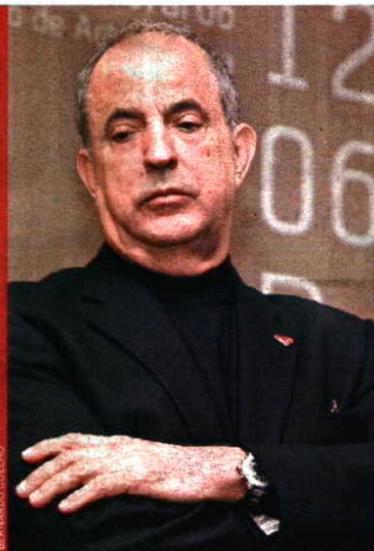
'certada'

...oração com autoridades é essencial

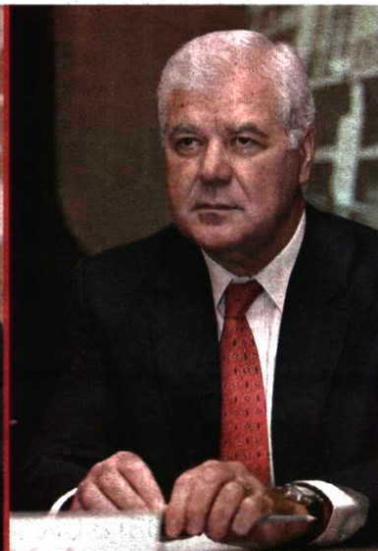


NATALIA FERREZ

■ **Disputa.** Joe Berardo e Joaquim Coimbra, proprietários de duas das maiores empresas de vinhos do País, querem comprar os vinhos da SLN: Murganheira e Raposeira, que produzem espumantes, e o famoso Tapada de Chaves.



BERNARDO COELHO



GONÇALO OLIVEIRA

Vinhos alvo de interesse

■ A venda de activos mais mediática da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) poderá vir a centrar-se nas empresas de vinhos: Joe Berardo e Joaquim Coimbra, dois dos maiores empresários de vinhos em Portugal, estão interessados na aquisição da Murganheira, Raposeira e Tapada de Chaves, três das marcas de vinhos mais conhecidas do País.

Ao que o CM apurou, os dois empresários, ambos accionistas de vá-

rios bancos, ainda não apresentaram uma proposta concreta para a compra daquelas empresas, mas isso poderá acontecer já na próxima semana. Joaquim Coimbra, accionista da própria SLN, reúne este fim-de-semana com os sócios da Dão Sul, uma das maiores empresas de vinhos do País, para avaliar se vale a pena a Dão Sul avançar para a compra da Murganheira, Raposeira e Tapada de Chaves.

Joe Berardo não esconde o seu interesse nas empresas de vinhos da SLN: "Estou interessado em comprar, mas quero ver as condições concretas da venda", diz o empresário madeirense. Por isso, frisa, "ainda não fiz uma oferta".

Para já, a SLN recebeu uma proposta concreta de aquisição da Murganheira, da Raposeira e da Tapada de Chaves. Essa proposta está, neste momento, em análise. ■ ASA/APD.

PGR QUER SALVAR 'FURACÃO'

● O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, afirmou ontem que o facto de alguns arguidos da 'Operação Furacão' poderem consultar o processo, naquilo que lhes diz respeito, torna a investigação mais difícil mas não a compromete. Por isso, "vamos procurar salvar, do 'Furacão', tudo aquilo que for possível", disse Pinto Monteiro. ■



MANUEL MOREIRA

Crédito a funcionários duvidoso

Operação suspeita na Suíça

● O BPN terá realizado na Suíça operações financeiras suspeitas através do Taib Suisse SA, uma empresa cujo capital social era detido em partes iguais pelo BPN e pelo Taib Bank E.C, um banco de investimento sediado no Bahrain.

O memorando de entendimento entre o BPN e o Taib Bank, a que o CM teve acesso, é de 21 de Maio de 2003 e é 'confidencial'. O documento refere que o Taib Suisse SA era de-

tido a 100 por cento pelo Taib Bank e revela que o BPN estava interessado em adquirir 50% do capital dessa instituição. Com esta parceria, o Taib Suisse iria centrar-se na actividade de 'Private Banking'. Suspeitas geraram também os créditos do Banco Efisa a funcionários. Dado o incumprimento, foi proposto que o banco alimentasse essas contas com verbas de ajudas de custo e refeições, para a dívida ser paga. ■

DIAS LOUREIRO NA SPPM

● Dias Loureiro, que foi vogal da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) até 2007, manteve a sua ligação ao universo SLN através da empresa SPPM de que foi administrador até ao passado dia 15 de Novembro, noticiou a TVI. ■



Parlamento. Maioria socialista avançou com uma proposta de alteração aos objectivos apontados pelo CDS/PP para a comissão parlamentar de inquérito ao caso do Banco Português de Negócios (BPN). Socialistas querem averiguar se houve promiscuidades entre o mundo político e empresarial

PS procura promiscuidades entre política e negócios

Maioria admite regulamentação do 'lobbying'

SUSETE FRANCISCO

O PS quer investigar, no âmbito da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN, se houve promiscuidade entre a política e o mundo empresarial no Banco Português de Negócios. Ou seja, os socialistas querem apurar se teve alguma influência em todo este caso o facto de vários dos ex-responsáveis do banco serem nomes ligados à política – no caso ao PSD. É o caso de José Oliveira e Costa ou Manuel Dias Loureiro.

A maioria parlamentar apresentou ontem uma proposta de alteração à iniciativa avançada pelo CDS na Assembleia da República, na qual estabelece quatro objectivos para a comissão de inquérito. Um dos quais determinar "se há legislação em vigor sobre incompatibilidades e impedimentos de titulares e ex-titulares de cargos políticos e de cargos públicos, lacunas ou deficiências de regulamentação – ilustradas à luz das ocorrências no caso BPN".

Ricardo Rodrigues, vice-presidente da bancada da maioria, concretiza algumas das questões que a comissão tentará esclarecer: "Se houve informação privilegiada, se há instituições ou empresas criadas para atingir outros objectivos" – que não empresariais, entenda-se.

O deputado afirma que o PS "não visa atingir ninguém", mas vai avisando que "não há limitações" ao âmbito de investigação do inquérito parlamentar. Também o líder da bancada socialista, Alberto Martins, referiu ontem ao DN que a comissão visa "apurar toda a verdade, sob todos os aspectos".



PS diz que "não há limitações" ao âmbito da investigação parlamentar ao caso BPN

Face ao que foi apurado pelo inquérito parlamentar ao caso BPN, o PS poderá avançar então para alterações legislativas. "Está tudo em aberto", assegura Ricardo Rodrigues. "As comissões de inquérito não têm limitações, nem de investigação, nem de aprofundamento da democracia. Pode-se chegar à conclusão e o relacionamento entre o público e o privado precisa de mais esclarecimento e precisão no senti-

do da transparência dos actos", refere o deputado. Dando o exemplo de matérias que poderão vir a sofrer alterações – "o prazo de nojo na passagem de funções públicas para privadas" ou uma maior abrangência do regime de incompatibilidades. "Já acho um exagero, mas porque não pensar na incompatibilidade dos conselheiros de Estado?", acrescenta Ricardo Rodrigues.

Inquérito na AR deverá motivar alterações legais

Os socialistas admitem também avançar para a regulamentação do lobbying, a "exemplo do que já se faz em muitos países". Em Portugal não existe enquadramento legal sobre esta actividade, que consiste na tentativa de influência de grupos organizados, com interesses específicos, sobre as decisões políticas.

O texto do PS propõe ainda, como objectivos do inquérito parlamentar, o apuramento dos "factos que contribuíram para facilitar, estimular ou ocultar o conjunto de irregularidades agora detectadas" no BPN; a existência de "eventuais défices" – no enquadramento legislativo ou no funcionamento das instituições de crédito e sociedades financeiras – que "tenham facilitado ou permitido as irregularidades"; e a forma como foi exercida a supervisão do Banco de Portugal.

A proposta inicial, do CDS, contemplava apenas a actuação da instituição dirigida por Vítor Constâncio, visando apurar se houve "falha grave" do supervisor. O PSD também já anunciou que quer alargar o âmbito da comissão, neste caso para abarcar o processo de nacionalização do BPN, decidido pelo governo socialista. ■

LOUREIRO DESMENTE LIGAÇÃO À SLN

Segundo garante, a Valor Alternativo, a que preside, nada tem a ver com o BPN

Manuel Dias Loureiro, empresário, ex-ministro, actual conselheiro de Estado indicado pelo Presidente da República, garantiu ontem ao DN que a Valor Alternativo, uma empresa de consultadoria que lidera, nada tem a ver com a SPPM, uma empresa do grupo SLN (Sociedade Lusa de Negócios), a "holding" do BPN até à nacionalização. "É uma loucura essa notícia, nem pouco mais ou menos, não tem ligação nenhuma", disse o ex-ministro ao DN, ontem, questionado a propósito de uma notícia ontem avançada pela TVI. Até 15 de Novembro passado – um dia antes de o PS lhe chumbar uma audiência na Assembleia da República – Dias Loureiro manteve-se ligado à SPPM.

Socialistas admitem audição de Oliveira e Costa no inquérito

O líder parlamentar do PS, Alberto Martins, não excluiu ontem a audição de José Oliveira e Costa, no âmbito da comissão parlamentar de inquérito ao caso BCP. Oliveira e Costa está actualmente em prisão preventiva por suspeita de burla qualificada, fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais, entre outros ilícitos.

Alberto Martins adiantou que, nesse caso, haverá "uma articulação a fazer, e que a própria lei exige, entre a investigação da comissão de inquérito e a investigação criminal". Mas lembrou que as **comissões parlamentares de inquérito têm "poderes de investigação criminal"**. Uma posição que contrasta com a que era assumida pelo PS

há cerca de duas semanas, altura em que os socialistas chumbaram a audição parlamentar de vários ex-responsáveis do BPN, alegando precisamente a existência de uma investigação criminal. Alberto Martins não quis ontem antecipar nomes da lista de personalidades a ouvir na comissão de inquérito e evitou adiantar se o

ex-ministro Dias Loureiro, actual conselheiro de Estado e antigo administrador da SLN (detentora do BPN até à sua privatização) será chamado à Assembleia da República. Mas, pedido pelo PS ou por outro partido, o ex-ministro da Administração Interna será seguramente um dos nomes incontornáveis na comissão de inquérito.

BPN. Líder do CDS contraria declarações do governador do Banco de Portugal

Portas acusa Constâncio de faltar à verdade e omitir dados

Líder do CDS diz que governador não pode alegar desconhecimento

SUSETE FRANCISCO

O líder do CDS/PP, Paulo Portas, acusou ontem o governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, de ter faltado à verdade e ter omitido informações sobre a supervisão do BdP no caso do Banco Português de Negócios (BPN).

Falando na TVI, Portas contestou que Vítor Constâncio só tenha sabido da existência do Banco Insular de Cabo Verde em meados de 2008. O líder democrata-cristão diz ter tido acesso a um e-mail, datado de 26 de Junho de 2007, no qual a entidade supervisora do sistema bancário pede informações ao BPN sobre a sua relação com o banco cabo-verdiano. De acordo com Portas, o BdP pedia informações "sobre se o grupo SLN [Sociedade Lusa de Negócios, proprietária do BPN] tem exposição no Banco Insular de Cabo Verde", nomeadamente participações ou créditos. O "governador omitiu" esta comunicação, acusou Paulo Portas, questionando como é que Vítor Constâncio "pode dizer que não havia rumores" sobre irregularidades.

Paulo Portas questionou também o porquê de a única contra-ordenação pessoal feita no caso BPN ter demorado dois anos a sair. "Resultou de uma inspeção feita entre 18 de Setembro e 13 de Outubro de 2006. Quando é que sai a contra-ordenação? Em Junho de 2008. Esteve dois anos sem fazer absolutamente nada". Quanto às restantes, mais seis de acordo com o presidente do CDS, o



Paulo Portas diz que Vítor Constâncio omitiu informações aos deputados

“ Aquilo que o governador do Banco de Portugal disse que tinha pedido [uma auditoria externa ao BPN] não é verdade.”

Paulo Portas
Líder do CDS/PP

"governador, dissimuladamente, tenta dizer que são sobre os órgãos do banco" - o que significa, acrescentou, que estando o BPN nacionalizado será agora o o Estado a pagar.

Outra questão levantada pelo líder do CDS prende-se com uma carta enviada pelo BdP ao BPN na qual punha 27 perguntas ao banco. "São perguntas sobre duas das sete *offshores*, sobre o BPN Brasil, sobre créditos a membros dos órgãos sociais. Durante quatro meses não lhe responderam e ele não estranhou". O deputado centrista questionou igualmente a lentidão do governador em

entregar à Procuradoria-Geral da República a carta que denunciava a existência de irregularidades no banco - "demorou 88 dias a levar a notícia do crime ao PGR". Portas desmentiu ainda Constâncio sobre a existência de uma auditoria externa ao BPN, feita pelo BdP no início de Junho. "A carta de 2 de Junho pede ao BPN que faça a consolidação das contas entre os dois bancos [BPN e Insular], não uma auditoria externa. Aquilo que o governador disse que tinha pedido não é verdade. O BdP deliberou a realização de uma auditoria especial a 22 de Junho". ■

SLN-Madeira passou a BPN Internacional

Caso. Três firmas do banco estão registadas no *offshore* do arquipélago da Madeira

São três as firmas registadas na Conservatória do Registo Comercial da Zona Franca: "SLM, Cabo Verde, SA", "SLN Internacional, SGPS S.A" e a "SLN-Madeira, SGPS SA", criada em 1999, alterou o contrato de sociedade a 3 de Maio de 2007 passando a designar-se BPN Internacional, SGPS SA - gestão de participações sociais e outras sociedades - conforme consta da certidão da Conservatória do Registo Comercial da Zona Franca.

Nos averbamentos do registo considera-se esta sociedade de natureza "duvidosa por dúvidas". José Oliveira Costa foi o seu presidente do Conselho de Administração até 2 de Abril deste ano, altura em que requereu online, a 4 Abril

deste ano, a cessação de funções do BPN Internacional, três meses depois da sua demissão do grupo (demissão 15 de Fevereiro). Neste processo de renúncia é acompanhado, em Junho, pelo administrador Francisco Cândido Gonçalves Sanches. Neste momento, o BPN Internacional, SGPS SA, tem por presidente Manuel João Meira Fernandes e dois vogais, João Carlos Carvalho das Neves e Rui Manuel Correia Pedras, cujo mandato termina em 2010.

Estes dois últimos elementos faziam parte da equipa de Miguel Cadilhe. No entanto, Rui Pedras (antigo gestor do POE) continua na actual equipa, sendo o único que transitou da anterior. Apesar das muitas mudanças nos registos destas sociedades, existe um elo comum inalterável. O endereço das sedes na Rua João de Deus, Funchal, ou seja, no edifício da Real Seguros do Grupo BPN onde



Nomes das empresas do BPN mudaram ao longo dos anos

trabalham quatro colaboradores ligados à seguradora. O DN confirmou que nenhum deles trata dos assuntos relativos às SLM e BPN Internacional. Toda a correspondência recebida nesta morada é reenviada para Lisboa para um outro endereço na Rua Marquês Fronteira.

Relativamente à SLN Internacional, esta surge em 2001 sob o nome "Planfin, SGPS" tendo alterado a denominação só em 2007. Relativamente à firma "SLM, Cabo Verde" o registo data de 2003 sob o nome "Clear Gain, Consultores", tendo alterado para a nova denominação em 2006. ■ -L.B.



Gestor do BPN transportou 500 mil euros em notas para suspeitos de mega fraude fiscal

António Arnaldo Mesquita

● Um administrador do Banco Português de Negócios transportou, de Lisboa para o Porto, uma mala com cem mil contos (cerca de meio milhão de euros) em notas, no início do ano 2000. A quantia foi encaminhada para uma dependência do BPN nos arredores de Guimarães, onde ficou guardada, sem contabilização, no cofre do balcão. Foi, depois, usada em transferências entre contas de dois dos principais artífices de uma mega fraude fiscal que ascendeu a 50 milhões de euros.

Este episódio de transporte de dinheiro vivo, um segredo do BPN, coincidiu com a fase final das investigações daquela mega fraude pela Brigada Fiscal da GNR e foi utilizado para uma tentativa de extorsão de 2,5 milhões de euros. O alvo da chantagem era a administração do BPN, tendo José Oliveira e Costa recebido um dos indivíduos, que dizia ter documentos comprometedores para a instituição recentemente nacionalizada pelo Estado.

Os cinco alegados autores da chantagem, entre os quais figuram dois advogados, estão actualmente a ser julgados na 2.ª Vara Criminal de Lisboa por extorsão agravada. Uma das testemunhas de acusação é o ex-presidente do conselho de administração do BPN, José Oliveira e Costa,

actualmente preso preventivamente por presumível envolvimento em sete crimes enquanto gestor do banco.

Um dos documentos apreendidos a um dos alegados chantagistas detinha aquele insólito transporte de dinheiro vivo de Lisboa para Guimarães, com uma escala de dois dias num dos balcões do BPN no Porto. E assegura que na origem daquele movimento de dinheiro estaria o íntimo relacionamento entre o administrador do BPN, recentemente afastado do cargo, após a nacionalização, e dois dos principais arguidos da mega fraude.

Um foi condenado a uma pena de prisão de quatro anos, que foi suspensa, e o outro está ausente em parte incerta, devendo ser julgado separadamente quando for localizado e detido. A decisão ainda não transitou em julgado e actualmente está em curso um pedido de revisão, subscrito por alguns dos condenados, para que os factos da mega fraude sejam apreciados à luz da reforma penal que entrou em vigor em 15 de Setembro de 2007.

Contração prescrita

A movimentação de meio milhão de euros em dinheiro vivo relatada no documento apreendido a um dos suspeitos de extorsão ao BPN é ilícita. A violação legal é punível com uma contraordenação, mas o prazo de pres-



Irregularidades tornaram-se vulgares no BPN

Manual de instruções

Um dos documentos que terão sido usados pelos extorsionários é uma espécie de guião sobre a forma como o dinheiro seria levado da sede do banco, em Lisboa, para Guimarães, com passagem pelo Porto. O objectivo era que chegasse às mãos dos destinatários sem que ficasse registado qualquer movimento ou transacção.

crição já foi ultrapassado há muito.

A ausência de contabilização e controlo de tão avultada quantia é encarada como um sintoma da forma como o BPN foi gerido nos últimos anos e atingiu uma situação de descrédito tal que obrigou à nacionalização do banco.

O episódio indicia, além disso, relações perigosas entre um alto responsável da instituição e indivíduos suspeitos de envolvimento numa das maiores fraudes fiscais detectadas nos últimos anos.

Os movimentos suspeitos de avultadas quantias e o sumiço sofrido pelas muitas centenas de milhões de euros que foram subtraídos ao Estado - através de apropriação ilícita de IVA e de outros impostos especiais sobre produtos sensíveis (álcool, tabaco, combustíveis) - só são possíveis através de uma complexa teia de cumplicidades, consumadas através da violação de regras a que as instituições financeiras estão obrigadas. Uma destas regras consiste na denúncia de operações suspeitas de montantes superiores a 125 mil euros. No caso da fraude fiscal, o limite mínimo foi multiplicado por 40.

Os investigadores perderam o rasto ao dinheiro e só agora é que começam a entender algumas alusões de envolvidos na fraude à existência de centenas de milhares de euros em notas.

Dias Loureiro não é um gestor, nem um político qualquer, é uma figura de primeiríssima linha no poder

Quando o silêncio vale mais do que o barulho

A 24 de Junho de 1994, Dias Loureiro aterrava de helicóptero na Ponte 25 de Abril barricada, havia dias, pelo protesto do movimento de camionistas e outros cidadãos, que se recusavam a pagar o aumento de cerca de 50 por cento nas portagens, decretado pelo Governo chefiado pelo então primeiro-ministro Cavaco Silva. Após a presença de Dias Loureiro na ponte, a polícia endureceu face aos manifestantes. Aos camionistas unia-se um grupo de *motards* vindos de um concerto de Pedro Abrunhosa, que, juntando-se também aos protestos, dedicou ao poder político vigente o seu refrão "Talvez fo...". Das batalhas campais que se viveram na Ponte 25 de Abril, resultou um jovem ferido por um tiro da polícia, que ficou paraplégico.

Dias Loureiro, então ministro da Administração Interna e um dos braços-direitos de Cavaco Silva, dava a cara, em nome do chefe, para assegurar a ordem pública e o poder do Estado. E fê-lo num momento crucial, ficando aliado à defesa do poder vigente no episódio que entrou na história com o nome de "buziã" e que é apontado como o princípio do fim do cavaquismo.

O laço entre Dias Loureiro e Cavaco Silva não é apenas o da amizade, que, segundo as afirmações de Dias Loureiro, dura há 23 anos, quando este era advogado e não entrara no mundo dos cargos políticos e públicos. Dias Loureiro é um dos principais correligionários políticos de Cavaco e Silva. Dias Loureiro foi um dos principais obreiros da rede de poder político que dominou o país durante dez anos (Novembro de 1985 a Outubro de 1995) e que teve como líder Cavaco Silva. Dias Loureiro é uma das pessoas em que Cavaco Silva mais confia. Tanto que até o levou para o Conselho de Estado.

Mesmo quando, afastado do poder político no pós-cavaquismo, se dedica ao mundo dos negócios e à administração de empresas, que o leva, entre outras, à Sociedade Lusa de Negócios, Dias Loureiro mantém-se como uma espécie de consciência que tutela o PSD, não sendo alheio às sortes do partido, que era o seu e que dividira com Fernando Nogueira. E viu à distância a sucessão de líderes, que lhe agradavam mais ou menos, chegando a regressar à direcção do partido com Durão Barroso, tendo sido presidente da mesa do congresso.

Dias Loureiro não é assim um gestor de empresas qualquer, nem um político qualquer. Dias Loureiro é uma figura de primeiríssima linha no poder em Portugal. É certo que Dias Loureiro tem direito ao seu bom nome - por muito que, aparentemente, existam contradições entre as notícias e as afirmações que venham a lume; por muito que possa parecer estranho um político do



São José Almeida
A semana política

gabarito, da inteligência e da argúcia de Dias Loureiro ter tido uma atitude tão cândida, crédula e estupidamente confiante no presidente da Sociedade Lusa de Negócios e do Banco Português de Negócios, José Oliveira e Costa. Isso não significa que Dias Loureiro possa ser prejudicado ou punido por eventuais actos que garante não ter cometido. E de facto, até agora, Dias Loureiro não é arguido em nenhum processo.

Dito isto e arrumado o lado jurídico da questão, resta o problema político. E, se do ponto de vista legal não há nada que aponte a necessidade de Dias Loureiro se demitir de membro do Conselho de Estado, do ponto de vista político há todas as razões. Mais: Dias Loureiro deveria tê-lo feito e logo no primeiro momento em que o seu nome foi referido, de modo a evitar arrastar atrás de si e da onda de suspeitas e desconfianças que sabia que se iriam gerar o nome e a figura do homem que sempre seguiu e apoiou politicamente e que hoje ocupa a cadeira de Presidente da República, Cavaco Silva.

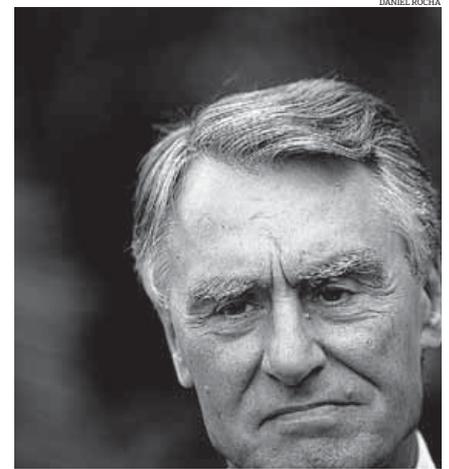
Por solidariedade política com aquele que foi o seu líder político e que ainda hoje serve - tanto que tem assento no Conselho de Estado por indicação deste -, Dias Loureiro deveria ter evitado a exposição e o constrangimento público que provocou e provoca a Cavaco Silva. Mesmo estando juridicamente inocente, como garante estar.

Quando Cavaco Silva era primeiro-ministro, era hábito ouvir-se dizer que não gostava do partido nem da política, que é como quem diz, não gostava do lado obscuro, dos bastidores da política. Tinha para isso dois homens, que ocupavam também lugares-chave no Governo: Fernando Nogueira e Dias Loureiro.

A relação com Fernando Nogueira rompeu-se, transformada em cinzas na imolação que foi a sucessão de Cavaco Silva. Resta-lhe, como homem da sua absoluta confiança política e pessoal, Dias Loureiro. Por isso não o pode deixar cair. Há entre eles uma relação que vai para além da amizade.

Agora, isso não quer dizer que Cavaco não queira que Dias Loureiro se demita. Há na actuação do Presidente da República, em todo este caso BPN, sinais claros de que teme a lama que pode inundar Belém com esta investigação.

Por isso, de forma nervosa, precipitada e aparentemente incompreensível, saiu a terreiro, no domingo passado, a rejeitar qualquer insinuação que o envolvesse e à sua família nas irregularidades do BPN. Por isso, fez saber que não podia demitir um conselheiro de Estado. Por isso, se limita a dizer que Dias Loureiro lhe garantiu "solenemente não ter



Há na actuação do Presidente, em todo este caso BPN, sinais claros de que teme a lama que pode inundar Belém com esta investigação

cometido qualquer irregularidade", que "as suspeitas lançadas não têm qualquer fundamento, são mentira" e que não tem "qualquer razão para duvidar da sua palavra". Por isso, apenas afirma: "São 19 os conselheiros de Estado. Todos merecem o maior respeito. O Presidente da República não faz julgamentos, nem

faz investigações." E que: "Não é tarefa de um Presidente da República fazer julgamentos a qualquer pessoa, seja membro do Governo, das Forças Armadas ou membro do Conselho de Estado. Nem é tarefa de um Presidente da República fazer trabalhos de investigação."

Pois não é. Mas é tarefa dos serviços que apoiam o Presidente da República alertá-lo para os riscos de que as precipitações para sacudir a lama possam tornar-se atractivas para essa mesma lama. Assim como é obrigação de uma personalidade com a experiência política de Cavaco Silva saber manter a calma, quando sente que pode ser colocado numa posição de eventual fragilidade. Há momentos em que o silêncio é de ouro. *Jornalista (sao.jose.almeida@publico.pt)*



Marca BPN vai desaparecer no próximo ano

A insígnia BPN ficou **irremediavelmente destruída** por causa da gestão danosa da administração de Oliveira e Costa. 'Bolo' das perdas continua a crescer

CÁTIA SIMÕES

catia.simoes@sol.pt

LUÍS REIS RIBEIRO

luis.ribeiro@sol.pt

A MARCA BPN vai desaparecer e dar lugar a uma nova. A mudança conterece dentro do próximo ano, período que a Caixa Geral de Depósitos (CGD) considera ser o mínimo aceitável para conseguir sanear o Banco Português de Negócios (BPN) e recuperar o dinheiro (ou parte dele) que o Estado injectou na instituição aquando da nacionalização, apurou o *SOL* junto de fonte que conhece o dossiê. «Agora não é altura de vender [o BPN]. A Caixa deverá ficar, seguramente, durante mais de um exercício com o banco», explicou.

O novo accionista e administrador do BPN – o Estado português e a CGD, respectivamente – concordam que os danos infligidos durante a gestão de José Oliveira e Costa arrasaram com a imagem e a reputação do banco privado. Por isso mesmo, os novos responsáveis do BPN deverão avançar com um plano de reinvenção da marca a par do de saneamento. Este último implicará vender o quanto antes alguns activos não estratégicos, recuperar outros para alienar mais tarde com ganho e manter os que mais interessarem à CGD. É o caso da rede comercial (balcões) que o BPN possui em França.

Apesar da criação de uma nova marca e do emagrecimento previsto para o BPN, não é expectável

PLANO

A Caixa pretende ficar no BPN durante mais de um ano. Será o tempo mínimo para recuperar a instituição e avançar com a venda de activos não estratégicos

uma redução expressiva do número de empregados, actualmente cerca de duas mil pessoas.

No cabaz das alienações estão a banca de investimento e a companhia seguradora Real Seguros (ra-

mos vida e não-vida). Apesar do ramo vida pertencer ao BPN e o não-vida à Sociedade Lusa de Negócios (SLN), a ideia é vendê-los em conjunto, para criar valor a quem vende e a quem compra.

O BPN Brasil deverá ser «limpo, valorizado e depois vendido». Para este activo já existem interessados, refere a mesma fonte.

Prejuízos em crescendo

O 'buraco' nas contas do BPN continua a crescer. Certas são já perdas de 750

milhões de euros, ainda que, neste capítulo, tudo continue em aberto. «Uma coisa é o apoio à liquidez, outra é o dinheiro necessário para restabelecer os níveis de capital». Segundo consta, estas últimas verbas ainda estão por definir. Para este trabalho serão contratados bancos independentes para fazer a avaliação.

E o capital está a ser corroído pelo quê? «Os problemas vêm muito do imobiliário [responsabilidades associadas aos fundos de investimento]». Foram apuradas perdas, mas estas deverão ser bem superiores. O processo de avaliação dos negócios imobiliários – muitos deles, suspeita-se, altamente sobreavaliados – terá de ser minucioso: deverá prolongar-se por cerca de seis meses e será feito caso a caso.

Tal como escreveu o *SOL* há duas semanas, citando várias fontes ligadas ao BPN ou conhecedoras da instituição, o buraco irá seguramente ultrapassar os mil milhões de euros.

Após ser determinado o valor das perdas, haverá então lugar para um aumento de capital que, em princípio, será financiado através da emissão de dívida pública. É justamente a partir deste ponto que os contribuintes portugueses vão começar a sentir a factura da nacionalização, ainda que os seus custos devam ser atenuados com a venda de outros activos com lucro para o Estado.

No dia da nacionalização,

Banco Insular reage

O Banco Insular (BI), em carta dirigida ao *SOL*, refere que as operações fora de balanço, conforme foi noticiado na última edição com o título 'Oliveira e Costa desvia 66 milhões do banco Insular', «eram totalmente desconhecidas» pela sua administração, «salvo de quem as ordenava». A gestão do banco cabo-verdiano reforça que «todos os membros do conselho de administração da SLN SGPS subscreveram em 2 de Junho do ano em curso uma carta para o Banco de Portugal em que se afirmava não ter o conselho de administração do Banco Insular o mais remoto conhecimento das operações não contabilizadas». O BI diz ainda que «se abusivamente houve quem ordenasse o lançamento no programa informático de contabilidade do Banco Insular, de operações activas e passivas, referidas a um balcão inexistente, tal escrituração, de extrema gravidade (...), não legítima que as operações clandestinas (...) sejam citadas (...) como integrantes do património deste banco».



BPN tem de mudar de nome | JOSÉ SÉRGIO

a 2 de Novembro, o ministro das Finanças, Fernando Teixeira dos Santos, explicou que as perdas acumuladas do BPN correspondem ao «conjunto de operações que foram investigadas», nomeadamente as ligações ao Banco Insular, de Cabo Verde (ver caixa). E admitiu que o risco assumido pelo Estado é de facto «ele-

vado», o que afugentou possíveis compradores (bancos privados). O caso BPN levantou também críticas violentas à supervisão do Banco de Portugal ao longo dos últimos anos. O governador do banco central, Vitor Constâncio, rejeitou-as, mas admitiu que é possível melhorar o ambiente de supervisão.



JOSE SERGIO

Caixa **extingue** marca BPN

A MARCA BPN ficou irrecuperável depois de anos e anos de gestão danosa, devendo ser substituída por uma nova insígnia. A Caixa Geral de Depósitos vai precisar de mais de um ano para recuperar o banco. Os prejuízos ainda estão a ser contabilizados, uma operação que será minuciosa e incidirá, sobretudo, sobre os negócios imobiliários do grupo, alguns deles em investigação do foro criminal. ➔ **PÁG. 4**



ID: 22949797

29-11-2008 | Economia



Cem por cento Nicolau Santos

nsantos@expresso.pt

Carta a um homem inteligente, meticuloso e cuidadoso

Manuel Dias Loureiro é, indiscutivelmente, um homem inteligente, trabalhador e competente. Por isso se tornou um dos mais importantes militantes do PSD, chegando a secretário-geral dos sociais-democratas. Por isso se tornou um pilar do chamado cavaquismo, exercendo bem os cargos político-ministeriais que ocupou. Por isso, após ter abandonado a política, se tornou num homem de negócios de sucesso. Rico, no dizer de alguns. Com uma vida confortável, segundo o próprio.

Ninguém consegue uma carreira assim sem ser meticuloso e cuidadoso: no primeiro caso tomando nota de todos os factos que possam vir a ser relevantes para esclarecer o passado ou iluminar o futuro; no segundo escolhendo as companhias que permitam chegar ao topo da montanha.

No caso do Banco Português de Negócios, Dias Loureiro diz certamente a verdade — a sua verdade. Mas há factos que, pelo menos, a contraditam. Vejamos.

Em Março de 2001, a revista 'Exame', dirigida pelo jornalista Camilo Lourenço, publica em manchete a notícia de que o Banco de Portugal tinha passado um cartão amarelo ao BPN. Dias Loureiro diz ter ficado muito incomodado e pediu explicações ao presidente da instituição, Oliveira Costa. Este terá respondido que eram notícias infundadas, originadas por invejas. Mas, se ficou incomodado, Dias Loureiro não o disse a Camilo Lourenço. Pelo contrário, segundo a versão do jornalista, (ver 'Jornal de Negócios' de 24-11-2008), telefonou-lhe a dar conta do seu desagrado pelo forma como o BPN tinha sido tratado; a dizer-lhe que o assunto tinha criado um problema de imagem ao banco; que Oliveira Costa estava muito "incomodado" e pensava processar a revista (o que fez, tendo esta de pagar milhares de euros num

acordo extrajudicial). Primeira contradição.

Na sequência do artigo, Dias Loureiro insiste que ficou tão preocupado que decidiu ir ao Banco de Portugal em 29 de Abril de 2001 (notável precisão!), num encontro intermediado por Miguel Beza, para falar com o vice-governador António Marta, responsável pela supervisão. Objectivo: pedir-lhe que, embora sem ter conhecimento de nada, "tivesse uma atenção especial ao BPN", já que o modelo de gestão do banco não lhe inspirava confiança e havia ac-



JORGE SIMÃO

cionistas que sentia que faziam negócios com a instituição.

Como é conhecido, António Marta desmente de forma peremptória ("ou está a fazer confusão com a pessoa ou a mentir"), sustentando que o que Dias Loureiro lhe foi perguntar é porque o Banco de Portugal andava tão atento ao BPN, além de afirmar que as pessoas à frente do banco eram tudo "boa gente". Segunda contradição.

Mas para quem estava tão preocupado com a falta de transparência da gestão do banco (queixa-se que Oliveira Costa fa-

zia poucas reuniões, não falava com ele e não havia actas), Dias Loureiro fez pouco. Como jurista, sabe que as sociedades são obrigadas a reunir o conselho de administração e a fazer actas das suas reuniões. Desses factos concretos, que se saiba, não apresentou queixa ao Banco de Portugal. Terceira contradição.

Mais extraordinário é que nesse mesmo ano da graça de 2001 o próprio Dias Loureiro tenha apresentado a Oliveira Costa o empresário porto-riquenho Hector Hoyos; que tenha sido o próprio Dias Loureiro a sugerir a

Oliveira Costa a aquisição de duas empresas tecnológicas de Porto Rico, pertença daquele empresário; que as negociações tenham decorrido na casa de Dias Loureiro, no Estoril; que após o acordo sobre o negócio, envolvendo 71,25 milhões, Dias Loureiro e Oliveira Costa se tenham deslocado a Porto Rico para o concretizar; que os dois tenham constatado que nenhuma das empresas tinha activos tangíveis, a não ser um escritório em San Juan de Porto Rico, que fechou poucos meses depois; e que o dinheiro em causa se eva-

porou, perdendo-se em contas «offshore».

Sabendo de tudo isto, a cereja em cima do bolo é que Dias Loureiro tomou como boas as explicações de Oliveira Costa para o facto da operação não constar nas contas do banco de 2001 — e assinou-as. Quarta contradição.

Ora um homem inteligente, meticuloso e cuidadoso não se dá com pessoas como o senhor Hoyos; muito menos propõe negócios com tais pessoas; e ainda menos através de zonas «offshore». Dias Loureiro tem, pois, de se esforçar um pouco mais nas suas explicações para nos provar que merece continuar a ocupar o alto cargo de conselheiro do Estado da República Portuguesa. Ou que passou a ter uma vida confortável, nas suas palavras, exclusivamente como resultado do seu enorme talento e do seu inusitado esforço. Porque, como escreveu Pacheco Pereira na 'Sábado', "ficar milionário do nada, tornar-se um grande capitão de negócios «ex nihilo», um superadvogado de grandes negócios, um dono de empresas valendo milhões, isso é impossível acontecer com um salário de deputado ou de ministro".

P.S. — O Presidente da República resolveu divulgar um comunicado, esclarecendo que não tem qualquer envolvimento no caso BPN. Não exerceu funções, não recebeu remunerações, nunca comprou ou vendeu nada ao BPN e às suas empresas, nem contraiu nenhum empréstimo junto desta instituição. Cavaco Silva é um homem íntegro, de uma honestidade acima de qualquer suspeita. Por isso mais se estranha que, no comunicado que publicou, não tenha esclarecido que foi accionista da Sociedade Lusa de Negócios por um curto período até 2003, assim como a sua filha. Para quem queria acabar com todas as dúvidas, faltou lamentavelmente esta referência.



Crise Banco de João Rendeiro esteve à beira de fechar. Supervisores têm estado a analisar com detalhe a gestão do último ano

Teixeira dos Santos obrigado a salvar o BPP

Confiança no sistema ficava em causa

Textos ANABELA CAMPOS, ISABEL VICENTE e NICOLAU SANTOS

N uma semana particularmente difícil para o Banco Privado Português (BPP) — depois de o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, ter afirmado que a queda do BPP não traria “riscos sistémicos” e de o Banco de Portugal (BdP) ter assumido que ao abrigo do aval o banco não teria direito a mais de €45 milhões — só a intervenção directa do primeiro-ministro possibilitou um volte-face visando o saneamento da instituição.

Com efeito, com o passar dos dias, começou a ser evidente que a insolvência do banco teria impactos fortes em depósitos de clientes da ordem dos €375 milhões (e recorde-se que o Governo garantiu que nenhum depositante seria afectado por esta crise), mas também em vários bancos nacionais (que no mercado interbancário concederam liquidez ao BPP na ordem dos €300 milhões). O risco sistémico tornou-se evidente, tanto mais que há inclusive bancos internacionais credores do BPP. José Sócrates não quis correr o risco de ver qual o efeito no sistema financeiro da falência de um banco, mesmo que sejam várias as vezes a dizer que se trata de um banco dos ricos.

Além disso, importantes empresas nacionais, que investiram nos veículos financeiros criados pelo BPP, estão também a sentir fortemente as dificuldades porque o BPP está a passar.

Contudo, o plano para salvar o BPP não é feito ao abrigo da linha de €20 mil milhões que o Estado disponibilizou para as instituições financeiras, com dificuldades de liquidez, mas através de um plano específico. Visa garantir os depósitos e as dívidas a bancos e outras instituições financeiras, mas não as eventuais perdas dos veículos financeiros e as carteiras em que está investido o dinheiro dos clientes do “private banking”.

O pivô deste plano terá sido desde o início o governador do BdP, Vítor Constâncio, que depois de uma tentativa falhada para que o BCP integrasse o BPP se desdobrou em contactos e acabou por convencer seis bancos — CGD, o próprio BCP, BES, BPI, Santander Totta e Crédito Agrícola (CA) — a financiar o BPP. A operação incluiu, em princípio, um financiamento de €600 milhões por parte dos seis bancos, que avançaram com um aval do Estado. Conseguiu-se um valor que acaba por andar próximo dos €750 milhões pretendidos por João Rendeiro, presidente do BPP.

O BdP deverá ainda nomear administradores independentes para a gestão do banco. “Quem ficar à frente do banco terá de perceber que activos devem ser salvaguardados, cumprir o pagamento de depósitos e descartar se o





banco tem viabilidade e de que forma. Caso contrário, terá de propor um plano de liquidação", afirmou fonte de um dos bancos que compõem o sindicato.

João Rendeiro — fundador do BPP e o seu maior accionista com 12,5% — vai ser afastado da instituição, por exigência dos bancos que compõem o consórcio. Rendeiro, presidente do conselho de administração do BPP, não irá criar qualquer obstáculo à sua saída. Paulo Guichard deverá manter-se como presidente executivo.

Ao Estado serão dadas garantias com base em activos do BPP. A carteira de títulos — entre eles o BCP, a Brisa e a Mota-Engil —, os depósitos e o património estarão entre estes activos.

A solução foi encontrada após demoradas e duras negociações, e acabou por ser política. Os bancos foram sempre resistindo à ideia de comprar o BPP — um gestor de fortunas, que conta com 3.000 clientes e negócios de «private equity» — e ninguém quis assumir a responsabilidade individualmente. Só mesmo a intervenção das autoridades e a garantia de que o Estado dará o aval ao empréstimo é que permitiu desatar o nó.

Outro factor decisivo foi o endividamento do BPP junto de instituições internacionais, que caso o banco entrasse em incumprimento, iria afectar todo o sistema — inclusive com cortes de linhas — e o «rating» do próprio país.

Até à hora de fecho não se conhecia ainda em detalhe a arquitectura do pla-

PLANO DE SANEAMENTO

■ O Banco de Portugal (BdP) liderou o processo de negociações com um sindicato de seis bancos — CGD, BCP, BES, BPI, Santander Totta e Crédito Agrícola — para injectar dinheiro no BPP, através de um empréstimo que poderá ascender a €600 milhões. A operação será feita ao abrigo do aval do Estado, que receberá como contragarantia activos do banco

■ O financiamento serve para fazer face aos depósitos e ao endividamento externo no interbancário que está a vencer. No total o montante ascende a €700 milhões. O objectivo do plano é manter a confiança no sistema

■ O BdP vai nomear administradores independentes para acompanhar a gestão. João Rendeiro vai sair

no de saneamento do BPP e admitia-se até que o valor do empréstimo aumentasse. Durante a tarde estava previsto um encontro entre os accionistas do banco — entre eles Francisco Pinto Balsemão e Stephano Saviotti —, o BdP e o Ministério das Finanças, para formalizar o acordo.

CMVM analisa gestão

O Expresso sabe que a instituição está sob o olhar atento das autoridades supervisoras — BdP e a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), que se encontram há dias nas instalações do banco. A CMVM está a olhar para os fundos do BPP — o banco tem a gestão individual de activos de quase 9 mil pequenos clientes, envolvendo um montante de €1,3 mil milhões.

Mas as autoridades não estão só a avaliar os activos, a composição dos veículos e os investidores, estão também a passar a pente fino todas as operações realizadas pelo BPP. Há indícios de que poderá haver problemas de gestão e muitos clientes têm-se mostrado insatisfeitos, porque não estão a conseguir levantar poupanças, uma situação que se agudizou na última semana.

Fonte do banco garante que a falta de liquidez está associada às menos-valias, provocadas pela queda abrupta dos mercados. Assegura ainda que o problema de liquidez não é no «private equity», mas no retorno fixo.

acampus@expresso.pt

'Buraco' no BPN cresce de dia para dia

BPN deverá suspender mais ex-gestores e quadros coniventes com irregularidades. Na SLN, Cadilhe já vendeu sete empresas

À medida que avança a fundo nos meandros do Banco Português de Negócios (BPN), a nova administração do banco, liderada pelo vice-presidente da Caixa Geral de Depósitos, Francisco Bandeira, vai sendo confrontada com mais surpresas desagradáveis. A dimensão do 'buraco' ainda está por calcular — mas já é certo que ultrapassa largamente os €700 milhões referidos quando foi decretada a nacionalização do banco pelo Governo, no dia 2 deste mês.

Entretanto já começam a ser visíveis as acções tomadas por Francisco Bandeira no âmbito daquilo que considera ser a 'arrumação' da casa. José Augusto Oliveira Costa, filho de José Oliveira Costa — que ficou preso preventivamente no dia 20, — foi chamado pela administração, tendo-lhe sido comunicada a destituição do cargo de director do banco, conforme noticiado pelo 'Diário de Notícias'. Outras situações como esta se seguirão, já que existe a convicção de que ainda estão dentro do grupo elementos que foram coniventes com as irregularidades cometidas durante o período em que Oliveira Costa foi presidente. Mas para isso a administração tem de recolher informação suficiente para poder avançar com a instauração de processos.

O BPN mantém, por outro lado, o contacto com a SLN, de forma a avaliar a situação das cerca de 200 empresas que estão sob a alçada deste grupo e as suas necessidades de financiamento. É natural que a venda da Real Seguros (uma parte detida pela SLN e outra — o ramo Vida — detida pelo BPN) seja articulada em conjunto pelas duas administrações. Mas caso a Real Seguros (Não Vida) seja vendida a uma seguradora sem canal bancário, poderá ser firmado um acordo para que o BPN funcione como canal de distribuição.

Esta semana a SLN anunciou que o seu conselho de administração aprova as primeiras sete operações de venda de empresas do grupo, "que a seu tempo serão objecto de divulgação". Fonte da SLN adiantou ao Expresso que a venda de alguns destes activos poderá estar concluída até ao final do ano. A empresa já tinha tornado público, através do seu «site» slnfocus.com, que tinha recebido uma proposta de compra das participações que detém nas empresas Raposeira, Tapada do Chaves e Murganheira.

Miguel Cadilhe, que em Junho tomou as rédeas do grupo, logo definiu a necessidade de vender uma série de empresas para conseguir recuperar o BPN. Na prática, quase todas as áreas de negócio foram colocadas à venda, à excepção da financeira. Mas a nacionalização do BPN obrigou a uma alteração de estratégia — pelo que nesta fase será necessário decidir o que fazer com as empresas, dado que, se o plano de vendas fosse cumprido conforme a sua versão original, nada restaria dentro do grupo.

Foi por isso que a SLN fez aprovar na quinta-feira um documento a que chamou as "opções estratégicas do grupo SLN pós-nacionalização do BPN". O documento, que readequa a estratégia à realidade após a saída do seu principal activo — o BPN —, será ainda submetido ao conselho superior da SLN e depois à apreciação da assembleia geral de 18 de Dezembro.

Segundo um accionista histórico, "a descapitalização das empresas do grupo foi sempre um problema grave". E explica: "Oliveira Costa queria fazer crescer o BPN e, além dos negócios que passariam pelo balcão virtual, praticava taxas de juro muito acima do mercado às empresas do grupo, prejudicando a sua viabilidade, além de que nunca se preocupou com a sua gestão".

A SLN refere ainda que está em fase de adaptação da sua estrutura funcional à nova realidade.

ISABEL VICENTE e PEDRO LIMA
vicente@expresso.pt

O QUE ESTÁ A BANCA A FAZER

FINIBANCO REFORÇA CAPITAL

Reunidos esta semana em Assembleia Geral, os accionistas do Finibanco aprovaram um aumento de capital até €50 milhões que será concretizado até Março de 2009. Este reforço, aprovado por mais de 80% dos presentes, será reservado a accionistas, sendo uma tranche destinada ao público. O presidente do banco, Humberto Costa Leite, referiu que o Finibanco tem um rácio de depósitos em crédito equilibrado e que "a dívida do banco em termos de financiamento externo tem uma expressão reduzida e só vence a partir de meados de 2010".

Segundo Costa Leite, o aumento de capital serve sobretudo para fazer face à expansão do banco em Portugal e em Angola e pretende-se também com as novas exigências a nível europeu, as quais impõem que os rácios de capital (tier 1) tenham um mínimo de 8% no final de 2009. Questionado sobre se o Finibanco vai recorrer ao aval do Estado, Costa Leite afirma: "Estamos a estudar essa hipótese e outras alternativas de financiamento, nomeadamente junto do Banco Central Europeu". Afirma ainda que "o Finibanco não está com problemas de liquidez", mas confessa que o negócio bancário é um negócio de confiança e que alguns clientes pedem esclarecimentos devido à actual conjuntura. Quanto a eventuais movimentos de fusão ou concentração "serão analisados quando aparecerem. Mas não existe qualquer cenário em cima da mesa. Para isso é preciso que duas partes tenham vontade em avançar para uma fusão".

Refere que o banco teve "sempre um crescimento numa base prudente", e que os bancos em alturas de abrandamento económico olham para a concessão de crédito de uma forma conjuntural.

"Não vamos ser mais rigorosos, nem menos. Continuaremos a ser rigorosos", remata.

FINANTIA EQUACIONA AVAL

O Finantia, banco liderado por António Guerreiro, não comenta rumores de movimentos de concentração em que esteja envolvido, e diz-se numa situação confortável, evocando o encaixe de €100 milhões realizado com um aumento de capital, feito há cerca de um ano. O Expresso apurou que o banco deverá aceder ao aval do Estado.

BES E CGD COM AVAL GARANTIDO

Na quinta-feira o BES ficou a saber que a garantia pedida ao Estado para financiamento no mercado interbancário foi autorizada pelo secretário de Estado do Tesouro e Finanças, Carlos Pina. O aval autorizado serve para cumprimento de obrigações de capital e de juros no âmbito de um empréstimo obrigacionista a emitir pelo BES no montante de €1,5 mil milhões, com um prazo de três anos. A mesma autorização foi concedida à CGD. Neste caso a garantia do Estado envolve um montante máximo de €2 mil milhões. Segundo um comunicado à Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), não estão ainda previstas a data e condições específicas em que a CGD utilizará esta garantia. Mas, segundo o 'Jornal de Negócios', a CGD pagará ao Estado €51,9 milhões pela utilização do aval, no total dos três anos. O BCP também avançou com o pedido de um aval estatal no montante de €1,5 mil milhões e aguarda a respectiva autorização.

MONTEPIO PREPARA AUMENTO

O Montepio está a equacionar um aumento de capital de €100 milhões que será colocado à apreciação da Associação de Mutualistas, detentores de 100% da Caixa Económica, em Assembleia Geral que deverá ocorrer em Março de 2009.

ESFG AVANÇA COM €196 MILHÕES

A Espírito Santo Financial Group (ESFG) anunciou na quinta-feira um aumento de capital para fazer face ao reforço dos capitais próprios (tier 1) e ainda para avançar com investimentos e financiamento a empresas.



João Rendeiro, fundador e maior accionista do Banco Privado Português (BPP), vai ser afastado da gestão do banco, por imposição do consórcio de seis bancos responsáveis pelo plano de saneamento da instituição. Banco de Portugal vai nomear administradores

FOTO TIAGO PETINGA/LUSA



Governo salva BPP para defender imagem de Portugal

Os efeitos que a falência do Banco Privado Português teria na imagem de Portugal nos mercados externos, bem como a crise de confiança que acarretaria internamente, foram os dois factores determinantes para o Executivo ter tomado a decisão política de salvar a instituição.

Isto, apesar de o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, considerar que a falência do BPP não acarretaria riscos graves para o sistema financeiro e de se ter mostrado particularmente irritado com o facto de o presidente do banco, João Rendeiro, ter

- ➔ Sócrates acompanhou o processo de perto
- ➔ Cavaco Silva recusa explicar se foi ou não accionista da SLN
- ➔ Daniel Sanches era secretário da assembleia geral do BPN e não sabia
- ➔ Oliveira Costa diz que não há mais envolvidos

dito publicamente precisar de 750 milhões depois de lhe ter sido comunicado que tal não seria possível. A injeção de 600 milhões no BPP, a nomeação de dois ou três administradores e a suspensão de funções de Rendeiro resultam de negociações lideradas por Constâncio, enquanto as autoridades de supervisão (BdP e CMVM) passam as contas do banco a pente fino.

No caso do BPN, o Expresso quis saber se o Presidente da República tinha sido accionista da SLN até 2003, mas a Presidência não deu quaisquer informações. **P2 e E2**



Documento 'fatal' estava em casa

Prova da ligação do Banco Insular ao grupo BPN encontrava-se na residência

Felícia Cabrita
felicia.cabrita@sol.pt

DURANTE mais de 15 horas, Carlos Alexandre, o juiz de instrução que ouviu Oliveira e Costa após a sua detenção, na semana passada, tentou que o arguido explicasse 90 negócios ilícitos que envolvem três políticos e provocaram um desfalque irreparável no Banco Português

O 'caso SIRESP' está outra vez em investigação

de Negócios (BPN) – desde operações financeiras com dinheiro do BPN, das quais beneficiaram terceiros, aos negócios em Porto Rico que conduziu com Dias Loureiro, passando pela compra recente de um avião particular.

Mas os casos mais importantes com que o banqueiro foi confrontado são três concursos públicos, em que há suspeitas de pagamento de lufas e financiamento de partidos.

Segundo o SOL apurou, o Sistema Integrado das Redes de Emergência e Se-

gurança de Portugal (SIRESP) – um sistema de comunicações para as forças de segurança pública, emergência médica, protecção civil e 'secretas' – é um desses concursos. O caso remonta a 2005, aos últimos dias do segundo governo PSD-CDS, quando Daniel Sanches, ministro da Administração Interna (MAI), decidiu adjudicar o SIRESP a um consórcio de empresas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN, a empresa-mãe do BPN), da qual fora administrador antes de entrar para o Executivo. O caso já foi alvo de um inquérito

pelo Ministério Público, mas acabou por ser arquivado. Com as novas provas agora recolhidas, a investigação vai ser reaberta.

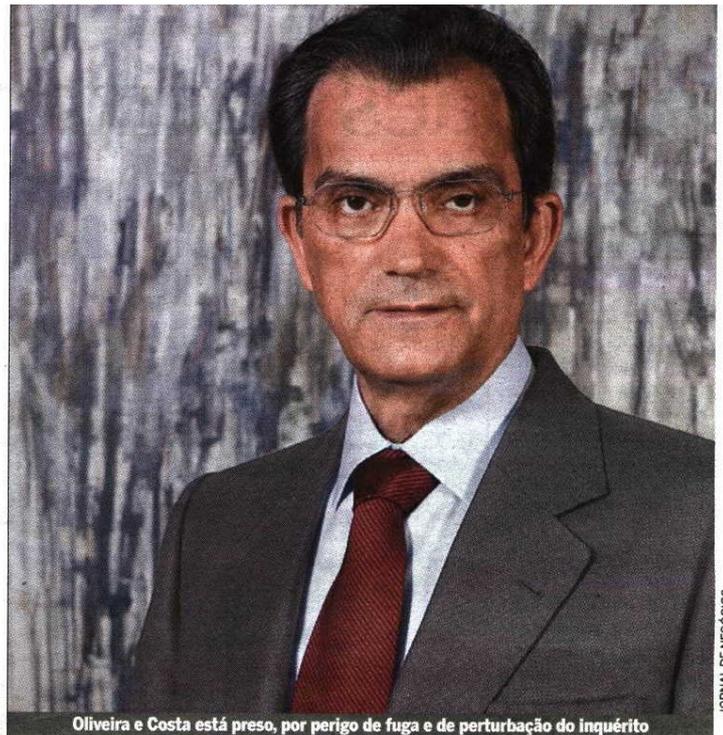
Em 2003, Durão Barroso lançou o repto a cinco empresas de telecomunicações para que, num concurso aberto, apresentassem propostas em 52 dias. Com prazos fora dos parâmetros habituais, ninguém avançou a não ser o consórcio Motorola/SLN. Em Fevereiro de 2005, à beira de eleições antecipadas, Daniel Sanches, com um parecer favorável do

magistrado Mário Gomes Dias (auditor do MAI e hoje vice-procurador-geral da República), adjudicou o SIRESP por 538,2 milhões, à sua antiga casa.

O contrato foi alvo de críticas, nomeadamente quanto ao valor, considerado excessivo. Com a mudança de Governo, o novo MAI, António Costa, ainda suspendeu a adjudicação, mas acabou por confirmá-la, renegociando o valor para 485,5 milhões. Agora, com a documentação recolhida pela equipa de investigadores do caso BPN – a mesma da 'Operação Furacão' –, que conseguiu recuperar a parte financeira do negócio, surgiram novos elementos que vão levar à abertura de um novo inquérito.

Documentos escondidos num lugar

Depois de terem apreendido diversa documentação no último mês – com buscas consecutivas, ora na sede do BPN, ora em várias garagens num edifício do Parque das Nações, em Lisboa, que pertence ao grupo BPN e estava registada numa *offshore* –, faltava apenas um nó para o grupo de investigadores desfazer por completo o novelo.



Oliveira e Costa está preso, por perigo de fuga e de perturbação do inquérito

Entre os vários accionistas da SLN e do BPN, ninguém assume que o Banco Insular seja uma criação do grupo. O ex-presidente do BPN, Oliveira e Costa, estava sob escuta há já algum tempo e os seus passos eram controlados por grupos de vigilância. Desde pelo menos o dia 2 de Novembro, data do anúncio da nacionalização do BPN, que Oliveira e Costa esperava a visita da equipa do 'Furacão' e vinha-se preparando com o advogado.

Na semana passada, teve a conversa telefónica fatal. O grupo de investigadores – liderado pelo procurador da República Rosário Teixeira e que inclui 20 elementos da inspeção tributária e 10 da Guarda Fiscal – dividiram-se em quatro equipas. Era quinta-feira (dia 20) e, pelas 8h30 da manhã, Rosário Teixeira e os seus homens bateram à porta do 5.º andar do apartamento

em que Oliveira e Costa vive, na Avenida Álvares Cabral, em Lisboa.

Foi a mulher, Iolanda Costa, professora, quem recebeu os investigadores, ainda em roupão. O casal divorciara-se em Fevereiro, mas a separação foi só em termos de bens, o que surteu os investigadores. Só no dia seguinte, em tribunal, é que perceberam a última jogada do ex-presidente do BPN: intuindo que poderia cair numa cilada da lei, Oliveira e Costa colocara os imóveis todos em nome de Iolanda, ficando apenas com as acções do grupo.

Em casa, Oliveira e Costa, também de roupão, recebeu-os sereno. Mas há sempre alguma coisa que escapa, mesmo a um cérebro laborioso: nas buscas ao apartamento foi encontrada, finalmente, a documentação que prova que o Banco Insular é da SLN.

Entretanto, o resto da equipa dividira-se: uns pas-

saram a pente fino uma quinta na Vidigueira, outros as casas que Oliveira e Costa tem em Aveiro. Mas foi na sua quinta do Cartaxo, numas courelas rústicas, que descobriram mais documentação, escondida em sacos desportivos que estavam colocados num lagar. A par do perigo de fuga, esta foi, aliás, uma das razões para que o banqueiro tenha ficado em prisão: ou seja, a possibilidade de ocultar provas e perturbar o inquérito.

Nessa noite, Oliveira e Costa foi presente ao juiz. Estava cansado, surpreendido, e traiu-se mais uma vez. Quando Carlos Alexandre lhe pediu a identificação e o estado civil, reagiu com normalidade: «Casado». Segundos depois, rectificou os autos: «Divorciado». Apesar da manobra, os investigadores estão tranquilos e pensam impugnar aquela que foi talvez a última operação financeira do banqueiro.

Separação vai ser contestada

O MINISTÉRIO Público (MP) está a estudar a impugnação da partilha de bens que Oliveira e Costa e a mulher fizeram, em Fevereiro, com o objectivo de recuperar todo o património do ex-presidente do BPN.

Ao contrário do que se pensava, o ex-líder do BPN não está divorciado,

mas separado de pessoas e bens – uma modalidade mais rápida do que o divórcio, em que o casamento pode continuar por tempo indefinido, mas a partilha dos bens é feita de imediato.

Caso o Ministério Público tenha sucesso, os dois apartamentos em Lisboa, os dois imóveis

no Algarve e as duas quintas (uma no Cartaxo e outra em Aveiro), que agora estão em nome da mulher, poderão voltar à esfera patrimonial de Oliveira e Costa (que ficou com as acções do BPN e da SLN).

O meio jurídico para esta anulação da partilha de bens é uma acção cí-

vel, conhecida por impugnação pauliana.

O advogado Francisco Teixeira da Mota explicou ao SOL o seu funcionamento: «Pede-se ao tribunal a anulação de um negócio jurídico que prejudica objectivamente um crédito anterior». Se o tribunal concluir que houve si-

mulação na partilha – ou seja, que se tratou de uma fraude e que Oliveira e Costa não recebeu tornas (o preço) pela cédência da sua parte nos bens partilhados – a acção é simples.

Mas algumas dificuldades podem vir a prejudicar as pretensões do Ministério Público. Por,

exemplo, «no caso de os bens serem vendidos após a partilha, a anulação pode complicar-se se o terceiro estiver de boa fé», ou seja, se desconhecer que esta venda era feita em prejuízo de quem os alienou em primeiro lugar.

Felícia Cabrita
e Manuel Agostinho Magalhães



Cavaquistas chamados à AR

DIAS Loureiro, Miguel Cadilhe e Abdool Vakil são alguns dos antigos e actuais administradores da Sociedade Lusa de Negócios e do BPN que serão chamados à comissão parlamentar de inquérito que será aprovada esta quarta-feira, na Assembleia da República (AR).

O PS mudou de posição e já aceita discutir o caso BPN no Parlamento. Mas alargou substancialmente a proposta do CDS, que pretendia investigar a «falha grave» de supervisão do Banco de Portugal (BdP).

No requerimento apresentado ontem pelos socialistas, é evidente a tentativa de proteger o governador do BdP, Vítor Constâncio. Na versão do PS, o BdP deixou de ser o motivo principal de averiguação. Agora, é a gestão do BPN que está no centro da investigação – banco que, diz o requerimento socialista, pôs

«em risco a estabilidade do sistema financeiro» e «forçou» o Estado à sua nacionalização.

Outra novidade incluída pelo PS é avaliar as «lacunas» do regime de incompatibilidades e impedimentos de titulares e ex-titulares de cargos políticos e de cargos públicos, «ilustradas à luz das ocorrências no caso BPN».

O PSD, por seu lado, quer ver «integralmente esclarecidas as razões da nacionalização do BPN», como disse à agência Lusa o deputado Hugo Velosa.

A mudança de posição do PS – que inicialmente não queria discutir este assunto no Parlamento – foi justificada pelas contradições públicas entre o ex-administrador do BPN, Dias Loureiro, e o ex-vice-governador do BdP, António Marta, sobre a supervisão em 2001.

«Queremos ouvir res-

ponsáveis da administração do BPN e eventualmente quem terá sido prejudicado por alguns negócios que foram feitos», afirmou ao SOL o vice-presidente da bancada parlamentar, Ricardo Rodrigues, acres-

Comissão de inquérito vai ouvir Dias Loureiro, Cadilhe e Abdool Vakil

centando: «Antes de Dias Loureiro ter falado, não tínhamos tantas dúvidas».

«Começámos a perceber que a situação no banco era calamitosa», justificou o deputado. O objectivo do PS é «salvar» o governador do BdP, Vítor Constâncio, de qualquer falha na supervisão, apontando negligências por parte dos administradores do BPN.

Para mais, numa altura em que o próprio Presidente da República já se envolveu na polémica, o PS parece ter perdido o pudor em chamar ex-ministros dos governos cavaquistas.

«O PR diz que não tem nada a ver com isto. Se houver alguma coisa, haverá. Não temos receio disso», afirmou Ricardo Rodrigues.

«Primeiro, somos criticados por não ouvir ninguém. Agora, acusam-nos do contrário?».

Cavaco não faz julgamentos

Face a «tentativas de associar o nome do Presidente da República à situação do Banco Português de Negócios» Cavaco Silva fez, no do-

mingo, um comunicado inesperado em seu nome e da mulher, alegando não poder «tolerar a continuação de mentiras e insinuações visando pôr em causa o seu bom nome». Referia-se a notícias, por exemplo, em que se dizia ser accionista do banco gerido por ex-ministros seus.

Esclareceu ser o BPN um dos «quatro bancos portugueses» a quem entregou a gestão das suas poupanças.

No dia seguinte, Cavaco receberia o conselheiro de Estado Dias Loureiro – depois de este ter solicitado a sua audição no Parlamento e após a polémica entrevista que deu à RTP.

Na terça-feira, após a audiência, o Presidente fez questão de esclarecer que esta tinha sido pedida pelo seu ex-ministro e que lhe «garantiu solenemente que não cometeu qualquer irre-

gularidade no exercício das funções que desempenhou em empresas do BPN».

Acrescentou, em resposta aos jornalistas que o questionaram sobre a permanência de Dias Loureiro no Conselho de Estado: «Não tenho razões, face à sua declaração solene, para duvidar da sua palavra». «Como não tenho razão para duvidar da palavra de muitas pessoas que falam comigo», acrescentou. Com isto Cavaco está a dizer que não passa um atestado de inocência a Dias Loureiro, «até porque [continuou] não é tarefa do Presidente fazer julgamentos».

Tais declarações não impediram dois destacados membros do PSD, Paulo Rangel e Moraes Sarmiento, de defender que Dias Loureiro devia demitir-se.

Helena Pereira
e Maria Teresa Oliveira



BPN

Dúvidas Fonte oficial da SLN confirmou em Janeiro que Cavaco foi accionista até 2003. Mas o Presidente tem recusado esclarecer

Cavaco não explica acções da SLN

Texto ANABELA C. CAMPOS, FERNANDO DIOGO, ISABEL VICENTE e PEDRO LIMA

A dúvida permanece. O Expresso escreveu na semana passada (pela segunda vez) que o Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva, e a sua filha Patrícia tinham sido accionistas da Sociedade Lusã de Negócios (SLN) por um curto período antes de 2003. Para sustentar a notícia, o Expresso recorreu a declarações prestadas por fonte oficial da SLN, a «holding» que controlou o BPN até à sua nacionalização, em 2 de Novembro, e a um documento interno onde o nome do actual Presidente da República e da filha são mencionados na lista dos accionistas, muito embora não exista qualquer referência ao número de acções.

Questionada sobre se Cavaco Silva tinha sido accionista da SLN e em caso afirmativo quem o tinha convidado, fonte oficial de Belém remeteu para o comunicado divulgado no passado domingo. Ora, nesta nota não há qualquer alusão à SLN, nem qualquer passagem que desminta formalmente a sua condição de ex-accionista da empresa. De facto, no ponto 4 do comunicado presidencial diz-se apenas que "ao tomar posse como Presidente da República, Cavaco Silva e a sua mulher deram instruções aos bancos gestores das suas poupanças para não voltarem a comprar ou vender quaisquer acções de empresas portuguesas, excepto no exercício de direitos de preferência".

QUEM FINANCIOU CAVACO

Os banqueiros

Oliveira Costa, Ricardo Salgado, José Maria Ricciardi, Mário Mosqueira do Amaral, Jardim Gonçalves, Paulo Teixeira Pinto, João Rendeiro, Horácio Roque, António Horta Osório, Abdool Vakil, António Guerreiro, Christopher de Beck

Os empresários

Américo Amorim, Alexandre Soares dos Santos, João e Vasco Pereira Coutinho, António Mota, Stanley Ho, Joaquim Fortunato, Manuel Violas, Vasco e José de Mello, José Roquette, Dionísio Pestana, Stefano Saviotti

Os accionistas da SLN e BCP

SLN: Joaquim Coimbra, Alberto Queiroga Figueiredo, Fernando Cordeiro e Adelino Silva. Do BCP: Goes Ferreira, Manuel Fino e Hipólito Pires

A dúvida não fica esclarecida e provoca até novas interrogações, já que não se entendem as razões que levam agora Cavaco Silva a não prestar um esclarecimento inequívoco sobre o tipo de ligações que, "embora por pouco tempo e com uma participação muito pequena", na versão de fonte oficial da SLN, terá mantido com esta empresa.

O facto de vários dos seus administradores terem tido posições de destaque nos governos de Cavaco Silva e alguns, como é o caso de Manuel Dias Loureiro, continuarem a ser próximos do chefe do Estado desencadearam questões que o surpreendente comunicado de Belém não dissipa na totalidade.

No comunicado, Cavaco disse que, no exercício da sua vida profissional, nunca exerceu qualquer tipo de função no Banco Português de Negócios ou em qualquer das suas empresas; e que nunca recebeu qualquer remuneração nem comprou ou vendeu nada a essas entidades. Disse também que nem ele nem a mulher contraíram alguma vez qualquer empréstimo junto do BPN, nem devem um único euro a qualquer banco nem outra entidade.

A primeira vez que o Expresso escreveu que Cavaco teve acções da SLN foi em Janeiro deste ano. A segunda foi na semana passada.

Banqueiros e empresários suportam campanha

O financiamento da candidatura de Cavaco Silva à presidência da República foi esta semana referenciado pela imprensa a propósito da doação de José de Oliveira Costa, fundador e ex-presidente da SLN/BPN, detido dia 20 de Novembro, por suspeita de crimes financeiros, envolvendo a instituição. Oliveira Costa, além de doar €15 mil a Cavaco Silva, financiou também a campanha de Mário Soares com €2500.

Na lista de donativos da campanha consultada pelo Expresso no Tribunal de Constitucional, domina de forma inequívoca o financiamento de banqueiros, accionistas de peso da banca e de grandes empresas, assim como os maiores empresários do país. A lista de donativos (totalmente legais) integra mais de 120 nomes de figuras relevantes do mundo financeiro e empresarial português. Destes, 50 deram valores iguais ou superiores a €20 mil. O máximo permitido por lei são 60 salários mínimos que em 2005 era de €374,70, o que dá €22 482.

Américo Amorim, Alexandre Soares dos Santos e António Mota são alguns dos nomes da lista no sector empresarial. Na banca, Ricardo Salgado, presidente do BES, Jardim Gonçalves, fundador do BCP e Paulo Teixeira Pinto, ex-presidente do BCP. Na lista de accionista da SLN/BPN encontram-se Joaquim Coimbra (também do Banco Privado Português) e, do BCP, Goes Ferreira.

acampos@expresso.pt



Marcelo teme o fim do cavaquismo

Em Belém havia quem esperasse a demissão de Loureiro, mas o conselho de Estado não saiu. A dúvida é saber se a recandidatura de Cavaco resiste ao caso BPN

O caso BPN está a provocar um autêntico terramoto no interior do PSD e algumas figuras influentes do partido temem que daqui decorra um desgaste irreversível para a imagem do cavaquismo. Marcelo Rebelo de Sousa assumiu-o, ao Expresso: "há um risco real de ruptura com o cavaquismo enquanto referência e é preciso gente que, não tendo estado com nem contra o cavaquismo, exerça um papel moderador". Passos Coelho foi a primeira voz no

partido a estabelecer publicamente um elo entre o BPN e Cavaco, dizendo que a não demissão de Dias Loureiro do Conselho de Estado poderia causar incomodidade ao Chefe de Estado.

Marcelo Rebelo de Sousa considera que a tendência política mais ligada a Cavaco está, por um lado, a desaparecer com Ferreira Leite se o poder no partido for tomado pelos seus adversários que, à semelhança de Pedro Passos, nunca se identificaram com Cavaco, por outro, o facto de, em paralelo, estar previsto um inquérito ao caso BPN, no qual desfilarão figuras muito próximas de Cavaco, e que poderá fragilizar a autoridade do Presidente.

Morais Sarmiento e Pacheco Pereira vieram reforçar esta tese. O primeiro afirmou na RR que Dias Loureiro se devia demitir de conselheiro para poupar o Presidente; o segundo, na SIC Notícias, além de concordar com a demissão de Loureiro, criticou a "forma errática" como Cavaco tem gerido este processo. Domingo, dia 23, o Presidente emitiu um comunicado a repudiar

as tentativas de associarem o seu nome ao caso. Um dia depois, interrogado sobre se tencionava manter o conselheiro de Estado, convidou os jornalistas a lerem a lei, o que foi interpretado como um sinal de impotência para o demitir. Aparentemente, Belém esperava que fosse Loureiro a tomar a iniciativa, poupando o Presidente a ter que o "empurrar".

Na reunião que ambos tiveram horas depois, era a surpresa: Loureiro não se demitiu, alegando não ter cometido qualquer "ilegalidade": "Não há da minha parte qualquer razão que justifique o pedido de renúncia de conselheiro de Estado". No dia seguinte, Cavaco solidarizava-se: "não tenho qualquer razão para duvidar da sua palavra".

Se para uns Cavaco arrisca-se a sair tão beliscado deste processo que a sua recandidatura poderá ficar em dúvida, para outros o seu capital de seriedade e credibilidade permitir-lhe-á sair politicamente ileso. Aconteça o que acontecer aos homens do Presidente.

ÂNGELA SILVA e FERNANDO DIOGO
asilva@expresso.pt



Oliveira Costa assume tudo sozinho



DIÁRIO DA NACIONALIZAÇÃO

SEGUNDA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO

Ainda Cabo Verde

A SLN Cabo Verde, empresa do grupo SLN, foi denunciada à Procuradoria-Geral cabo-verdiana pela prática de crimes de corrupção e tráfico de influências, entre outros, segundo revelou o 'Diário de Notícias'.

Constância contra Loureiro

Em entrevista à RTP, o governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constância, diz que Dias Loureiro nunca "denunciou nada de concreto" sobre o BPN. E defende o ex-vice-governador do BdP António Marta.

TERÇA-FEIRA, 25 DE NOVEMBRO

O testemunho de Maria Augusta

Em declarações ao '24 Horas', a irmã de José de Oliveira Costa defende o irmão dizendo que "ele só assinava os cheques". E confirma a tese de que o irmão está doente. No dia anterior o mesmo jornal tinha referido que ninguém visitava Oliveira Costa na prisão.

€129,5 milhões ocultados

O BPN ocultou €129,5 milhões da venda da empresa brasileira ERGI, em 2006, através de uma sociedade «off-shore» controlada pela SLN, conta a Lusa. Mais do mesmo.

QUARTA-FEIRA, 26 DE NOVEMBRO

A campanha de Cavaco

O '24 Horas' revela que o ex-presidente do BPN foi um dos muitos empresários que contribuíram para o financiamento da campanha de Cavaco Silva para a presidência da República. Oliveira Costa doou €15 mil.

A pista madeirense

Revela o 'Público' que o grupo BPN tem ligações a deputados do PSD-Madeira na Assembleia Regional.

QUINTA-FEIRA, 27 DE NOVEMBRO

Accionistas contra Oliveira Costa...

Os accionistas da SLN já em 2004 tinham motivos para estar chateados com Oliveira Costa. Diz o 'Correio da Manhã' que não acharam graça nenhuma ao facto de o presidente do banco ter contratado o filho para a administração sem ter dado satisfações prévias aos restantes proprietários do banco.

SEXTA-FEIRA, 28 DE NOVEMBRO

Miró vai para a Caixa

A Caixa Geral de Depósitos mandou várias camionetas recolher os 82 quadros do pintor espanhol Juan Miró, que estavam no BPN, como forma de garantir o primeiro empréstimo que concedeu ao banco, de €200 milhões, conta o 'Correio da Manhã'.

ELAO metida ao barulho

O ex-presidente do BPN concedeu um empréstimo à ELAO, accionista da Reditus, que não respeitou os trâmites normais de concessão de crédito a clientes, diz o 'Público'.

O banqueiro ficou preso preventivamente por causa da queixa de Vítor Constância. E assumiu alguns dos factos com que foi confrontado

O preso 34 do Estabelecimento Prisional da PJ ainda só recebeu visitas do advogado e da familiares próximos. Tem uma cela individual sem luxos nem televisão e passa o tempo a ler. O Expresso conta o que Oliveira Costa disse e o essencial da investigação ao BPN.

"Fui eu"

José Oliveira Costa não implicou ninguém no caso BPN. Durante os dois dias de interrogatório a que foi sujeito, e perante a incredulidade do procurador Rosário Teixeira, o antigo administrador do banco assumiu parte dos factos que lhe foram imputados, mas recusou dividir responsabilidades com colaboradores próximos ou outros administradores. "Tendo em conta os factos conhecidos, é altamente improvável que o suspeito tenha conseguido montar o esquema de desvio de dinheiro sem a colaboração de alguém da instituição", raciocina o magistrado do Ministério Público. Oliveira Costa respondeu a quase todas as perguntas, mas não confessou qualquer crime. Classificou os indícios contra si como "actos normais de gestão com os riscos inerentes". O rombo nas contas é de €700 milhões, justificado pelo banqueiro com "a crise". Resta saber se o dinheiro desviado do banco foi todo para as suas contas ou para as de mais alguém.

Preso porquê?

A recusa de Oliveira Costa em apontar mais nomes só o prejudicou e foi um dos motivos que levou o juiz Carlos Alexandre a decretar a medida de coacção mais grave: prisão preventiva. Nas buscas às casas do antigo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de Cavaco Silva, os investigadores encontraram escondida numa cuba de vinho documentação desaparecida em 2005, durante a Operação Furacão. Foram também encontrados milhares de documentos numa cave de uma casa do Parque das Nações, em Lisboa. Ficou demonstrado que havia perigo de destruição de prova, o que somado ao perigo de fuga levou à decisão da prisão preventiva. A decisão será revista daqui a três meses.

Oliveira Costa foi detido numa casa que tem em Lisboa por elementos da Brigada Fiscal da GNR. Rosário Teixeira e Carlos Alexandre estiveram presentes na diligência. Inspectores das Finanças apreenderam milhares de documentos na casa do suspeito.

Não é do Furacão

Oliveira Costa é o único arguido deste processo, que resulta da queixa apresentada pelo governador do Banco de Portugal, Vítor Constância, e não da Operação Furacão, onde estão apenas em causa crimes de evasão fiscal. O BPN tem mais dois processos no âmbito deste caso e outro provocado por uma exposição de Miguel Cadilhe, último administrador do banco. De acordo com uma fonte judicial, Oliveira Costa é suspeito de abuso de confiança, porque terá usado dinheiro do banco para negócios particulares; de burla, porque fez crer que era seu o que não lhe pertencia; de infidelidade, porque prejudicou financeiramente o banco; e de falsificação de documentos, porque terá alterado a contabilidade oficial do BPN.

O golpe

Segundo o Expresso apurou, Oliveira Costa terá idealizado o seguinte esquema: o dinheiro de alguns depósitos era aplicado pelo BPN na dependência das ilhas Caimão, um paraíso fiscal, e em Cabo Verde, através do Banco Insular. Daqui era movimentado para vários destinos, como o Brasil, e aplicado em fundos imobiliários e financiamento de vários negócios. Ao cliente era dito que o dinheiro estava em fundos ou em depósitos a prazo, pagos acima da média do mercado. Na sequência desta gestão o banco financiava-se de forma duplicada — comprava acções e terrenos com o dinheiro depositado pelos clientes. No caso dos terrenos, estes eram sobrevalorados e eram colocados em fundos do banco. Ou seja, o dinheiro desaparecia da rede de balcões e era utilizado para negócios entre os vários veículos utilizados. Estas operações terão sido articuladas por um grupo reduzido de pessoas da confiança de Oliveira Costa e a utilização de veículos «off-shore» era a forma mais usada para duplicar e desviar o dinheiro que entrava no banco. Este expediente também servia para financiar empresas e outras entidades ligadas ao grupo BPN.

Bens a salvo

Em Março deste ano, Oliveira Costa pediu a separação de bens da mulher, que ficou com a maior parte do dinheiro e os imóveis do casal. Total: €6 milhões. O banqueiro ficou com acções do banco, agora desvalorizadas, e uma conta com €20 mil. Não houve divórcio e a acção, legal, é vista com desconfiança pelos investigadores do caso e pelos accionistas do BPN. Segundo apurou o Expresso, já está a ser movida uma acção de arresto dos bens de Oliveira Costa por parte dos advogados da SLN, para evitar que estes sejam vendidos.

ISABEL VICENTE e RUI GUSTAVO
rgustavo@expresso.pt

INQUÉRITO PARLAMENTAR

Mesmo detido vai ao Parlamento

A primeira aparição pública de José de Oliveira Costa desde que foi detido deverá ser no Parlamento, para falar sobre a sua actuação à frente do BPN. Tudo indica que o ex-presidente do banco seja chamado a depor perante a comissão de inquérito que os deputados deverão aprovar na semana que vem. O inquérito foi iniciada do CDS, que tem como primeiro objectivo apurar se houve "falha grave" na actuação do Banco de Portugal enquanto entidade de supervisão. Os centristas têm uma lista de cerca de 40 pessoas que pretendem ouvir, incluindo os responsáveis pelo Banco de Portugal, os ex-administradores do BPN e os auditores externos. O PS, que começou por se opor a esta iniciativa,

está agora a favor. Mas em vez de apontar baterias à actuação do socialista Vítor Constância, o PS quer reorientar o inquérito para o que se passou no BPN, onde predominavam figuras ligadas ao PSD. Mais: o PS quer que a mesma comissão de inquérito avalie se é preciso aprofundar o regime de incompatibilidades dos titulares de cargos políticos (vários ex-governantes do PSD passaram pelo banco, e Dias Loureiro era ao mesmo tempo deputado e administrador do BPN). O PSD, por seu lado, quer incluir no inquérito a análise do processo de nacionalização do BPN. Com tantas missões sobrepostas, os deputados conseguirão cumprir alguma? F.S.C.

Veja o dossiê sobre o tema
www.expresso.pt/dossies

ENTREVISTA A

Daniel Sanches

Quadro da Sociedade Lusa de Negócios

- Quando é que entrou para a Sociedade Lusa de Negócios?
- Em 2001 fui convidado por Dias Loureiro para gerir a Plêiade, uma «sub-holding» do grupo, que se dedicava, por exemplo à produção de plásticos. Geri uma empresa de segurança, que abandonei depois de regressar do governo e actualmente estou na Parque-invest.
- Não tinha qualquer relação com o BPN?
- Dias Loureiro tinha a intenção de me colocar num lugar de supervisão, ou auditoria para verificar a legalidade das operações do banco. Mas Oliveira Costa e o conselho de administração recusaram com o

- argumento de que eu não tinha currículo bancário.
- Mas foi secretário da assembleia-geral do BPN.
- É verdade. Éramos dois secretários-gerais, mas só o soube em 2005. Nunca participei em nenhuma assembleia, nem assinéi qualquer documento.
- Como é possível ser secretário sem saber?
- Deve ter sido uma deficiência de comunicação.
- Foi surpreendido pela detenção de Oliveira Costa?
- Fui mais surpreendido pela notícia da nacionalização. Não me convencia que houvesse problemas tão graves que não pudessem ser resolvidos. A partir daí a detenção não me surpreendeu.

- Nunca reuniu com Oliveira Costa?
- Uma vez, a pedido dele, porque foi alvo de uma tentativa de extorsão, que está agora em tribunal. Como eu tinha estado na polícia veio aconselhar-se comigo. De resto via-o no elevador ou na garagem.
- O senhor é magistrado do Ministério do Público, esteve na polícia, foi ministro. Nunca desconfiou de qualquer ilícito?
- Não tinha acesso às contas ou aos negócios do banco. Ouvia burburinhos, conversas mas nunca tive conhecimento de factos concretos.
- Admite ser chamado pelas autoridades?
- Não, porque não tenho conhecimento directo de nenhum dos factos que vêm descritos nos jornais.



ID: 22935614

28-11-2008

CASO BPN ■ GARANTIA EXIGIDA PARA UM EMPRÉSTIMO DE 200 MILHÕES DE EUROS

Quadros Miró na CGD

■ Banco do Estado transferiu obras de arte para os seus cofres antes da nacionalização

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

A Caixa Geral de Depósitos (CGD) mandou várias camionetas recolher os 82 quadros do autor espanhol, Juan Miró, que estavam na sede do Banco Português de Negócios (BPN), logo após a concessão do primeiro empréstimo de 200 milhões de euros, concedido em 15 de Outubro. A decisão de recolher os quadros teve por objectivo "garantir os interesses do banco do Estado", afirmou ao CM uma fonte ligada ao processo, e aconteceu vinte dias antes do Governo ter decretado a nacionalização do BPN.

Esta decisão da CGD, que terá levado também a colecção de arte antiga egípcia como reforço da garantia, contribuiu decisivamente para gerar a desconfiança entre os accionistas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que acabaram por não subscrever a segunda 'tranche' do aumento de capital do BPN, que era de cem milhões de euros.

Recorde-se que no final do mês

Sede da SLN muda-se para instalações de empresa informática

de Outubro o Estado recusava a proposta apresentada pela administração do BPN, presidida por Miguel Cadilhe, de uma nova injeção de capital no banco, de modo a diminuir o impacto negativo do falhanço do aumento de capital. No seguimento desta recusa, o Governo comunicou a decisão de nacionalizar o BPN no dia 2 de Novembro.

A ordem para recolher os quadros imediatamente, transferindo-os para o edifício-sede da CGD, situada na avenida João XXII, em Lisboa, foi da responsabilidade do Conselho de Administração,

de que faz parte Francisco Bandeira, que foi posteriormente nomeado presidente do BPN.

Ontem, a administração da SLN reuniu-se e aprovou o documento "Opções estratégicas do Grupo SLN pós nacionalização do BPN", que será submetido à aprovação da Assembleia Geral de dia 18 de Dezembro. Uma das medidas é a alteração da sede da Sociedade Lusa de Negócios, que sai da avenida António Augusto Aguiar e passa para as instalações de uma empresa de informática do Grupo (Datacom).

Foram, ainda, aprovadas as primeiras sete operações de alienação de empresas do grupo que foram colocadas à venda pela administração liderada por Miguel Cadilhe. ■



Leilões.

A leiloeira britânica Christie's avalia, no passado mês de Julho, a colecção de quadros do BPN, estando em preparação um plano de alienação das obras de arte, que deveria render 150 milhões de euros.



O casal Oliveira e Costa

Os contornos de uma separação

Oliveira e Costa e a mulher Maria Yolanda iniciaram um processo de divórcio por mútuo consentimento, mas acabaram por requerer apenas a separação de bens. Esta situação fez com que, segundo a revista 'Sábado', o arguido tivesse respondido ao Juiz Carlos Alexandre, antes de este iniciar o interrogatório, que era "casado". ■

PSD garante que apoiará audição de Dias Loureiro

O PSD não tem problemas em apoiar uma audição de Dias Loureiro na comissão de inquérito parlamentar sobre o processo do Banco Português de Negócios, mas insiste na necessidade de



Manuel Dias Loureiro

analisar a nacionalização daquele banco no âmbito do inquérito. O PS prefere fiscalizar a gestão de Oliveira e Costa e o CDS-PP não quer deixar cair a supervisão do Banco de Portugal e de Vitor Constâncio. Ou seja, ninguém se entende sobre o âmbito do inquérito. ■



CARLOS MANUEL MARTINS



“É impossível enriquecer muito na política”

Para Pacheco Pereira é impossível enriquecer muito na política de forma honesta. Sem se referir directamente a Dias Loureiro, o social-democrata fez uma análise clara na revista ‘Sábado’: “Ficar milionário do nada, tornar-se um grande capitão de negócios ex nihilo [...], isso é impossível acontecer com um salário de deputado ou de ministro.” Já o líder parlamentar do PSD considerou na terça-feira que a decisão de deixar o Conselho de Estado é pessoal, mas que se estivesse no lugar de Dias Loureiro sairia. ■

José Pacheco Pereira

“Homem honesto e amigo da terra”

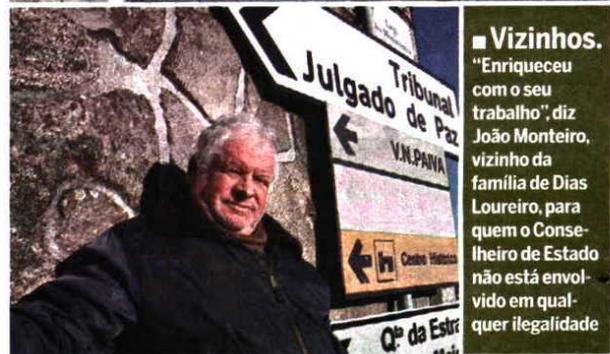
■ A polémica sobre os actos de gestão do Banco Português de Negócios (BPN) e da Sociedade Lusa de Negócios está a ser seguida “com alguma atenção” em Aguiar da Beira, vila do distrito da Guarda onde nasceu Manuel Dias Loureiro, ex-administrador das duas entidades que ali goza de uma boa reputação. “É um homem bom, honesto e muito amigo da terra”, refere Natividade Santos, de 82 anos, que chegou a andar “com o Manel aocolo”.

Agência do BPN ocupa rés-do-chão da casa da família Loureiro

Se a opinião dos habitantes de Aguiar da Beira for determinante, Cavaco Silva não terá de se sentir embaraçado por continuar a contar com Dias Loureiro no Conselho de Estado. Os seus conterrâneos são unânimes a considerá-lo “acima de qualquer suspeita”. “Foi um governante

exemplar e enriqueceu à custa do seu trabalho”, afirma João Cruz Monteiro, vizinho da família Loureiro. Aliás, a dependência do BPN de Aguiar da Beira, uma das primeiras a nascer na região, ocupa o rés-do-chão da casa da família Loureiro, onde reside a mãe, Maria da Luz, que ontem não estava em casa, e a tia do ex-ministro da Administração Interna do Governo de Cavaco Silva.

Dias Loureiro nasceu no seio de uma família humilde – o pai foi latoeiro e comerciante – e sempre primou “pelo bom comportamento. Foi para o seminário por influência do tio e padre José Fonseca. Foi sempre uma flor de menino. Sempre que me vê dá-me dois beijos”, conclui Natividade dos Santos. ■ L.O.



■ Vizinhos. “Enriqueceu com o seu trabalho”, diz João Monteiro, vizinho da família de Dias Loureiro, para quem o Conselheiro de Estado não está envolvido em qualquer ilegalidade

FOTOS: LUIS OLIVEIRA



SLN encaixa até 30 milhões com

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO aprovou sete operações de alienação. A venda, na área e Tapada de Chaves e de parte do negócio de tecnologias de informação está entre os

Maria Ana Barroso
mabarroso@economicasgps.com

A Sociedade Lusa de Negócios (SLN) prepara-se para vender os seus primeiros activos até ao final do ano, prevendo obter um encaixe entre os 20 e os 30 milhões de euros, apurou o Diário Económico. Parte importante do negócio dos vinhos, assim como algumas empresas de tecnologias estão entre os activos que serão em breve alienados.

A 'holding' liderada por Miguel Cadilhe aprovou ontem em conselho de administração as "opções estratégicas do grupo SLN pós nacionalização do BPN". De acordo com um comunicado divulgado pelo grupo, a reunião de conselho de administração de ontem serviu ainda para aprovar "as primeiras sete operações de alienação de empresas do grupo".

Estas alienações serão as primeiras de um plano de venda de activos que havia sido anunciada por Cadilhe em Setembro. O encaixe final das mesmas estará ainda dependente do acerto final de valores. Isto porque nem todas as operações estão completamente fechadas. Em algumas há "tomada firme", noutras faltam "apenas coisas de pormenor", refere fonte próxima.

Um dos activos que integra este pacote de vendas é o negócio dos vinhos. Tal como o Diário Económico ontem noticiou, as participações

A administração da SLN, liderada por Miguel Cadilhe, já aprovou as linhas mestras do novo plano estratégico para o grupo, depois da nacionalização do BPN.



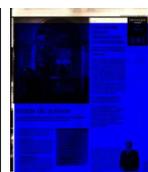
Miguel Cadilhe, presidente da Sociedade Lusa de Negócios

detidas pela SLN nas sociedades Raposeira, Tapada de Chaves e Murganheira já têm comprador. Fora da lista ficam as empresas Geosil, Catânia e Sortegel, que permanecem no grupo.

Destas sete operações faz ainda parte a venda de activos da área de tecnologias da informação. Em causa poderá estar a alienação de uma ou mais de três empresas: a IzS, a Seac Banche e a NLS.

De fora destas vendas está o negócios de serviços de segurança, a saúde e os seguros. Esta última área deverá ser alvo de uma reestruturação. Já a alienação da Real Seguros é um processo que ainda decorre. A SLN fixou o dia 5 de Dezembro como prazo limite para que os interessados, onde se inclui o Banif e o Montepio Geral, apresentem propostas vinculativas. "Caso surjam propostas interessantes e firmes", será convocado um conselho de administração extraordinário que aprove as mesmas.

As alienações já aprovadas, assim como as linhas do novo plano para a SLN, terão de ser submetidas ao conselho superior de dia 3 de Dezembro e depois à Assembleia Geral (AG) de dia 18. Não é de excluir que deste plano faça parte o recuo na intenção de venda de alguns activos, uma vez que os pla-



PSD admite chamar Oliveira Costa ao Parlamento

Caso o PGR não se oponha, o PSD chama o ex-governante.

Francisco Teixeira
fteixeira@economicasgps.com

O PSD admite pedir a ida do ex-presidente do Banco Português de Negócios, José Oliveira Costa, à Comissão parlamentar de inquérito. Caso o Procurador-geral da República durante a sua audição na Comissão de Orçamento e Finanças, marcada para a próxima quarta-feira, não se oponha, o deputado do PSD Hugo Velosa garante que os social-democratas não têm problemas que as pessoas ouvidas "sejam pessoas ligadas ao PSD". Até mesmo no que diz respeito a Dias Loureiro, ex-ministro dos Governos de Cavaco Silva e actual Conselheiro do Presidente da República. "Creio que será o primeiro a querer ser ouvido", diz Velosa.

A comissão de inquérito será votada pelos deputados já no próximo dia 3 de Dezembro. Pedida inicialmente pelo CDS com o objectivo de "aférir da existência de falta grave" do Governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, a verdade é que o PS vai condicionar o objecto da investigação.

A comissão de inquérito será votada pelos deputados já no próximo dia 3 de Dezembro.

Caso o Procurador-geral da República, durante a sua audição na Comissão de Orçamento e Finanças, não se oponha, o deputado do PSD Hugo Velosa garante que os social-democratas não têm problemas que as pessoas ouvidas "sejam pessoas ligadas ao PSD".

Apesar de, inicialmente, terem bloqueado a ida de Dias Loureiro ao Parlamento, os socialistas preparam-se para apresentar uma proposta própria (definindo, assim, o âmbito da comissão). O PS terá, necessariamente, dois objectivos: por um lado insistir na defesa do trabalho de Vítor Constâncio, por outro lado, fazer vincar a ideia de que não existia alternativa à nacionalização do BPN, dias antes do seu ex-presidente Oliveira Costa ser detido preventivamente por suspeita de sete crimes. ■



José Oliveira Costa, anterior presidente do BPN e da SLN

venda de activos

dos vinhos, das participações na Raposeira, Murganheira negócios a concretizar até ao final do ano.

nos iniciais de desinvestimento assentavam no pressuposto de um activo central e estratégico que era o BPN, entretanto nacionalizado. A concretização destas primeiras operações é essencial para repor o equilíbrio financeiro.

Saúde reestruturada

O novo plano estratégico poderá contemplar algumas reformas importantes. Por um lado, alguns dos activos passaram para o Estado por fazerem parte do banco. Por outro, o grupo quer resolver o problema da débil situação financeira do Grupo Português de Saúde. Em curso estará um plano de redução de custos e de recuperação desta área. Está ainda prevista a venda de parte dos activos e, noutros casos, a aposta no estabelecimento de parcerias.

SLN já alterou sede social

O comunicado de ontem dá ainda conta da concretização da mudança de sede, na semana passada, para as instalações da Datacomp em Lisboa. A necessidade de encontrar uma nova sede social para a SLN justifica-se por a anterior sede ser o edifício do BPN na avenida António Augusto Aguiar, em Lisboa. Esta semana deverá estar concluída "a transferência da equipa operacional" para as novas instalações. ■

Áreas de negócio da SLN

- Agro-indústria
- Cimentos
- Comércio e 'renting' automóvel
- Corretagem financeira
- Hotelaria e turismo
- Imobiliária e imóveis
- Saúde
- Seguros e corretagem de seguros
- Serviços de segurança e outros serviços a empresas
- Tecnologias de informação



Economia

Auditoria Clientes receberam financiamentos sem trâmites normais

Principal accionista da Reditus teve crédito irregular do BPN

A operação consta de um relatório que está na posse da actual administração do banco, indicada pela Caixa Geral de Depósitos. São vários os clientes que são listados nesse documento que aponta irregularidades

Cristina Ferreira

● O ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN), José Oliveira e Costa, concedeu um empréstimo ao principal accionista da Reditus, a ELAO SGPS, que não respeitou os trâmites normais de concessão de crédito a clientes.

A informação consta de um relatório na posse da actual administração do BPN, indicada pela Caixa Geral de Depósitos (CGD), e onde aparecem outros nomes como o do antigo líder da bancada parlamentar social-democrata Duarte Lima, que surge ainda como tendo recebido um crédito irregular e que é, neste caso, ainda,

de cobrança duvidosa.

“É verdade que tenho um financiamento contraído junto do BPN, mas ele respeitou os procedimentos normais”, assegurou ao PÚBLICO José António da Costa Lima, o accionista de controlo da ELAO SGPS e presidente executivo da Reditus. “Desconheço qualquer irregularidade e a existência de uma lista onde conste o nome da ELAO. Para mim é uma novidade absoluta”, sublinhou.

José Gatta esclareceu ainda que o empréstimo foi negociado com o BPN tendo como “garantia as acções” que detém e que estão depositadas na instituição que foi alvo de nacionalização.

O presidente executivo da Reditus fez ainda questão de salientar que a relação negocial com o BPN envolve apenas a sua *holding* pessoal e não a empresa tecnológica, onde possui uma posição accionista de 21 por cento.

Lista tem várias empresas

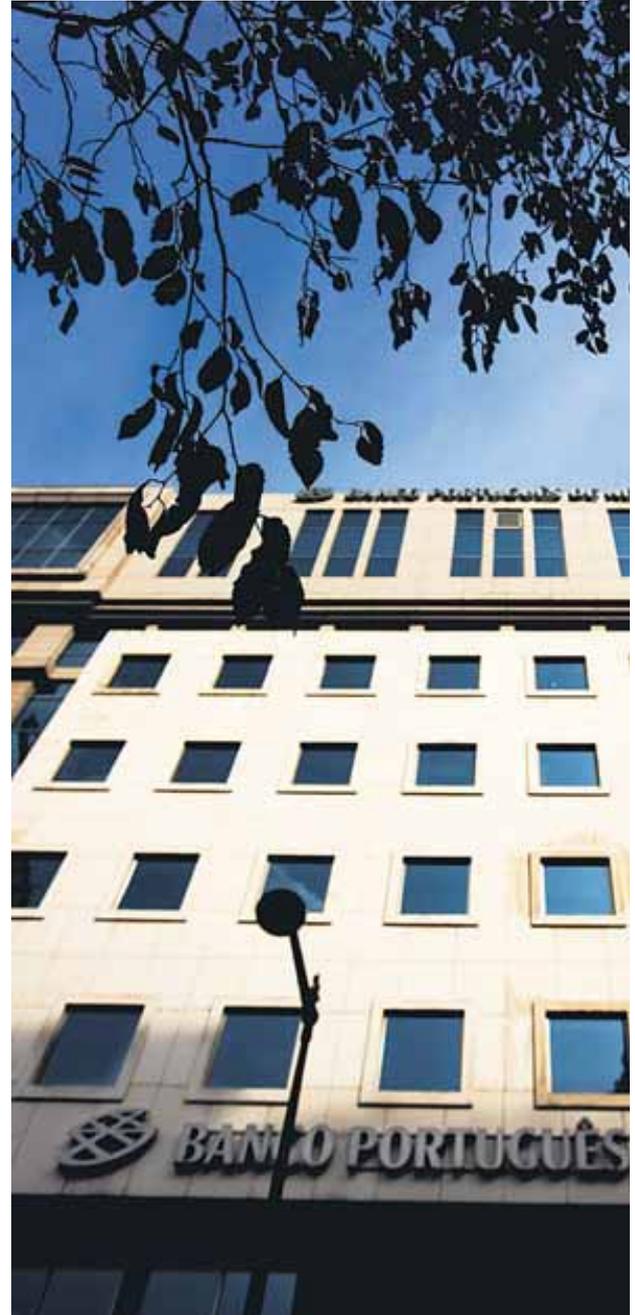
A Reditus é presidida por Miguel Pais do Amaral (presidente não-executivo), que controla directamente a empresa que vai ser alvo de fusão com a Tecnidata. A Tecnidata é controlada pelo ex-patrão da TVI, que, depois da concentração, ficará como o maior investidor da empresa final.

A ELAO aparece numa lista que inclui os nomes de clientes que receberam financiamentos que não seguiram os procedimentos regulares e que está na posse da actual administração do BPN, indicada pela Caixa Geral de Depósitos, e que foi entregue pela Deloitte com base numa auditoria realizada às contas da instituição estatizada já este mês.

Para além da ELAO, com um empréstimo de 4,5 milhões de euros, na lista aparecem outros nomes como o de uma imobiliária, a SIQ-Imobiliária da Quinta da Pedreira, e o de uma empresa espanhola, a La Granjilla Corporation.

Tal como o PÚBLICO já divulgou, o ex-líder parlamentar do PSD Duarte Lima consta igualmente deste relatório, dado ter obtido um financiamento de cerca de cinco milhões de euros sem seguir as regras previstas nos estatutos do BPN. Duarte Lima aparece ainda numa lista como sendo um cliente com um crédito

ELAO surge numa lista sobre clientes com empréstimos irregulares



Inquérito sobre BPN divide partidos

PSD quer analisar nacionalização, PS a gestão

O PSD vai propor que a comissão de inquérito sobre o caso BPN incida sobre a nacionalização do banco e reafirma que não tem constrangimentos em ouvir pessoas ligadas ao partido. É a reacção do PSD à vontade dos socialistas em alargar a comissão de inquérito à gestão do BPN nos últimos anos, ao mesmo tempo que o CDS avisa que não deixará cair a avaliação da supervisão bancária.

Hugo Velosa, vice-presidente da bancada parlamentar social-democrata, anunciou ontem que o PSD vai propor o alargamento do âmbito da comissão de inquérito à nacionalização do BPN, dado que o partido “não está integralmente esclarecido sobre as razões” do acto. Questionado sobre se o PSD apoiará a audição de Dias Loureiro, ex-administrador da sociedade que controlava o banco, Velosa garante que o partido não se opõe. “Não temos problema que sejam pessoas ligadas ao PSD”. Quanto a Oliveira e Costa, antigo secretário de Estado social-democrata, detido em prisão preventiva por suspeita de burla qualificada, fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais, entre outros ilícitos, o PSD admite poder ouvi-lo, desde que “não haja objecções legais”.

A reacção do PSD surgiu numa altura em que o PS quer alargar o âmbito da comissão de inquérito à gestão do BPN nos

últimos anos, uma perspectiva diferente da proposta do CDS-PP, o partido que avançou com a iniciativa.

Segundo a proposta inicial do CDS, a comissão de inquérito destinava-se a “aferir da existência de falta grave” do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, enquanto presidente da entidade supervisora. Ontem, o deputado Nuno Melo deixou um aviso ao PS. “Não aceitamos, sob pretexto de avaliar a gestão do BPN, ‘descafeinar’ a avaliação da supervisão. Se a supervisão tivesse funcionado, certamente que não aconteceria o que aconteceu no BPN”, disse.

A bancada socialista considera que visar apenas a supervisão bancária é insuficiente e, por isso, vai propor o alargamento à gestão do banco.

Embora à luz da lei só possam ser objecto de comissões de inquérito entidades na esfera da administração do Estado, o PS entende que o facto de o BPN ter sido nacionalizado e ser agora do domínio público permite analisar os actos de gestão do banco. “O CDS e o PSD não podem montar uma operação de branqueamento sobre o BPN. Isso não permitiremos”, justificou ontem José

Junqueiro, do PS. Na próxima semana, todos os partidos deverão viabilizar a comissão de inquérito, embora se dividam quanto ao âmbito da mesma. **Sofia Rodrigues**



de cobrança duvidosa. O PÚBLICO tentou ao longo de toda a tarde de ontem (como já havia feito a semana passada) entrar em contacto com o dirigente social-democrata, tendo deixado mensagem telefónica nos seus dois contactos de telemóvel, mas Duarte Lima não esteve disponível.

Para além dos créditos concedidos sem terem sido seguidos os procedimentos regulamentares (a auditoria nunca refere directamente a existência de ilicitudes), a Deloitte conclui igualmente que o banco era credor, à data da realização do relatório, de vários accionistas da SLN

num montante de crédito inferior a 300 milhões de euros.

Entre outras matérias, a auditoria preliminar extraordinária da Deloitte concluiu que as perdas não reconhecidas associadas ao BPN atingiam, a 14 de Outubro deste ano (quando o relatório foi entregue), 330 milhões de euros, dos quais 120 milhões de euros dizem respeito a empresas do universo da *holding* do grupo.

Mas o valor global, incluindo as imparidades associadas ao Banco Insular e a outras sociedades ligadas ao BPN, podem ascender a mil milhões de euros.



Financiamentos foram montados pelo Efisa, do Grupo BPN

PS-Madeira pede realização de inquérito para esclarecer empréstimos ao governo regional

Tolentino Nóbrega

BPN, através do Efisa, facilitou um total de 600 milhões de euros a várias entidades públicas

● O PS-Madeira requereu ontem a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito sobre todos os termos das operações de crédito, num total de 600 milhões de euros, efectuada a várias entidades públicas da região pelo BPN, através do seu Banco Efisa.

Os socialistas madeirenses pretendem indagar “os termos do envolvimento, e a sua adequabilidade, de deputados do PSD-Madeira e o governo regional, a análise da salvaguarda do interesse público, a transparência do processo, a coerência do enquadramento fiscal da operação, bem como a sua lisura legal”, em particular do ponto de vista das condições de instalação da sucursal financeira exterior do Banco Efisa no Funchal.

Para justificar a realização do inquérito, pedido na sequência da notícia do PÚBLICO (25/11) sobre as

ligações madeirenses ao BPN, o PS questiona o enquadramento fiscal relativo à entidade intermediária na operação de crédito, a Zarco Finance BV, criada pelas cinco empresas públicas mas com sede na Holanda, para o empréstimo de 190 milhões de euros, contratação que “pressupõe uma margem de lucro da empresa”. Pretende também indagar a incompatibilidade efectiva do envolvimento de deputados do PSD nos vários empréstimos organizados pelo Efisa, as responsabilidades de membros do governo nas operações e a ausência de concurso público nas iniciativas públicas referidas, “violando preceitos de transparência, salvaguarda do interesse público e boa gestão da coisa pública”.

O PS questiona ainda a legalidade da instalação da sucursal financeira exterior do Banco Efisa, “decorrente da aparente violação da lei que obriga a existência de estrutura própria para a sua operação, e a eventual cumplicidade de deputados do PSD e governo regional”. Desde a sua criação, em Novembro de 2003, aquela sucursal *off-shore* tem como “local de representação” o escritório da sociedade de advogados Coito Pita e Tranquada



Enquadramento fiscal é um dos temas que o PS quer debater

Gomes, não dispo de quaisquer funcionários, como confirmaram.

Pelo decreto legislativo regional n.º 15/97/M, de 3 de Setembro, aprovado por unanimidade no plenário de 17 de Julho de 1997, sob proposta do PS, os bancos que instalarem sucursais financeiras exterior no Centro Internacional de Negócios da Madeira, para poderem beneficiar de isenções

fiscais, passaram a ser obrigadas a ter localmente uma estrutura material e humana próprias. Na declaração de voto, Coito Pita, intervindo pela bancada do PSD de que também já fazia parte Tranquada Gomes, defendeu o diploma porque “toda e qualquer instituição de crédito, bem como sucursais ou agências instaladas na Zona Franca da Madeira, devem possuir uma estrutura humana e física necessária para garantir o seu normal funcionamento”.

Para pôr cobro a uma realidade que era a de tais sucursais não criarem postos de trabalho, um dos pressupostos da isenção fiscal (que no Orçamento do Estado para 2009 representa uma despesa fiscal de 1800 milhões de euros), o diploma regional exige como condição para novos licenciamentos uma estrutura material e humana própria que “não pode, em caso algum, ser inferior à que decorre do exigido no Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro”. Relativamente às já licenciadas, determina que devem “dar cumprimento ao estipulado na presente lei regional até ao dia 1 de Janeiro de 1999”, o que não aconteceu com a referida sucursal do Banco Efisa, do grupo BPN, no Funchal.

Finanças, Banco de Portugal e BPP estão a tentar montar plano de recuperação

Salvação do BPP continuava ontem a ser negociada

● O Governo, através do Ministério das Finanças, o Banco de Portugal e o Banco Privado Português (BPP) continuavam ontem, ao final do dia, a trabalhar num plano de recuperação dos activos da instituição criada por João Rendeiro, e que passa pelo afastamento do fundador. Se esta solução falhar, o BPP poderá ter de declarar a insolvência. Em cima da mesa está a montagem de um *dossier* juridicamente complexo que envolve a indicação por parte do supervisor financeiro de uma nova gestão que avalie de forma independente a verdadeira situação do BPP.

Os negociadores estavam ainda a

estudar à lupa as garantias que a instituição (que funcionava como uma gestora de fortunas) pode dar aos bancos que aceitaram injectar liquidez na instituição, CGD, BCP, BES, Totta Santander e BPI. O objectivo é permitir que o BPP cumpra com os compromissos assumidos junto das praças internacionais, onde se foi financiar,

700

Valor, em milhões de euros, dos fundos que o presidente do BPP foi buscar aos mercados financeiros internacionais

e permitir que este possa reembolsar os seus clientes, com quem acordou taxas de remuneração acima dos dois dígitos. De acordo com as contas semestrais, João Rendeiro foi levantar fundos aos mercados financeiros internacionais no valor de 700 milhões de euros (sendo que cerca de 100 milhões de euros são dívidas contraídas juntos de instituições nacionais).

O processo está a demorar mais tempo para garantir que o processo decorra de modo organizado e sem falhas. No final, o banco central pode mesmo concluir que o BPP não possui condições para sobreviver, optando por decretar a falência. Uma das parti-

cularidades da gestora de fortuna fundada por João Rendeiro foi a construção, ao lado do BPP, de um conjunto vasto de sociedades gestoras de participações sociais (SGPS) (algumas delas *off-shores*), muito alavancadas e que se destinavam a comprar acções de empresas cotadas (cada uma investia num título). Em regra o BPP tomava uma pequena parcela do capital, sendo os clientes convidados a subscrever o resto das acções e assumindo por isso o risco do negócio. Com a queda dos mercados financeiros as sociedades começaram a revelar perdas, o que levou Rendeiro a “desviar” fundos do BPP para tapar os buracos. C.F.





Editorial Paulo Ferreira

Por que é que uns bancos são mais iguais do que outros

As dificuldades do BPN e do BPP não têm origens comparáveis. As soluções do Estado também não podem, nem devem ser semelhantes

Dois bancos, duas situações muito difíceis, dois planos de salvamento com a mão visível e assumida do Estado. Dois casos, no entanto, completamente distintos nos motivos que levaram à crise e no tipo de intervenção que é legítimo e aceitável esperar do Estado.

O Banco Português de Negócios (BPN), já se sabe, é o típico caso de polícia. Foram desviadas centenas de milhões de euros que pertenciam a clientes e accionistas para fora do país, utilizando uma sucessão de operações ilegais.

Trata-se de um banco de retalho: aceita depósitos de clientes, que são a sua fonte principal de financiamento, e concede empréstimos a particulares e empresas, que são a sua fonte principal de rendimento.

Deixar cair um banco destes, ainda que de tamanho médio, é empurrar uma pequena bola de neve pela encosta abaixo, desconhecendo que tamanho vai adquirir. As responsabilidades financeiras cruzadas entre os bancos, o efeito dominó que representa o desaparecimento súbito de uma parte das poupanças dos depositantes e a crise de confiança que cria no sistema bancário aconselham que o Estado encare a falência iminente de uma instituição destas com especial cuidado.

Questão diferente é saber se, salvaguardado o impacto no sistema financeiro, a nacionalização foi a melhor opção. Só as contas feitas daqui

a alguns meses poderão dizer-nos se o Governo tomou a decisão certa em nome dos contribuintes, quando achou que os 600 milhões de euros que Miguel Cadilhe pedia ao Estado eram uma factura demasiado elevada. É grande a tentação para apostar já que o BPN acabará por sair mais caro do que isso.

A história do Banco Privado Português (BPP) é muito diferente e não faz sentido estabelecer qualquer paralelo com o caso BPN.

O BPP foi vítima do seu próprio modelo de negócio, que deu muito a ganhar aos seus accionistas, enquanto os mercados de acções e imobiliário estiveram em alta e o recurso ao crédito era fácil. O clima financeiro mudou rápida e dramaticamente, os lucros desapareceram num fôsforo e o fecho dos mercados de crédito impediu que a instituição se financiasse para a travessia do deserto. Correu mal, ou, como costuma dizer Warren Buffet, quando a maré baixa é que se vê quem é que estava a nadar nu.

O BPP é um banco de investimento, especializado na gestão e rentabilização de fundos próprios ou que clientes lhes confiam. Esse dinheiro é investido em acções, obrigações e outros títulos, arte ou imobiliário para tentar atingir rentabilidades simpáticas. O banco ganha dinheiro com as comissões que cobra aos clientes e com o lucro - quando ele existe - que tem nas suas

aplicações próprias. Por isso e pela sua reduzida dimensão, o risco de contaminação do BPP é muito escasso e será acomodado sem dificuldade pelo sistema financeiro. Do lado dos clientes, quem entregava o dinheiro ao BPP sabia que estava exposto ao risco dos mercados.

Deve o Estado utilizar dinheiro dos contribuintes para salvar um banco destes, que foi inábil a gerir? Não. Da mesma forma que não se deve subsidiar uma empresa têxtil ou de componentes automóveis que não soube sobreviver. Esse seria um caminho sem fim.

O Governo esteve bem, por isso, ao não colocar dinheiro público ao serviço do BPP e o Banco de Portugal acertou ao indeferir o aval de uns exagerados 750 milhões de euros (cinco vezes o capital social do BPP).

E a solução que está a ser patrocinada pelo banco central e pelas Finanças de colocar as principais instituições financeiras do país a apoiarem o BPP, ficando este sob a gestão controlada do Banco de Portugal?

Depende da racionalidade da operação. Se os bancos comerciais aderem à solução porque entendem que, entre ganhos e perdas para si e para o sistema, o melhor é segurar o BPP, então é positiva. Se, pelo contrário, vão fazer um favor ao Governo e ao Banco de Portugal, então é melhor não. Nunca é bom ter bancos a quem o governo e o supervisor devem favores destes.



LÉZAR SANTOS



Oliveira e Costa. O administrador do BPN vê o cerco apertar-se com os socialistas a quererem conhecer em pormenor os empréstimos e transacções que se revelaram "ruinosos" para aquela instituição bancária

PS quer comissão para apurar responsabilidades políticas

Inquérito pedido pelos socialistas visa investigar negócios do BPN e será entregue ainda hoje

ALEXANDRA MARQUES
alexandra.marques@jn.pt

O PS quer apurar as irregularidades praticadas pela administração do BPN, mesmo que o bom nome de ex-dirigentes do PSD seja posto em causa. O objectivo é responsabilizar politicamente, pois à AR não cabe aferir da responsabilidade criminal.

Os socialistas entregam hoje, na Assembleia da República (AR), a sua proposta para a criação de uma Comissão de Inquérito aos actos de gestão do Banco Português de Negócios (BPN).

Ao JN, Ricardo Rodrigues, vice-presidente do grupo parlamentar socialista, afirmou que o objectivo é verificar os negócios suspeitos, "tentando encontrar as irregularidades praticadas e apurar como se chegou a este ponto e responsabilizando politicamente quem tiver de ser responsabilizado, porque as responsabilidades criminais não compete à AR investigar".

Para além da investigação às alegadas falhas na supervisão do Banco de Portugal, proposta pelo CDS-PP (única entregue até on-

tem), os socialistas querem pôr a nu os empréstimos avultados concedidos, os pagamentos efectuados através de paraísos fiscais e negócios que se tenham revelado desastrosos para a contabilidade do banco. "Porque o BPN foi nacionalizado com dinheiros públicos, é natural que os portugueses, através da AR, queiram saber o que nele se passou para que se chegasse a esta situação".

Questionado sobre a possibilidade de a investigação atingir - como clientes, administradores ou consultores do BPN - antigos governantes de governos do PSD, e esse facto poder inibir ou de algum modo ser um constrangimento à actuação dos deputados durante o inquérito, Ricardo Rodrigues rejeitou qualquer intimidação.

"Não nos inibe, nem nos orienta. Não vamos procurar ninguém por filiação partidária e não nos interessa saber quem é cliente, mas sim se um negócio foi ruinoso para a instituição e para o interesse dos depositantes", disse.

A decisão de avançar com um pedido de inquérito torna questio-

Parlamento irá atrás do polícia e do ladrão

Anteontem, José Junqueiro disse ao "Expresso online" que o PS se preparava para fazer "um up-grade na proposta do CDS". Curiosamente, ao Jornal de Notícias, Ricardo Rodrigues afirmou desconhecer as declarações de véspera prestadas por um dos seus pares na direcção da bancada. Nessas declarações, Junqueiro diz que centrar a investigação nos eventuais erros do supervisor, e não na entidade bancária, seria "uma mega-operação de branqueamento do que se passou no BPN". O presidente da Federação do PS/Viseu repetiu até a expressão proferida pelos socialistas sobre a acção de Constâncio em relação ao Millennium BCP: "Então, vamos atrás do polícia em vez de irmos atrás do ladrão?"

nável a recente recusa do PS em aceitar chamar ao Parlamento alguns dos protagonistas do caso.

Ricardo Rodrigues explica ao JN "que nunca se tinha falado em criar uma comissão de inquérito", mas em ouvir em audiência, numa comissão parlamentar, Manuel Dias Loureiro, Vitor Constâncio e

AR não pode ficar inibida de actuar por estarem envolvidos ex-ministros do PSD, diz deputado PS

Miguel Cadilhe.

"Opusemo-nos porque ainda não sabíamos o que se estava a passar, não tínhamos o alcance total do caso nem tinham ainda sido reveladas as contradições", alega este socialista, em referência às declarações contrárias proferidas por Dias Loureiro e por António Marta, supervisor do Banco de Portugal, sobre o que terá sido o exacto conteúdo de uma conversa mantida entre os dois sobre a si-

tuação e o modo de actuação do BPN no mercado.

O acender do rastilho

O dirigente parlamentar reconhece que foi depois da polémica que a direcção do grupo optou pelo inquérito: "Lançou a confusão e consideramos que as contradições devem ser esclarecidas".

Confrontado com o aumento da tensão entre Belém e S. Bento que esta decisão poderá causar, Ricardo Rodrigues justifica não ser essa a intenção dos socialistas - "não viamos culpar ninguém, mas esclarecer a verdade" -, adiantando que "a AR não pode ficar limitada por atingir A ou B".

O PSD também propõe uma comissão de inquérito, porque "não está integralmente esclarecido sobre as razões da nacionalização", justificou Hugo Velosa.

O deputado do PSD diz que a sua bancada não se opõe à audição de Dias Loureiro - talvez até seja "o primeiro a querer ser ouvido", frisou - nem de Oliveira e Costa, "se não existirem objecções" do foro judicial. ■



REFORMA FISCAL

Cavaco elogiou papel no governo de Oliveira e Costa

Autobiografia do presidente destaca empenho do banqueiro nas suas antigas funções governativas

ADELINO CUNHA
adelino.cunha@jn.pt

A reforma fiscal executada pelos governos do PSD contou com a determinação e a exigência de Oliveira e Costa enquanto secretário de Estado. Cavaco Silva reconhece nas suas memórias políticas o mérito do antigo governante.

Cavaco Silva considera José Oliveira e Costa uma pessoa com "enorme capacidade de trabalho, muito determinado e exigente". É o que resulta do trabalho entre ambos nos governos do PSD. No segundo volume da autobiografia política, publicado em 2004, o antigo primeiro-ministro elogia o seu ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais pela determinação e exigência que revelou. O JN tentou sem sucesso obter um comentário da Presidência.

Cavaco empenhou-se pessoalmente na reforma do sistema fiscal executada no final dos anos 80. Entregou os trabalhos preparatórios a José Oliveira e Costa e no seu livro de memórias revela tê-lo chamado "várias vezes" ao seu gabinete para discutir os detalhes.

Cavaco elogiou Oliveira e Costa pela participação na reforma fiscal executada pelos governos do PSD

A proximidade permitiu-lhe conhecer melhor o homem que haveria de liderar o BPN depois de abandonar o Governo do PSD e fazer carreira na banca. "Acompanhei de perto e com muito interesse os trabalhos da reforma, mais do que seria normal para um chefe de Governo, descendo mesmo a algumas questões técnicas".

A dedicação de Cavaco à reforma fiscal justifica-se em grande medida com o facto de todos os seus antecessores terem falhado, isto é, os outros quinze primeiros-ministros "tinham prometido realizar a reforma fiscal, mas nenhum tinha sido capaz de concretizá-la". Tratava-se de uma "tarefa urgente e indispensável à modernização" do País e Cavaco estava determinado em "ficar com a glória" desse sucesso.

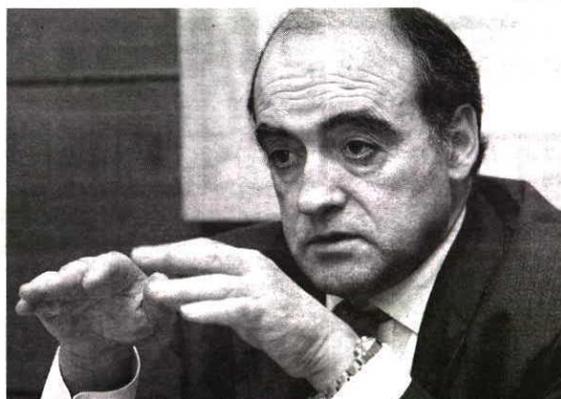
Os caminhos cruzados de Cavaco Silva e Oliveira e Costa



O sistema fiscal da altura estava "totalmente desordenado" e "desajustado" às novas realidades económicas e sociais" e revelava-se "incapaz de responder às exigências de justiça fiscal e crescimento económico". Cavaco quis reformar e Oliveira e Costa tornou-se no seu braço-direito na bem sucedida empreitada.

Quando surgiram conflitos com a comissão encarregue de auxiliar o Governo, Cavaco não

hesitou em defender o seu secretário de Estado: "Apercebi-me a certo momento de que havia um pequeno choque entre o espírito académico do presidente da Comissão e a visão prática e a visão de fazer do secretário de Estado dos Assuntos Fiscais". Cavaco interveio para evitar demissões, mas reconhece a razão de Oliveira e Costa: "É óbvio que competia ao Governo decidir e assumir os riscos inerentes". ■



Miguel Beza acredita que à partida não há que temer pelos projectos em marcha

BPN

Investimentos sob manto de incerteza

Com a nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) consumada e a segurança dos depósitos já garantida pelo Estado, uma pergunta continua sem resposta: o que irá acontecer aos projectos de investimento e parcerias daquela instituição que estavam em marcha? Devem-se manter os acordos assumidos pelo BPN ou deverão ser reexaminados, agora sob a lupa estatal?

O ex-ministro das Finanças Miguel Beza acredita que "à partida só se poderá temer o cancelamento de projectos por alguma

bom que eles tenham que ser equacionados", afirma. E justifica: "não apenas pelas razões estritamente financeiras, mas também para discutir a solidez económica e a bondade desses investimentos em termos da sua sustentabilidade e da sua capacidade de se reduzir".

Segundo o professor, com a entrada em cena do Estado, alteraram-se as regras do jogo. "Aquilo que é tomado pelo poder estatal e pelo sector público financeiro naturalmente exige uma outra racionalidade e uma outra prova de confiança e de maturidade". Para José Reis, "quando falamos de questões de parcerias público-privadas devemos equacionar se o investidor privado era uma garantia de solidez; não o sendo, obriga a reequacionar o que estava em causa". "Esta é uma medida lógica de boa gestão", ainda para mais numa instituição que "fragilizava os investimentos em que pudesse entrar". ■

Economistas divididos quanto à necessidade de se reequacionarem os investimentos do BPN

razão em especial, que, para já, se desconhece". Salientando que não conhece em pormenor os contornos da tomada de posse do banco, o economista acredita que o Estado deve honrar os compromissos do BPN porque, em princípio, "a compra inclui os activos e os passivos". Quanto aos projectos da Sociedade Lusa de Negócios (a antiga proprietária do BPN), como o Hospital do Lido, na Maia, Miguel Beza adianta que, "são coisas separadas do BPN" e nada justifica o seu cancelamento uma vez que, no fundo, ela "perdeu um buraco".

Já José Reis, professor catedrático da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra, acha que o Estado pode e deve reapreciar todos os investimentos previstos. "Sem conhecimento concreto no que diz respeito a projectos privados ou parcerias público-privadas que envolvam o banco, admito que não só seja necessário como, sobretudo, seja

Irregularidades perdas e injeções

700

Milhões de perdas

A detecção de irregularidades e perdas acumuladas no valor de 700 milhões de euros determinou a nacionalização do BPN.

800

Milhões da CGD

Segundo o presidente da CGD, é o valor que a instituição já injectou desde Setembro.

As fraquezas de Cavaco

O PRESIDENTE da República deve estar acima de qualquer escândalo financeiro, remetendo-se ao silêncio absoluto. Cavaco não escolheu este caminho e hoje, a mais alta magistratura da nação está, desnecessariamente, a ser fustigada pelo caso BPN e pelas suas várias vertentes. A nota informativa de Cavaco de domingo passado, relativa ao caso BPN, totalmente inusitada do ponto de vista institucional, visava, como disse Cavaco, colocar um ponto final nas especulações que se faziam à volta do seu nome e relacionamento com o BPN. Ora, a nota informativa de Belém acabou por ser um ponto de partida para se falar mais no assunto, trazendo incorporada pequenos factos que, em Portugal, ainda aguçam mais o apetite, mesmo que não haja nada para o alimentar. O esclarecimento que Cavaco não deve nada aos bancos e que tem as suas poupanças distribuídas por quatro instituições bancárias, uma delas o BPN, funciona como um diário da vida privada que o Presidente da República não pode expor na rua, para além dos formalismos das declarações de rendimentos no Tribunal Constitucional que a opinião pública verdadeiramente não conhece. Com a nota informativa, a vertente do caso BPN que se seguiu, referente a Dias Loureiro, teve maior amplificação. Num semana negra para Cavaco, o Presidente da República cometeu um novo erro político em menos de 48 horas. Quando aceitou receber Dias Loureiro, Cavaco tinha de ter a certeza que o ex-ministro do seu governo se ia demitir do Conselho de Estado. Como não o fez, e Dias Loureiro não se demitiu, o Presidente da República ficou ainda mais fragilizado. Para justificar a audiência ao conselheiro de Estado, Cavaco cometeu um novo erro de palmatória. Não é concebível ouvir um Presidente da República satisfazer-se com a mera palavra de Dias Loureiro num caso com a complexidade do BPN, ainda por cima quando outras vozes vieram contestar a leitura dos factos apresentada pelo conselheiro de Estado na entrevista televisiva que deu. O que mais espanta nisto tudo é que Cavaco Silva, um verdadeiro animal político, ainda que tal qualificativo possa surpreender muita gente, sobretudo a que não leu as memórias do hoje Presidente da República, não tenha medido as consequências dos seus actos. Cavaco parece ter perdido qualidades nos últimos vinte anos. O sangue frio que teve quando, como primeiro-ministro, negou o



PAULO GAIÃO

p.gaião@semanario.pt

pedido de Eurico de Melo para ser remodelado à parte e não em conjunto com outros ministros ou quando "despediu" Miguel Cadilhe por causa do escândalo da sisa, era o de um homem com um instinto político apurador e devastador, trituando amizades políticas através dos interesses de Estado. Como é sabido, Eurico de Melo e Miguel Cadilhe ainda hoje não lhe perdoaram verdadeiramente o que aconteceu. Hoje, com Dias Loureiro, Cavaco fez exactamente o contrário, colocando amizade acima do interesse de Estado. Com a idade, Cavaco pode ter ficado mais mole de coração. Ora, em política, estas fraquezas costumam pagar-se caro.

Muito do prestígio adquirido pelo BPN ao longo do tempo, que também pode explicar as falhas na supervisão durante anos sucessivos, deve-se, sem dúvida, ao facto

Cavaco Silva fez hoje com Dias Loureiro exactamente o contrário do que há quase vinte anos, com um instinto político devastador, daqueles que tritaram amizades políticas, fez com Eurico de Melo e Miguel Cadilhe. Com a idade, Cavaco pode ter ficado mais mole de coração. Ora, em política, estas fraquezas pagam-se caro.

de o banco ser constituído por agentes políticos do cavaquismo. Tal como acontecia com Figo, Scolari e Catarina Furtado, cartazes publicitários do banco e seu garantes de credibilidade e confiança, Cavaco Silva, de um certo modo, também cumpriu essa função, ainda que indirectamente. Se Cavaco deu luz verde à nomeação de Oliveira e Costa para secretário de Estado dos Assuntos Fiscais do seu governo, ainda para mais numa área do executivo onde o hoje Presidente da República, sempre foi uma autoridade segura, Oliveira e Costa, por mais sinais e suspeitas que existissem sobre actividades menos claras do Banco, estava como que "blindado" pela sua antiga condição cavaquista. Com o passar do tempo e o deslindar, fio e a fio, do caso BPN se há-de perceber que ter pertencido ao cavaquismo foi, no fundo, o resguardo de muita gente no BPN e no mundo dos negócios em geral.

José Sá Fernandes. José Sá Fernandes conquistou muitos votos de gente independente, atreita a formações partidárias e às suas lógicas nas duas últimas eleições em Lisboa. Nas primeiras, de forma mais aberta, no segundo sufrágio, Sá Fernandes já estava mais engajado à estrutura do Bloco, que também tem cada vez mais as suas intrigas e a sua lógica de aparelho. No entanto, uma boa frase publicitária, do Zé para os lisboetas, fez milagres. No entanto, e sem entrar em grandes pormenores, foi notório logo nos primeiros meses de mandato que Sá Fernandes se tinha desligado da sua base anónima de apoio, que é muito mais grave do que se ter desligado do Bloco, e, mais do que isso, ter defraudado as expectativas de gente não arregimentada em partidos. O facto de o Zé dos lisboetas se ter transformado, à revelia do mandato que recebeu, no Zé de António Costa, é um dado lastimável. Ainda mais lastimável é o facto de José Sá Fernandes não se aperceber da gravidade deste facto. Toda a gente acaba por sair mal desta fotografia. Também o PS, ao vir esta semana em defesa de Sá Fernandes, invocando a caça às bruxas bloquista, quando se trata de uma questão ética na política, só acentua mais o conluio de Sá Fernandes com os socialistas e a própria responsabilidade activa do PS e de Costa em aliciar Sá Fernandes, tal como aliciou Helena Roseta. O próprio Bloco sai mal disto tudo, porque os sinais da ligação de Sá Fernandes ao PS já têm alguns meses, o que teria exigido uma retirada formal da confiança política há já algum tempo.]

ANÁLISE ILUSTRADA DOS MAIAS



EM "OS MAIAS, Uma Análise Ilustrada", editado pela Dom Quixote, com selecção de textos de António Gomes Dalmeida e ilustrações de Zé Manel, faz-se uma resenha, sempre com bases no livro de Eça de Queiroz, das principais

personagens do maior romance português do século XIX. Na introdução a cada figura, Dalmeida faz, porém, uma caracterização livre da personagem. As ilustrações de Zé Manel são excelentes.]

QUEM SÃO OS JORNALISTAS?



O ÚLTIMO NÚMERO da revista Trajectos é dedicada aos jornalistas portugueses, às suas expectativas frustrações, aos seus encantos e desencantos, numa profissão cada vez mais jovem, mais feminina e mais

qualificada, mal grado o trabalho precário. A revista conta com artigos de José Rebelo, Alexandre Manue, Adelino Gomes, Dinis de Abreu, Diana Andringa e Isabel e Pedro Sousa.]

A VIDA DE SISSI



EM "SISSI a Atormentada Vida da Imperatriz Isabel", editado pela Esfera dos Livros, Catalina de Habsburgo, herdeira da linhagem imperial austríaca pesquisou exaustivamente os arquivos familiares e, não tendo feito um li-

vro de história, fez um retrato romancado com bases muito rigorosas. O livro também segue de perto a correspondência que uma aia da imperatriz manteve com a sua irmã sobre a vida de "Sissi".]



ID: 22934606

28-11-2008

Estagnação!

RICARDO RIO

rrio_dmecon@yahoo.com
http://econominho.blogspot.com

1. Uma vez estancados os principais sintomas do terramoto que assolou o sistema financeiro internacional, por via da acção decidida da generalidade dos Governos e organismos públicos, eis que o sistema bancário ganha especial protagonismo, pelos piores motivos, no nosso País.

Assim, ainda o País “lambe as feridas” do caso BPN – que colocou (mais uma vez) a nu as fragilidades do sistema de supervisão – e já se antecipa a possibilidade de falência de uma outra instituição financeira, no caso, o Banco Privado Português (BPP).

Na altura em que escrevo estas linhas (e cumpre fazer tal ressalva face à dinâmica que encerra este tipo de processos), o Ministério das Finanças e o Banco de Portugal já expressaram publicamente a sua recusa de apoiar financeiramente o BPP, quer através da injeção de capitais quer através da concessão de um aval do Estado no valor de 750 milhões de euros.

Destá feita, as posições do Governo e do Banco de Portugal não são propriamente criticáveis, uma vez que alicerçadas em dados objectivos: é verdade que o eventual colapso do BPP não acarreta o risco de impactar directamente com o resto do sistema bancário (não há o designado “risco sistémico”) e é também um facto que as linhas de crédito criadas se destinam a gerar liquidez na actividade comercial da Banca, em benefício dos seus clientes. Ora, o BPP é um banco de investimento, orientado

para a gestão de património, com um peso residual de actividade bancária tradicional.

Em bom rigor, não se pode enquadrar a possível falência do BPP na mesma natureza de fenómenos que puseram em risco a subsistência de outras instituições financeiras a nível internacional, pese embora a mesma decorra do risco de mercado que sempre se associa à gestão de qualquer investimento, e seja mesmo o mercado (e a sua significativa desvalorização) a traír aqueles que mais nele confiaram.

A esta luz, também não se pode equiparar de todo a situação do Banco Privado ao “caso Banco Português de Negócios”, principalmente à medida que novas informações vão sendo tornadas públicas sobre a investigação em curso nesta última instituição.

2. À margem da esfera financeira, o mundo espera pelos primeiros sinais de retoma, depositando esperanças na capacidade de dinamização da economia internacional dos seus tradicionais motores.

Neste contexto, as primeiras medidas do futuro Presidente dos Estados Unidos são aguardadas com natural expectativa, seja

pelo especial compromisso assumido com essa área pelo candidato eleito, seja pela reputação da equipa que constituiu (em que chegou a considerar-se a hipótese de entrar o multimilionário Warren Buffet), seja pela especial vocação keynesiana da política económica deste País.

Ora, segundo os primeiros dados trazidos a público, a aposta vai ser mesmo na redução das taxas de juro e impostos e no fortalecimento do investimento público, com injeções maciças de fundos na economia real.

Em tese, é de admitir que tais iniciativas possam produzir os seus frutos no curto, médio prazo, mas pode colocar-se dúvidas sobre as suas reais consequências no longo prazo.

Afinal, se tomarmos por referência o que se passou no Japão na década de 90, poderemos admitir que estas políticas podem acarretar um período deflacionista e um forte crescimento da dívida pública, que talvez não sejam contrabalançados por um crescimento económico tão forte quanto seria desejável.

Todavia, a envolvente é naturalmente diferente e, face à actual situação económica,

“Não se pode enquadrar a possível falência do BPP na mesma natureza de fenómenos que puseram em risco a subsistência de outras instituições financeiras a nível internacional”

talvez valha a pena “pagar para ver” os efeitos de tais medidas.

3. Por esta altura, estará já o(a) estimado(a) leitor(a) a questionar-se quanto à razão da escolha do título do presente artigo.

Pois bem, os portugueses ficaram a saber na passada semana que, no “34º ano da graça da democracia” no nosso País, os redactores de economia da Agência LUSA – a principal agência de informação portuguesa – foram “proibidos de utilizar a palavra estagnação para qualificar a evolução de 0,1 por cento prevista para o PIB português em 2009” pelo Fundo Monetário Internacional.

A informação foi divulgada pelos membros eleitos do Conselho de Redacção desta Agência de Informação de capitais maioritariamente públicos, o órgão que tem por objectivo supervisionar o cumprimento das regras editoriais e deontológicas dentro da própria Agência.

De igual forma, os membros do Conselho de Redacção da Lusa revelam que, já em Outubro último, na véspera das Eleições Regionais dos Açores, a jornalista da LUSA que tratou os dados do desemprego divulgados pelo IIEP fora “aconselhada” a fazer uma peça a destacar que os Açores tinham sido a região onde o desemprego mais tinha caído em Setembro.

Esta “Estagnação!” é, pois, uma homenagem a quem pode dar a sua opinião ou retratar a realidade sem censura, nem “orientação”. Mas também podia ter escrito “Liberdade” ou “Democracia”, não?

Miguel Cadilhe redefiniu as linhas do plano da SLN que tinha apresentado em Setembro



Sociedade Lusa de Negócios. Os próximos dias vão ser decisivos para a liderança de Cadilhe na antiga proprietária do BPN. Ontem, foram aprovadas as novas "opções estratégicas" do grupo, agora que não conta com o seu 'braço' financeiro. Numa primeira fase vão avançar sete operações de venda

Plano de Cadilhe prevê venda parcial de activos

Accionistas questionam gestão da sociedade

PEDRO FERREIRA ESTEVES

O presidente da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) deu ontem o primeiro passo formal na reestruturação do grupo, com a aprovação em conselho de administração das "Opções estratégicas da SLN pós-nacionalização do BPN". No entanto, Miguel Cadilhe vai agora enfrentar a fase mais difícil da sua curta liderança da sociedade: convencer os accionistas da eficácia do seu plano, numa altura em que só a venda rápida de activos conseguirá evitar situações de ruptura da sociedade.

Segundo apurou o DN, depois de um processo de análise da situação

financeira da SLN – onde foram identificados défices graves de liquidez em várias empresas –, a equipa de Cadilhe redefiniu as linhas centrais do plano apresentado a 10 de Setembro. Um efeito da nacionalização do "braço" financeiro do grupo.

Assim, o novo plano prevê que as áreas de actividade que tinham sido identificadas como potenciais objectos de alienações (*ver caixa*) sejam colocadas à venda de forma parcial. A ideia é que a SLN defina uma actividade estratégica nuclear e que venda activos que possam ajudar a cobrir as necessidades iminentes de tesouraria. Necessidades calculadas em 150 milhões de euros até ao início do próximo ano, sob a forma de pagamentos de créditos e despesas com salários e fornecedores. Refra-se que a dívida acumulada pelo grupo – na sua maioria de curto e médio prazo –

ascende a 800 milhões, dos quais 500 milhões estão no BPN.

Num comunicado enviado ontem, a SLN deu conta de que foram aprovadas pelos administradores "as primeiras sete operações de alienação de empresas do grupo". A área de seguros Não Vida está a ser vendida em

conjunto com a Vida, que ficou no BPN, numa operação conduzida em parceria com a nova gestão do banco. A actividade de saúde – que já despertou o interesse dos concorrentes HPP (CGD) e Grupo Mello – também deverá ser vendida, embora de forma apenas parcial. À imagem do

que poderá acontecer com a agro-indústria e cimentos.

Tensão interna aumenta

O novo plano de Cadilhe procura apaziguar, de certa forma, alguma contestação interna, de accionistas e administradores. Nos últimos dois meses, mais de uma dezena de executivos de topo pediram a demissão, acusando Cadilhe de só se preocupar com o banco. Uma ideia partilhada por alguns accionistas, revoltados também pelas perdas que sofreram no aumento de capital entretanto suspenso. O futuro desta operação, a gestão de Cadilhe e até a sua renovação deverão ser pontos de discussão acesa no conselho geral da próxima terça-feira. Um encontro que antecederá a assembleia-geral de accionistas, marcada para o próximo dia 18 de Dezembro, em Lisboa. ■

O que está à venda?

A seguradora Real e o Grupo Português de Saúde (GPS) são os principais activos para venda no universo do grupo. Nos dois casos já existem processos em curso e até mesmo interessados e propostas concretas. Mas o lote de

negócios à venda, segundo o plano apresentado por Miguel Cadilhe em Setembro, inclui a agro-indústria, com ênfase para produtoras de vinho e espumante (Murganheira e Raposeira), vários projectos imobiliários e

hotéis e resorts. Na indústria, foi posta à venda a cimenteira CNE com uma unidade em Setúbal. Do lote de negócios constam ainda empresas de tecnologias de informação e dos sectores de limpeza e segurança.

PSD quer Parlamento a analisar nacionalização

Proposta. Depois do PS, também o PSD quer ver alargado o âmbito da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN

O PSD vai propor que a comissão de inquérito sobre o caso BPN analise também a nacionalização do banco. Os social-democratas dizem não estar completamente esclarecidos sobre as razões que levaram o Governo a avançar para aquela que foi a primeira nacionalização desde 1975, pelo que pretendem ver esta matéria incluída no inquérito parlamentar.

Esta é já a segunda proposta de alteração à iniciativa apresentada no Parlamento pelo CDS/PP – o PS quer também ver alterados os objectivos da comissão, no sentido de abarcar

não apenas a actuação do Banco de Portugal (BdP), mas também a própria gestão do banco, ao longo dos últimos anos.

Ontem, o deputado social-democrata Hugo Veloso veio afirmar que "o PSD não está integralmente esclarecido sobre as razões da nacionalização do Banco Português de Negócios". Já sobre uma eventual audição a Manuel Dias Loureiro, ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (proprietária do banco), garantiu que o PSD não levantará qualquer objecção. "Não temos problemas que sejam pessoas ligadas ao PSD", afirmou o deputado, admitindo que o ex-ministro da Administração Interna seja "o primeiro a querer ser ouvido". Já quanto a Oliveira e Costa (que está em prisão preventiva por suspeita de burla qualificada e

branqueamento de capitais, entre outros ilícitos) os social-democratas admitem a audição se "não existirem objecções legais".

Pelo CDS, Nuno Melo defendeu ontem que a comissão de inquérito proposta pelos centristas abarcava já a gestão do BPN. "Parece-nos que a proposta do PS é mais semântica que substantiva", sustentou o deputado, mas acrescentando não se opor a "precisões que o PS queira fazer". Nuno Melo deixa, no entanto, um alerta à maioria parlamentar socialista: "O que não aceitaremos é que, sob pretexto da gestão do BPN, se tente 'descafeinar' o que se passou ao nível da supervisão do Banco de Portugal". Até "face aos altíssimos custos para os contribuintes" que teve o desfecho deste caso, com a nacionalização do banco. ■ - S.F. com Lusa

PS/MADEIRA QUER INVESTIGAR OPERAÇÕES DO BPN

O grupo parlamentar do PS/Madeira requereu ontem a constituição de uma comissão de inquérito a operações de crédito efectuadas a várias entidades públicas da região, pelo Banco Português de Negócios (BPN), através do banco Efisa. O objectivo é apurar "a adequabilidade e envolvimento de deputados do PSD e do Governo Regional, a análise da salvaguarda do interesse público, a transparência do processo", entre outros.



Religião

• Jorge Messias

Na velha sabedoria das nações é universalmente consagrado o ditado «o segredo é a alma do negócio». Não é só português esse registo. Por isso, não será de espantar que o Vaticano e o papa Ratzinger, sabendo como sabem de negócios, se mantenham mudos perante a crise económica e financeira do capitalismo mundial e do seu sujo cortejo de escândalos e falcaturas. Não é inédito mas, de qualquer modo, a mudez do sagrado perante o anúncio do caos é de estranhar. Uma igreja poderosa – como é a católica – grande senhora no mundo das finanças e, simultaneamente, líder das cruzadas contra a pobreza, observa sem reagir as operações que movimentam milhões de milhões de dólares, vê os governos reduzirem as verbas sociais, reconhece

A crise financeira e o sagrado

existirem no mundo multidões de famintos e de desempregados e por aí se fica... pelo reconhecimento da evidência e pela contemplação.

Materialmente ganhará o Vaticano, com a crise financeira, valor acrescentado? As contas das crises cíclicas do passado confirmam que sim. Nas guerras, com as ameaças de guerra ou nas incertezas financeiras e nos pavores, as fortunas procuram sempre locais de asilo seguros. Habitualmente, recolhiam-se aos muros do Vaticano (a que agora se juntam os *off-shores*, também chamados *paraísos fiscais*). Mas no mundo actual, com tanto alarido da comunicação social e com tanta escandaleira, os *paraísos* ameaçam tornar-se lugares de alto risco. Melhor será pois para as grandes fortunas acolherem-se à experiência paternal do IOR (Instituto das Obras Religiosas), o banco pontifício.

Fortuna atrai fortuna e talvez esteja aí o segredo da mudez papal perante a crise.

O milagre da multiplicação dos pães

A verdadeira confiança exclui o imobilismo. Ter dinheiro alheio e acções à sua guarda implica que o banqueiro os valorize e os aplique em investimentos seguros. Esta é uma das razões que levam a alta finança a confiar na Igreja que também confia nos banqueiros. Tente encontrar-se, então, um

exemplo actualizado dessa confiança mútua que inevitavelmente termina na acumulação de lucros, como se se tratasse de nova parábola da multiplicação dos pães.

O «Grupo Santander», cujas origens entroncam na Companhia de Jesus e na Ordem dos Dominicanos, está profundamente enraizado no mundo financeiro e eclesiástico. O banco tem relações preferenciais com importantes instituições financeiras ligadas ao Vaticano, tais como o J.P. Morgan, o Bank of América, a RAR suíça, o inglês Bank of Scotia, a norte-americana Camper especializada na gestão de fundos de pensões, os franceses do Crédit Lyonnais ou os porto-riquenhos do Bayamond Saving, ligado ao universo dos *off-shores*. O Santander, quando entrou em Portugal, ainda na década de 80, logo se distinguiu por revelar uma elevada taxa de crescimento e por introduzir na área financeira a chamada «guerra das supercontas» garantindo aos seus depositantes juros entre 8% e 12%. Tinha vistas largas acerca da concessão de créditos e da filosofia dos seguros de alto risco. Logo em seguida, através de contrapartidas não totalmente esclarecidas, comprou o BCI – Banco do Comércio e Indústria – e consolidou definitivamente a sua presença no nosso país e em Espanha. É grupo de topo no esquema financeiro do país vizinho.

Segundo rezam os noticiários, vamos agora encontrar o Santander nos safaris que se realizam, em roda livre, nos terrenos do neoliberalismo moribundo.

Compra, vende e revende, recolhe os benefícios das falsas privatizações e não cessa de investir noutros mercados de conveniência. Adquire redes de balcões e joga forte nos ramos dos seguros, pensões e valores hipotecários. Simultaneamente, vira-se para África, liga-se à Caixa Geral de Depósitos (Estado português) e à Sonangol (Estado angolano) e forma em Luanda uma poderosa *holding* bancária destinada a «gerir participações sociais». Se juntarmos todos os bocadinhos do que se passa na Wall Stret e na Angola do petróleo, teremos a leitura directa do exemplo do que é a gestação de uma super-estrutura capitalista à escala mundial do futuro, vinda dos escombros da crise financeira e com a bênção do FMI e de uma Igreja que tanto diz interessar-se pela questão social mas nada faz. O FMI conta histórias de embalar e a Igreja enriquece.

Evidentemente que nem só o Santander e o Vaticano caçam nas coutadas da desgraça. Os tiros certos partem dos quatro cantos da selva. E é curioso notar-se, uma vez mais, como os grupos financeiros de capital eclesiástico se compram e vendem uns aos outros ou, nos negócios, se escondem atrás de siglas anónimas e secundárias das suas formações financeiras. Com palavras finas falam em «subprime», aventureirismo, ética, solidariedade, etc. Discursos falsos e vãos. Eles bem sabem que a sua missão histórica consiste em dominar, enriquecer e falsear a verdade.

Os pobres que paguem a crise.



Dá para desconfiar

• Anabela Fino

O governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, disse esta segunda-feira, 24, na RTP, que tem «toda a confiança» em António Marta, antigo vice-governador daquele banco.

Cavaco Silva, actual presidente da República, afirmou um dia depois, 25, não ter «qualquer razão para duvidar» da palavra de Dias Loureiro, conselheiro de Estado e ex-administrador do *BPN*, pois este já lhe garantiu «solenemente» não ter cometido quaisquer irregularidades nas funções que desempenhou em empresas ligadas ao Banco Português de Negócios.

Já António Marta, ao que tudo indica, nesta fase do campeonato não deve confiar nem um bocadinho em Dias

Loureiro, pois desmentiu-o no fim-de-semana a propósito de uma conversa de ambos, em 2005, sobre o *BPN*.

Segundo Marta, o antigo ministro «ou está a fazer confusão com a pessoa ou a mentir» quando afirma tê-lo informado das suspeitas que pairavam sobre o *BPN*. De acordo com a versão do então vice-presidente do BdP, o que Loureiro lhe foi perguntar, a 19 de Abril de 2005, às quatro da tarde, foi por que motivo andava o Banco de Portugal «tão

em cima» do *BPN*, ao que lhe terá sido respondido que «isso tinha a ver com o facto de o banco ter uma gestão pouco transparente e de haver muitos negócios entre a administração e os accionistas».

Não se sabe se Dias Loureiro confia ou não em Marta e em Constâncio, mas depois de ter declarado na RTP, sexta-feira, 21, que nesse dia de Abril de 2005 informou o então vice-presidente do BdP das suspeitas que pairavam sobre o *BPN*, reagiu com «espanto» ao desmentido de Marta e, em declarações à *Lusa*, reiterou a afirmação de o ter alertado para a necessidade de o Banco de Portugal «estar atento».

Ora, se Constâncio confia em Marta, legítimo se torna concluir que desconfia de Dias Loureiro; pela mesma lógica, se Cavaco Silva confia em Dias Loureiro, não terá grandes motivos para confiar em Marta e em Constâncio. Logo, Constâncio e Marta devem estar de pé atrás com o Presidente. E tão amigos que eles eram! Até dá para desconfiar de tamanho imbróglio.





ID: 22920776

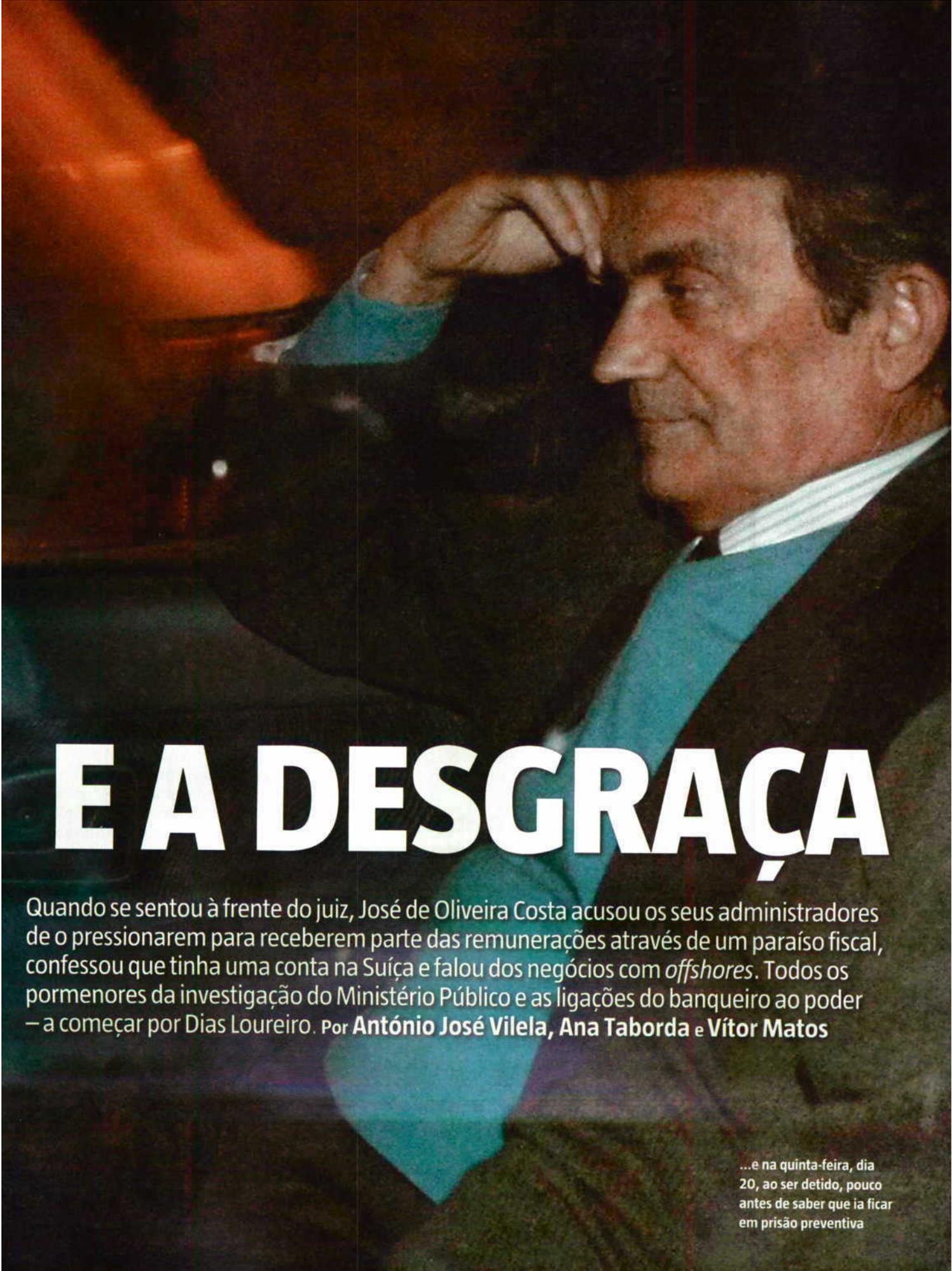
27-11-2008

Destaque

INVESTIGAÇÃO. AS MANOBRAS ESCONDIDAS DO CÉREBRO DO BPN

O SUCESSO...

Oliveira Costa em Fevereiro de 2006, quando ainda era presidente do Banco Português de Negócios...



E A DESGRAÇA

Quando se sentou à frente do juiz, José de Oliveira Costa acusou os seus administradores de o pressionarem para receberem parte das remunerações através de um paraíso fiscal, confessou que tinha uma conta na Suíça e falou dos negócios com *offshores*. Todos os pormenores da investigação do Ministério Público e as ligações do banqueiro ao poder – a começar por Dias Loureiro. Por **António José Vilela, Ana Taborda e Vítor Matos**

...e na quinta-feira, dia 20, ao ser detido, pouco antes de saber que ia ficar em prisão preventiva



DESTAQUE

O interrogatório já ia longo e Oliveira Costa acabara de beber o sexto copo de água quando solicitou mais uma interrupção nas declarações para ir à casa de banho. Um agente da PSP acompanhou-o pelo corredor do tribunal e ficou à porta. Aos 73 anos, o ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN) e da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) dispusera-se a responder a tudo e estava a cumprir na íntegra o que prometera ao juiz de instrução Carlos Alexandre. Nem a ressalva que tinha feito no início do interrogatório (pois sentia perdas de memória desde que, no ano passado, sofrera um traumatismo craniano provocado por uma queda) se cumpriu nos dois dias em que foi ouvido no Tribunal Central de Instrução Criminal (TCIC).

Aliás, Oliveira Costa terá fornecido duas novidades ao Ministério Público: reconheceu como sua uma conta bancária na Suíça que terá chegado a ter alguns milhões de euros vindos de sociedades *offshore* e acusou os membros das suas administrações na SLN/BPN. Sem citar ninguém em particular, garantiu que os administradores exigiram e receberam alegadamente parte das remunerações e prémios de gestão via paraísos fiscais. O procurador Rosário Teixeira assentou a informação.

A RENOVADA SALA de interrogatórios do TCIC, no degradado edifício do Tribunal da Boa Hora, em Lisboa, é espaçosa e composta por uma única geometria de mesas em U. Nos últimos tempos, já por lá passaram personalidades como o empresário Abel Pinheiro ou o ex-presidente do Conselho de Arbitragem da Federação Portuguesa de Futebol Pinto de Sousa. Na quinta-feira passada, dia 20, foi a vez de José de Oliveira Costa, o rapaz pobre de Esgueira que nos anos 80 chegou a secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de Cavaco Silva. Saiu de lá numa carrinha celular: a partir desse dia, ficou em prisão preventiva na zona prisional anexa à Polícia Judiciária de Lisboa e arguido em sete crimes que vão de burla agravada a branqueamento de capitais (ver caixa). O Ministério Público (MP) argumentou que havia perigo de fuga e de destruição de provas e o juiz validou.



O juiz Carlos Alexandre (à esquerda) decretou a prisão preventiva; Rosário Teixeira (em baixo) investiga os casos Furacão



deles, Oliveira Costa estava ainda deitado, às 10h, quando o procurador Rosário Teixeira tocou à campanha), numa quinta em Aveiro e em Selmes, uma freguesia da Vidigueira, onde o empresário terá uma pequena propriedade agrícola alugada. O MP deixou de fora, por desconhecimento, dois prédios do gestor em Cabanas de Tavira e Albufeira.

Só por volta das 20h50 desse dia é que o juiz Carlos Alexandre e Oliveira Costa ficaram frente a frente na sala de audições do tribunal. De frente para o gestor ficou o seu advogado, Leonel Gaspar, que também defende Florípedes Morais de Almeida, a irmã de Isaltino Morais acusada no processo onde o autarca já foi pronunciado por Carlos Alexandre.

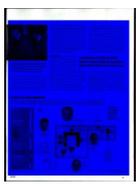
A primeira surpresa aconteceu no início do interrogatório quando o ex-presidente do conselho de administração do BPN respondia às tradicionais perguntas de identificação feitas pelo juiz. À questão sobre o estado civil, disse ser casado (há 42 anos, com a professora reformada Maria Yolanda), mas o casal optara há oito meses pela separação judicial de pessoas e bens. O juiz e o procurador entreolharam-se com espanto, depois de ter sido noticiado que Oliveira Costa se tinha divorciado. Após o seu afastamento do BPN, em meados de Fevereiro deste ano, o casal concordou em aproveitar uma faculdade prevista no Código Civil que, em linguagem simples, permite aos casais dividirem os bens até optarem em definitivo pela dissolução

Há muito que Oliveira Costa é o alvo principal de diversas investigações. O MP manteve-o sob escuta vários meses no âmbito de processos relacionados com a Operação Furacão, tal como tem feito com outros altos quadros da SLN, como António José Duarte, um dos dois secretários da mesa da Assembleia Geral da SLN. O também ex-assessor da administração de Oliveira Costa, que se manteve no cargo durante a gestão de Miguel Ca-

Oliveira Costa esteve sob escuta durante vários meses no âmbito da Operação Furacão

dilhe, esteve sob escuta desde Maio passado. A 28 de Outubro, a acção de vigilância deu frutos: António Duarte ficou com o computador portátil apreendido e o MP localizou milhares de documentos em garagens de edifícios no Parque das Nações.

A operação cirúrgica repetiu-se na quinta-feira, 20, quando militares da Brigada Fiscal e inspectores do Fisco entraram na quinta que Oliveira Costa tem em Cabeço de Ferreiros, no Cartaxo. Também aí, já sabiam exactamente onde procurar - numa cuba de vinho vazia apreenderam dezenas de documentos em papel. Em simultâneo, estavam a decorrer outras buscas em dois apartamentos na Av. Álvares Cabral, em Lisboa (num



PELOROZENNIL/AGÊNCIA ZERO

Leonel Gaspar (à esquerda), advogado de José de Oliveira Costa, que também é o advogado da irmã de Isaltino Morais, confirmou que o seu cliente colaborou no interrogatório

do casamento ou pela reconciliação. Nesta situação, as decisões judiciais são mais rápidas quando comparadas com os pedidos de divórcio. Neste caso também o foram. No início de Março, estava tudo tratado. Um património avaliado em pouco mais de 6,5 mil

lhões de euros foi dividido. A mulher ficou com quase 1,5 milhões de euros em depósitos bancários na Caixa de Crédito Agrícola e no BPN, 32 mil em acções da construtora Teixeira Duarte, os dois apartamentos de Lisboa e todos os outros imóveis. A Oliveira Costa couberam 20 mil euros depositados no Millennium bcp e milhões de acções (agora completamente desvalorizadas) da SLN e da Nexpart SGPS, uma sociedade de gestão de participações do grupo BPN.

NA PRÁTICA, os dois continuam casados, partilharam os bens e podem manter esta situação legal por tempo indefinido. Segundo fontes judiciais, quem se sentir lesado por actos de Oliveira Costa, e isso pode incluir o Estado português, poderá avançar para um processo cível de impugnação da partilha de bens. “Só no final da investigação em curso é que o MP vai ponderar se avança para uma acção cível”, diz à SÁBADO uma fonte ligada ao processo.

Filho de uma família humilde de Esgueira, concelho de Aveiro, José de Oliveira Cos-

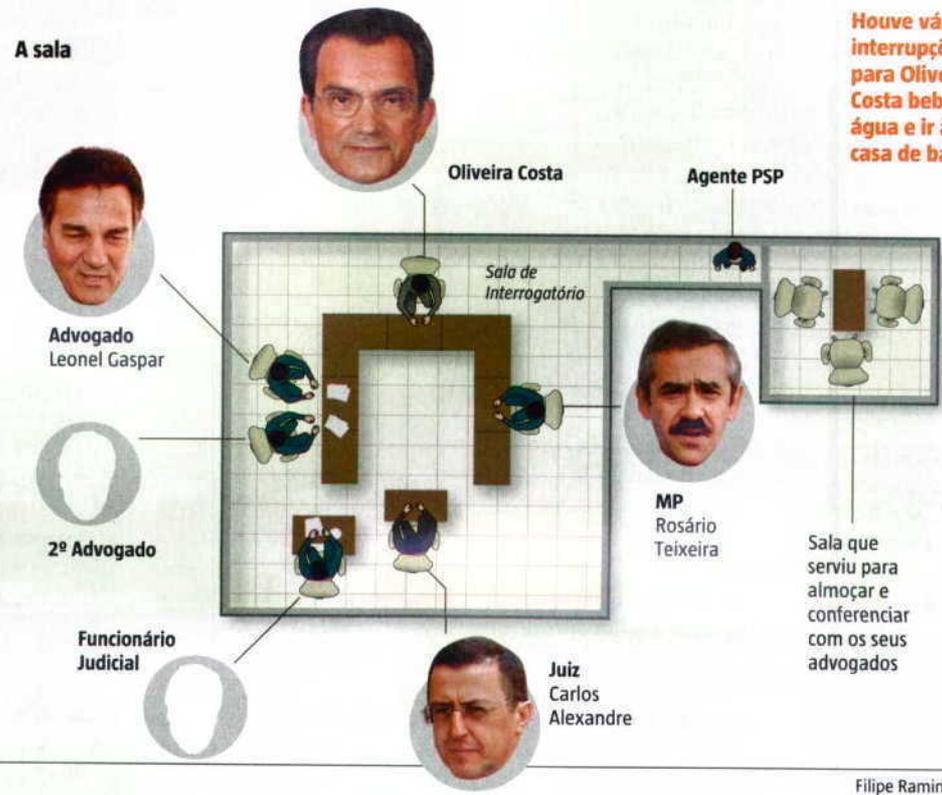
ta começou a trabalhar aos 15 anos, como empregado de escritório da firma Bóia & Irmão e chegou a ser operário metalúrgico. Nessa altura, ia de bicicleta para o trabalho e ainda estava longe de se imaginar com motorista no Mercedes preto Classe C que hoje tem. Quando se matriculou na Faculdade de Economia do Porto, já tinha 25 anos e estava atrás de um balcão de papelaria, em Cacia, também em Aveiro. Na faculdade não era um aluno brilhante, mas esforçado. “Saía de Avei-

O ex-homem forte do BPN ainda estava deitado quando a busca lhe bateu à porta de casa

ro no comboio das 5h30 para chegar a tempo às aulas práticas, que começavam às 8h e terminavam às 10h, três dias por semana”, conta à SÁBADO Alípio Dias, ex-administrador do Millennium bcp, que foi seu colega no 1.º ano de curso. Quando as aulas terminavam, Alípio Dias via-o a correr para apanhar de novo o comboio e percorrer os 80 quiló-

A sala de interrogatório

Oliveira Costa foi ouvido durante mais de 11 horas no Tribunal da Boa Hora, em Lisboa. Na sala, com mesas dispostas em forma de U, estavam seis pessoas, incluindo o advogado Leonel Carlos, que também defendeu a irmã de Isaltino Morais



Houve várias interrupções para Oliveira Costa beber água e ir à casa de banho

Sala que serviu para almoçar e conferenciar com os seus advogados



DESTAQUE

▶ metros até Cacia. De vez em quando, almoçava em casa de colegas, a quem pedia os apontamentos das aulas teóricas. Mas nunca foi muito sociável.

Apesar de cordato no trato, sempre foi desconfiado, centralizador e obcecado com o trabalho. Já era assim no Banco de Portugal: Cavaco Silva estava no Gabinete de Estudos e Oliveira Costa no Serviço de Inspeção de Crédito e Seguros. A sua ascensão na política dá-se com a subida de Cavaco à liderança do PSD e à chefia do governo, em 1985: pertenceu às primeiras duas comissões políticas do cavaquismo, como vogal, em 1985 e 1986, e foi secretário de Estado dos Assuntos Fiscais entre 1985 e 1991. No governo, serviu sob a chefia de Miguel Cadilhe (que o iria substituir mais de 20 anos depois na liderança da SLN/BPN) e de Miguel Beleza. Quem lhe travava os ímpetos era Fernando Nogueira, que presidia às reuniões de secretários de Estado. “Quería resolver tudo por decreto, mesmo quando se tratava de mexer em leis fiscais”, recorda uma fonte que participava nessas reuniões.

NO GOVERNO, CAVACO SILVA e Oliveira Costa tinham dois objectivos comuns: primeiro, fazer a reforma fiscal que introduziria o IVA, o IRS e o IRC; segundo, ficar na história por isso. “Eu queria ficar com a ‘glória’ de levar a bom termo” a reforma fiscal, escreveu Cavaco na *Autobiografia Política*. “Houve mudanças espectaculares graças à minha ousadia para enfrentar os problemas e tomar iniciativas de grande alcance que vão ficar na história de Portugal”, diria Oliveira Costa, em 1990. No livro, Cavaco descreve o banqueiro como uma “pessoa com uma enorme capacidade de trabalho, muito determinado e exigente, mas também um pouco teimoso”.

Era dos primeiros a chegar ao Ministério das Finanças, entre as 8h e as 8h15, e dos últimos a sair. No BPN, continuou a funcionar



Dias Loureiro, aqui com Oliveira Costa e Cavaco, disse que pediu ao vice-governador do Banco de Portugal para estar atento à SLN. Foi desmentido

assim. Nunca deixava a sede do banco, na Rua António Augusto de Aguiar, antes das 22h. “O hobby dele sempre foi o trabalho. Para não perder tempo, fazia questão de almoçar numa tasca horrível mesmo em frente ao Ministério das Finanças, onde quase só se comiam fritos”, conta um antigo colega de governo. Não demorava mais de 20 minutos a comer e, ao contrário dos colegas, seguia directamente para o gabinete. “Trabalhava sábados e domingos, raramente ia de férias e queria tudo resolvido fosse como fosse.”

O PSD brindou Oliveira Costa com uma alcunha curiosa: Zeca Diabo, o matador a soldo

A alcunha de Oliveira Costa no PSD era o Zeca Diabo. E o Zeca Diabo, personagem de telenovela brasileira, era um assassino vingativo que não perdoava. Ele sempre detestou as alcunhas (no BPN era conhecido como o Azeite). No PSD de Aveiro, que liderou no iní-

cio dos anos 90, tinha a reputação de se fazer valer do seu cargo no fisco para ter os empresários na mão. Coincidência ou não, os opositores eram visados pela máquina fiscal – como aconteceu com Helena Cerveira, da empresa de louças Sanitana, que lhe disputava influências na associação industrial, ou Ulisses Pereira, opositor na distrital. As mensagens eram passadas por outros: se não estivessem com ele, podiam ter problemas. Nessa época, o pai de Ulisses Pereira, dono da Distribuidora de Cervejas do Vouga, viu-se envolvido durante anos num processo da Inspeção-Geral de Finanças sobre créditos malparados. Foi absolvido das acusações.

Um dos seus maiores aliados era Gilberto Madaíl, governador-civil de Aveiro e hoje presidente da Federação Portuguesa de Futebol (um filho de Madaíl é gerente do BPN

Os alvos da investigação

OS PROCESSOS QUE VISAM O BPN AINDA ESTÃO LONGE DO FIM

DIAS LOUREIRO. Ex-administrador executivo da SLN; vai ser chamado ao DCIAP

FRANCISCO SANCHES. Ex-chefe de gabinete de Oliveira Costa, era o seu homem de confiança

ANTÓNIO FRANCO. Director de operações e administrador do BPN. Esteve sob escuta

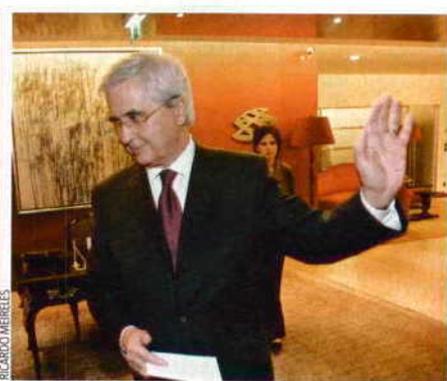
LUÍS CAPRICHOSO. Administrador financeiro da SLN, era um dos responsáveis pelas contas da sociedade

VAZ MASCARENHAS. Presidente do Banco Insular de Cabo Verde

APRÍGIO SANTOS. O empresário terá uma dívida de milhões ao BPN



Em 1985, Miguel Cadilhe era colega de Oliveira Costa (à direita na foto)



em Aveiro). O seu braço-direito e número dois na distrital era Castro Almeida, hoje presidente da Câmara de São João da Madeira e vice-presidente de Ferreira Leite.

Na *Autobiografia Política*, Cavaco Silva ficase pelos elogios e ignora a celeuma que em 1990 se abateu sobre o seu ajudante por causa do escândalo dos perdões fiscais. Desde o início desse ano, Manuela Ferreira Leite já era colega de Oliveira Costa nas Finanças, como secretária de Estado do Orçamento. Depois de meses de notícias, Cavaco viu-se obrigado a defender Oliveira Costa num conselho nacional do PSD, garantindo que lera o dossiê sobre os perdões fiscais e que estava convencido da sua inocência. Por isso anunciou que apoiava o inquérito parlamentar pedido pela oposição. Mais tarde, o inquérito acabaria por ilibar Oliveira Costa, mas apenas com os votos a favor do PSD contra a oposição em peso.

O perdão de juros compensatórios devi-

dos ao fisco por uma série de empresas, com destaque para os 500 mil contos perdoados à Cerâmica Campos, de Aveiro (o distrito onde Oliveira Costa era líder da distrital do PSD), é um caso difícil de ignorar na biografia do ex-gestor do BPN, até porque os só-

cios da Cerâmica, uma fábrica de telhas, estavam envolvidos num célebre processo de contrabando conhecido por Aveiro Connection. António Marinho e Pinto (hoje bastonário da Ordem dos Advogados) foi um dos jornalistas que investigaram o caso como

Cavaco Silva citou Oliveira Costa na *Autobiografia Política* - era um pouco teimoso

Os sete crimes

Oliveira Costa foi constituído arguido por sete crimes, que vão da burla agravada ao branqueamento de capitais. Se for condenado, arrisca uma pena máxima de 12 anos de prisão só pelo crime mais grave

As escutas do Ministério Público duravam há já vários meses



DESTAQUE

**AUTORITÁRIO/MANIPULADO**

Os accionistas da SLN dizem que Oliveira Costa mandava sozinho. Ele disse ao juiz que era pressionado pelos administradores

**ISOLADO/DEMOCRÁTICO**

Acusam-no de não fazer reuniões e de só se reunir com um gestor de cada vez. Ele diz que se reunia com toda a gente

► repórter do *Expresso*. Acabou até por processar Oliveira Costa por difamação, quando o então secretário de Estado, numa entrevista à Antena1, acusou o advogado e jornalista de ter sido “corrido de Macau”. Em tribunal, Marinho e Pinto acusou Oliveira Costa de tentativa de suborno. Alegou que teria sido contactado por intermediários do secretário de Estado que queriam saber o seu preço para interromper as investigações sobre os perdões fiscais.

NO AUGE DA POLÉMICA, em reuniões com jornalistas, Oliveira Costa justificava que as suas políticas serviam para combater a corrupção: “O dinheiro é uma tentação para qualquer cidadão, com a diferença de que uns resistem mais do que outros.” Ele não resistiu. Um dos accionistas da SLN descreve Oliveira Costa como um “megalómano que queria criar um grupo como o BCP”.

Depois de seis anos no Governo, foi nomeado vice-presidente no Banco Europeu de Investimentos (BEI) e, em 1994, Álvaro da Costa Leite convidou-o para presidente do Finibanco. Saiu três anos depois, em conflito com o principal accionista. “Foi de férias e, quando voltou, fiquei a saber pela imprensa que ele estava envolvido na aquisição do BPN”, conta Álvaro da Costa Leite. “Disse-me que ia sair do grupo e que queria levar algumas pessoas com ele. Mas não foram algumas, foram 120 ou 130. Fiquei muito melindrado e nunca mais lhe falei.”

Anos depois, o império SLN/BPN está em derrocada, tem um buraco de mil milhões de

euros e já foi nacionalizado pelo Governo de José Sócrates, mas a detenção de Oliveira Costa pode até ser apenas o começo de um tsunami judicial e político. Esta semana, a Presidência da República fez um comunicado sobre uma alegada “campanha orientada para atingir” Cavaco Silva. O Presidente da República ressaltou que se limita a possuir uma conta bancária no BPN. O comunicado vem na sequência das notícias que arrastaram Dias Loureiro, ex-ministro da Administração Interna, para as primeiras páginas dos jornais. Na segunda-feira, o conselheiro de Estado

Em tribunal, Marinho e Pinto acusou Oliveira Costa de tentativa de suborno. Perdeu

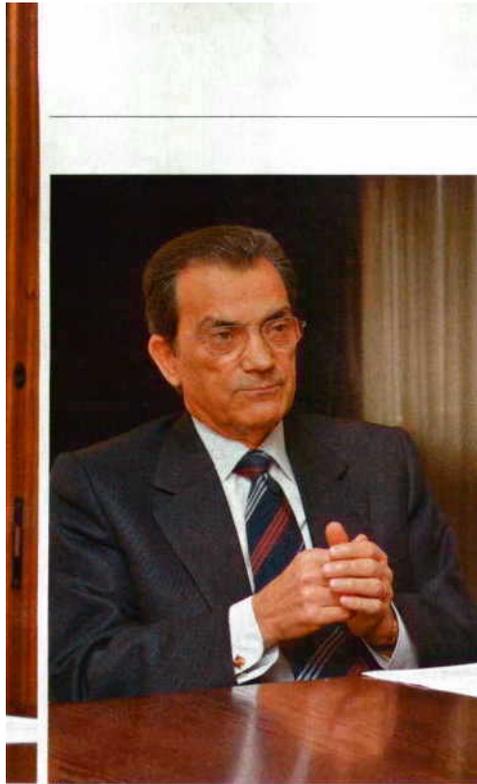
reuniu-se com Cavaco para lhe explicar a situação, reiterando que desconhecia os negócios suspeitos com o Banco Insular de Cabo Verde, controlado pelo BPN. Em 2001/02, Dias Loureiro foi, no entanto, com Oliveira Costa a Porto Rico comprar duas sociedades que ali tinham sede, quando era administrador executivo da SLN. A transacção nunca apareceu nas contas do grupo. Na semana passada, era intenção do MP, segundo apurou a SÁBADO, chamar ao DCIAP o ex-secretário-geral do PSD para explicar os contornos do negócio.

Em finais do ano 2000, Dias Loureiro e o seu sócio no grupo Pléiade (o empresário José Roquette) venderam as suas participações. Com o negócio concretizado, em Janei-

ro de 2001, Dias Loureiro e Oliveira Costa contratam Daniel Sanches, ex-director do SIS, para o BPN. A intenção de Dias Loureiro era ter Daniel Sanches (que depois foi ministro da Administração Interna de Santana Lopes) como responsável pela auditoria do banco. Mas isso não aconteceu. Ao mesmo tempo, foi buscar Lencastre Bernardo, ex-director do SEF, para seu braço-direito na SLN.

Três meses depois, em Abril de 2001, revelou Dias Loureiro numa entrevista à RTP, marcou uma conversa com António Marta, vice-governador do Banco de Portugal, para lhe dizer: “O modelo de gestão do grupo não me inspirava confiança e havia accionistas que eu sentia que faziam negócios com o banco.” No dia seguinte, o próprio António Marta desmentia-o no *Expresso*. “Ele veio perguntar-me porque é que o Bando de Portugal andava tão em cima do BPN, ao que eu lhe respondi que isso tinha a ver com o facto de o banco ter uma gestão pouco transparente e de haver muitos negócios entre a administração e os accionistas.” Dias Loureiro manteve a sua versão.

Na comunicação social, a confusão tem sido muita porque há centenas de factos e suspeitas nos quatro processos que já foram confirmados pelo procurador-geral da República (PGR), Pinto Monteiro, e que en-

**PERIGOSO/INOFENSIVO**

Ficou preso preventivamente por perigo de fuga; dizia-se que não se sabia dele. Ele garante que nunca saiu do País

**TEIMOSO/CORDIAL**

Até Cavaco escreveu que ele era teimoso. Fazia as coisas à sua maneira. Mas dizem que era polido e convincente

volvem o BPN. Segundo uma fonte judicial confidenciou à SÁBADO, “quase todos os dias surgem conexões mais ou menos directas entre os alegados crimes financeiros e fiscais e, sobretudo, os suspeitos que os terão praticado”. Foi este cenário que levou o procurador coordenador dos quatro inquéritos, que estão concentrados no Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), Rosário Teixeira, a traçar um caminho claro para as investigações: periodicamente, a equipa de magistrados e de inspectores tributários distribui pelos vários processos a documentação que é detectada sobretudo nas buscas, nas quebras do sigilo bancário e nas escutas telefónicas que estão a decorrer há largos meses e cujo primeiro caso foi espoletado em 2005 na Operação Furacão.

NO ESPAÇO DE POUCOS meses, Rosário Teixeira concentrou esforços no inquérito ao Banco Insular, mencionado na denúncia que Vítor Constâncio fez no fim de Agosto ao PGR, e na auditoria mandada fazer por Miguel Cadilhe. A investigação-relâmpago culminou no pedido de detenção de Oliveira Costa para interrogatório. O MP enviou a 18 de Novembro o pedido para o TCIC e o juiz de instrução Carlos Alexandre despachou o caso no

próprio dia porque Rosário Teixeira já tinha a operação montada para a manhã de quinta-feira, 20. “Era necessário evitar as fugas de informação”, confidencia uma fonte ligada às investigações. Na segunda-feira dessa semana, dia 17, o MP e elementos da inspecção tributária tinham estado no Aeroporto de Lisboa à espera de um voo de Cabo Verde. Quan-

O juiz assinou a detenção do patrão do BPN na terça-feira. A operação foi dois dias depois

do identificaram Inês Santos, funcionária do Banco Português de Negócios SA (IFI), instituição cuja sede se encontra no mesmo edifício onde está o Banco Insular, na Achada de St.º António, apresentaram-lhe os mandatos de busca para as duas casas que tem em Lisboa. Nesse dia, além de variada documentação em papel, os investigadores apreenderam o computador pessoal da funcionária do BPN. “Compreendo o vosso trabalho, mas não tenho rigorosamente nada para vos dizer”, respondeu à SÁBADO Inês Santos, recusando-se igualmente a dizer quais as funções exactas que desempenha no BPN, SA (IFI), em Cabo Verde.

Qual a relação, para os investigadores, en- ▶





► tre os dois bancos do universo BPN que estão em Cabo Verde? Por agora, o inquérito-crime está centrado no Insular. Oliveira Costa foi interrogado durante dois dias sobre parte do conteúdo do relatório da consultora Mazars ao Banco Insular de Cabo Verde, uma auditoria realizada a pedido da anterior administração do BPN liderada por Miguel Cadilhe. Em causa estarão sobretudo transferências financeiras (e a sua ocultação) de cerca de 400 milhões de euros que terão circulado por uma centena de sociedades localizadas em paraísos fiscais. Os depósitos, que eram feitos pelo BPN no Banco Insular, terão depois transita-

A quinta de Oliveira Costa no Cartaxo, os dois prédios onde tinha apartamentos em Lisboa e a sua vivenda em Aveiro

do por dezenas de sociedades controladas pelo *offshore* Marizon, que por sua vez era tido em partes iguais por outras sociedades também sediadas em paraísos fiscais, a Burgundy e a Trafalgar. Na prática, o Banco Insular funcionaria como uma plataforma para um conjunto de negócios ruinosos que não eram reflectidos nas contas oficiais da SLN e que resultavam de financiamentos não assumidos a empresas e accionistas do próprio grupo. Uma espécie de instrumento privilegiado para a passagem de importantes fluxos financeiros para operações paralelas com recurso a sucessivas sociedades *offshore*.



As 5 áreas da fortuna

OLIVEIRA COSTA TEM UM PATRIMÓNIO PESSOAL AVALIADO EM 6,5 MILHÕES DE EUROS

1 CASAS. Dois apartamentos em Lisboa, dois imóveis no Algarve e duas quintas no Cartaxo valem mais de 500 mil euros.

2 DEPÓSITOS. Uma conta de 932 mil euros no BPN e outra de 20 mil euros no Millennium bcp – a última ainda está em seu nome, a outra no nome da mulher.

3 OBRAS DE ARTE. Na colecção pessoal tem quadros de Antoni Tàpies – as obras de arte e o recheio das casas valem 750 mil euros.

4 POUPANÇAS. Tem uma conta a prazo de meio milhão de euros na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo e outra de 39 mil euros no BPN.

5 ACCÇÕES. Tem 17 milhões de acções da SLN SGPS e 5250 da SLN Valor, além de participações em empresas como a Teixeira Duarte.

O MP AINDA investiga quem serão os accionistas individuais destas sociedades, mas há fortes suspeitas de que o dinheiro desaparecido terá servido para pagamento de luvas, comissões, serviços ou financiamentos ilegais. A fórmula terá sido usada pelo próprio Oliveira Costa para comprar acções da SLN e SLN Valor, as sociedades que controlam o BPN. Durante o interrogatório, Oliveira Costa terá identificado como sua uma conta bancária na Suíça, para onde terão sido movimentados “vários milhões de euros” a partir de uma sociedade

O MP está a investigar cerca de uma centena de sociedades offshore ligadas ao BPN

ponto de alegadamente o ameaçarem com a divulgação para a comunicação social de dossiês sobre o BPN.

Confrontado por Rosário Teixeira, o procurador que coordena as investigações relativas ao BPN e à Operação Furacão, com o alegado pagamento de “avultadas verbas”, via *offshore*, ao antigo seleccionador Luiz Felipe Scolari (com quem o banco tinha um contrato de publicidade que ajudava a pagar o contrato do técnico com a Federação Portuguesa de Futebol), Oliveira Costa garantiu desconhecer em absoluto o assunto. O gestor foi ainda confrontado com mais dois negócios específicos, realizados pela SLN, para os quais não terá conseguido dar respostas esclarecedoras: a forma como foi feita a compra do hotel Costa de Caparica e a construção do empreendimento Varandas da Ericeira. O MP suspeita que os dois negócios imobiliários foram concretizados com comissões ilegais que inflacionaram os custos finais. ●



Oliveira Costa disse desconhecer alegados pagamentos a Scolari em *offshores*

ID: 22920776

27-11-2008

AS MANOBRAS ESCONDIDAS DO CÉREBRO DO BPN

OS DETALHES DA PRISÃO
DE OLIVEIRA COSTA

- Revelou ao juiz que tem uma conta na Suíça; confessou ter pago aos administradores através de paraísos fiscais e esteve sob escuta vários meses
- Os pormenores da investigação e tudo sobre as ligações a Dias Loureiro





PORTUGAL
CASO BPN



OLIVEIRA E COSTA
Confrontado pelo
juiz com documentos
incriminatórios, nunca
admitiu ter cometido
qualquer crime



Xeque ao banqueiro

Como o Ministério Público vigiou os passos de Oliveira e Costa e descobriu um rasto de provas que o ex-líder do BPN mantinha escondidas há mais de três anos

POR RICARDO FONSECA E TIAGO FERNANDES

No dia 21 de Outubro de 2005, uma equipa da Polícia Judiciária (PJ) entrou de rompante na sede do Banco Português de Negócios (BPN), um edifício moderno, na Avenida António Augusto Aguiar, em Lisboa. Os inspectores, ao abrigo da *Operação Furacão*, levavam ordens para apreender toda a documentação suspeita, sobretudo a que estaria relacionada com *private banking* (soluções personalizadas de investimento e planeamento fiscal).

O BPN só foi visitado pelas autoridades ao quarto dia de buscas – foi o último dos quatro bancos vistoriados. Mal entraram nas instalações da instituição, fundada em 1993, por José de Oliveira e Costa, os polícias detectaram, de imediato, a ausência de documentação fundamental para a investigação sobre fraude e evasão fiscal. Na altura, concluíram que alguém do banco, já alertado para o sucedido no BES, BCP e Finibanco, teria dado sumiço a centenas de memorandos, e-mails, e a vários documentos relativos a transacções financeiras entre o BPN e empresas suspeitas.

Na passada quinta-feira, 20 de Novembro, mais de três anos depois do início da *Operação Furacão*, uma equipa do Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) abriu o portão de uma quinta agrícola, em Cabeço de Ferreiros, no Cartaxo, e dirigiu-se a uma pequena casa, munida de um mandado de busca. Bastaram alguns minutos a vasculhar para encontrarem milhares de papéis escondidos dentro de sacos e caixas. Após uma análise mais atenta, os procuradores perceberam que

estavam perante alguma da documentação desaparecida em 2005, que comprometia a actividade do BPN e de Oliveira e Costa, o dono daquela propriedade ribatejana.

Durante o interrogatório ao banqueiro, no Tribunal Central de Instrução Criminal, na Boa Hora, em Lisboa, que se prolongou de quinta para sexta-feira da semana passada, o juiz Carlos Alexandre confrontou-o com alguma dessa documentação, tentando demonstrar-lhe que o MP possuía informação que o implicava em crimes de burla, falsificação de documentos, abuso de confiança e infidelidade (gestão danosa).

Alguns dos escritos mostrados por Carlos Alexandre tinham mesmo o timbre do Banco Insular de Cabo Verde – uma entidade detida pelo antigo patrão do BPN, à revelia do Banco de Portugal, a fim de camuflar desvios de dinheiro – e continham até a assinatura do ex-banqueiro. Apesar das evidências, Oliveira e Costa não perdeu o pé: ao que o magistrado apelidou de crimes claros, o ex-banqueiro terá chamado «riscos normais de negócio», não tendo por uma única vez assumido a prática de qualquer delito. Nem tão-pouco alegou qualquer problema de saúde para tentar evitar a prisão preventiva, que lhe seria imposta no final do interrogatório.

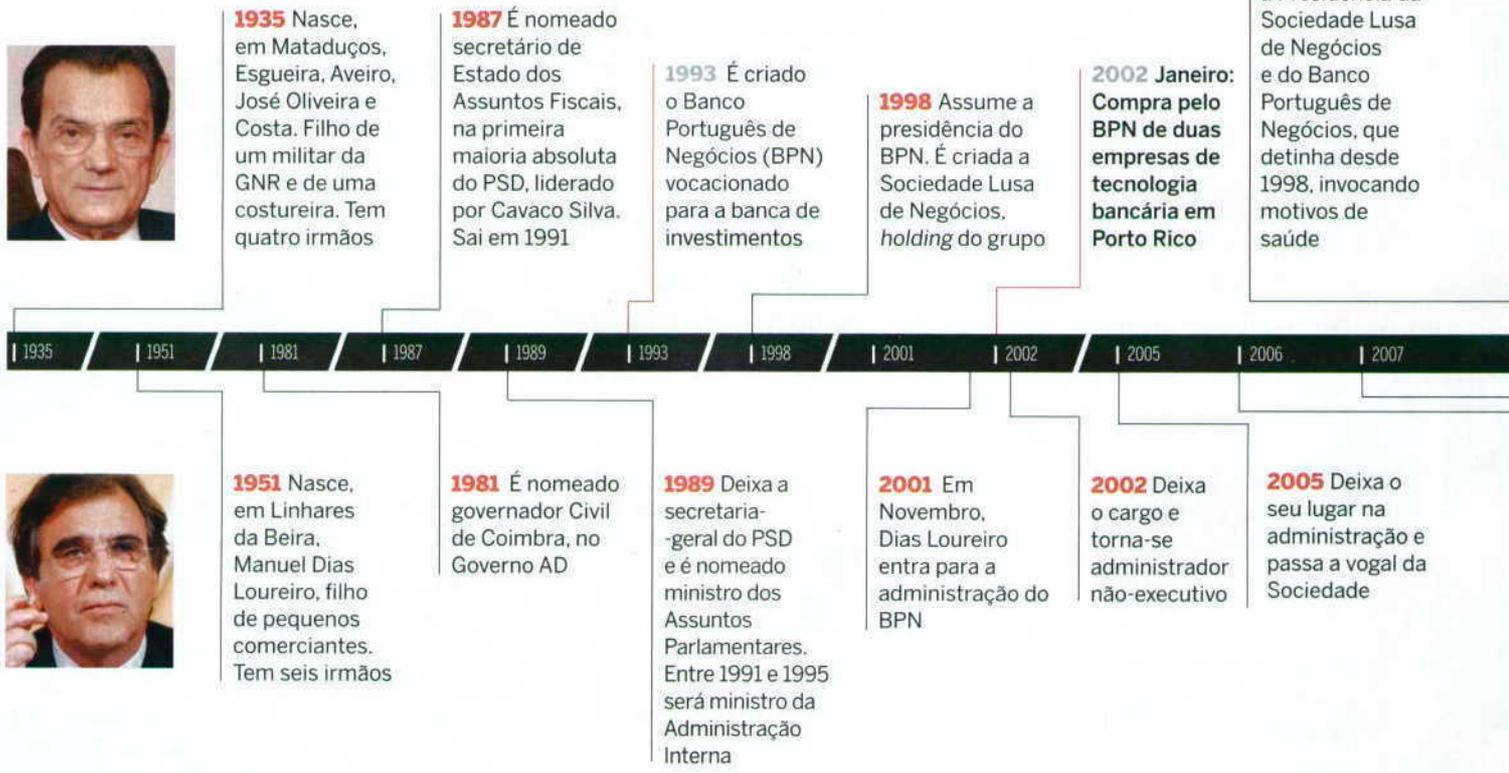
A aplicação da mais grave medida de coacção teve ainda a ver com outros dois aspectos: primeiro, o ex-banqueiro não terá respondido às perguntas que o juiz lhe fez sobre outros possíveis envolvidos no esquema; segundo, alegou desconhecer o paradeiro de um lote de informações que o DCIAP procura avidamente – quanto mais não seja, porque pode abrir um novo rol de suspeitos. ▶



PORTUGAL
CASO BPN

Caminhos cruzados

Como Dias Loureiro e Oliveira e Costa se cruzaram, no PSD e nos negócios



► Tal como há três anos, terá Oliveira e Costa voltado a esconder um mapa do tesouro?

OBJECTIVO: PROVEITO PESSOAL
Quando no final da tarde de sexta-feira, 21, Oliveira e Costa entrou nos calabouços da PJ, assistia-se a um momento histórico: nunca antes um banqueiro fora detido e, muito menos, ficara atrás das grades a aguardar o desenrolar do seu processo.
A prisão do homem a quem Cavaco Silva confiou a Secretaria de Estado dos Assuntos

Fiscais, durante o XI Governo Constitucional, provocou um enorme alvoroço, sobretudo no mundo político. Dias Loureiro foi administrador executivo da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), que detém o BPN, entre Dezembro de 2001 e Setembro de 2002, e administrador não executivo até 2005. No dia em que Oliveira e Costa é detido, o ex-ministro da Administração Interna dá uma entrevista à RTP, na qual revela que, em 2002, pedira a António Marta, vice-governador do Banco de Portugal, uma «atenção

muito especial ao BPN», garantindo, também, que desconhecia qualquer acto ilícito que tivesse sido praticado enquanto geria a SLN. As declarações de Dias Loureiro foram desmentidas, quase na hora, por António Marta, e dias depois por Vítor Constâncio, governador da instituição que regula os bancos. O mal-estar e o clima de especulação atingiu também o Presidente da República, que se apressou a esclarecer que não tem ligações ao banco de Oliveira e Costa.

Para já, segundo a VISÃO apurou, não existe qualquer indício que torne esta investigação num caso político, envolvendo um leque alargado de figuras do PSD e de outros partidos. «Até ver, tudo leva a crer que os crimes em causa foram cometidos apenas para proveito pessoal do arguido», diz uma fonte ligada ao processo.

Já está determinado que o circuito fraudulento que levou o BPN à ruína teria em Oliveira e Costa a sua *alma mater*, mas os investigadores crêem que o antigo banqueiro precisou de ajuda para concretizar os seus alegados objectivos. «Apesar de estes serem crimes de indole muito pessoal e discreta», prossegue a fonte, «é impossível ninguém ter dado conta, deixado de ajudar ou sim-



É provável que o número de arguidos neste processo venha a integrar colaboradores próximos de Oliveira e Costa



3 de Março de 2008 Divorcia-se de Maria Yolanda Rodrigues Alves Oliveira e Costa. A maioria dos bens do casal (fortuna avaliada em 6,5 milhões de euros) passa para a ex-mulher: bens imóveis (um andar em Lisboa, uma moradia e uma quinta), acções de empresas cotadas e depósitos a prazo. Na posse de Oliveira e Costa ficaram, apenas, as acções do universo SLN/BPN e uma conta à ordem com cerca de 20 mil euros

Outubro de 2008 Primeiras dificuldades financeiras do banco

20 e 21 de Novembro

Oliveira e Costa é ouvido pelo juiz Carlos Alexandre. No final do interrogatório é-lhe decretada prisão preventiva por haver «perigo de fuga». Responde por sete crimes, entres os quais: burla qualificada, fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais

plesmente fechado os olhos a situações tão evidentes». Daí que se admita como «muito provável» que o número de arguidos neste processo venha a integrar colaboradores próximos de Oliveira e Costa, também eles beneficiários do legado esquema.

EMPRÉSTIMOS FICTÍCIOS

Pelo menos 390 milhões de euros terão supostamente voado dos cofres do BPN. Os depósitos eram feitos no Banco Insular, que, por sua vez, redistribuía o dinheiro – sob a forma de empréstimos alegadamente fictícios – a uma série de *offshores*, sendo que parte da verba era desviada para contas pessoais do dono do BPN.

Embora o nome deste banco cabo-verdeiano só tenha vindo a lume após a entrega da queixa de Vítor Constâncio ao procurador-geral da República, o certo é que o DCIAP, já na apreensão de documentos no âmbito da *Operação Furacão*, tropeçara em registos de depósitos desta entidade, tendo logo apurado que ela não tinha existência legal. Em 2005, a investigação não foi mais longe, porque os procuradores só dispunham do

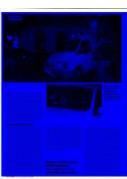


2006 Cavaco Silva nomeia Dias Loureiro para o Conselho de Estado

2007 Fim da relação laboral de Dias Loureiro com o universo BPN

Junho de 2008 Miguel Cadilhe assume a presidência do SLN/BPN

Novembro de 2008 Governo decide nacionalizar o BPN



**PORTUGAL
CASO BPN**



MOMENTO HISTÓRICO
Nunca um banqueiro tinha sido preso preventivamente (foto de cima). Antes foi ouvido durante mais de 20 horas. É suspeito de sete crimes

► registo da chegada do dinheiro. Neste momento, através da documentação entregue pelo líder do Banco de Portugal, já detêm dados concretos sobre a origem das transferências do BPN para o Insular. O puzzle completa-se e abarca cada um dos quatro inquéritos-crime que correm contra o BPN na Justiça: dois relativos ao *Furacão*, um decorrente da participação de Constâncio, e um quarto referente à queixa apresentada por Miguel Cadilhe, último presidente do banco antes da nacionalização.

'ESQUEMAS SOFISTICADOS'

Tais engenharias financeiras têm merecido uma atenção redobrada por parte dos procuradores do DCIAP, que contam com a preciosa ajuda dos inspectores tributários, essenciais para descodificar os esquemas alegadamente criados por Oliveira e Costa. O ex-banqueiro, que é natural de Esgueira, uma freguesia ribeirinha no concelho de Aveiro, conquistou a pulso a sua ascensão à ribalta da política e dos negócios. Os magistrados do MP apelidam de «s sofisticado» o modo como o arguido terá conseguido desviar largas quantias de dinheiro do banco que liderava. «Aqui, não se trata apenas dos clássicos esquemas que envolvem *offshores* em pirâmide, mas sim de práticas ainda mais criativas», alega fonte judicial, dando como exemplo o balcão virtual criado por Oliveira e Costa e através do qual terá movimentado milhões de euros.

Só após a queixa de Vítor Constâncio ter dado entrada no DCIAP, em Setembro, é que o ex-banqueiro passou a ser vigiado 24 horas por dia, e a ter o telemóvel sob escuta. Ao mesmo tempo, o cerco às contas do BPN fechou-se, com a apreensão de várias caixas de documentação que Oliveira e Costa terá escondido numa cave de um prédio do Parque das Nações, em Lisboa, emprestada por alguém da sua confiança.

Oliveira e Costa estava desde Setembro a ser vigiado e tinha o telefone sob escuta

Esta operação aconteceu um dia após o anúncio da nacionalização do banco, e foi com base no conteúdo da informação apreendida – «demasiado clara e evidente», estima outra fonte conhecedora – que ficaram decididas pelo DCIAP as buscas às casas do antigo secretário de Estado. Mas não a sua detenção. Esta precipitou-se, quando os investigadores temeram pela fuga do ex-banqueiro, após saberem que Oliveira e Costa se divorciara com o intuito de passar os bens à mulher, e também com medo que o fundador do BPN eliminasse mais documentação comprometedora.

Certo é que, nas mãos do DCIAP, não estão só papéis incriminatórios para o ex-dono do BPN: há dados agora obtidos que irão permitir que outros responsáveis deste banco sejam finalmente tornados arguidos ao abrigo da *Operação Furacão*. ■



PORTUGAL
CASO BPN



ABRAÇO Na tomada de posse do Conselho de Estado, como agora, Cavaco Silva dá a cara por Dias Loureiro

a investigação. A audição ainda não está agendada, afiançou-nos fonte do DCIAP, uma vez que só agora começou o trabalho de análise documental às pilhas de papelada apreendida nas casas do ex-banqueiro. Serão estas perícias a determinar toda a cronologia de incidentes e quais os personagens envolvidos nos alegados esquemas fraudulentos. «Caso se tenham verificado crimes no período em que Dias Loureiro foi administrador [2001 a 2002], ele será chamado para prestar esclarecimentos», assegura fonte ligada ao processo. O conselheiro de Estado já se mostrou disponível para ser ouvido pelas autoridades e assegurou desconhecer todas e quaisquer irregularidades praticadas dentro do BPN. Mas compete a quem investiga duvidar: «É altamente duvidoso que, a terem-se passado coisas enquanto ele lá estava, não tenha dado por nada ou suspeitado de nada», acrescenta fonte judicial.

O NEGÓCIO DE PORTO RICO

O ex-titular da Administração Interna poderá também ser chamado para esclarecer o caso Porto Rico. Os investigadores encaram como bastante provável a instauração de um inquérito-crime autónomo do processo principal sobre o negócio da aquisição de duas empresas em Porto Rico por parte de Oliveira e Costa e Dias Loureiro. Uma transacção que foi ocultada das autoridades e não inscrita nas contas da Sociedade Lusa de Negócios (SLN). O ex-ministro e o antigo patrão da holding que detém o BPN viajaram, em Dezembro de 2001, para aquele paraíso fiscal dos EUA, para tratar da compra de 75% da New Technologies e 25% da Biometrics Imagineerin – a primeira estava falida e a segunda não teria qualquer actividade. O certo é que quer uma quer a outra firma terão durado muito pouco tempo.

A aquisição destas duas tecnológicas em Porto Rico terá sido feita por Dias Loureiro, através de contactos que tinha em Madrid com o empresário porto-riquenho, Hector Hoyos. Este deslocou-se a Portugal, em 2001, num jacto particular e teve reuniões com Oliveira Costa e Dias Loureiro, em casa deste último, no Estoril, para negociar a venda das participações nas duas empresas. Os dois administradores da SLN concretizaram a compra, na companhia de Hoyos.

O investimento rondou os 70 milhões de euros, em grande parte canalizados através de duas sociedades do grupo SLN, o Banco Insular e o BPN Cayman. Sobre este ▶

Dias Loureiro sob suspeita

Os actos administrativos e o negócio de Porto Rico ensombram o ex-ministro

POR RIGARDO FONSECA E TIAGO FERNANDES

Dias Loureiro garantiu-me solenemente que não cometeu qualquer irregularidade nas funções que desempenhou.» Dificilmente o antigo ministro do PSD poderia arranjar melhor avalista de carácter do que o Presidente da República, Cavaco Silva. Isto numa altura em que o ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios (SLN) se tornou, após a detenção de Oliveira e Costa, no personagem principal da nebulosa novela do caso BPN. «Não tenho qualquer razão para duvidar da sua palavra», acrescentou Cavaco Silva, que «segurou» Dias Loureiro como conselheiro de Estado. Mas isso não impedirá que, nos próximos doze meses, o peso do processo BPN conti-

nue a pairar sobre a cabeça do ex-governante. É nesse prazo que o Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP) terá de concluir a acusação contra o dono do BPN, sob pena de este sair em liberdade.

O ex-ministro do PSD será muito provavelmente chamado ao gabinete do procurador Jorge Rosário Teixeira, que lidera

Durante os próximos meses, as autoridades vão investigar os actos de Dias Loureiro no BPN



PORTUGAL CASO BPN

POLÉMICA Dias Loureiro garante que não sabe de nenhuma irregularidade, mas os investigadores contrapõem que, havendo crimes, era difícil não se ter apercebido deles estando na Administração



► assunto, o ex-ministro afirmou à RTP que «as empresas estiveram mais de um ano a trabalhar e não faliram uma semana após a minha visita». Dias Loureiro acrescentou, nessa entrevista, que foi ele quem detectou a omissão do negócio nas contas de 2002 da sociedade, tendo pedido esclarecimentos a Oliveira e Costa, que lhe terá então mostrado «dez itens» onde essa operação estaria reflectida. Mas o DCIAP está a investigar o assunto com interesse e, no caso de confirmar as suspeitas sobre este negócio, avançará então com um processo-crime.

REUNIÃO EM BELÉM

Depois de décadas prósperas, primeiro como um dos ícones do cavaquismo, depois como gestor da alta finança, Dias Loureiro vê o desmoronar do projecto do BPN mergulhá-lo num mar de suspeição – de onde, verdadeiramente, nunca saiu, tão polémicos foram alguns dos negócios, como o do SIRESP, em que a «sua» SLN se envolveu com o Governo. Talvez por isso seja, do vasto lote de ex-ministros e figuras destacadas do PSD com ligações ao BPN, o nome que concentra todas as

críticas. Que até há tempos eram tímidas e fugazes, mas que hoje fazem com que toda a gente tenha os olhos pousados num dos homens da maior confiança de Cavaco Silva. E também o que melhor pisa os terrenos da política, dentro e fora do seu partido. O suficiente, pelo menos, para que muitos tivessem reagido com surpresa à recusa dos deputados do PS de aceitar a ida de Dias Loureiro à Assembleia da República, a pedido do próprio, para prestar esclarecimentos sobre o seu envolvimento no caso BPN. Os socialistas acabaram, no entanto, por viabilizar a realização de uma comissão parlamentar de inquérito ao sucedido. E que contará com a presença, na próxima terça-feira, 2, do procura-

À RTP garantiu estar 'de consciência tranquila'. Mas sempre soube que dava a cara pelo grupo de Oliveira e Costa

dor-geral da República, Pinto Monteiro, que se disponibilizou para prestar informações sobre os quatro processos-crime que correm no DCIAP contra o banco outrora liderado por Oliveira e Costa.

Mas a manutenção de Dias Loureiro como conselheiro de Estado – para o qual foi nomeado na quota pessoal do Presidente – permanece como o tema mais delicado. A ponto de o ex-ministro ter ido, na passada segunda-feira, à noite, a Belém, discutir o assunto com Cavaco Silva. Que, não retirando o tapete ao ex-administrador do BPN, também se preveniu de possíveis estilhaços, ao ter, num gesto inédito, publicado uma nota, no site da Presidência, a demarcar-se de quaisquer ligações ao banco que foi erigido por alguns dos seus maiores escudeiros governamentais.

Dias Loureiro, esse, não pode demarcar-se do BPN. Até porque, assume, tinha perfeita consciência de ser o rosto daquele banco, enquanto durou a sua ligação profissional ao universo de Oliveira e Costa. Quanto ao resto... «Nunca fiz nada que possa constituir crime. Estou de consciência tranquila.»



**PORTUGAL
CASO BPN**



FRAUDE
Clientes fictícios
serviam para
desviar dinheiro

O polvo unido

Desfalque de 50 milhões no BPN Créditos do Porto pode ter sido usado em actividades ilícitas. Em 2001, uma auditoria levantou o véu. O processo só avançou em Agosto

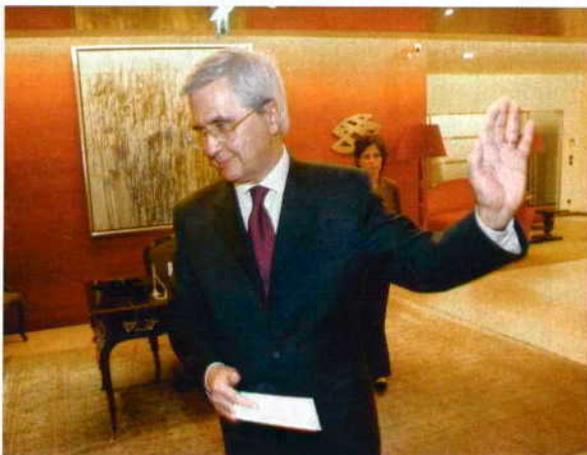
POR MIGUEL CARVALHO

Uma boa fatia de um desfalque de aproximadamente 50 milhões de euros detectado na sequência de uma auditoria, em 2001, no BPN Créditos do Porto – hoje BPN Crédito – poderá ter servido para os mais diversos fins, alguns deles relacionados com o submundo do crime, soube a VISÃO junto de fontes da instituição bancária nacionalizada.

O presidente do Conselho de Administração da instituição de crédito, O.S., tido como uma das figuras mais próximas de Oliveira e Costa, foi apanhado à cabeça de um esquema fraudulento que permitia desviar elevadas quantias do banco para fins particulares e negócios ilícitos. Através do uso de nomes de clientes inexistentes (os dados e bens eram falsos) e da utilização de nomes de clientes verdadeiros para créditos fictícios, entre outros métodos, era desviado o dinheiro que terá servido para a compra particular de imóveis e terrenos de luxo, obras de arte e automóveis topo de gama. As verbas terão ainda sido investidas em compras de jogadores, por via de um dos empresários de futebol há mais tempo em actividade, e em negócios envolvendo dois clubes do Norte do País actualmente caídos em desgraça, mas com vasto historial no primeiro escalão. Por último, e ainda de acordo com as nossas fontes, terá havido dinheiro do banco igualmente aplicado em actividades ilícitas relacionadas com compra e venda de armas e tráfico de

mulheres, através de intermediários. Na verdade, amigos e funcionários do principal administrador da instituição – cujas ligações empresariais a um bar de alterne da Invicta eram conhecidas de funcionários do banco – terão beneficiado de alguns «empréstimos» para os seus negócios, os quais incluíam stands de automóveis, ginásios e actividades desportivas.

Durante anos, o presidente do Conselho



Durante sete anos, os responsáveis do BPN não comunicaram o caso às autoridades. Foi Miguel Cadilhe quem o fez

de Administração do BPN Créditos e mais dois administradores terão criado um autêntico clima de terror, com ameaças e intimidações de funcionários considerados menos confiáveis.

CADILHE DENUNCIA

Apesar da relação próxima com o gestor do BPN Créditos, foi o próprio Oliveira e Costa quem determinou a realização de uma auditoria sobre aqueles esquemas fraudulentos no interior do banco. Na sequência do relatório da auditoria, terão sido despedidas mais de 20 pessoas. Contudo, um acordo celebrado entre finais de 2001 e início de 2002, evitou que o caso fosse alvo de um processo-crime contra os principais responsáveis. Nessa altura, os administradores em causa demitiram-se e o presidente da instituição de crédito comprometeu-se a devolver as quantias desviadas. O que nunca fez. Talvez por isso, Oliveira e Costa terá perdido a paciência e determinado, em finais do ano passado, que o BPN avançasse com o processo-crime. A verdade, porém, é que a deliberação a formalizar a decisão só já foi tomada no consulado de Miguel Cadilhe, em Agosto último.

A VISÃO tentou contactar com o antigo presidente do Conselho de Administração do BPN Créditos no Porto, sem sucesso. A única informação disponível em relação

ao seu paradeiro é que se encontra em Espanha, onde terá negócios através de uma empresa de gestão e recuperação de créditos. Também contactada pela VISÃO, fonte oficial da Polícia Judiciária do Porto considerou não ser oportuno, de momento, prestar quaisquer informações sobre este caso. ▣


**PORTUGAL
COMENTÁRIO**

José Carlos de Vasconcelos

Um 'caso' político

Se não fora a intervenção dos Estados, contrariando o sagrado princípio do mais puro e agressivo capitalismo, segundo o qual o «livre» funcionamento do mercado (sem normas, regulação, preocupações de justiça) é o grande motor do desenvolvimento e só por si resolve todos os problemas – tinha sido a derrocada. Ou seja, o sistema financeiro foi salvo, ou está, quanto possível, a sê-lo, graças a um remédio que os grandes defensores daquele capitalismo e responsáveis pelo estado a que se chegou consideram um veneno...

Para isso tem havido intervenções estatais, envolvendo somas astronómicas, nem sempre pacíficas, dada a dificuldade em distinguir o que é indispensável fazer para evitar uma devastadora crise económica, que faria incontáveis milhões de «vítimas inocentes», e o que pode tornar-se uma simples bóia de salvação para gente sem escrúpulos, movida pela ganância; ou para gente que, correndo deliberadamente certos riscos, por exemplo a jogar na Bolsa, quando perde não pode ter o Estado a suportar-lhe os prejuízos...

Creio que, até agora, o Governo português fez o que se impunha fosse feito. Mas que terá de explicar, com clareza, as suas opções e decisões. Em relação ao BPN, era bom que desse aos cidadãos a certeza de que as centenas de milhões de euros nele «metidos» não vão servir para salvar os responsáveis, por acção ou omissão, pela situação do banco, ou para remunerar os seus accionistas.

Dentro do «caso» BPN, que é de polícia, há outro «caso», o de Dias Loureiro (DL), que é ético e político. Político quer por força dos ministérios que ocupou antes de se dedicar a uma muito lucrativa actividade empresarial (em 2002 declarou 9,5 milhões de euros de rendimentos, segundo

o *Expresso*), e da actividade política que continuou a desenvolver no PSD de par com ela, quer por ser hoje membro do Conselho de Estado.

SUBLINHE-SE QUE NÃO HÁ nenhuma acusação penal contra DL, nem na minha perspectiva isso é para este efeito relevante. Certo, certo, por exemplo, é que Dias Loureiro pertenceu à administração executiva da SLN, *holding* do banco, ao tempo em que se terão verificado alguns dos alegados crimes sob investigação. E, depois, apesar das dúvidas de que agora fala, na administração se manteve alguns anos, com funções não executivas, mas seguramente remuneradas. Mais, DL foi



Dias Loureiro não tem condições para continuar no Conselho de Estado, de que já se devia ter demitido, até para evitar uma situação incómoda para o Presidente

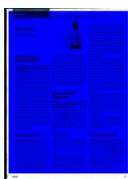
com o presidente do banco, Oliveira e Costa (OC), agora preso, a Porto Rico, e esteve ligado à realização de negócios com empresas aí sediadas, metendo *offshores*, que se viriam a mostrar tremendas trapalhadas.

Acresce que DL afirmou ter ido ao Banco de Portugal (BdP) pedir ao seu vice-governador, António Marta, para estar atento ao BPN. Ora, Marta veio desmentir-lo, afirmando que Loureiro foi lá, sim, para lhe perguntar porque é que o BdP «andava tão em cima do BPN» e para lhe dizer que quem o dirigia era «boa gente». Tem-se dito que são versões contraditórias, não se sabe qual a verdadeira. Com certeza. Mas deve-se reconhecer bastante mais plausível, de acordo com a natureza das coisas, a de Marta. Aliás, não será muito lisonjeiro para um administrador de uma sociedade ir chamar a atenção da entidade que tutela uma empresa do seu universo para eventuais falhas dessa mesma empresa, em vez de agir ele próprio para as esclarecer e eliminar; nem será lisonjeiro, não o conseguindo fazer, manter-se no cargo, sem tomar uma atitude consequente.

MAIS SE PODERIA acrescentar.

Isto chega e sobra, no entanto, para entender que Dias Loureiro não tem condições para continuar no Conselho de

Estado, de que já se devia ter demitido, até para evitar uma situação politicamente incómoda para o Presidente, que o designou. Nem se argumente que não o deve fazer porque isso representaria um reconhecimento de «culpa». Não é assim, porque: 1) a questão, repito, é ética e política, não penal; 2) a demissão, nestes casos, é o normal em democracia, sem ter tal significado; 3) a entrar-se nesse campo, então em contrário também se poderia dizer que DL se mantém no CE para beneficiar da inerente imunidade. ■



Opinião

PEDRO SANTOS GUERREIRO Director do *Jornal de Negócios*

Mundos e fundos



Os bancos não são todos iguais

A família do alemão multimilionário Adolf Merckle jogou à cebra-cega com as Bolsas e investiu grande parte do seu dinheiro na queda das acções da Volkswagen. As acções dispararam, aliás por um bizarro efeito de especulação financeira, e a família ficou multi-dividida e está agora a vender os anéis e os dedos. Mas uma coisa não fez: não foi pedir salvação ao Estado. Era o que faltava.

O Banco Privado Português é um banco sobretudo exposto à Bolsa. Durante anos, prosperou em investimentos e em acções, através de sociedades-veículos normalmente com sede fora de Portugal (para pagar menos impostos), dando bons retornos aos seus accionistas, na maioria investidores graúdos e famílias endinheiradas. Com a queda da Bolsa, veio tudo atrás. João Renheiro, que até apresentou um livro biográfico com o pós-título *A história de quem venceu nos mercados*, foi vencido e pediu ajuda ao Estado Português. Não a terá. O que faz sentido, pois não há praticamente depositantes a salvar e o contágio ao sistema financeiro é minúsculo.

No BPN, onde agora se vai jogando ao passa-ao-outro-e-não-ao-mesmo, a situação é diferente: há depositantes, há financiamento à economia e, no momento da nacionalização, o efeito de um colapso no sistema financeiro era um risco real e perigoso. Mas não deixa de ser paradoxal concluirmos que é necessário salvar um banco suspeito de crime e que é preciso deixar cair outro banco que, mesmo correndo riscos elevados, cumpriu as regras. Em qual dos dois preferia ter tido o seu dinheiro? Pois é...

Sinais exteriores de pobreza

Ficou famoso o indicador económico de António Guterres, que uma vez disse no Parlamento que não era possível que a crise fosse assim tão grave, pois as vendas de telemóveis não paravam de subir. Pois até para esse sofisticadíssimo índice se prevê recessão. E isso não tem graça nenhuma.

De todos as previsões recessivas que vão surgindo, em catadupa, a mais impressionante é esta: mais oito milhões de desempregados nos países da OCDE nos próxi-

mos dois anos. Oito milhões. É o equivalente a quase todos os portugueses com mais de 15 anos que, em 42 países, vão deixar de ter emprego. É saldo líquido (diferença entre postos de trabalho criados e destruídos). É um aumento de 24% em dois anos, para um total de 42 milhões. É o custo dramático da destruição da aparência de prosperidade económica em que vivíamos. É o fim do mito do homem-herói do século XX: despedir oito milhões de pessoas não é um ajustamento económico, é o fracasso da sociedade ocidental.

As previsões da OCDE são medonhas e incluem Portugal no fumo negro, prevenido para nós a mais alta taxa de desemprego desde a adesão à comunidade europeia. Mas não é preciso fazer muita futurologia para ver como a crise económica já chegou em força: as vendas de automóveis e casas caem a pique, os centros comerciais vão perdendo lojistas, o malparado está a aumentar, os orçamentos das empresas cortam custos para o próximo ano, o consumo está em perda, os principais países nossos clientes estão com previsões ainda piores que as nossas.

Só depois do Natal, o período forte do consumo do ano, se medirá a extensão da crise que já existe, pois muitas empresas estão à espera deste balão de oxigénio para respirar fundo antes de arrancar o ano. A julgar pelas promoções avançadas que se vêem nas montras, este não será o pior Natal dos últimos anos, mas o melhor Natal dos próximos.

Com esta crise, não é apenas o nosso modo de vida que está ameaçado, é o nosso emprego. E nesta ameaça pode-se começar a conjugar o verbo "perder" seis vezes: eu, tu, ele, nós, vós, eles. ●

Um Presidente elitista

O nome do Presidente da República começava a ser usado por protagonistas no caso BPN, ora como manobra de diversão, ora como escudo protector. O comunicado em que repudia uma e outra coisa pode ser de oportunidade discutível, mas foi eficaz. Mas no mesmo comunicado ficamos a saber que nem Cavaco Silva nem a sua mulher devem um único euro a qualquer banco. Num País assim endividado, mais um mito se destrói: afinal, Cavaco Silva não é um homem do povo.

Caro divórcio

Depois de se saber que Oliveira Costa se divorciou há oito meses transferindo o seu património para a sua nova ex-mulher, o PS propôs o aumento do IRS para os divorciados, o que levou à piada de que os socialistas estavam a fazer justiça pelas próprias mãos. Nada disso: o que existe é uma distorção aberrante, em que a pensão mensal de alimentos de um pai divorciado é dedutível no IRS, enquanto um pai casado gasta o mesmo na alimentação dos filhos e nada deduz.

Os mil melhores lucros

Segundo a Exame, as mil melhores PME's portuguesas fecharam 2007 com vendas de 19,6 mil milhões de euros, lucros de 481 milhões e capitais próprios de 3,7 mil milhões. Ou seja, lucram em média 2,5% do que vendem, o que é baixíssimo. Mas alcançaram uma rentabilidade do capital próprio de 13%, o que tomara muitas grandes empresas. O problema é que ambas as percentagens mostram quão vulneráveis à crise de 2009 podem estar. E estas são, repito, as melhores...

Editorial

O que está em causa com o BPP

No dia 6 de Outubro deste ano, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, sentiu-se na obrigação de acalmar o povo em relação à crise financeira internacional. Solenemente, perante uma série de jornalistas, afirmou: “Uma coisa eu quero assegurar de uma forma clara a todos os portugueses: aconteça o que acontecer, as poupanças dos portugueses em qualquer banco que opere em Portugal estão garantidas.”

Há aqui algumas expressões que convém relembrar as vezes que forem necessárias: “aconteça o que acontecer”, “poupanças”, “em qualquer banco”, “estão garantidas”.

A garantia de um ministro das Finanças é para levar a sério. E ainda mais quando é feita “de uma forma clara”. Teixeira dos Santos não pode dizer uma coisa e fazer outra, prometer algo e não cumprir, garantir e não assegurar. Quando o ministro diz uma coisa destas, está a falar do dinheiro que as pessoas juntaram ao longo da vida, está a referir-se ao esforço, ao trabalho, ao ordenado dos portugueses.

É claro que, de um dia para o outro, a certeza do ministro se transformou na dúvida do governante. E um apressado Teixeira dos Santos veio esclarecer que, com aquela frase “clara”, afinal não se comprometia a garantir os depósitos dos clientes caso um banco fosse à falência. O que garantia era que nenhum banco abriria falência: “Fui muito claro em dizer que os depósitos dos nossos cidadãos estão garantidos porque serão sempre adoptadas medidas que garantirão o normal funcionamento das instituições e o cumprimento das suas obrigações face aos depositantes.”

Não foi preciso esperar muito tempo para se assistir a mais um ajuste na declaração de Teixeira dos Santos. Afinal, o que Portugal e a Europa garantiam era a sobrevivência dos bancos com “relevância sistémica”. O ministro, desta vez mais cuidadoso, recusava-se a adiantar quais eram esses bancos, mas assegurava: “Neste momento temos de considerar que todos eles são relevantes” e que “todos merecem a nossa atenção”.

Hoje, Teixeira dos Santos não parece o mesmo do dia 6 de Outubro. Assume que o Banco Privado Português (BPP) não é de “natureza sistémica”, afasta a hipótese de o nacionalizar se estiver em risco de falência e recusa-se a falar sobre as garantias das poupanças dos clientes. O que em Outubro era uma garantia “clara”, “aconteça o que acontecer”, hoje é uma incógnita gigante, apesar de ainda não ter acontecido muito.

Segundo todas as informações, o BPP está numa situação difícil, pode não contar com o aval do Estado para conseguir um empréstimo e está em perigo de insolvência. Pode ser o “banco dos ricos”, como repetidamente aparece descrito na comunicação social, mas é um banco a operar em Portugal, tem poupanças de portugueses e não aparece nenhuma garantia tranquilizadora do Ministério das Finanças.

Se Teixeira dos Santos deixar o BPP falir e os clientes ficarem sem as suas poupanças, ao contrário do que garantiu em Outubro, arrisca-se à descredibilização total. E isso nenhum ministro aguenta.

DIAS LOUREIRO TERÁ ESTADO, com o presidente do Banco Português de Negócios (BPN), envolvido na compra de duas empresas no paraíso fiscal de Porto Rico. Seriam alegadamente empresas sem bens tangíveis, para lá de um escritório alugado, e que não entraram nas contas do BPN. Além de ter acompanhado o negócio

Se Teixeira dos Santos deixar o Banco Privado Português falir e os clientes sem as suas poupanças, ao contrário do que garantiu em Outubro, arrisca-se à descredibilização total. E isso nenhum ministro aguenta

pessoalmente, Dias Loureiro assinou as contas do banco onde o mesmo negócio não aparecia. Justificação oficial? Oliveira Costa ter-lhe-á dado uma desculpa e Dias Loureiro acreditou. “Não percebo nada de contabilidade”, diz.

Dias Loureiro não era um quadro intermédio e impreparado do banco. Era administrador executivo, tinha sido ministro e fora acionista de outras empresas. Resumindo, não é um ignorante, sabe o que vale a sua assinatura e o que significa aprovar um relatório e contas. Se sabia ou não de contabilidade é pouco relevante. E não é uma desculpa aceitável.

No meio destas suspeitas, já devia ter saído há muito tempo do Conselho de Estado, devia liberta-se do regime que o protege perante processos judiciais e esclarecer de vez o seu envolvimento no caso BPN. Assim teria poupado Cavaco Silva ao episódio lamentável em que, sem o criticar, também não foi capaz de o defender. ●



Morgado pede grupo de elite para crime económico

MARIA JOSÉ MORGADO diz que é preciso maior especialização para quem ataca crime económico.

Susana Represas
srepresas@economicasgpps.com

Maria José Morgado defende a criação de "um pequeno grupo de elite que se especialize e atualize permanentemente" no combate ao crime económico.

A directora do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa (DIAP), por onde passam alguns dos processos de crime económico mais complexos, diz ainda, respondendo ao Diário Económico, que "é essencial que o grupo tenha parcerias internacionais e acompanhe o que se faz nos outros países".

Numa altura em que a criminalidade económico-financeira voltou ao topo da actualidade, com a detenção do ex-presidente do BPN, José Oliveira e Costa, são vários os magistrados que reclamam uma maior especialização por parte dos responsáveis pela investigação destes crimes em Portugal.

A directora da Procuradoria-geral Distrital de Lisboa reconhece que "os magistrados são preparados para lidar com todo o tipo de crime, mas estão mais preparados para trabalhar com o crime comum e, eventualmente, menos preparados para trabalhar com o crime de colarinho branco". Em declarações ao Diário Económico, Francisca Van Dunem lembra que são casos de elevada "tecnicidade" os que lidam com as áreas "financeiras, fiscal e imobiliária". A responsável pela coordenação do Ministério Público no distrito judicial de Lisboa, sustenta que se "temos

Os casos

■ A Operação Furacão investiga esquemas de branqueamento de capitais com recurso a sociedades 'offshore' e falsificação de documentos. O processo está no DCIAP e já tem mais de 200 arguidos.

■ O DCIAP também está a investigar o caso da compra de dois submarinos enquanto Paulo Portas foi ministro da Defesa. Estão em causa suspeitas sobre o paradeiro de 30 milhões de euros que terão sido utilizados para pagar comissões.

As alegadas irregularidades no BCP, durante a administração de Jardim Gonçalves, também estão a ser investigadas pelo DIAP. Em causa, a utilização de 'offshores' para compra de acções próprias.

Os casos de alegada corrupção na câmara de Lisboa estão nas mãos do DIAP, mas os processos mais mediáticos ainda não chegaram a tribunal.

uma boa preparação e um bom apetrechamento no combate a outro nível de crime, é indiscutível que para estes crimes, as autoridades de investigação têm capacidades mais reduzidas".

Mas para a procuradora a repressão desta criminalidade também assume contornos delicados: "Há aqui um factor importante, quando se lida com o crime da rua, lidamos com aquilo a que se chama de marginalidade, quando se lida com o crime de colarinho branco está-se a lidar com um segmento que é o segmento da normalidade". De facto, Oliveira e Costa é o primeiro banqueiro português apanhado pelas malhas da justiça, e está preso pela alegada prática dos mais graves crimes económicos: branqueamento de capitais, burla agravada, fraude fiscal. Van Dunem não acha que exista uma presunção de inocência em relação a quem ocupa estes cargos, mas tendo em conta o poder social e económico de quem lidera o sector financeiro, "não se espera que cometam crimes". Daí que, cada vez que se torna público um caso que envolva um 'colarinho branco' "há um choque".

Cândida Almeida, que tem em mãos alguns dos casos mais mediáticos de crime económico - Operação Furacão, caso Portucal e Freeport - também não se cansa de alertar para a necessidade de investir mais no combate a este crime. Até porque, tal como insistiu em declarações recentes ao Diário Económico, "corrupção e burla, são crimes muito difíceis de provar". ■



O PRIMEIRO BANQUEIRO PRESO

O ex-administrador do BPN José Oliveira e Costa está preso, e é suspeito de vários crimes que terá praticado enquanto administrador do Banco Português de Negócios. O ex-banqueiro tem 73 anos e é suspeito de dos crimes de burla agravada, falsificação de documentos, branqueamento de capitais e fraude fiscal. O interrogatório durou quase 10 horas.

AS MAGISTRADAS E O CRIME ECONÓMICO



FRANCISCA VAN DUNEM
Procuradora-geral Adjunta

■ "Os magistrados são preparados para lidar com todo o tipo de crime, mas estão mais preparados para trabalhar com o crime comum, são eventualmente menos preparados para trabalhar com o crime de colarinho branco". Em causa está a "componente da tecnicidade" que é mais complexa nestes casos.



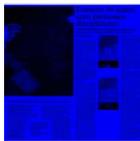
MARIA JOSÉ MORGADO
Directora do DIAP

■ "É necessário ter um pequeno grupo de elite que se especialize e atualize permanentemente neste tipo de criminalidade. Este grupo, se funcionar bem, pode actuar como motor dentro do Ministério Público. É essencial que o grupo tenha parcerias internacionais e acompanhe o que se faz nos outros países".



CÂNDIDA ALMEIDA
Directora do DCIAP

■ Na investigação de crimes económicos, o Ministério Público é obrigado a analisar dados sobre contabilidade das empresa e outros documentos técnicos. Cândida Almeida, responsável pela Operação Furacão já alertou para a dificuldade em provar crimes de corrupção e fraude e burla.



Existem 34 juízes com processos disciplinares

A MOROSIDADE dos processos é a queixa mais frequente, e a multa a sanção mais aplicada.

Susana Represas
srepresas@economicasgpps.com

Desde Novembro de 2003 foram instaurados 132 processos disciplinares contra juizes mas destes, apenas oito terminaram com a decisão de expulsão da magistratura. A multa, seguida de advertência, é a sanção que é aplicada com maior frequência.

Os dados, revelados ao Diário Económico pelo Conselho Superior da Magistratura (CSM) mostram que, dos 1.930 juizes em funções, apenas uma ínfima parte foi alvo de processos disciplinares.

Actualmente há 34 inquiridos em apreciação, quatro aguardam decisão do Supremo Tribunal de Justiça - para onde os magistrados recorrem caso discordem do veredicto do Conselho.

Em entrevista ao Diário Económico, o vice-presidente do CSM, António Girão frisa que Portugal "é o único país Europa onde os juizes são inspeccionados". Numa altura em que se fala tanto sobre avaliação, a propósito da guerra travada entre a ministra da Educação e os professores, o magistrado diz que "o juiz é talvez o profissional mais avaliado". Em julgamento, "está a ser avaliado pelos advogados, pelo Ministério Público e pelo público que assiste", depois, tem o Conselho Superior de Magistratura, com poder disciplinar sobre os magistrados judiciais.

A morosidade dos processos é a queixa mais comum, aliás a lentidão da justiça é o motivo de maior descontentamento dos cidadãos, segundo estudos recentes. O responsável reconhece a demora de muitas decisões judiciais, mas lembra que "no processo penal a questão é mais sensível, porque o estabelecimento de prazos

AFASTADOS
A sanção mais aplicada é a pena de multa seguida de advertência, mas desde 2003, foram afastados 8 juizes.

8
expulsões

DISCIPLINA
Ao longo dos últimos cinco anos, foram instaurados 132 processos disciplinares contra juizes.

132
processos

pode levar de facto a coarctar os direitos das pessoas a defenderem-se". O exemplo mais flagrante da demora dos tribunais é o julgamento Casa Pia, que esta semana chegou à fase de alegações finais, quatro anos depois do início das audiências do processo.

António Girão não vê esta demora com bons olhos, mas admite que é "um assunto muito delicado". A título pessoal, sugere que tal como acontece em processo civil, também em penal era importante "limitar o número de testemunhas". No caso Casa Pia foram ouvidas mais de 900 pessoas.

Mas a lei não impõe nenhuma limitação e, embora o juiz tenha o poder de dizer que não são ouvidas mais testemunhas, este responsável pergunta: "Qual é o magistrado que corre este risco?". Muito menos agora, com a nova regra da lei de responsabilidade civil extra contratual, que dá ao Estado o direito exigir ao juiz a devolução de indemnizações pagas a cidadãos por erros nas decisões judiciais.

Ainda não há casos destes no CSM, mas o vice-presidente não tem dúvida de que esta regra "constrange" as decisões dos magistrados. A este propósito, António Girão insiste que "o juiz já é dos profissionais mais fiscalizados" que e, agora, "tem por cima da cabeça a espada por ser responsabilizado pelo falhanço do que acontece". O magistrado defende que tem de haver liberdade "para se julgar com ponderação e não se estar com receio de errar".

António Girão, número dois do órgão liderado por Noronha do Nascimento, também presidente do Supremo Tribunal de Justiça, lamenta que haja "uma grande incompreensão do trabalho do juiz". ■



Paulo Assunção Coelho

Fim do segredo de justiça volta a ser criticado

■ Maria José Morgado, um dos rostos mais visíveis do combate à criminalidade económica, voltou a alertar para as dificuldades na investigação destes crimes. A directora do Departamento de Investigação e Acção Penal de Lisboa (DIAP) esteve esta semana num debate organizado pela Associação para o Desenvolvimento Económico e Social (Sedes), sobre corrupção. Morgado destacou a "sobreposição de dados", a diminuição dos prazos do segredo de justiça e a legislação "dispersa", como os "constrangimentos à investigação destes crimes complexos. Dificuldades, disse, que "não servem a prevenção nem a investigação". Desde logo porque a sobreposição de

dados do Ministério Público, dos tribunais e da Polícia Judiciária, "são dados inertes que não servem para nada", frisou. Como alternativa a esta gestão dos dados, a procuradora-geral adjunta defendeu o "cruzamento" de informação "para detectar os comportamentos anómalos por trás dos quais se encontram crimes como fraudes".

Morgado defende o "cruzamento" de informação "para detectar os comportamentos anómalos".

Quando aos novos prazos para o Ministério Público investigar em segredo, Maria José Morgado diz, apenas, que "este regime não durará muito tempo". A legislação dispersa também é um obstáculo e a magistrada insiste que o quadro legal para estes crimes "não é dissuasor" e, quem o pratica, "não sente o risco de ser condenada". ■ S.R. Com Lusa



ID: 22919313

27-11-2008

Concordo plenamente com o que disse o Presidente da República."

Álvaro Amaro
Antigo Sec. de Estado de Cavaco

Importante é ter a certeza de que, se porventura Dias Loureiro for chamado a depor no processo judicial, não se invoque nenhuma imunidade para evitar o depoimento."

Paulo Portas
Líder do CDS/PP

O Presidente teve uma atitude louvável a todos os níveis, que é um bom exemplo para a vida pública portuguesa."

Miguel Relvas
Deputado do PSD



Dias Loureiro mantém-se no Conselho de Estado

BPN no congresso PP

No Documento de Orientação Política que Paulo Portas apresentou ontem, com vista ao congresso do CDS/PP, volta-se a falar no caso BPN. **O líder do CDS/PP diz que a "lei geral de nacionalizações" é "um diploma perigoso"**, mas admite "aceitar" a nacionalização "num caso extremo, em nome de um bem superior" como "sucedeu no BPN". E se, por um lado, Portas se revela favorável à intervenção do Estado no BPN, por outro, volta a atacar o Governador do Banco de Portugal. "O CDS analisou criticamente o falhanço do regulador no caso BCP e considerou um ponto sem retorno a repetição desse falhanço no caso BPN", refere o documento. Os democratas cristãos classificaram a falha na supervisão de "gravidade imperdoável" e consideram que "o Governador do Banco de Portugal está ultrapassado como supervisor." A este propósito Portas culpabilizou ainda o PS: "É mais uma diferença entre nós e os socialistas. A doutrina do CDS pede um supervisor forte, que garanta que as intervenções do Estado são pontuais. O PS aceita um supervisor fraco, para justificar, depois, intervenções do Estado."

Parlamento. O PS vai avançar com uma proposta de alteração à iniciativa do CDS que cria uma comissão parlamentar sobre o caso BPN. Além da actuação da entidade supervisora, o Banco de Portugal, os socialistas querem ver escrutinada a administração e gestão do Banco Português de Negócios

Comissão de inquérito vai investigar gestão do BPN

PS altera objectivos do inquérito ao caso BPN

SUSETE FRANCISCO

O PS vai alterar os objectivos da comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN. Na proposta avançada pelo CDS no Parlamento, os centristas apontam como propósito do inquérito o escrutínio à actuação do Banco de Portugal (BdP), visando apurar se houve falha grave. Mas os socialistas querem que a comissão parlamentar abarque também a administração e gestão do Banco Português de Negócios, ao longo dos últimos anos.

Ricardo Rodrigues, vice-presidente da bancada parlamentar da maioria, afirmou ao DN que o objectivo definido pelo CDS para a comissão "é escasso", na medida em que "só prevê a supervisão" do BdP. Será um dos itens a investigar no inquérito, "mas não o único", diz o deputado socialista, defendendo que "a gestão e administração do BPN deve ser também escrutinada pela Assembleia da República". "O BPN foi objecto de nacionalização em virtude da gestão que teve. Se

teve que se recorrer ao dinheiro dos contribuintes tem que haver uma justificação para se saber porque é que teve de se tomar essa atitude", defende Ricardo Rodrigues.

Neste sentido, o PS apresentará uma proposta de alteração ao inquérito proposto pelo CDS. No texto dos centristas afirma-se que a comissão de inquérito tem por objectivo determinar a forma como o "Banco de Portugal cumpriu com os seus deveres legais de supervisão em relação ao BPN entre 2001 e 2008". E apurar "da exis-

tência de falta grave do senhor Governador do Banco de Portugal, enquanto máximo responsável da instituição, no desempenho dos seus deveres".

No PS, esta formulação é entendida como uma forma de visar directamente o governador do BdP, Vítor Constâncio. "Seria uma comissão de inquérito *ad hominem*", referiu ao DN um dirigente socialista.

De acordo com a lei, o governador do Banco de Portugal é inamovível do cargo - excepto se for considerado que cometeu "falha grave"

no desempenho das suas funções.

Com a alteração proposta pelo PS - e que a maioria parlamentar poderá aprovar sozinha - no centro da comissão de inquérito estará não só Vítor Constâncio, mas também os nomes que passaram pela administração do banco e da Sociedade Lusa de Negócios (proprietária do BPN), caso de Manuel Dias Loureiro.

PSD segura Dias Loureiro

Sobre a manutenção do ex-ministro da Administração Interna como membro do Conselho de Estado o PS não assume posição. Já o líder do CDS/PP, Paulo Portas, veio desafiar Dias Loureiro a garantir que não invocará a sua qualidade de conselheiro de Estado "para evitar" depor num dos processos judiciais em curso ao caso BPN. Recusando responder se defende ou não a continuidade de Dias Loureiro naquele organismo de aconselhamento do Presidente da República, Portas defendeu, na noite de terça-feira, que "importante é ter a certeza de que, se porventura for chamado a depor no processo judicial, não se invoque nenhuma das imunidades para evitar o depoimento". No PSD, o antigo ministro conti-

nua a ter grandes apoios. Miguel Relvas, antigo secretário-geral, afirma que é "grande amigo do Manuel Dias Loureiro" e garante que "ele sempre foi um homem de palavra". Sobre a atitude de Cavaco Silva, que aceitou como boas as explicações do conselheiro de Estado, o deputado do PSD afirma: "O Presidente da República teve uma atitude louvável a todos os níveis, que é um bom exemplo para a vida pública portuguesa." Na mesma linha Álvaro Amaro, antigo secretário de Estado de Cavaco Silva, diz "concordar plenamente com o que disse o PR".

Até agora, as únicas vozes dissonantes são, curiosamente, próximas da direcção de Manuela Ferreira Leite. Primeiro, Nuno Morais Sarmiento, presidente do Conselho de Jurisdição Nacional, pôs em causa se Dias Loureiro continuava com condições para integrar o Conselho de Estado. Já Paulo Rangel, líder parlamentar, disse que "em abstracto" podia questionar-se se não será um "incómodo" o conselheiro escolhido por Cavaco não renunciar ao seu lugar. A própria Ferreira Leite, contudo, continua a garantir que o assunto é do "foro pessoal". ■ Com FRANCISCO ALMEIDA LEITE

Votação na Assembleia a 5 de Dezembro

A comissão parlamentar de inquérito ao caso BPN será discutida na Assembleia da República a 3 de Dezembro e votada dois dias depois. Após a recusa inicial em aceitar a audição no Parlamento de vários ex-responsáveis do Banco Português de Negócios e da Sociedade Lusa de

Negócios (proprietária do banco), o PS inverteu a posição e veio anunciar publicamente que viabilizará o inquérito proposto pelo CDS/PP - que já contava com o anunciado voto favorável de toda a oposição. No entanto, dado não se tratar de um agenda-potestativo (que exigiria a assinatura de

46 deputados e sobre o qual a maioria parlamentar socialista não poderia intervir), o PS pode alterar a proposta avançada pelos democratas-cristãos. O CDS escusou-se ontem a comentar esta situação invocando desconhecer as alterações pretendidas pelo PS para os objectivos do inquérito.



Balcão em Aguiar da Beira é em antiga casa do pai de Dias Loureiro

Nacionalização. "Só foi boa porque não estávamos a conceder crédito e agora a situação normalizou", admite fonte do banco

AMADEU ARAÚJO, Viseu

Os clientes do Banco Português de Negócios (BPN), no interior do País, estão a deixar vencer o prazo dos depósitos para depois efectuar o levantamento das poupanças, apurou o DN. Entre os depósitos, estão aplicações da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), e se no início houve "uma corrida para tentar o seu resgate, nesta altura as pessoas já perceberam que isso não é possível e terão que esperar", disse ao DN fonte oficial do banco. A excepção parece ser Aguiar da Beira, onde Dias Loureiro é presença assídua e terra onde a palavra "tem valor". Aqui "não houve corridas, apenas espanto".

A vila é, no interior do País, a maior praça do BPN. O banco ocupa a antiga casa do pai de Dias Loureiro e foi também aqui que abriu uma das primeiras sucursais. O pai de Loureiro faleceu e a casa é agora ocupada pela D. Miúquinhos, a forma como na localidade se refere a Maria da Luz Loureiro, mãe do antigo ministro.

"Os mexericos correm mas não há corridas desesperadas ao banco", conta Fernando Andrade, actual presidente da câmara e que entre 1997 e 2005 teve Dias Loureiro como presidente da Assembleia Municipal. Desde que Loureiro esteve no governo tudo é novo: quartéis da GNR e dos bombeiros, câmara e biblioteca. O BPN "é o grande patrocinador da terra: ajudou na compra da carrinha da biblioteca, ambulâncias e até a misericórdia", afirma Manuel Dias, proprietário de um café na vila. Os familiares de Loureiro "são em grande número, mas mantêm-se no recato. Confiam nele mas não gostam de falar disso", comenta um taxista com praça no concelho. Loureiro, nascido na vila, é figura grada e esse facto fez com que a carteira de clientes do banco seja "elevada, mas as pessoas

estão serenas e informadas. Sabem que não vão perder os depósitos", conclui Andrade.

Já nos balcões de Viseu, o dinheiro "vai sendo levantado à medida que termina o prazo de carência dos depósitos", afirma a citada fonte. Para as empresas "emprestamos dinheiro e continuamos a fazê-lo", revela. A nacionalização "só foi boa porque não estávamos a conceder crédito e agora a situação normalizou. Os processos estão mais rápidos e as aprovações são em maior número. Antes havia falta de liquidez", contou a mesma fonte. A grande corrida "aconteceu quando surgiram as primeiras notícias. Tínhamos taxas elevadas e geríamos aplicações, muitas delas em obrigações da SLN. As pessoas bem as tentaram resgatar mas o contrato impediu". De acordo com a fonte ouvida pelo DN "já depois da cisão BPN/SLN esta última enviou um comunicado a afirmar isso mesmo". Quanto aos depósitos a prazo "depois de vencidos os particulares escolhem outro banco da praça". Também as empresas da SLN "têm no BPN o canal de venda e continuam com as mesmas condições como a Rentilusa".



EM AGUIAR DA BEIRA "A AMIZADE FALA MAIS ALTO"

Na terra onde existe o largo Dias Loureiro, a casa Loureiro, avenida e que mais com o nome do ex-ministro, a vida é simples e boa. Dias Loureiro, natural de Aguiar da Beira, advogado em Coimbra, ex-secretário-geral do PSD, ex-ministro, e depois empresário com interesses na banca. Para Maria da Luz Loureiro, mãe do empresário, Loureiro sempre cumpriu "as regras da decência, da ordem e os mandamentos de Deus". Na vila conta-se que Loureiro quis ser padre mas o advogado sempre foi influente. "O carrinho que a terra nutre por ele nunca nos olvidou", diz Joaquim Manuel, um reconhecido professor Aguiar da Beira.

Em Fornos de Algodres, onde o BPN apareceu ligado a transferências suspeitas oriundas dos Estados Unidos e que estão a ser investigadas pela Polícia Judiciária, "tem havido alguns levantamentos mas nada de substancial", diz uma fonte do balcão. Entre os que têm ocorrido ao BPN "estão pequenos empresários com poucas somas depositadas, entre os dois e os 10 mil euros", adianta o bancário.

Apesar do corte umbilical entre banco e SLN, "as empresas detidas pelo BPN continuam à venda". Um dado importante. Em Viseu, o banco é dono da concessão automóvel mais antiga do país e de várias caves de vinhos. Emprega algumas centenas de pessoas e para essas "a dívida do emprego mantém-se", conta um funcionário da Murganheira. ■

Filho de Oliveira e Costa destituído de director

Francisco Bandeira, novo presidente do Banco Português de Negócios (BPN), já começou a "expurgar" a instituição. Ontem, José Augusto Costa foi chamado à administração para lhe ser comunicado que a partir daquele momento estava destituído do cargo de director de organização do banco. Funções que exercia há poucos meses, pois foi Miguel Cadilhe, presidente do BPN até à nacionalização, que o escolheu para desempenhar o cargo. Antes, o filho de Oliveira e Costa, ex-presidente e fundador do BPN, chegou a ser administrador do banco, responsável pelo leu financeiro. Cargo que exerceu até ao afastamento de José Oliveira e Costa da liderança do BPN em Fevereiro último.



José Augusto Costa José Oliveira e Costa

Fonte do DN admite que José Augusto Costa, engenheiro de formação, ficou desolado com a decisão da administração e que não esperava que tal viesse a acontecer. O DN tentou contactar fonte oficial do banco, mas devido à hora tardia não foi possível falar com nenhum responsável.

Com esta decisão, Francisco Bandeira começa a cumprir algumas das promessas. "Haverá um processo de expurgo das pessoas que, pelas suas práticas e envolvimento, tenham exercido dolosamente a sua actividade", disse o gestor ao DN há duas semanas. Também as taxas de juro oferecidas nos depósitos, muito mais altas do que a concorrência, já foram corrigidas. Um facto que está a levar muitos depositantes a escolherem outros bancos. O novo presidente do

BPN determinou também nos últimos dias a lei da rolha dentro da instituição, pedindo internamente a todos os trabalhadores que não façam comentários para o exterior. Aliás, o DN apurou que Francisco Bandeira chamou a si o pelouro da comunicação com a imprensa.

Entretanto, o DN apurou que há ligações de figuras do PSD-Madeira ao BPN, incluindo parcerias de negócios em Cabo Verde, entre Jaime Ramos, líder do grupo parlamentar do PSD, e Sílvio Santos, ex-deputado social-democrata, um dos accionistas do grupo. Mas não só. Outros empresários com ligações ao partido estiveram e estão envolvidos em áreas como a construção, turismo, tendo, inclusive, ganho concursos públicos da sociedade de promoção de investimentos. Por outro lado, há ainda as relações entre o Governo Regional e o Banco Efisa. Este banco foi, em 2002, Joint Lead Arranger, juntamente com o Bear Stearns. Tratou-se de uma emissão obrigacionista de 190 milhões de euros por 20 anos que gozou de um aval da Região Autónoma permitindo dotar a região dos meios necessários à execução de planos de investimento. ■ - R.S. e L.B.

Deputados do PSD-M negam ligação ao banco

Negócios. Fonte do Governo Regional diz que ligações são com ex-deputados do PSD-M

LÍLIA BERNARDES, Funchal

As primeiras negociações para o financiamento da Região Autónoma da Madeira, na altura em que Manuela Ferreira Leite era ministra das Finanças e impôs o endividamento zero, não passaram pelo escritório de advogados dos deputados Coito Pita e Tranquada Gomes onde se encontra a sucursal do Efisa, no Funchal. Quem o garante é uma fonte do governo de Alberto João Jardim, que revela que elas terão sido realizadas por figuras com anteriores ligações ao executivo regional.

Em declarações ao DN, Tranquada Gomes confirma que o escritório que partilha com Coito Pita "limitou-se a disponibilizar, desde 1993 para a então Efisa - Engenharia Financeira, S.A., o espaço para esta domiciliar a Sucursal Financeira Exterior criada no âmbito do Centro Internacional de Negócios da Madeira" tendo por contraparti-

da o pagamento de 250 euros mensais mais IVA.

O deputado alega que "o escritório nunca prestou nem presta serviços jurídicos ou de outra natureza" à referida sucursal que não os de mera domiciliação. "Nem nunca fui advogado do Dr. Abdool Vakil [na altura presidente do Efisa, banco que hoje pertence ao BPN], pessoa com quem apenas falei uma ou duas vezes e seguramente há pelo menos 10 anos atrás". Do mesmo modo, "o escritório não tem, nem alguma vez teve, qualquer intervenção em operações de financiamento que o Banco Efisa ou o BPN tenham realizado com a Região, nem seus sócios foram ou são clientes" das referidas instituições, garantiu a mesma fonte. O Conselho de Governo de 9 de Janeiro de 2003 concedeu um aval da Região à "Zarco Finance" enquanto intermediária das cinco sociedades, para garantir o desembolso, de 61,5 milhões de euros através de emissão de obrigações colocadas no Luxemburgo, operação organizada pelo consórcio bancário liderado pelo Banco Efisa. ■



Há clientes do BPN que começam a optar por outros bancos



JULGAMENTO BPN

Arguidos negam extorsão a José Oliveira e Costa

➔ Dois dos cinco arguidos no caso da alegada tentativa de extorsão de 2,5 milhões de euros ao ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN), José Oliveira e Costa, negaram ontem, no Tribunal da Boa-Hora, em Lisboa, que tivessem essa intenção. Bruno Pimenta, filho do ex-funcioná-

rio do banco que terá fotocopiado documentos que, alegadamente, provavam a prática de irregularidades na instituição, garantiu que o seu objectivo era "só" divulgá-los na comunicação social, "para que toda a gente soubesse as práticas ilegais que eram feitas no banco". Por seu lado, Guilherme

dos Santos, advogado e co-arguido, garantiu que nunca ouviu falar em receber dinheiro. E adiantou que a sua participação neste processo deveu-se ao facto de ter sido contactado pelo colega de profissão e também arguido, Domingos Soares de Freitas, para que desse uma opinião sobre o

teor dos documentos, visto já ter sido bancário. O arguido disse ter percebido logo que havia irregularidades, mas negou que soubesse que os papéis seriam usados para chantagear Oliveira e Costa, como é invocado pelo ex-presidente do BPN. O julgamento prossegue dia 17 de Dezembro. **GINA PEREIRA**



PRIMEIRO-MINISTRO

Gabinete nega notícia em torno do BPN

➔ O Gabinete de Imprensa do primeiro-ministro garante que não prestou qualquer declaração sobre a notícia ontem publicada no JN quanto à forma como o dossiê Banco Português de Negócios (BPN) foi gerido por José Sócrates. Uma notícia onde se referia que o primeiro-ministro delegou todas as decisões no ministro das Finanças, Teixeira dos Santos, e no governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, só tendo acompanhado mais o caso até à decisão sobre a nacionalização do banco.

“Este Gabinete não foi, em momento algum, contactado pela jornalista que assina o artigo, nem prestou sobre esta matéria qualquer declaração ao JN ou a qualquer outro órgão de Comunicação Social”, lê-se num comunicado que foi enviado ontem ao JN, quanto à notícia com o título “Sócrates delegou todas as decisões”.

No mesmo documento, expressa-se ainda: “O Gabinete de Imprensa do primeiro-ministro desmente categoricamente o respectivo teor e as afirmações atribuídas a S. Bento”. ■



Polémica. O Presidente da República diz que Dias Loureiro lhe garantiu "solenemente" que nada tem a ver com o que é relatado nas notícias que dão conta de irregularidades no BPN na altura em que o conselheiro de Estado era administrador da SLN. Ramalho Eanes quer menos protecção aos conselheiros

Cavaco aceita palavra de Dias Loureiro

Eanes está contra a blindagem no Conselho de Estado

CARLA AGUIAR e FRANCISCO ALMEIDA LEITE

Depois de ter recebido Manuel Dias Loureiro, segunda-feira ao fim do dia, o Presidente da República disse ontem não ter qualquer razão para duvidar da palavra do seu conselheiro de Estado. "Garantiu-me solenemente que não cometeu qualquer irregularidade nas funções que desempenhou" em empresas do universo do Banco Português de Negócios (BPN), afirmou Aníbal Cavaco Silva.

"Não tenho qualquer razão para duvidar da sua palavra", sublinhou o Presidente, depois de revelar que Dias

Não tenho qualquer razão para duvidar da sua palavra [de Manuela Dias Loureiro sobre a SLN]

Aníbal Cavaco Silva
Presidente da República

Loureiro lhe assegurou, no Palácio de Belém, que "as suspeitas lançadas sobre ele não têm qualquer fundamento, são mentira". Apesar do voto de confiança em Dias Loureiro, Cavaco lembrou que também não tem qualquer razão "para duvidar da palavra de muitas outras pessoas que falam comigo".

Cavaco Silva recusa, no entanto, o papel de juiz no caso BPN: "Não é tarefa de um Presidente da República fazer julgamentos a qualquer pessoa, seja membro do Governo, das Forças Armadas ou membro do Conselho de Estado. Nem é tarefa de um Presidente fazer trabalhos de investigação", ressaltou. "São 19 os conselheiros de Estado, todos me merecem o maior respeito".

Sobre a necessidade de uma eventual alteração da legislação aplicável aos conselheiros de Estado, o Presidente recusou pronunciar-se sobre essa hipótese, limitando-se a referir que a lei é a que recebeu quando iniciou funções. "Não fui eu que fiz a lei", respondeu o chefe de Estado. Aníbal Cavaco Silva falava após ter presidido à cerimónia de inauguração da nova sede da União das Misericórdias Portuguesas.

Já Dias Loureiro não fez declara-



Cavaco Silva
PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dias Loureiro
CONSELHEIRO DE ESTADO



Em 1985, no congresso da Figueira da Foz, Aníbal Cavaco Silva é eleito líder do PSD e escolhe Manuel Dias Loureiro para um lugar central da sua equipa, o de secretário-geral, o homem que domina a máquina do partido

Dias Loureiro

Cavaco Silva

Os caminhos cruzados de Cavaco e Dias Loureiro

Paulo Rangel defende que conselheiro de Estado só deve sair se causar "desconforto"

O líder parlamentar do PSD deu ontem a entender que o seu partido só irá alterar a sua posição de relativa distância face ao caso Manuel Dias Loureiro/BPN se surgirem dados novos. Mais, o actual conselheiro só deve deixar o órgão de

consulta do Presidente da República "se sentir algum desconforto" ou se estiver em causa o "prestígio para a função". Estas declarações de Paulo Rangel foram feitas no frente-a-frente da SIC Notícias e são as primeiras de alguém ligado

à direcção do PSD sobre o caso BPN e o eventual envolvimento de Dias Loureiro. Manuela Ferreira Leite, a líder do partido, só se pronunciou publicamente para dizer que este assunto é do "foro pessoal" de Dias Loureiro.

ções ontem, apesar de ter falado com a TSF para reagir a uma notícia do JN que dava conta de que o antigo ministro da Administração Interna de Cavaco Silva pode vir a ser ouvido como testemunha no Departamento de In-

vestigação e Acção Penal (DIAP). O ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios disse que está à disposição do Ministério Público para falar sobre as alegadas irregularidades que terão sido cometidas no BPN.

Só em 1989 Manuel Dias Loureiro entrará para o Governo, quando é necessário substituir o então ministro dos Assuntos Parlamentares, António Capucho, que entretanto vai para o Parlamento Europeu

Cavaco Silva ganha as eleições em 1985. Dias Loureiro não integra o Governo. Cavaco Silva pede ao seu homem de confiança para que continue a tomar conta do partido, onde é responsável pelo aparelho e pelas campanhas eleitorais

Depois da renovação da maioria absoluta, em 1991, Cavaco Silva atribui então a Dias Loureiro a pasta da Administração Interna. É enquanto ministro da Administração Interna que Dias Loureiro nomeia Daniel Sanches director do SIS, que depois também ingressará no BPN

Não concordo que os membros do Conselho de Estado tenham um direito de blindagem [sobre a imunidade]

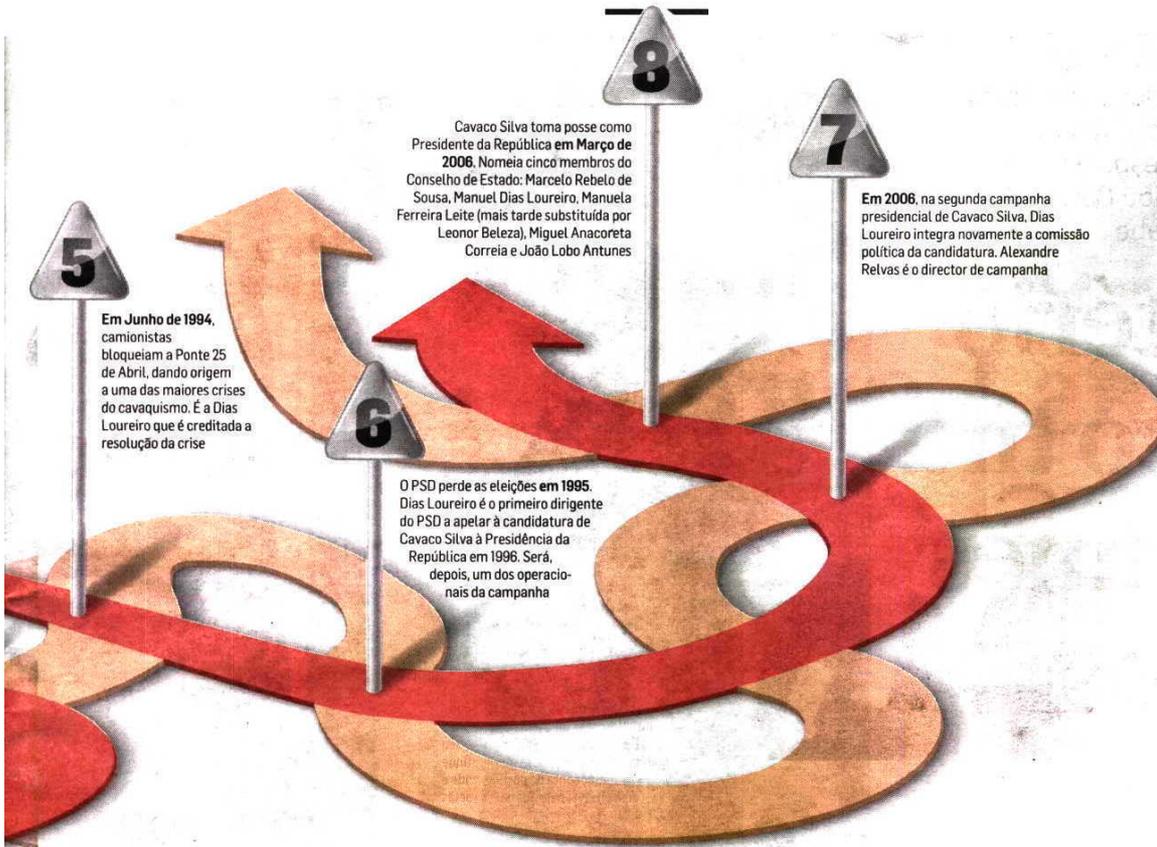
António Ramalho Eanes
antigo Presidente da República

Ontem, o general António Ramalho Eanes, antigo Presidente da República (1976-1986), comentou a polémica sobre a saída ou não de Dias Loureiro do Conselho de Estado, adiantando que o Chefe do Estado "não pode suspender" os membros daquele órgão de consulta por si indigitados. Para o homem que foi presidente da Comissão de Honra da candidatura de Cavaco à Presidência da República em 2006, "não há razões" para que isso aconteça, sublinhando que "não há acusação fundamentada a Dias Loureiro".

Um convite para o Conselho de Estado pressupõe um estatuto de idoneidade e de independência

Joaquim Aguiar
Analista político

Mas Eanes também deixou claro que não concorda que os membros do CE "tenham direito de blindagem", numa alusão à imunidade de que goza Manuel Dias Loureiro. Contactado pelo DN, Joaquim Aguiar, antigo conselheiro de Eanes em Belém e membro da comissão política de Cavaco nas eleições presidenciais, afirma que "um convite para o CE pressupõe um estatuto de idoneidade e de independência e, ao aceitar-se esse convite, o conselheiro deve ser digno dele". Para Joaquim Aguiar, ontem "os protagonistas assinaram a sua própria declaração de honorabilidade". Com isto, Joaquim Aguiar lembra que aquilo que "era uma matéria flexível passou a ser mais para o rígido. E o rígido costuma partir-se". Este analista político sublinha ainda que "até agora" este caso não exige medidas mais drásticas porque as actividades de que se falam "eram supostamente reguladas pelo Banco de Portugal". ■



ERGI DO BRASIL OCULTA 129 MILHÕES

Grupo BPN detinha 20% da empresa através do Banco Insular de Cabo Verde

O BPN ocultou 129,5 milhões de euros da venda da empresa brasileira ERGI, em 2006, através de uma sociedade offshore controlada pelo grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN). Segundo os registos da Junta Comercial de São Paulo, a ERGI Empreendimentos era detida em 20% pelo BPN e em 80% pela Swiss Finance, uma offshore que o Banco de Portugal, numa carta remetida em Junho à administração do BPN, identifica como pertencente à SLN (a proprietária do banco). Um antigo responsável da SLN, que pediu para não ser identificado, confirmou à Lusa que a Swiss Finance é, de facto, uma das várias sociedades offshore controladas pelo grupo. A ERGI, cujo principal activo era o complexo imobiliário JK, em São Paulo, foi vendida em Dezembro de 2006 ao grupo brasileiro WTorre, por 135 milhões de euros. Mas no relatório e contas desse ano, a administração do BPN refere um encaixe de apenas 5,5 milhões de euros com a operação, o que significa que os restantes 129,5 milhões de euros não foram incluídos nas contas do banco.

Cerca de 20 meses depois, em Agosto deste ano, a Torre de São Paulo - uma das três que fazem parte do complexo JK - foi vendida ao Banco Santander por 1,08 mil milhões de reais (438 milhões de euros, ao câmbio de então). A ERGI Empreendimentos é a empresa brasileira do grupo SLN, onde o BPN injectou cerca de 230 milhões de euros, na forma de empréstimos concedidos pelo Banco Insular de Cabo Verde, entidade que está a ser investigada pelo Banco de Portugal. Contactada pela Lusa, fonte oficial do BPN não quis fazer comentários. - LUSA

SLN Cabo Verde suspeita de corrupção

A SLN Cabo Verde uma empresa do grupo Sociedade Lusa de Negócios, foi denunciada à Procuradoria-Geral cabo-verdiana pela prática de crimes de corrupção e tráfico de influências, entre outros. A ligação desta empresa com o Banco Insular (que até 2008, "ninguém" sabia que pertencia ao BPN) era e é por demais evidente: José Vaz Mascarenhas acumula a presidência de ambos. E José Luís Lopes Fernandes, administrador do Banco Insular, foi, até 2007, segundo fonte oficial do BPN, administrador da SLN Cabo Verde.

A empresa em causa está sediada na zona franca da Madeira. E, em 2006, assinou um contrato com a Sociedade de Desenvolvimento Turístico das Ilhas da Boa Vista e Maio (SDTIBM). Segundo o contrato, a SLN Cabo Verde assumiria a gestão da SDTIBM, que tinha como principal função o lançamento de projectos imobiliários para aquelas duas ilhas, cujas operações provocaram um buraco nas contas do Banco Português de Negócio (BPN).



Sociedade Lusa de Negócios está a ser investigada em Cab Verde

mento para a Democracia (MpD), o partido que apresentou queixa na PGR de Cabo Verde. O negócio envolvia, segundo a queixa a que o DN teve acesso, um grande esforço financeiro para a SDTIBM. A polémica estalou

em Cabo Verde, levando à demissão do então ministro da Economia, João Pereira Silva.

O contrato com a SLN Cabo Verde, representado por Tigado Vaz de Mascarenhas, foi, segundo a queixa, celebrado a 20 de Janeiro de 2006, feriado nacional, véspera das últimas eleições legislativas. O MpD começa logo por levantar suspeitas quanto à legitimidade da SLN Cabo Verde em assinar tal contrato, uma vez que a empresa ainda não estaria inscrita na conservatória cabo-verdiana.

Por outro lado, o partido, o que actualmente está na oposição, questionava o facto de o Estado ceder a uma entidade privada "poderes de autoridade em área estratégica para o desenvolvimento do turismo". "Negociar, vender e ceder terrenos, aprovar projectos de empreendimentos e licenciar os respectivos estabelecimentos",

eram algumas das competências atribuídas à SLN Cabo Verde que constam do contrato.

A SDTIBM assumiria todos os custos de funcionamento, mais, de acordo com o contrato, devendo ainda pagar à SLN Cabo Verde um "adicional correspondente a 25% sobre aqueles custos". Este acréscimo seria destinado a "encargos de estrutura do Grupo SLN". "Mais escandaloso ainda é a cláusula absolutamente revoltante e causadora de prejuízo grave aos interesses do Estado, segundo a qual a SLN Cabo Verde receberá ainda 42,5% dos resultados apurados antes dos impostos". Conclusão do MpD: "É um negócio da China. O Estado, proprietário do bens, só em circunstâncias milagrosas poderá embolsar o que embolsa a sociedade gestora", lê-se na queixa que ainda está pendente na Procuradoria de Cabo Verde.

Ontem, durante a discussão do orçamento de Estado, o líder do MpD voltou a levantar o assunto da relação entre o governo e a SLN. O primeiro-ministro, José Maria Neves, desafiou o Parlamento a avançar com uma comissão de inquérito. Isto depois de o líder da oposição, Jorge Santos, exortar o primeiro-ministro a "esclarecer a relação com a Sociedade Lusa de Negócios e o BPN".

"Nem o governo nem ninguém do governo tem uma ligação seja de que natureza for com o BPN", respondeu José Maria Neves, sugerindo que o Parlamento investigue esse caso e pedindo depois a Jorge Santos para que indique "um facto" que o ligue àquelas empresas. ■

CARLOS RODRIGUES LIMA



Procuradores com reunião secreta

Pinto Monteiro, procurador-geral da República de Portugal, e Júlio Martins tiveram "há já alguns dias", segundo fonte oficial da PGR, um encontro que passou completamente despercebido. Tal pode ter sucedido devido ao facto de o encontro não constar da agenda do PGR português, a qual está disponível na página da Internet da Procuradoria (www.pgr.pt). Ao que o DN apurou, em cima da mesa esteve a eventual colaboração entre os dois países para a investigação ao BPN e ao Banco Insular. Até porque a SLN Cabo Verde está a ser investigada naquele país.



JOSÉ DE OLIVEIRA E COSTA

(nascido em 1935)

De fiscalizador a fiscalizado

- **Formado em Economia** na Universidade do Porto.
- **1985:** Apoiou Cavaco Silva à liderança do PSD no Congresso da Figueira da Foz.
- **Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais** nos dois primeiros governos de Cavaco Silva. É convidado por Miguel Cadilhe (o último presidente da administração BPN) que à época tutelava o Ministério das Finanças.
- **1991:** Sai do Governo de Cavaco e vai assumir a vice-presidência do Banco Europeu de Investimentos (BEI).
- **1997:** Assume a presidência do BPN.
- **1998:** Fica também responsável pela liderança da Sociedade Lusa de Negócios, entidade que sempre controlou o BPN.
- **2008:** Abandona ambos os cargos, invocando razões de saúde e, até ao momento da detenção nada mais se soube sobre o banqueiro.
- **Novembro de 2008:** É detido na sua casa em Lisboa, na quinta-feira, 20, após várias buscas inseridas na Operação Furacão.



DETENÇÃO

Oliveira e Costa foi detido na sua casa em Lisboa após várias buscas domiciliárias

JUSTIÇA

CRIMES DE BANQUEIRO

Os portugueses viram pela primeira vez um ex-responsável bancário ser detido. O que levou Oliveira e Costa a ser preso preventivamente?

A história de Oliveira e Costa escreve-se por linhas tortas. Desde sempre ligado à área das finanças, é também devido a estas que acaba por ser apanhado nas malhas da lei. Na passada quinta-feira, depois de buscas realizadas ao domicílio do ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN) e da Sociedade Lusa de Negócios (SLN), Oliveira e Costa foi detido, ouvido pelo juiz do Tribunal Central de Instrução Criminal, Carlos Alexandre, e permaneceu em prisão preventiva na cadeia da Zona Prisional. Não é habitual que os presos sejam reencaminhados para este estabelecimento, mas as razões que levaram à decisão do juiz parecem estar relacionadas com o estado de saúde do ex-banqueiro.

ções na altura em que o ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de Cavaco Silva esteve na liderança do BPN. Ainda está por descobrir de que forma o gestor fez desaparecer os milhões do BPN e quem participou neste esquema.

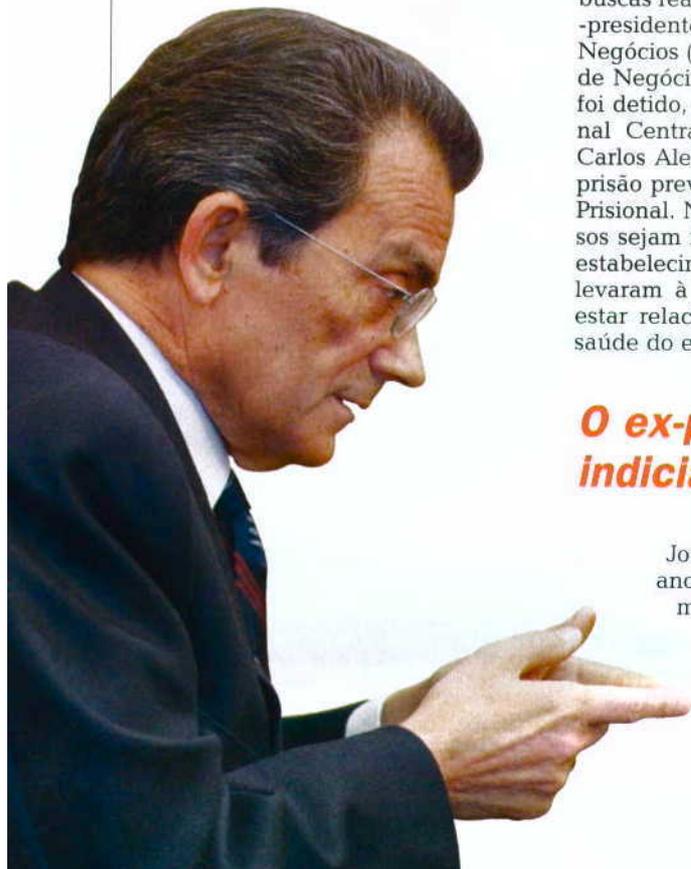
A **tela de amizades** deste licenciado em Economia começou quando ingressou no Governo de Cavaco Silva e não parou desde aí. Os contactos e os conhecimentos na política e na banca terão alargado a sua área de actuação e permitido efectuar negócios em nome do BPN e da SLN. Curiosamente, foi Miguel Cadilhe que, enquanto presidente da administração do BPN, apresentou uma queixa-crime. Este documento fez-se acompanhar de uma

O ex-presidente do BPN e da SLN está indiciado por burla e branqueamento

José de Oliveira e Costa, 73 anos, está indiciado por crimes de burla e branqueamento de capitais. A Procuradoria-Geral da República considerou existirem indícios suficientes da prática destas ac-

extensa auditoria, que terá encontrado indícios de que se verificavam crimes em actos de gestão. Agora, resta saber o que terá Oliveira e Costa a revelar sobre os negócios ilícitos pelos quais é alegadamente responsável. ■

CATARINA SOUSA



especial



AVAL. O presidente do Banif admitiu ontem recorrer ao aval do Estado para se financiar nos mercados internacionais, mas assegurou que o seu banco está confortável em termos de liquidez. Horácio Roque diz que admitiu que o aval, a concretizar-se, poderá rondar os "800 a 900 milhões de euros".

EX-PRESIDENTE DO BPN ESTÁ NA LISTA DE DOADORES ENTREGUE NO CONSTITUCIONAL

Oliveira e Costa doou 15 mil à campanha de Cavaco

Entre ex-administradores e accionistas de referência do banco, Cavaco Silva recebeu quase 100 mil euros em donativos em nome individual de pessoas ligadas ao BPN

Texto • João Cristóvão Baptista
joao.m.baptista@24horas.com.pt

José Oliveira e Costa, o antigo presidente do Banco Português de Negócios (BPN), ajudou a financiar a campanha eleitoral do Presidente da República, segundo a lista de donativos à campanha de Cavaco entregue no Tribunal Constitucional (TC) pelos responsáveis da candidatura.

O homem que se encontra em prisão preventiva pela suspeita da prática de vários crimes enquanto líder daquela instituição bancária doou, em nome individual, 15 mil euros à campanha de Cavaco Silva, eleito no início de 2006. À data, Oliveira e Costa estava à frente do BPN.

Na lista de donativos em nome individual (a lei proíbe donativos por parte de pessoas colectivas) entregues à campanha de Cavaco encontram-se ainda várias personalidades ligadas ao banco recentemente nacionalizado, entre ex-administradores e accionistas de referência.

Contas feitas, o *24horas* apurou um total de 97.482 euros recebidos pela campanha de Cavaco, provenientes de personalidades com ligações ao BPN – o que representa 4,5 por cento dos 2190 milhões de euros reunidos pelos responsáveis por esta campanha.

Sucessor à frente do BPN também ajudou

Um destes apoiantes foi Abdool Vakil. O actual presidente do Banco Efisa e ex-administrador do BPN (que chegou a presidir ao banco, aquando da demissão de Oliveira e Costa) entregou à campanha.

Já Joaquim Coimbra, empresário ligado ao PSD e um dos principais accionistas da Sociedade Lusa de Negócios e do BPN, foi quem mais



Oliveira e Costa fez a sua contribuição a título particular

factos



DO OUTRO LADO. Segundo a informação entregue pelas campanhas dos vários candidatos no Tribunal Constitucional e a que o *24horas* teve acesso, apenas uma personalidade ligada ao BPN deu o seu apoio financeiro exclusivo a outra candidatura que não a de Cavaco Silva. Trata-se de Fernando Aguiar Branco, antigo presidente da mesa da assembleia geral do BPN, que apoiou a candidatura de Mário Soares, tendo entregue 2500 euros à campanha do ex-presidente.

ajudou Cavaco na corrida a Belém, tendo entregue à candidatura do Presidente 22.482 euros – o montante máximo permitido por lei (60 salários mínimos).

Outro grande accionista do BPN que contribuiu para a candidatura de Cavaco foi Alberto Queiroga Figueiredo. O presidente da têxtil Impetus pôs 20 mil euros do seu próprio bolso para ajudar Cavaco a ser eleito.

Já António Cavaco, da construtora Irmãos Cavaco, doou dez mil euros para a corrida de Cavaco Silva a Belém. Um valor que foi também entregue por Adelino Silva, respon-

sável pela Metalgalva, uma empresa metalomecânica da Trofa.

Menos significativas foram as contribuições de Joaquim Abreu (presidente da Termolã) e Avelino Francisco (um dos líderes do grupo avícola Lusiaves). De acordo com a informação recolhida pelo *24horas* junto do TC, cada um destes accionistas do BPN entregou aos responsáveis pelas contas da campanha do Presidente 7500 euros.

Dias Loureiro não meteu dinheiro na campanha

Fora das contas da lista de donativos em nome individual entre-

gues à campanha de Cavaco ficam alguns dos ex-administradores do BPN cujo nome tem estado no centro do furacão mediático que envolveu o banco nas últimas semanas. Segundo o *24horas* apurou, o Presidente da República não recebeu qualquer contribuição de Manuel Dias Loureiro, de Daniel Sancho ou de Rui Machete.

O *24horas* contactou ontem a Presidência da República a fim de obter um comentário a estes financiamentos, mas até ao fecho desta edição não obteve qualquer resposta da assessoria de imprensa de Cavaco Silva. ■



ALTERNATIVAS. O presidente do Banco Privado Português (BPP), João Rendeiro, afirmou ontem que há soluções alternativas caso não se concretize o aval do Estado para o seu banco e adiantou estar aberto a propostas de fusão ou aquisição.



SOLENEMENTE. O Presidente da República afirmou ontem não ter qualquer razão para duvidar da palavra do seu conselheiro de Estado Dias Loureiro, que lhe garantiu solenemente não ter cometido qualquer irregularidade nas funções que desempenhou.



Ricardo Salgado foi um dos banqueiros que contribuíram para a campanha de Cavaco Silva

Apoios de peso

Não foram apenas os banqueiros que contribuíram para a candidatura de Cavaco Silva à Presidência da República.

Na lista entregue pela campanha do actual Presidente da República no TC constam os nomes de alguns dos empresários mais ricos do nosso país, como é o caso de Américo Amorim, Manuel Fino, José de Mello, Stanley Ho, João Pereira Coutinho e Dionísio Pestana.

RESPONSÁVEIS DO BES, BCP, BANIF E BPP ENTRE OS PATROCINADORES

BANQUEIROS

deram uma ajuda

Ricardo Salgado, Horácio Roque e Jardim Gonçalves foram alguns dos homens da banca que deram apoio financeiro à candidatura de Cavaco

Apoiantes do Presidente

Texto • João Cristóvão Baptista
joao.m.baptista@24horas.com.pt

(valores em euros)	
Joaquim Coimbra (empresário)	22.482
João Pereira Coutinho (empresário)	22.482
Manuel Fino (Soares da Costa)	22.482
José de Mello (Grupo Mello)	22.482
Américo Amorim (Grupo Amorim)	22.482
Ricardo Salgado (presidente do BES)	22.482
Stefano Savioiti (empresário)	22.482
João Rendeiro (BPP)	22.482
José Manuel Pita Goes Ferreira (empresário)	22.000
Horácio Roque (Banif)	20.000
Alberto Queiroga Figueiredo (empresário)	20.000
Stanley Ho (empresário)	20.000
Man Hin Choi (Administrador da Estoril Sol)	20.000
José Oliveira e Costa (ex-presidente do BPN)	15.000
Dionísio Pestana (empresário)	15.000
Jorge Jardim Gonçalves (ex-presidente do BCP)	10.000
José Roquette (empresário)	10.000
António Cavaco (empresário)	10.000
Joaquim Abreu (empresário)	7.500
Avelino Francisco (empresário)	7.500
Adelino Silva (empresário)	7.500
Chris de Beck (ex-administrador do BCP)	7.000
Alípio Dias (ex-administrador do BCP)	6.500
Abdool Vakili (presidente do Banco Efisa)	5.000
Paulo Teixeira Pinto (ex-presidente do BCP)	5.000
Eduardo Catroga (ex-ministro de Cavaco)	5.000

Além do apoio financeiro que recebeu de ex-administradores e accionistas do BPN, Cavaco Silva contou com a ajuda de vários banqueiros e ex-banqueiros da nossa praça.

Ricardo Salgado, presidente do conselho de administração do Banco Espírito Santo, foi um dos que quiseram contribuir para a campanha de Cavaco Silva, tendo efectuado um donativo de 22.482 mil euros. O mesmo valor (o máximo permitido por lei), foi entregue por João Rendeiro, do BPP, banco que enfrenta dificuldades e que pediu um aval ao Estado de 750 milhões de euros, que foi ontem recusado. Também o nome do patrão do Banif, Horácio Roque, consta da lista de donativos recebidos pela candidatura de Cavaco: uma contribuição no valor de 20 mil euros.

Jardim Gonçalves, fundador e antigo presidente do BCP, patrocinou a corrida de Cavaco Silva a Belém com dez mil euros, enquanto o antigo presidente do conselho de administração do maior banco privado português, Paulo Teixeira Pinto, participou com cinco mil euros.

Também Chris de Beck e Alípio Dias, antigos administradores do BCP e membros da equipa de Paulo Teixeira Pinto, demonstraram o seu apoio à candidatura de Cavaco. Alípio Dias doou 6500 euros e Chris de Beck entregou aos responsáveis da campanha um cheque de sete mil euros.

Ainda no conjunto dos donativos efectuados por personalidades ligadas a este banco surge o nome de Goes Ferreira. Este accionista do BCP deu uma contribuição de 22 mil euros. ■

Família ausente em dia de visita

No primeiro dia em que podia ter visitas, Oliveira e Costa não recebeu qualquer familiar no Estabelecimento Prisional anexo à PJ, na Rua Gomes Freire, em Lisboa, onde se encontra detido preventivamente por suspeitas da prática de sete crimes de branqueamento de capitais, burla e fraude fiscal, em que terão sido desviados milhões de euros.

“Ele está cá desde sábado, mas ainda não recebeu a visita de qualquer familiar. As únicas pessoas que têm vindo falar com ele são os advogados. Tem comido aquilo que é servido na cantina e ocupa a maior par-

te do tempo a passear no pátio da cadeia”, contou, ao 24horas, um funcionário daquele estabelecimento.

O antigo presidente do Banco Português de Negócios ainda não apresentou à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais a lista de 15 pessoas que o poderão visitar enquanto permanecer detido. E enquanto não for ouvido por técnicos dos Serviços de Educação apenas são permitidas visitas dos pais, irmãos, filhos e cônjuge, sendo necessária uma autorização especial para outros visitantes.

CARLOS TOMÁS



PAULO NOVATISIA

Stanley Ho e Jardim Gonçalves apostaram em dois candidatos

Na hora de fazer donativos para as candidaturas presidenciais, alguns dos patrocinadores optaram por não apoiar financeiramente apenas um candidato, tendo doado dinheiro tanto para a candidatura de Cavaco Silva como para a de Mário Soares.

Foi este o caso de Jardim Gonçalves. O fundador do BCP distribuiu as suas doações em partes iguais para os candidatos apoiados pelo PS e pelo PSD: cada candidatura recebeu dez mil euros do banqueiro.

Também o empresário macaense Stanley Ho e o administrador da Estoril Sol, Man Hin Choi, optaram por dar a estes dois candidatos um apoio com o mesmo peso financeiro, tendo entregue a cada uma das candidaturas 20 mil euros.

Já no que diz respeito às personali-

dades ligadas ao BPN que contribuíram para a candidatura do actual Presidente da República, apenas Abdool Vakili apoiou também Mário Soares. No entanto, o presidente do Banco Efisa só doou ao histórico socialista 2500 euros – metade do que entregou à campanha de Cavaco Silva.



Sócrates delegou todas as decisões

Caso BPN foi gerido sobretudo por Teixeira dos Santos.

Primeiro-ministro acompanhou mais até à nacionalização

ALEXANDRA MARQUES
alexandra.marques@jn.pt

O primeiro-ministro acompanhou o caso do BPN até ter decidido a sua nacionalização. Depois confiou-o a Teixeira dos Santos e a Constâncio. Quanto aos restantes aspectos do caso, os de Polícia pertencem à Justiça.

Se houve um período em que o primeiro-ministro acompanhou de perto e andou preocupado com as sequelas de uma eventual falência do Banco Português de Negócios (BPN), foi antes de ser aprovada, no dia 2 de Novembro, em Conselho de Ministros, a nacionalização daquela entidade bancária presidida pelo ex-ministro das Finanças, Miguel Cadilhe.

A decisão coube ao ministro das Finanças, Teixeira dos Santos e ao primeiro-ministro, tendo a mesma sido mantida à margem dos demais governantes. "Nem os elementos do gabinete do primeiro-ministro sabiam", foi dito ao JN.

Enquanto não foi anunciada a nacionalização e a falta de liquidez do BPN ameaçava ter um impacto económico devastador, o chefe de Governo fez questão de estar a par. "Depois tornou-se um caso de polícia que já não lhe diz respeito, que cabe à Justiça tratar. E pelos vistos a Justiça funcionou

e está a funcionar", realçou ao JN a mesma fonte.

"Mesmo as decisões que têm sido tomadas no Parlamento - como a constituição de uma comissão de inquérito ao caso BPN - são da total responsabilidade da direcção do grupo parlamentar", adiantou.



Momento decisivo



"A solução teve de ser esta. Pretendia-se que os contribuintes injectassem 600 milhões de euros e não tivessem voz. Poderíamos ver os 600 milhões devorados pela acumulação de perdas da instituição. A crise de liquidez do BPN não poderia ser resolvida assim".

Teixeira dos Santos
MINISTRO DAS FINANÇAS

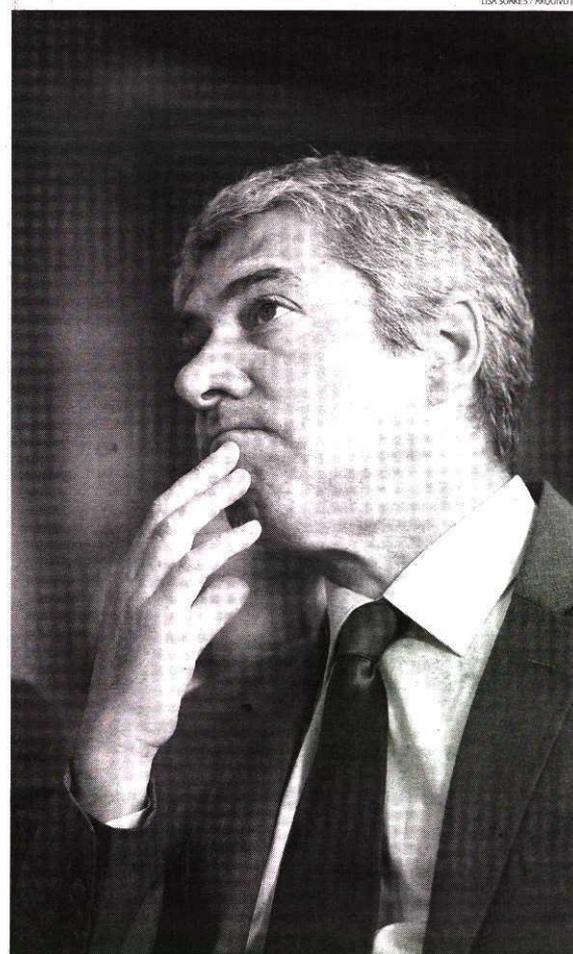
Na verdade, desde o início do mês que José Sócrates delegou no governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, mas sobretudo em Teixeira dos Santos, a condução técnica do processo por confiar em absoluto no ministro que é em termos práticos o número dois do Governo".

"(Sócrates) confia muito nele, porque veio do mercado de valores, conhece bem a Banca, onde esta pode falhar, os produtos de risco, etc. Tem merecido essa confiança e por isso delega, além de que só assim se credibiliza um ministro das Finanças. E se o próximo ano vai ser ainda mais duro, não se pode nem deve fragilizar o titular da pasta", alega.

Quanto à tentativa de envolver o chefe de Estado, Cavaco Silva, S. Bento atribuiu-a a um accionista

S. Bento considera que a associação feita com Cavaco partiu de um accionista do banco

que terá pensado que associando o nome do presidente teria mais garantias do Governo ou que a Justiça seria mais branda se Cavaco Silva fosse depositante. Pois "a hostinidade do chefe de Estado está acima de qualquer suspeita". ■



Sócrates deposita toda a confiança em Teixeira dos Santos para tratar do caso BPN

Dias Loureiro só admite abdicar se o seu estatuto for o de arguido

Apesar de Dias Loureiro poder vir a ser chamado, na qualidade de testemunha, para ser ouvido pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), o ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios só considera a hipótese de demissão do Conselho de Estado caso o seu estatuto no quadro da investigação ao BPN mude para a condição de arguido, apurou o JN junto de fonte próxima do ex-governante. O presidente da República afirmou ontem não ter qualquer razão para duvidar da

palavra do seu conselheiro de Estado Dias Loureiro, que lhe garantiu solenemente, anteontem à noite, não ter cometido qualquer irregularidade nas funções empresariais que desempenhou. Interrogado pelos jornalistas sobre a eventual necessidade de se alterar a lei aplicável aos conselheiros do Estado, de forma a facilitar os seus processos de substituição ou exoneração, o presidente da República recusou ontem pronunciar-se sobre a matéria. A.C.

CRIME ECONÓMICO

Morgado queixa-se dos obstáculos legislativos

► "O Código do Processo Penal é um dos obstáculos legislativos com que se depara a investigação de crimes económicos". Foi uma das mensagens centrais que Maria José Morgado voltou a deixar ontem, numa conferência promovida pela SEDES e pelo Grupo de Cidadãos contra a corrupção.

A magistrada referiu-se concretamente ao regime de prisão preventiva (só possível fora do flagrante delito em caso de risco de

fuga) e de publicitação do processo durante a investigação, ou seja, da possibilidade de o segredo de justiça ser levantado ao fim de dez meses depois de iniciada a investigação.

O tema da conferência - Corrupção no âmbito dos crimes económicos - não podia ser o mais oportuno, mas a directora do Departamento de Investigação e Acção Penal (DIAP) não se referiu em concreto ao caso BPN. Morga-

do preferiu caracterizar, genericamente, o crime económico-financeiro, que "anda de braço dado com o crime organizado" e "usa a corrupção como instrumento", e identificar outras das dificuldades para o combater. Por isso, falou da sobreposição dos sistemas de informação e bases de dados, "que não servem para nada" ou da falta de tribunais especializados e da inexistência de equipas multidisciplinares".

Os obstáculos e a própria natureza destes crimes globalizados e que germinam também na administração pública, conduzem, segundo a magistrada, a uma "desproporcionalidade entre a realidade e as condenações efectivas". A.C.

IRREGULARIDADES

Off-shore ocultou ganhos de 129 milhões

► O BPN ocultou 129,5 milhões de euros da venda da empresa brasileira ERGI, em 2006, através de uma sociedade 'off-shore' controlada pela Sociedade Lusa de Negócios (SLN), apurou a Lusa.

Segundo registos da Junta Comercial de São Paulo, a ERGI Empreendimentos era detida em 20% pelo BPN e em 80% pela Swiss Finance, uma 'off-shore' que o Banco de Portugal, numa carta remetida em Junho à administra-

ção do BPN, identifica como pertencente à SLN (também proprietária do banco), uma ligação que também foi confirmada por um antigo responsável da SLN à Lusa.

Em 2006, a ERGI foi vendida ao grupo brasileiro W Torre por 135 milhões de euros. Mas no relatório e contas desse ano o BPN refere um encaixe de apenas 5,5 milhões de euros, o que significa que os restantes 129,5 milhões não foram incluídos nas contas. ■



Crónica sem dor É crise ou crime?



Rui Tavares

Os bancos felizes são todos iguais; os bancos infelizes são-no cada um à sua maneira. Não há duas histórias iguais. E esta é a pergunta que, em cada caso, toda a gente se faz: é crise ou crime?

Em certos casos - e penso no Banco Privado Português - parece ser crise. Os fundos de acções que o banco possuía valem hoje muito menos do que valiam, perdeu-se muito dinheiro no processo e a contracção do crédito faz com que seja muito difícil suavizar as perdas.

Noutros casos - e pensamos todos no Banco Português de Negócios - a cautela manda dizer que não sabemos. Mas parece mais crime do que crise. A utilização de contas em paraísos fiscais para esconder perdas de dinheiro, a compra de empresas falidas em ilhas exóticas, uma administração que nem sequer se reúne como é sua obrigação legal - tudo isto tem pouco a ver com a crise, a não ser no sentido daquele velho aforismo segundo o qual "quando a maré baixa na praia é que se vê quem estava nu e quem tinha calções".

Isto para quem vê as coisas de fora. E para quem estava lá

dentro enquanto tudo aquilo - que visto de fora parece fraude e gestão danosa - sucedia?

Não há coisa mais bizarra do que ver alguém alegar, em sua própria defesa, que foi ingénuo e incompetente. Mais ainda quando se trata de um político e homem de negócios. O que um antigo governante traz à administração de um banco é a sua argúcia, perspicácia e capacidade de raciocínio. É esse o seu principal capital - ou isso, ou a sua agenda de contactos. E só em último caso um profissional admite um rombo nesse capital de competência.

A entrevista de Manuel Dias Loureiro, administrador da sociedade proprietária do BPN até há uns anos atrás, foi um momento perturbante nestes termos: se ele confessa com à-vontade que não viu um banco desmanchar-se à sua volta é porque a alternativa é sempre pior. Dias depois sabia-se qual era a alternativa. O vice-governador do Banco de Portugal António Marta, a quem Dias Loureiro

Segundo António Marta,

Dias Loureiro desejava

que se vigiasse menos

(e não mais) o BPN.

Ou Dias Loureiro foi ingénuo

e incompetente

(a hipótese boa) ou mentiu

(a hipótese má)

alega que pediu uma "atenção especial" para o BPN, emitiu uma declaração segundo a qual essa "atenção especial" pedida fora no sentido de não se andar tanto "em cima" do BPN. Ou seja, segundo António Marta, Dias Loureiro desejava que se vigiasse menos (e não mais) aquele estranho caso de gestão bancária. Não há como sair disto: ou Dias Loureiro foi ingénuo e incompetente (a hipótese boa) ou mentiu (a hipótese má).

Vamos, é claro, pela hipótese boa. A pergunta seguinte é esta: se você fosse dono ou accionista de um banco, confiaria o seu conselho de administração a alguém que faz esta descrição do seu próprio trabalho? Em caso negativo, como podemos esperar que se lhe confie o Conselho de Estado? Essa é a outra pergunta seguinte, e dirige-se ao Presidente da República, que o nomeou.

A partir daqui, as coisas evoluem rapidamente. O Presidente declara que não pode demitir um conselheiro de Estado, o que é um convite transparente a que ele renuncie. O conselheiro não entende as coisas assim, e corre a Belém para afirmar a sua inocência, o que obriga o PR a reafirmar-lhe a sua confiança.

Tradução: Cavaco Silva gostaria que Dias Loureiro o libertasse amistosamente deste assunto desagradável. Ao invés disso, Dias Loureiro utilizou Cavaco Silva como tábuas de salvação. E ser tábuas de salvação é muito desconfortável. *Historiador (ruitavares.net)*



Caso BPN Governo da região autónoma pediu várias operações ao grupo

Ligações a deputados do PSD e muitos negócios com Governo da Madeira

Sem lei de incompatibilidades na região, os líderes políticos fazem trabalho privado sem limitações. O Governo Regional contratou com o Banco Efisa, do grupo BPN, a montagem dos maiores financiamentos

Tolentino de Nóbrega

● O Grupo Banco Português de Negócios tem ligações a deputados do PSD-Madeira na Assembleia Regional. Tranquada Gomes, membro da direcção do grupo parlamentar do PSD-Madeira, é o advogado na região de Abdool Vakil, presidente do Banco Efisa, incluído no grupo BPN. Além disso, o Efisa tem "representação permanente" da sua sucursal financeira no *off-shore* na Madeira no escritório que esse advogado mantém com Coito Pita, outro deputado do PSD na Assembleia Regional.

Estes dois deputados são membros da direcção do grupo parlamentar regional. Coito Pita é presidente da 1.ª comissão (Política Geral) e demitiu-se recentemente de vice da bancada, aquando do episódio com o deputado do PND. Tranquada Gomes é presidente da comissão de Regimento e Mandatos.

Contactado pelo PÚBLICO, Coito Pi-

ta afirmou que apenas disponibilizou "espaço arrendado do escritório para a sucursal financeira" do Banco Efisa e confirmou que Tranquada "é que é o advogado de Abdool Vakil para os negócios na região".

A escritura de criação da representação permanente do Banco Efisa SA (Sucursal Financeira Exterior), matriculada a 12 de Novembro de 2003 na Conservatória Privativa da Zona Franca da Madeira, indica como "local de representação" a sede daquela sociedade de advogados madeirenses que, por não estarem sujeitos ao regime nacional de incompatibilidades e impedimentos dos deputados, podem fazer negócios e prestar serviços ao Governo Regional em simultâneo.

O Banco Efisa, sem qualquer balcão no Funchal, tem sido contratado pelo Governo Regional da Madeira para montar e liderar operações de financiamento para empresas regionais de capitais públicos. Sem concurso público, aquela instituição do grupo BPN foi

escolhida para concretizar a emissão de cinco empréstimos obrigacionistas, no montante total de 190 milhões de euros, para financiamento de quatro sociedades de desenvolvimento e uma de parques empresariais, criadas para contornar a norma de endividamento zero das regiões autónomas.

A operação foi decidida pelo conselho de governo no dia 3 de Outubro de 2002, quase um ano antes de Alberto João Jardim presidir à inauguração da primeira agência do BPN na Madeira, na presença do então presidente da instituição José Oliveira Costa.

Além destes empréstimos, a Madeira contratou, através das sociedades de desenvolvimento regionais, outras cinco operações de financiamento no valor global de 125 milhões de euros, negociados com os bancos Efisa e OPI, pelo período de 25 anos, conforme consta das deliberações aprovadas pelo governo no plenário de 18 de Outubro do ano passado. Impedida de aumentar o seu endividamento líquido, a região já efectuou quatro empréstimos, num total de 515 milhões de euros, com recurso a estas sociedades, todos com um período de carência de capital de oito anos e um reembolso nos 10 anos subsequentes, o que significa que a Madeira só começará a amortizar estas dívidas depois de 2011, ano em que Jardim termina o mandato e tenciona abandonar o governo.

Várias operações

Entre várias outras operações, em 2005 o BPN efectuou também a reestruturação do passivo bancário da Empresa de Electricidade da Madeira, sociedade de capitais públicos totalmente detidos pela região, com um financiamento de 220 milhões de euros. Adicionalmente, ajudou a empresa a classificar o risco da sua dívida.

O Banco Efisa actuou também como organizador do financiamento à sociedade APRAM - Administração dos Portos da Região Autónoma da Madeira, com aval do Governo Regional, no valor de 63 milhões de euros. Também "viu renovados os mandatos de acompanhamento das concessões Scut Vialitoral e Via Expresso, enquanto assessor financeiro do Governo Regional da Madeira", como se lê no relatório e contas da instituição.

O Centro Internacional de Negócios da Madeira foi uma das praças *off-shore* utilizadas pelo grupo SLN/BPN, entre Janeiro de 2007 e Abril de 2008, antes da demissão de Oliveira Costa, para enviar 30 milhões de euros para o Brasil.

Zona Franca da Madeira: alguns negócios do BPN passaram por aqui



Negócio do Grupo BPN em 2006

Onde foram parar 130 milhões

● O Banco Português de Negócios (BPN) ocultou 129,5 milhões de euros da venda da empresa brasileira ERGI, em 2006, através de uma sociedade *off-shore* controlada pelo grupo Sociedade Lusa de Negócios (SLN), apurou a agência Lusa com base nos registos oficiais.

Segundo os registos da Junta Comercial de São Paulo, a ERGI Empreendimentos era detida em 20 por cento pelo BPN e em 80 por cento pela Swiss Finance, uma *off-shore* que o Banco de Portugal, numa carta remetida em Junho à administração do BPN, a que a Lusa teve acesso, identifica como pertencente à SLN (a proprietária do banco).

Um antigo responsável da SLN, que pediu para não ser identifica-

do, confirmou à Lusa que a Swiss Finance é, de facto, uma das várias sociedades *off-shore* controladas pelo grupo.

A ERGI foi vendida em Dezembro de 2006 ao grupo brasileiro WTorre, por 135 milhões de euros. Mas no relatório e contas desse ano, a administração do BPN refere um encaixe de apenas 5,5 milhões de euros com a operação, o que significa que os restantes 129,5 milhões não foram incluídos nas contas do banco.

Além deste valor, em 2003 e 2006 o BPN injectou um total de 242,2 milhões de euros na ERGI Empreendimentos, na forma de empréstimos concedidos pelo Banco Insular de Cabo Verde, uma instituição *off-shore* que a SLN controlou de forma clandestina durante

Jardim contra a nacionalização do BPN

PSD-Madeira quer requerer inconstitucionalidade

O presidente do Governo Regional da Madeira passou de apoiante a opositor à nacionalização do BPN. Declarando não ter "depósitos" no banco, Alberto João Jardim começou por dizer "não ter dúvida nenhuma em concordar com o Governo da República", pois "podia ter repercussão no restante sistema financeiro" haver "uma instituição de crédito a tremer". Dias depois, após declarações do responsável do banco, Miguel Cadilhe, mudou de opinião e excluiu a nacionalização "quando tecnicamente havia outra solução".

Terça-feira, a Assembleia da Madeira vai discutir e votar, com urgência, um projecto de resolução do PSD a requerer ao Tribunal Constitucional a declaração de inconstitucionalidade da lei que nacionaliza o BPN, já promulgada pelo Presidente da República. Os socialistas invocam o artigo 229, n.º 2, da Constituição, segundo o qual "os órgãos de soberania ouvirão sempre, relativamente a questões da sua competência respeitantes às regiões autónomas, os órgãos de governo regional", norma que,



alegam, deveria ter sido cumprida.

Entre pequenos accionistas do BPN na Madeira, figura o ex-deputado do PSD-M Silvío Santos, patrão da SIRAM e sócio do dirigente social-democrata, também accionista do banco, Joaquim Coimbra (JVC Holding), no mega-aldeamento turístico Colombo's Resort no Porto Santo, cujo ritmo de construção abrandou com a crise no banco. Os dois reforçaram recentemente a parceria no turismo residencial de luxo, juntando todos os projectos nas regiões autónomas e em Cabo Verde, e lançaram uma empresa no sector das energias renováveis, a Nutroton Energia, de que é administrador delegado o antigo líder do PSD, Marques Mendes.

Cronologia

O caso ERGI passo a passo

2002 A ERGI Empreendimentos compra o antigo edifício da Electropaulo, situado numa zona nobre de São Paulo, por 141 milhões de reais (37,9 milhões de euros, ao câmbio da altura). Segundo o jornal *Valor Económico*, a compra foi realizada a pronto e em dinheiro vivo, o que causou estranheza no meio empresarial de São Paulo. Nos anos seguintes a ERGI investiu 60 milhões de reais (16,1 milhões de

euros) no desenvolvimento de um projecto imobiliário.

Novembro de 2003 Tem lugar o primeiro financiamento do Banco Insular (controlado clandestinamente pelo BPN) à ERGI Empreendimentos, no valor de 11,9 milhões de euros.

2005 O Banco Insular concede empréstimos à ERGI



NELSON GARRIDO

da venda de empresa no Brasil?



José Oliveira Costa

vários anos e que só este ano foi assumida às autoridades.

Os empréstimos concedidos pelo BPN à ERGI não chegaram a ser liquidados, pelo que deverão fazer parte dos cerca de 407 milhões de euros em crédito malparado que, segundo o Banco de Portugal, consta do balanço do Banco Insular de Cabo Verde.

Segundo a Junta Comercial de São Paulo, o administrador da ERGI na altura da venda à WTorre era Jorge Vieira Lobo de Sousa, um cidadão português com residência em São Paulo. A Lusa tentou obter esclarecimentos junto do responsável, mas não foi possível.

Contactada pela Lusa, fonte oficial do BPN não quis fazer comentários sobre este negócio.

Empreendimentos no valor de 158 milhões de euros.

Outubro de 2006 O Banco Insular injecta mais 72,4 milhões de euros na ERGI. Ao todo, entre 2003 e 2006 o Banco Insular emprestou 242,2 milhões de euros à ERGI Empreendimentos.

Dezembro de 2006 O BPN vende a ERGI ao grupo brasileiro

WTorre, por 385 milhões de reais (135 milhões de euros). Porém, o relatório e contas de 2006 menciona apenas um encaixe de 5,5 milhões de euros.

29 de Setembro de 2007 Os registos comerciais são actualizados. O BPN e a Swiss Finance (sociedade *off-shore* detida pela SLN) deixaram de deter acções da ERGI. **Lusa**

Dias Loureiro

Factos e contrafactos do ex-administrador

A reunião no BdP

“Uma atenção especial ao BPN”?...

Em entrevista à RTP1, o antigo secretário de Estado afirmou que em Abril de 2002 teve uma reunião com o vice-governador do Banco de Portugal (BdP) António Marta, para lhe pedir que estivesse atento ao BPN. “Não tenho conhecimento de nada nem qualquer desconfiança em relação à Sociedade Lusa de Negócios (SLN), mas a SLN tem um banco, tem accionistas e estou preocupado com isso,” terá dito Dias Loureiro a António Marta. “Não tinha nenhum facto concreto, apenas o que se ouvia cá fora”, disse ainda o ex-ministro.

... ou o excesso de supervisão?

O vice-governador do BdP e Dias Loureiro têm versões diferentes da reunião. Marta disse ao *Expresso* que o ex-administrador da SLN lhe foi perguntar por que é que o supervisor “andava tão em cima do BPN”. Ao que terá então respondido que isso se devia à “gestão pouco transparente” da instituição.

A administração que não se reunia

“Um método de gestão”?...

Dias Loureiro reconheceu que no BPN não havia reuniões do conselho de administração (nem as respectivas actas). E revelou que Oliveira e Costa “tinha um método de gestão que era reunir-se com cada um [dos administradores] em separado.” Era um homem que “queria sempre fazer as coisas sozinho e ser ele a mandar”, acrescentou. Terá sido por não concordar com este método que cessou funções executivas em 2002. Mas manteve-se como administrador não executivo até 2005.

... ou uma má prática de gestão?

Um especialista em *corporate governance* contactado pelo PÚBLICO adiantou que “é, no mínimo, uma boa prática de governação que o órgão máximo de uma empresa realize um conjunto mínimo de reuniões e as documente”. A realização de actas das reuniões onde são discutidas questões estratégicas deve ser um procedimento comum. “Não conheço nenhuma grande empresa em que o CA não funcione de maneira formal e documentada”, reconheceu.

Viagem a Porto Rico

As “fábricas funcionavam”...

O ex-ministro assegurou que as duas empresas porto-riquenhas cuja compra negociou em 2001 (por 71,5 milhões de euros) não eram “fantasmas”. Disse ter estado em Porto Rico, onde viu as fábricas em pleno funcionamento. “Que eu

saiba não houve ‘luvas’ ou comissões” envolvidas no negócio, adiantou.

... mas foram feitas auditorias básicas?

O mesmo especialista em *corporate governance* notou que qualquer procedimento de aquisição requer, por norma, que “seja feito o máximo esforço para avaliar o justo valor da empresa.” É por isso que se recorre a consultores e auditores externos que olhem não apenas para o valor dos activos, mas para outras questões como o plano de negócio ou as perspectivas de crescimento. No caso das empresas compradas pelo grupo SLN veio a verificar-se que uma delas estava inactiva e a outra faliu três meses depois.

Controlo no grupo

“Havia auditorias, havia supervisão”...

O antigo administrador da SLN assegurou que nunca soube de irregularidades na *holding* ou no BPN. “Havia auditorias, havia a supervisão do BdP, havia pessoas em quem confiava”, disse na entrevista à RTP1. Ainda assim, reconheceu ter questionado directamente Oliveira e Costa em diferentes situações. Uma delas foi quando, em 2001, a revista *Éxame* publicou um artigo onde levantava suspeitas sobre as práticas de gestão do banco. Ao que o presidente do grupo terá respondido tratar-se de notícias infundadas. Também o questionou quando verificou que a compra das empresas porto-riquenhas não estava reflectida nas contas de 2002. E disse ter confiado na explicação de Oliveira e Costa, que justificou que as empresas foram compradas por veículos *off-shore* e que só entrariam no universo SLN quando fosse constituída uma *holding* que as agregasse, para ser colocada em bolsa. Sobre o Banco Insular, Dias Loureiro disse nunca ter ouvido falar no assunto.

... mas os administradores não são co-responsáveis?

Um administrador executivo é sempre co-responsável pela existência de um sistema de controlo interno, referiu o especialista ouvido pelo PÚBLICO. “Há decisões que são tomadas no âmbito de uma função concreta” e os administradores não têm que ser conhecedores de tudo o que se passa na empresa. Mas um administrador executivo é “co-responsável pela existência de um conjunto de mecanismos” que permitam identificar e controlar problemas. “Não tem que ter conhecimento de tudo, mas tem a obrigação de verificar que o sistema existe e é reavaliado”, esclareceu.



Caso BPN Polémica política chega a Belém

Cavaco acredita nas garantias de Dias Loureiro

Leonete Botelho e Luciano Alvarez

Políticos consideram que imagem do Presidente não é afectada, mas a da classe política sim. André Freire entende que está em causa a memória do cavacismo

● Foi Dias Loureiro quem pediu, na tarde segunda-feira, para ser recebido pelo Presidente da República, apurou o PÚBLICO. Tratando-se de um pedido de audiência de um conselheiro de Estado, Cavaco Silva aceitou recebê-lo logo nessa noite. Loureiro entrou conselheiro e saiu conselheiro. E já ontem ficou ainda um conselheiro mais seguro, quando Cavaco Silva revelou que o social-democrata lhe garantiu “solenemente que não cometeu qualquer irregularidade nas funções que desempenhou” em empresas ligadas ao grupo BPN. “Não tenho qualquer razão para duvidar da sua palavra”, acrescentou o chefe de Estado.

Como antes de ir ao palácio cor-de-rosa Dias Loureiro tinha afirmado que, se sentisse algum incómodo no Presidente da República com a sua situação, admitia demitir-se de conselheiro de Estado, parece claro que não sentiu qualquer aponteamento no homem que preside o país e que o ex-ministro não se cansa de dizer que o conhece há 23 anos. Questionado sobre se sentiu ou não algum incómodo em Cavaco Silva quanto ao facto de se manter conselheiro, Dias Loureiro limitou-se a responder ao PÚBLICO: “Não faço qualquer comentário.” Já o Presidente, interrogado sobre o mesmo assunto, afirmou: “São 19 os conselheiros de Estado e todos me merecem o maior respeito. O Presidente da República não faz julgamentos nem investigações em relação a qualquer pessoa”, frisou.

Que disse o Presidente da República ontem já o tinha dito o ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios na noite de segunda-feira à saída de Belém: “Não cometi nunca nessas funções qualquer ilegalidade.” E “sendo assim”: “Não há da minha parte qualquer razão que justifique o pedido de



Reunião do Conselho de Estado, em Março de 2007

renúncia de conselheiro de Estado. Não o pedirei.”

O que dizem os analistas

Colocou, assim, o problema no plano formal, jurídico, e ignorou o plano social, aponta o politólogo Manuel Mei-

rinho, considerando esta actuação um “refúgio”. “Dias Loureiro não tem condições políticas nem sociais para continuar no cargo, devia renunciar, porque o que está em causa é o plano social, da avaliação que os cidadãos fazem da classe política”, considera.

Joaquim Coimbra promete falar

Acusado por Menezes de ser contra comissão parlamentar de supervisão bancária

O ex-dirigente social-democrata Joaquim Coimbra avisou hoje que “a seu tempo” falará sobre a discussão travada no PSD relativa à constituição de uma comissão de inquérito à supervisão bancária no caso Banco Comercial Português (BCP).

Joaquim Coimbra falou aos jornalistas no final de um almoço da Associação dos Empresários pela Inclusão, que foi presidido pelo chefe de Estado, Cavaco Silva.

Interrogado sobre se confirmava a versão do ex-líder do PSD Luís Filipe Menezes de que se tinha demitido da Comissão Política Nacional do partido por os sociais-democratas terem avançado com uma comissão de inquérito parlamentar à supervisão bancária do BCP,

Joaquim Coimbra devolveu a resposta a Menezes.

“O dr. Menezes é que tem tudo para dizer. Ele é que sabe”, começou por reagir o empresário, que é também um dos maiores accionistas do Banco Português de Negócios (BPN). Perante a insistência dos jornalistas, Joaquim Coimbra referiu então que, por enquanto, nada tem a dizer sobre esse processo interno na Comissão Política do PSD. “Ele [Luís Filipe Menezes] que diga tudo o que sabe. A seu tempo direi”, advertiu.

Confrontado com a decisão do Parlamento de criar uma comissão de inquérito à supervisão no BPN, Joaquim Coimbra foi claro na resposta:

“Acho muito bem. Concordo.”

Em seu entender, o Presidente da República está “entre a espada e a parede”, por um lado “amarrado à blindagem do estatuto de conselheiro de Estado” e por outro ao facto de não poder ser ele a tomar posição, “a julgá-lo”.

Ainda assim, Manuel Meirinho considera que Cavaco Silva não sai “chamuscado” da situação. “A Presidência fez uma intervenção no tempo certo, não deixou arrastar a situação, situou a questão no plano jurídico dos estatutos e no plano da confiança pessoal”, frisa, afirmando que a responsabilidade fica “totalmente do lado de Dias Loureiro”.

Também André Freire considera que Cavaco Silva esteve bem na sua intervenção, porque “mostrou confiança até prova em contrário, foi solidário com o seu amigo”, mas alerta para o “desconforto” do problema BPN para o Presidente da República. “A situação é mais extensa, porque afecta toda a imagem de um período áureo da sua carreira, envolve várias pessoas da vida política desse tempo”, afirma. Por esse lado, este politólogo considera que toda a situação do BPN “fragiliza a imagem do Presidente por via da imagem do cavacismo”.

De resto, coincide com Meirinho quando diz que quem está em situação difícil é Dias Loureiro: “Há muita coisa por explicar, contradições insanáveis [de declarações] e vai ter um escrutínio apertado daqui para a frente.” Por outro lado, concorda também com a degradação da imagem da classe política, por via das frequentes “incurções de políticos no sector privado”, que dá “uma ideia de promiscuidade que não é boa para o sistema político”.

Ontem de manhã, Dias Loureiro garantiu estar disponível para ser ouvido pelo Ministério Público, numa reacção à notícia do *Journal de Notícias*, segundo a qual deverá ser chamado, a curto prazo, pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal, na qualidade de testemunha sobre as alegadas irregularidades no BPN. Como testemunha, Dias Loureiro está obrigado a dizer toda a verdade, enquanto se depuser como arguido pode remeter-se ao silêncio ou dizer apenas aquilo que lhe convier para a sua defesa.

Partidos

BE acusa Presidente de “imprudência”

O Bloco de Esquerda considera que o Presidente da República Cavaco Silva foi “imprudente” ao colocar-se “no centro da polémica” da questão da demissão de Manuel Dias Loureiro de conselheiro de Estado. O CDS lança um aviso contra um eventual uso de constrangimentos legais para travar o andamento do processo judicial em curso sobre ilegalidades cometidas no BPN. PSD, PCP e PS não quiseram assumir uma posição oficial sobre a posição de Cavaco Silva de segurar Dias Loureiro.

O Bloco de Esquerda, que já pediu a demissão de Dias Loureiro das funções de conselheiro de Estado, rejeita que esta seja uma questão jurídica. “É unicamente uma questão política. Sabe-se pela palavra de Dias Loureiro que nunca nomeou uma auditoria no BPN e que participou na compra de uma *off-shore*, ocultada nas contas do banco”, observa o líder do BE, Francisco Louçã, sustentando que esta situação já seria suficiente para o abandono do cargo. “Das palavras de Dias Loureiro, eu concluo o contrário [do Presidente da República]”, diz Louçã, referindo-se à posição de Cavaco Silva sobre o conselheiro de Estado.

Para o CDS-PP, o importante é que nenhum recurso jurídico da legislação sobre o Conselho de Estado possa ser usado para travar a investigação judicial. “É termos a certeza de que nenhuma regra sobre imunidades no estatuto dos conselheiros de Estado será usada para impedir um normal curso dos processos judiciais”, disse fonte da direcção centrada. O CDS defende que deve ser numa comissão de inquérito que as pessoas que passaram pelo BPN devem ser ouvidas. “É aí que Dias Loureiro deve dizer tudo o que sabe sobre as práticas de gestão do BPN e o que possa saber sobre falhas na supervisão”, acrescentou a mesma fonte.

Falando em termos pessoais, Hugo Velosa, vice-presidente da bancada parlamentar do PSD, lembra que a decisão de sair do cargo depende do próprio e que não há até agora qualquer investigação ou acusação a Dias Loureiro. “Não há neste momento nenhum inquérito sobre o próprio, e sendo a decisão do foro pessoal, é razoável que se mantenha” nas funções, disse Hugo Velosa. Já na segunda-feira, a líder do PSD Ferreira Leite, questionada sobre o assunto, também sustentou que a decisão de renúncia ao cargo de conselheiro de Estado pertence ao foro pessoal do ex-ministro social-democrata. O PS e o PCP não quiseram comentar a posição pública de Cavaco Silva. **Sofia Rodrigues**

Os negócios do banco e a supervisão bancária

Comissão de inquérito votada na quarta-feira

● A criação de uma comissão parlamentar de inquérito à actuação do Banco de Portugal no caso do Banco Português de Negócios (BPN) terá luz verde a 3 de Dezembro e será presidida por um deputado socialista, ainda não nomeado. O CDS-PP, que apresentou a proposta de inquérito parlamentar, só no início da próxima semana entregará a lista das personalidades que quer ouvir.

A data para a discussão e votação da comissão foi decidida em conferência de líderes e reúne um “consenso alargado”, frisou à saída da reunião o deputado do CDS-PP Pedro Mota Soares. O objectivo do inquérito é “afirmar da existência de falta grave”

do governador do Banco de Portugal, Vítor Constâncio, e da instituição supervisaora do mercado financeiro. “O Parlamento está a exercer a sua competência fiscalizadora”, justificou Mota Soares, comentando as declarações feitas na véspera por Constâncio, que se queixou de ser vítima de linchamento político. “Ninguém está acima da lei e da fiscalização”, frisou, acrescentando que “a verdade não assusta ninguém”.

Já para o deputado do PSD Hugo Velosa, Constâncio “usou o papel de vítima ao dizer que quem põe em causa a supervisão não sabe o que é a supervisão”. Para o social-democrata “tudo aponta para que a supervisão não te-

nha funcionado bem, esperando que com esta comissão de inquérito “se consiga ir mais longe do que na do BCP”: “Esperamos que as pessoas ouvidas não se fechem em segredos.”

Se muitas das personalidades que passaram pela administração do BPN estão ligadas ao PSD, o social-democrata quis deixar claro que o partido “não tem medo de ouvir ninguém”,



Além das operações suspeitas do BPN, também a actuação do supervisor vai estar a ser avaliada

frisando que quer ouvir o ex-ministro de Cavaco Silva e antigo administrador do BPN Dias Loureiro e Miguel Cadilhe, que assumiu a presidência do banco no Verão passado, onde se manteve até à data da nacionalização.

Durante este mês toda a oposição insistiu nas audições aos envolvidos no caso BPN, com o PS a chumbar inicialmente todas as propostas alegando estar em curso uma investigação judicial. Acusado pela oposição de reechar as audições, o PS propôs a audição do procurador-geral da República, Pinto Monteiro, e só depois de o PSD ter anunciado o seu apoio à criação de uma comissão de inquérito acabou por ceder. **J.F.C.**



Conselho de Estado

Quem, como e porquê no órgão de que se fala

O que é o Conselho de Estado?

É um órgão político de consulta do Presidente da República e por ele presidido.

Quais são as suas principais competências?

Pronunciar-se sobre a dissolução da Assembleia da República e dos órgãos das regiões autónomas; Pronunciar-se sobre a demissão do Governo; pronunciar-se sobre a nomeação e a exoneração dos ministros da República para as regiões autónomas e pronunciar-se sobre a declaração da guerra e a feitura da paz. Deve também aconselhar o Presidente sempre que ele assim o solicite.

Quem o constitui?

Além do Presidente da República, o Conselho de Estado é constituído por membros que o são por inerência dos cargos que desempenham ou que ocuparam (presidente da Assembleia da República; primeiro-ministro; presidente do Tribunal Constitucional; provedor de Justiça e os presidentes dos governos regionais), mais cinco membros designados pelo chefe de Estado e outros cinco designados pela

Assembleia da República, de harmonia com o princípio da representação proporcional. No total são 16 os actuais membros.

Quando se reúne?

Sempre que o Presidente o solicite. Não pode reunir-se sem a presença do chefe de Estado.

Quanto tempo dura o mandato de um conselheiro de Estado?

Os membros que estão na função por inerência dos cargos que ocupam ou ocuparam têm lugar em todos os conselhos. Os nomeados pelo Presidente ocupam o cargo enquanto durar o mandato do chefe de Estado. Os nomeados pelo Parlamento estão no lugar enquanto durar a legislatura. As funções cessam ainda por renúncia, morte ou impossibilidade física permanente.

Quando há votações os conselheiros de Estado podem abster-se?

Não.

O conteúdo das reuniões é público?

Não e os seus membros são obrigados ao sigilo, a não ser que o Presidente e o conselho concordem na divulgação de uma forma



sucinta do seu objecto e conteúdo.

Alguns pareceres têm de ser obrigatoriamente divulgados.

A função de um membro do Conselho de Estado é compatível com o exercício de qualquer outra actividade, pública ou privada?

Sim.

Os membros do Conselho de Estado respondem civil, criminal ou disciplinarmente pelos votos e opiniões que emitirem no

exercício das suas funções?

Não.

O que acontece se um membro do Conselho de Estado for chamado a um processo judicial como perito, testemunha ou declarante?

A autorização para se apresentar terá sempre de ser precedida de audiência do membro do Conselho em causa, efectuada pelo Presidente da República ou pelo próprio Conselho, podendo neste caso a vontade do órgão ser apurada através de consulta escrita dirigida a cada um dos seus membros. A deliberação sobre a necessidade de uma eventual chamada a tribunal de um membro do Conselho de Estado será tomada por escrutínio secreto.

Os membros do Conselho de Estado podem ser detidos?

Não, salvo por crime punível com pena maior e em flagrante delicto.

E se for movido um procedimento criminal contra algum membro do Conselho de Estado e indiciado este definitivamente por despacho de pronúncia ou equivalente?

Salvo no caso de crime punível com pena maior, o Conselho decidirá se

aquele deve ou não ser suspenso para efeito de seguimento do processo.

Quais são as principais regalias dos conselheiros?

Livre-trânsito, considerado como livre circulação, no exercício das suas funções ou por causa delas, em locais públicos de acesso condicionado; obtenção de qualquer entidade pública das publicações oficiais que considerem úteis para o exercício das suas funções; passaporte especial, durante o período do exercício das respectivas funções; uso, porte e manifesto gratuito de arma de defesa, independentemente de licença ou participação; adiamento do serviço militar, mobilização civil e militar ou serviço cívico.

O cargo de conselheiro de Estado é remunerado?

Não há uma verba fixa. São reembolsados pelas despesas de transporte, público ou privado, que realizem no exercício ou por causa das suas funções e ajudas de custo iguais às dos membros do Governo, abonadas pelo dia ou dias seguidos de presença em reunião do Conselho e mais dois dias extras.



Cavaco Não tenho nenhuma razão para duvidar da afirmação solene que ontem Dias Loureiro me fez



MUNICIPALIA SANTOS

Ligações do Grupo BPN chegam a deputados do PSD-Madeira

Advogados para negócios e operações financeiras do Governo Regional

● O caso BPN prossegue, entre revelações de novas ligações à área política, operações onde se perdeu o rasto a dezenas de milhões de euros e a gestão feita no Palácio de Belém à

manutenção de Dias Loureiro como conselheiro de Estado. Na Madeira, Tranquada Gomes, da direcção do grupo parlamentar do PSD-Madeira, é o advogado de Abdool Vakil, presiden-

te do Banco Efisa, do grupo BPN, que tem "representação permanente" da sua sucursal financeira no escritório que esse advogado mantém com Coito Pita, outro deputado do PSD.

No continente, Cavaco Silva considerou boas as explicações de Dias Loureiro, que garante não ter praticado ilegalidades. Continua conselheiro de Estado. → Destaque, 2 a 5

Caso BPN



UMA QUESTÃO DE HONRA
TIAGO CANHOTO/LUSA

O conselheiro de Estado garantiu que nada fez de errado, pelo menos no que ao BPN diz respeito. Palavra é palavra e o PR diz não ter motivos para duvidar de Dias Loureiro, assim como dos restantes membros do Conselho de Estado português

Cavaco acredita nas juras solenes de Dias Loureiro

Conselheiro de Estado recusa demitir-se e diz que **nunca cometeu ilegalidades em empresas ligadas ao BPN**. Chefe de Estado “não tem razões para duvidar”

POR: RAQUEL MADUREIRA
rmadureira@meiahora.pt

O Presidente da República mantém a confiança e o “respeito” por Dias Loureiro, depois de o conselheiro de Estado lhe ter garantido “solenemente” que não cometeu qualquer irregularidade nas funções empresariais que desempenhou ligadas ao BPN. Depois da ida a Belém, o ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios reiterou que não renuncia ao cargo no Conselho de Estado.

Palavra de honra. De acordo com Cavaco Silva, Dias Loureiro garantiu-lhe “solenemente que não cometeu qual-

quer irregularidade nas funções que desempenhou” em empresas ligadas ao banco da polémica. “Não tenho qualquer razão para duvidar da sua palavra”, acrescentou.

· Audição

Pinto Monteiro é ouvido no Parlamento a 2 de Dezembro

A comissão de Orçamento e Finanças aprovou a audição do procurador-geral da República, a 2 de Dezembro, sobre o curso das investigações judiciais à gestão do BPN. No dia seguinte, o Parlamento irá debater a criação de uma comissão de inquérito, já viabilizada pelo PS.

Questionado quanto a um possível incómodo com todo este caso, o Chefe de Estado generalizou: “São 19 os conselheiros de Estado. Todos me merecem o maior respeito.”

Não saio. Antes mesmo das declarações de Cavaco, Dias Loureiro garantiu que “comunicou toda a verdade” ao Presidente da República em Belém e que, sendo assim, “não há qualquer razão que justifique o pedido de renúncia de conselheiro de Estado”. “Não pedirei”, reforçou. Apesar das “juras solenes” a Cavaco, o conselheiro deverá ser chamado na mesma a prestar depoimento no Ministério Público, tendo já

ontem manifestado a sua disponibilidade para o fazer.

À margem desta polémica, e sobre a alegada falha de supervisão ao BPN pelo Banco de Portugal, Hugo Velosa, do

Dias Loureiro diz que “não há razão” para renunciar às suas funções

PSD, acusou o governador Vítor Constâncio de se fazer “de vítima” quando disse que está em curso “um linchamento ao supervisor”. Já Mota Soares, do CDS-PP, lembrou que “ninguém está acima da lei”.



PR recusa comentar questões de Estado

Cavaco não clarifica posição de Dias Loureiro

O Presidente da República afirmou ontem que **“não deve comentar em público”** questões de Estado, quando interrogado sobre o lugar do conselheiro Dias Loureiro, ex-administrador do «holding» que controla o BPN.

“Um Presidente da República desde logo não deve comentar em público questões de Estado e eu não faço comentários em público sobre membros do Governo, chefes militares, deputados ou embaixadores”, respondeu Cavaco Silva.

Depois de ter emitido, Domingo, uma nota oficial demarcando-se de qualquer ligação ou envolvi-



Cavaco Silva. Presidente da República não comenta posição de Dias Loureiro

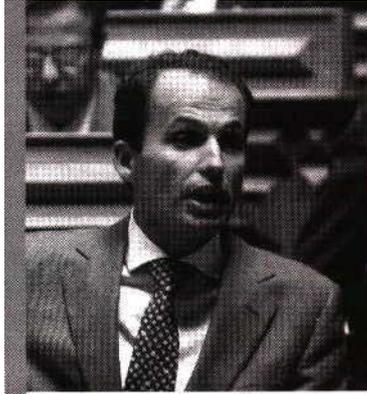
mento em negócios, prestação de serviço ou mesmo empréstimos relacionados com o Banco Português de Negócios (BPN), o Chefe de Estado escusou-se a tecer quaisquer comentários relativos à confiança em Manuel Dias Loureiro, conselheiro de Estado por escolha do Presidente.

“Neste momento difícil que Portugal atravessa, exige-se que um Presidente da República tenha o máximo de bom senso e ponderação e que saiba muito bem aquilo que deve fazer e aquilo que não deve fazer, tendo em conta as suas competências constitucionais, aquilo que deve dizer

em público e aquilo que só deve dizer em privado”, prosseguiu Cavaco Silva.

O Presidente da República afirmou ainda que **“não pode pactuar com insinuações ou mentiras”**, justificando assim a publicação da nota oficial em que se demarca de qualquer ligação ao BPN.

Cavaco Silva recusou assim responder ao líder do Bloco de Esquerda, Francisco Louçã, que considerou que o comunicado do Presidente da República **“deixou um silêncio pesado sobre a única questão política que é decisiva: saber se Cavaco Silva mantém confiança em Dias Loureiro”**.



CDS-PP

Agendamento da proposta de inquérito ao BPN

A proposta do CDS-PP para a criação de uma comissão de inquérito à supervisão do Banco Português de Negócios deverá ser agendada hoje em conferência de líderes parlamentares. Na reunião parlamentar de Orçamento e Finanças, o deputado democrata-cristão Pedro Mota Soares afirmou que irá pedir o agendamento da proposta, que tem que ser discutida em plenário, na próxima reunião da conferência de líderes, terça-feira. **“Que possa ser discutida e votada em plenário o mais rapidamente possível”** apelou Mota Soares.

Ex-ministro pede audiência ao Presidente da República

Dias Loureiro não se demite

O antigo ministro da Administração Interna Dias Loureiro disse ontem que não vê qualquer razão que justifique o seu pedido de renúncia como conselheiro de Estado.

Dias Loureiro, que ontem pediu uma audiência ao Presidente da República, Cavaco Silva, reafirmou que não cometeu "qualquer ilegalidade" na gestão do grupo da Sociedade Lusa de Negócios de que foi administrador-executivo entre Dezembro de 2001 e Setembro de 2002 e administrador não executivo até 2005.

Já a líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, remeteu ontem para Dias Loureiro a decisão de se demitir, ou não, do cargo de conselheiro de Estado e mantém a decisão de que o BPN precisava de uma intervenção.

"Isso é um problema do foro pessoal do dr. Dias Loureiro", respondeu Manuela Ferreira Leite, à margem de uma reunião com dirigentes empresariais do turismo algarvio, que decorreu em Vilamoura, e que teve como objectivo conhecer a situação do sector turístico junto dos privados.

O Presidente da República, Cavaco Silva, já ontem se havia recusado a comentar a manutenção do lugar do conselheiro Dias Loureiro, ex-administrador do «holding» que controla o BPN, remetendo para a legislação que rege aquele órgão.



Dias Loureiro. O conselheiro de Estado não põe a hipótese de apresentar a demissão

Marcelo Rebelo de Sousa, ex-líder do PSD e também conselheiro de Estado, defendeu ontem que Dias Loureiro só deverá demitir-se do Conselho de Estado se for constituído arguido no caso Banco Português de Negócios (BPN).

Questionada a comentar o facto do ex-líder do PSD, Marcelo Rebelo de Sousa, ter ponderado no programa «Escolhas de Marcelo», da RTP1, uma possível candidatura depois de 2009, Manuela Ferreira Leite escusou-se a responder e limitou-se a dizer que não fazia comentários a comentários.

"Não faço análise sobre cenários, nem comento comentários", acrescentou a líder do PSD.

Sobre o caso BPN, Manuela Ferreira Leite reiterou que aquele banco necessitava de uma intervenção. "Penso que era essencial uma intervenção", defendeu a líder do PSD, ad-

mitindo que um inquérito parlamentar ao caso BPN vai ajudar a esclarecer o assunto.

Entretanto, Luís Filipe Meneses defendeu ontem que a disponibilidade de Marcelo Rebelo de Sousa para uma eventual candidatura a líder do PSD em 2009 indica o "insucesso" do partido nas próximas Legislativas.

Num outro plano, o presidente da Câmara de Gaia e ex-líder do PSD recusou comentar o comunicado do Presidente da República, no qual Cavaco Silva rejeita qualquer associação do seu nome ao Banco Português de Negócios (BPN).

"Eu, com seis ou sete meses (...), antecipei aquilo que hoje já ninguém discute, de que existiam falhas graves nos instrumentos de supervisão bancária. Sobre o BPN não conheço nada, confio nos mecanismos do Estado de direito para que cada um consiga, de forma correcta, ver o seu bom nome defendido", considerou Menezes.



CRISE ■ BPN PAGOU ORDENADOS ATÉ 2005

Dias Loureiro vogal da SLN até 2007

■ Conselheiro de Estado pondera saída se a situação causar "incómodo" ao Presidente da República. Cavaco Silva diz que não pode pactuar com "insinuações ou mentiras"

● MIGUEL ALEXANDRE GANHÃO

O conselheiro de Estado Dias Loureiro manteve relações com a Sociedade Lusa de Negócios SGPS até 2007, altura em que ocupava o cargo de vogal do conselho de administração (não remunerado), apurou o CM.

A polémica em torno da relação entre Dias Loureiro e o Banco Português de Negócios (BPN), recentemente nacionalizado pelo Estado, levou ontem o ex-deputado do PSD a afirmar à TSF que "se sentir, que a actual situação causa o mínimo incómodo ao Presidente da República, tomarei as providências necessárias", acrescentando que admite suspender o mandato como conselheiro de Estado.

Ontem mesmo, ao ser confrontado com a questão de manter a confiança em Dias Loureiro, o Presidente da República remeteu os jornalistas para a legislação existente. "É bom estudar a legislação que rege os membros do Conselho de Estado", recomendou Cavaco Silva.

Segundo o Artigo 14 do

Estatuto do Conselho de Estado, os conselheiros só podem cessar funções por decisão própria, morte ou incapacidade permanente ou por deliberação do órgão, ainda que sejam levados a julgamento em processo-crime.

O Presidente afirmou não poder "pactuar com insinuações ou mentiras", justificando assim a nota oficial em que se demarca de qualquer ligação ao BPN. Ao fim do dia, Dias Loureiro disse à Lusa que não vê "razões" para sair do Conselho de Estado, que não cometeu ilegalidades e que foi a Belém explicitado a Cavaco Silva. ■

RENDIMENTOS DO PR

● RECTIFICAÇÃO

O Chefe de Estado possui um prédio urbano em Albufeira, um terreno em Boliqueime e um apartamento em Lisboa. Por lapso, o 'Correio da Manhã' não explicitou, na sua edição anterior, que Cavaco Silva apresentou uma herança indivisa (quatro irmãos) de quatro prédios urbanos e cinco rústicos em Loulé, conforme consta da declaração de rendimentos entregue no Tribunal Constitucional.

Nuno Morais Sarmento quer afastamento

● Nuno Morais Sarmento, presidente do Conselho Nacional de Jurisdição do PSD, afirmou ontem que Manuel Dias Loureiro, seu colega de partido, deveria abandonar o cargo de conselheiro de Estado.

"Tanto barulho ele [Dias Loureiro] fez que, depois desta poeira toda levantada, vejo com dificuldade que ele se possa manter no Conselho de Estado. É uma opinião pessoal. Eu, no lugar de Dias Loureiro, sairia por uma questão: para dignificar o Conselho de Estado e defender o Presidente da República", declarou o dirigente do PSD no programa 'Falar Claro', da Rádio Renascença.

Já a líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, não tem a mesma opinião e diz que é um assunto do "foro pessoal" de Dias Loureiro. ■ C.R.





SAIBA MAIS

● PROCURADOR OUVIDO
A Comissão de Orçamento e Finanças aprovou a audição do procurador-geral da República. Pinto Monteiro deverá ser ouvido no dia 2 de Dezembro às 21h00.

: 700
milhões de euros é o valor do buraco no BPN, que foi identificado pelo Banco de Portugal e que levou o Governo a decretar a sua nacionalização.

: 7,4
milhões de euros foi quanto o Banco Português de Negócios gastou em viagens, estadias e despesas de representação dos seus quadros superiores durante o ano de 2007.

● BANIF QUER SEGUROS
Horácio Roque, presidente do Banif, admite o interesse do banco na aquisição da companhia Real Seguros, detida pela SLN. "Fizemos uma oferta, mas ainda estamos a estudar o dossiê", explicou o banqueiro. Aliás, o interesse do Banif estendia-se às duas seguradoras do grupo, mas uma delas foi nacionalizada. Sobre o ramo Vida, diz, "ainda há coisas a esclarecer".



Prisão sem tratamento VIP

■ Isolado na cela, sem se misturar com os outros reclusos e sem tratamento VIP. É assim que José de Oliveira e Costa tem passado os últimos dias nos calabouços da Polícia Judiciária, em Lisboa, apurou o CM junto de fonte próxima do banqueiro detido na passada quinta-feira. "Está claramente fora do mundo dele, mas calmo e expectante. Pensa que é uma passagem rápida pela prisão e que brevemente será restituído à liberdade. Mas isso pensaram Vale e Azevedo, Braga Gonçalves e até Paulo Pedroso, que acabaram por estar detidos durante meses", adiantou a mesma fonte.

O CM sabe que Oliveira e Costa ainda não recebeu visitas, nem entregou aos serviços prisionais a lista com os nomes – apenas familiares directos – que o poderão visitar. O único contacto com o mundo exterior tem sido através do seu advogado e dos jornais a que tem acesso na biblioteca. "Ainda nem há televisão na cela, onde tem permanecido quase todo o tempo a ler."

Apenas no domingo ficou a conhecer os espaços comuns a que es-

Banqueiro detido não se mistura com os outros reclusos



Apenas no domingo Oliveira e Costa saiu da sua cela

tará confinado nos próximos tempos, tendo como cicerone Rui Pinto, outro detido no estabelecimento prisional que também está relacionado com o mundo financeiro.

É na cela de 15 m² que Oliveira e Costa tem comido as refeições distribuídas pelos serviços. "Come o mesmo que os outros. Bacalhau à brás, cozido à portuguesa, empadão, etc." ■ J.C.R.

"Temos sido alvo de calúnias"

● O governador do Banco de Portugal (BdP), Vítor Constâncio, afirmou ontem na RTP que sentia que o BdP e ele próprio eram alvo de "acusações caluniosas, injustas" devido ao desconhecimento do que é a supervisão. Mais, "em muitos países tem havido fraudes muito maiores do que esta [...] e em nenhum deles foram feitos processos e espécie de linchamentos públicos como em Portugal se tem tentado fazer", declarou, esclarecendo ain-



Vítor Constâncio foi à RTP

da que Dias Loureiro "não denunciou nada de concreto" quando foi ao BdP. Sobre o BPN, acrescentou que nenhum outro banco foi tão supervisionado desde 2001. ■ C.R.

Banco pagava grande parte do rendimento

● De acordo com o relatório e contas do BPN, Manuel Joaquim Dias Loureiro assumiu funções de administrador do BPN SGPS a 30 de Novembro de 2001. Até 2005, o BPN e a SLN foram responsáveis por grande parte dos rendimentos declarados por Dias Loureiro. Em 2004, o conselheiro de Estado declarou 287 mil euros de rendimento anual. Em 2005 esse montante subiu para 290 mil. Para além do BPN, a Jerónimo Martins e a Inapal são algumas das empresas que pagaram rendimentos a Dias Loureiro. ■

Até 2005, o BPN era uma das grandes fontes de rendimento de Dias Loureiro



editorial

João Cândido da Silva
Subdirector



A porta de saída

➔ Se Manuel Dias Loureiro precisava de um sinal de incómodo por parte do Presidente da República para abandonar o seu lugar no Conselho de Estado, o comunicado emitido por Cavaco Silva no domingo passado funciona como mais de meia palavra, suficiente para esclarecer um mau entendedor. A circunstância inédita de assistir a um Presidente da República desvendar, por sua iniciativa, as relações patrimoniais que mantém com diversas instituições financeiras é, só por si, eloquente.

É certo que o antigo gestor do grupo SLN, detentor do Banco Português de Negócios até à recente nacionalização, não está, actualmente, indiciado sobre responsabilidades em quaisquer das irregularidades que estão sob investigação. E também se sabe que a motivação de Cavaco Silva para assumir uma decisão com tal nível de dramatização foi atribuída ao interesse revelado pelos media e não a qualquer ligação entre um elemento do

Conselho de Estado e as situações que estão a merecer o interesse da Procuradoria. O problema não está em recusar a Dias Loureiro o princípio da presunção da inocência, num processo em que, ao que se sabe, a justiça nem sequer se interessou, ainda, por escutar o que eventualmente tenha para dizer.

No estado em que se encontra, pela quantidade de personagens de relevo da vida política portuguesa que passaram pelos quadros do grupo, em particular do PSD, o “caso BPN” é um terreno irresistível para ser atraído à batalha política, onde, para para o bem e para o mal, vale quase tudo se estiver em causa a obtenção de dividendos. E é aqui que

”

No estado em que se encontra, o “caso BPN” é um terreno irresistível para ser atraído à batalha política, onde vale quase tudo.

está, para já, o busílis da questão.

Ainda que acredite piamente que está a ser objecto de uma campanha suja ou lamente que a vida política é ingrata, Dias Loureiro transformou-se num trampolim para o ataque ao Presidente da República. Os esclarecimentos públicos que prestou sobre a sua actuação enquanto gestor do polémico grupo pouco ajudaram a afastá-lo do caso. Pelo contrário, fizeram-no deslizar para terrenos escorregadios, onde cada um tenta agarrar-se àquilo que se mostre mais adequado para salvar a pele.

Ao desfrutar da oportunidade de uma entrevista televisiva, Manuel Dias Loureiro procurou um ponto final, mas acabou por abrir a porta a que se escrevesse um novo parágrafo. Foi desmentido, também em público, por António Marta, o vice-governador do Banco de Portugal com quem discutiu a situação do BPN. Houve conversa, parece ser um facto, mas sobre o respectivo conteúdo não pode haver certezas. Enquanto não se descortina qual a palavra que tem mais valor, joga-se a credibilidade de um conselheiro de Estado. E, também, a de quem procedeu à respectiva nomeação: o próprio Presidente da República.

No “caso BPN”, a informação e contra-informação revela, pelo menos, um aspecto. Quem se encontra na posição de poder ser atingido pelos estilhaços, não pretende cair sozinho. Se quiser poupar Cavaco Silva a engulhos que fragilizam o Presidente, Dias Loureiro só tem que escolher a porta de saída.



ID: 22888185

25-11-2008

BPN. Cavaco Silva deixou ontem clara a sua impotência para demitir Dias Loureiro do Conselho de Estado. À noite encontrou-se com o ex-administrador da 'holding' do BPN. Este saiu do encontro reafirmando que não renunciará

Conselheiro de Cavaco recusa demitir-se

Presidente da República recebeu Dias Loureiro ontem à noite

JOÃO PEDRO HENRIQUES

Dias Loureiro recusa demitir-se do Conselho de Estado – órgão onde tem assento por escolha do Presidente da República. Foi o próprio quem o anunciou, ontem à noite, à Lusa, depois de uma reunião com Cavaco Silva. Os dois encontraram-se e depois Dias Loureiro anunciou: "Não cometi nunca nessas funções [administrador da Sociedade Lusa de Negócios, holding que detinha o BPN] qualquer ilegalidade." "Sendo assim não há da minha parte qualquer razão que justifique o pedido de renúncia de conselheiro de Estado. Não o pedirei."

Foi o culminar de um dia em que a principal pressão para se demitir veio, precisamente, do Presidente da República. Falando a jornalistas, de manhã, Cavaco Silva expressou de forma elíptica a sua impotência para demitir o conselheiro de Estado. Questionado sobre se Dias Loureiro tinha "condições" para continuar, o PR aconselhou a que se "estudasse a legislação" que rege aquele órgão.

Ora essa legislação diz algo muito simples: Cavaco Silva não pode demitir Dias Loureiro do Conselho de Estado. O ex-ministro só pode deixar aquele órgão pelo seu próprio pé.

Ouvido pela TSF após os comentários do Presidente, Dias Loureiro admitiu a renúncia (ou suspensão do mandato): "Se sentir, em algum momento, que a actual situação causa o mínimo incómodo ao Presidente da República, tomarei as providências necessárias."

"Proteger o Presidente"

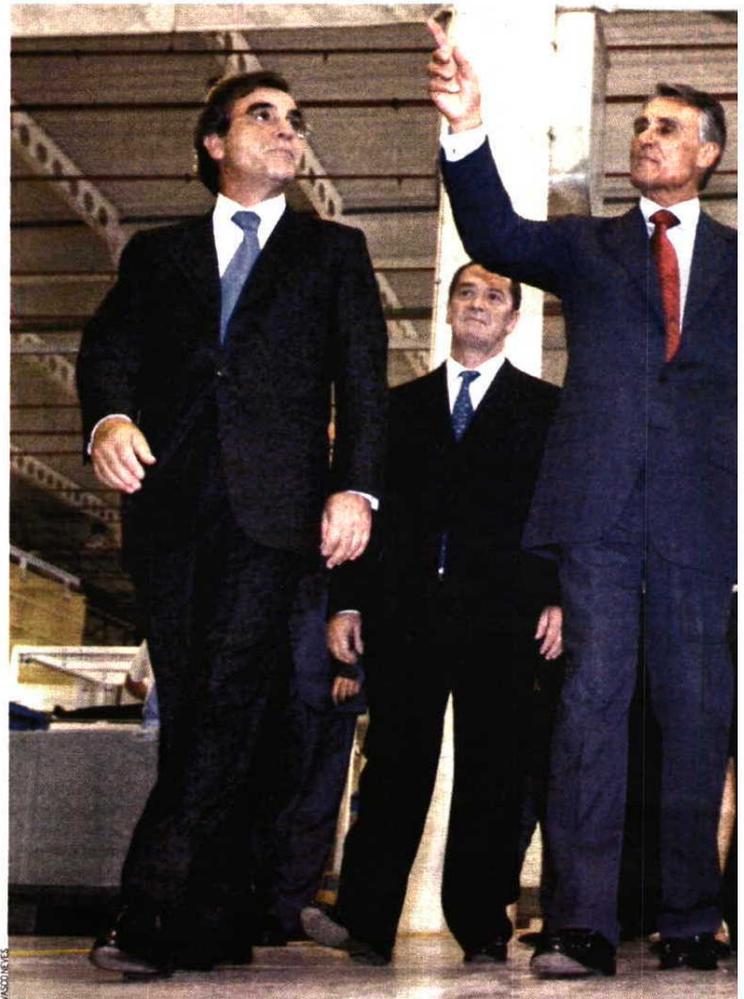
Acrescentou, no entanto, não interpretar as palavras de Cavaco como um convite para deixar aquele órgão. E sublinhou que é "a mesma pessoa, nem mais nem menos" que conhece o Presidente há 23 anos e na qual o Chefe do Estado viu "qualidades" para o convidar a integrar o Conselho de Estado. À noite, a Lusa avançava que Loureiro tinha pedido uma audiência a Cavaco. Que aconteceu ontem mesmo.

As pressões para a renúncia vieram também do seu próprio partido – e até de elementos afectos à direcção de Manuela Ferreira Leite.

No *Falar Claro* da Rádio Renascença, Nuno Morais Sarmento, presidente do Conselho Nacional de Jurisdição do PSD, foi categorico: "Se fosse eu, demitia-me. Para dignificar o Conselho de Estado e para proteger o Presidente da República."

Já Manuela Ferreira Leite, líder do PSD, deixou as opções em aberto ao conselheiro de Estado: "Isso é um problema do foro pessoal do dr. Dias Loureiro." Por outras palavras: não o atacou mas também não o defendeu.

Quem continua a pressionar pela renúncia



é o Bloco de Esquerda. Falando à Lusa, Francisco Louçã salientou que o comunicado do PR "não se pronuncia sobre a única questão que é politicamente relevante: saber se sustenta ou não a posição do dr. Dias Loureiro". "Esta é a questão que é institucionalmente relevante e muito importante até."

"Insinuações e mentiras"

Ontem, Cavaco Silva explicou o comunicado em que desmentiu ter tido alguma vez ligações ao BPN, admitindo apenas que é um dos quatro bancos que lhe fazem a gestão das suas poupanças.

"O Presidente da República não pode pactuar com insinuações ou mentiras que ponham ou possam pôr em causa o seu bônimo. Quando isso é assim, não posso deixar de reagir. O PR tem de ser uma referência de seriedade para toda a população e as nossas indicações recolhidas na Presidência da República eram muito, muito claras", afirmou. ■

Cavaco teve mais

A penúltima declaração de interesses de Cavaco Silva entregue no Tribunal Constitucional (TC) revela que detinha em 2005 no Banco Português de Negócios (BPN) uma carteira em fundos de investimentos avaliada em mais de 200 mil euros. Precisamente: 210 634,00 euros.

Essa declaração foi entregue no final de 2005, quando se assumiu como candidato a presidente da República. É expressamente referido que esse valor (os tais 210 mil euros) era o apurado em 30 de Novembro de 2005.

A declaração revelava rendimentos de cerca de 425 mil euros (entre pensões, rendimentos de trabalho independente e rendimentos de trabalho dependente). Cavaco detinha acções em várias empresas (BCP, BPI, Brisa, Comundo, EDP, Jerónimo Martins, PT, SAG e Sonae.com) e devia cerca de 16,7 mil euros ao Banco de Portugal (onde foi alto funcionário).

OMÉS NEGRO DE DIAS LOUREIRO

O antigo administrador da sociedade que detém o BPN começou por afirmar desconhecer problemas relacionados com o banco. Mas depois referiu um contacto com o Banco de Portugal

3 NOV. "Não sei de nada sobre a nacionalização do Banco Português de Negócios, nem nunca tive conhecimento de problemas relacionados com o BPN", disse Loureiro à Lusa.



15 NOV. Dias Loureiro escreve ao presidente da Assembleia da República a pedir para ser ouvido no Parlamento no âmbito da nacionalização do Banco Português de Negócios.



20 NOV. Depois de o PS recusar a audição no Parlamento, Dias Loureiro dá uma entrevista na RTP1, no mesmo dia em que Oliveira e Costa fica em prisão preventiva.





Dias Loureiro, Cavaco Silva e Oliveira e Costa (à direita na foto) durante uma visita à Inapal Plásticos

DOIS DESMENTIDOS

Dias Loureiro afirmou que, em 2001, falou com o vice-governador do Banco de Portugal, António Marta, sobre problemas do Banco Português de Negócios. Mas, em declarações ao *Expresso*, Marta veio desmentir a versão de Dias Loureiro. Segundo António Marta contou ao *Expresso*, Dias Loureiro foi-lhe perguntar "porque é que o Banco de Portugal andava tão em cima do BPN". E Marta respondeu que "isso tinha que ver com o facto de o banco ter uma gestão pouco transparente". O vice-governador afirmou ainda que o conselheiro de Estado e ex-administrador lhe teria dito, à saída do encontro, que quem geria o Banco Português de Negócios era "tudo boa gente". Também ontem o ex-diretor da revista *Exame* veio desmentir a versão de Dias Loureiro, que invocou um artigo da revista como motivo da sua deslocação ao Banco de Portugal. Camilo Lourenço diz que Dias Loureiro o contactou afirmando que Oliveira e Costa estava muito preocupado e que pensava processar a revista.

“Estamos a ser alvo de tentativa de linchamento”

Entrevista. Vítor Constâncio reclama inocência e garante que a supervisão funcionou no caso BPN

“Em muitos países têm sido detectadas fraudes maiores [do que a do BPN] e em nenhum se tem tentado executar um linchamento público da autoridade de supervisão.” A queixa foi ontem deixada por Vítor Constâncio, governador do Banco de Portugal, no programa *Grande Entrevista*, da RTP, no qual participou como convidado. O presidente da autoridade de supervisão bancária nacional reafirmou a sua inocência no caso que envolve o Banco Português de Negócios e disse não estar em condições de resolver o diferendo entre António Marta – ex-governador do Banco de Portugal – e Dias Loureiro, que alegadamente terão, sobre os mesmos factos, anunciado publicamente versões diferentes.

“Conheço muito bem o doutor António Marta e é da minha inteira confiança”, sustentou Vítor Constâncio. “Conheço mal o doutor Dias Loureiro”, adiantou. Foi com este tom que o governador despachou o assunto, coibindo-se de opinar. “Não faço julgamentos.” Contudo, assegurou que a diferença de discursos entre Marta e Loureiro “não é importante”. “Os problemas prendem-se tão-somente com o Banco Insular e com os balcões escondidos”, frisou.

“A supervisão exerceu o seu papel no BPN ao longo dos anos”, disse Constâncio, que re-

cordou que o banco “foi o único ao qual impusemos um rácio de capital de 9%, superior ao mínimo legal”. “Exigimos aumentos de capital de 250 milhões de euros”, lembrou.

Vítor Constâncio referiu, uma vez mais, que “das poucas vezes” em que se encontrou com Oliveira e Costa – ex-presidente do BPN, neste momento sob a alçada da justiça, “ele queixava-se sempre de que o Banco de Portugal perseguia o BPN”. A “gestão descentralizada” da instituição a que preside, por outro lado, serviu de justificação para não opinar sobre a situação do banco em causa. De nomes, nada. “Há seis processos a decorrer, não posso dizer nomes, mas envolvem pessoas dos conselhos de Administração” do BPN, assegurou, quando perguntado se tinha suspeitas em relação a Dias Loureiro.

O governador repisou o tema de que sobre fraudes e assuntos escondidos não há supervisão que resista e deu como exemplos casos recentes em Espanha e França em que o mesmo ocorreu. Sobre a “Operação Furacão” disse nunca ter recebido qualquer informação por parte do Ministério Público. “Nós é que temos de comunicar à Procuradoria se descobrirmos questões do foro criminal, eu não tenho competência nem o direito de pedir informações”, disse. Vítor Constâncio terminou por dizer que “há muita desinformação e desconhecimento sobre o âmbito da supervisão [bancária]”.

MÁRCIO A. CANDOSO

“Oliveira e Costa, das poucas vezes que contactou comigo, queixava-se de que o Banco de Portugal perseguia o BPN”

Nunca recebemos [Banco de Portugal] nenhuma informação do Ministério Público no âmbito da ‘Operação Furacão’

Vítor Constâncio
governador do Banco de Portugal

de 200 mil euros no BPN

A declaração seguinte, entregue em 2006, já depois de ter sido eleito Presidente da República, é diferente. Cavaco Silva continuou a declarar aplicações no BPN (em fundos de investimento imobiliário). Contudo, já sem valor atribuído. Os “valores” surgem apenas em “unidades de participação”.

A declaração de 2006 – a mais recente, visto que o Presidente não é obrigado a actualizá-la anualmente – revela uma descida forte nos rendimentos do Presidente. Os do trabalho dependente passaram de 138,3 mil euros (na declaração de 2005) para 5900 (na de 2006). Os do trabalho independente também baixaram, de 101,8 mil euros para 70,9 mil euros.

Continuava também a dever 14,4 mil euros ao

Banco de Portugal. O empréstimo foi entretanto saldado, visto que a Presidência da República declarou domingo, em comunicado, que Cavaco Silva e a sua mulher “não devem um único euro a qualquer banco, nacional ou estrangeiro, nem a qualquer outra entidade”.

DN questionou ontem a assessoria de imprensa de Belém sobre o facto de as aplicações do PR no BPN declaradas em 2006 não terem valor discriminado. E também sobre a veracidade da notícia do *Expresso* revelando que o PR deteve acções no BPN até 2003. “O comunicado da Presidência da República e os documentos nele citados constituem uma informação completa sobre o assunto em causa”, foi a resposta. ■ – J.P.H.

210 mil euros

é o montante que Cavaco Silva tinha investido em fundos do BPN em fins de 2005

presso revelando que o PR deteve acções no BPN até 2003. “O comunicado da Presidência da República e os documentos nele citados constituem uma informação completa sobre o assunto em causa”, foi a resposta. ■ – J.P.H.



Vítor Constâncio foi à RTP responder a perguntas

BPP só leva 45 milhões

O Banco de Portugal já informou João Rendeiro, presidente do Banco Privado Português (BPP), que **vai dar “parecer negativo”** à pretensão deste último de receber um **empréstimo de 750 milhões de euros** para resolver questões de liquidez. “Fazendo as contas à sua quota no sistema, só poderá obter 45 milhões”, disse Vítor Constâncio, que explicou que se tratava de “uma questão objectiva, relacionando o bolo que o Governo disponibilizou com a quota do BPP, que é de 0,2%”.

PGR vai ao Parlamento, ‘flip-flop’ do PS atacado

O procurador-geral da República (PGR), Fernando Pinto Monteiro, vai ser ouvido a 2 de Dezembro pela Comissão Parlamentar de Finanças sobre o caso BPN. A audição foi pedida pelo PS e aprovada ontem por todos os partidos da oposição, apesar de estes terem feito questão de sublinhar a radical alteração da posição dos socialistas (primeiro chumbaram a ideia de uma comissão parlamentar, depois anunciaram viabili-

zárta). Honório Novo, do PCP, disse que o PS tinha dado “um verdadeiro *flip-flop* [sic]”. Na mesma linha, Hugo Velosa (PSD) falou de “zigzagueague”. Pelo PS, a defesa da audição foi feita por Afonso Candal, que assumiu a “ingrata tarefa” de defender o volte-face. “É da máxima importância saber quais são os processos em curso, quando tiveram início, qual foi a entidade que deu ao PGR os elementos para abrir os processos, qual foi o percur-

so de cada um desses *dossiers*, quais são os meios envolvidos e que perspectivas para que haja algum desfecho”, fundamentou, numa posição oposta à defendida na semana passada pelo seu camarada Vítor Baptista. “A preocupação primeira do PS é dar prioridade absoluta ao apuramento das responsabilidades civis e criminais e políticas e determinar quem foram os responsáveis pela situação a que chegou o banco”, afirmou. – E.C.

20 NOV. Dias Loureiro revela que em 2001 solicitou um encontro com o vice-presidente do Banco de Portugal para falar sobre um “brué” relativo a eventuais irregularidades no banco.

No *Expresso*, o vice-governador desmente. Segundo António Marta, Dias Loureiro foi-lhe perguntar “porque é que o Banco de Portugal andava tão em cima do BPN”, garantindo-lhe que “era tudo boa gente”.

22 NOV. Dias Loureiro manifesta-se “espantado” com as declarações do vice-governador. À Lusa, reitera que “o que disse no dia 19 de Abril de 2005 às quatro da tarde” foi o que disse à RTP.

Ontem, o antigo director da revista *Exame* Camilo Lourenço afirma que, depois da publicação do artigo sobre o BPN, Loureiro o informou de que não havia qualquer problema com o BPN.



PRIMEIRO PLANO

POLÉMICA DO CASO BPN COMEÇA A AGUDIZAR-SE



Governador do Bdp isola Dias Loureiro

Vitor Constâncio garantiu ontem à noite que o conselho de Estado nunca "denunciou nada de concreto" e reafirmou a confiança em António Marta - que desmentiu Dias Loureiro



Dias Loureiro ouvido como testemunha

Conselheiro de Estado deverá ser chamado em breve pela Justiça para esclarecer negócios do grupo SLN/BPN

NELSON MORAIS*
nacional@jn.pt

É na condição de testemunha que Manuel Dias Loureiro deverá ser chamado a curto prazo pelo Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), apurou o JN. O conselho de Estado recusa demitir-se

A decisão sobre o tempo e o modo como Dias Loureiro prestará declarações à Justiça está nas mãos da directora do DCIAP, a procuradora-geral adjunta Cândida Almeida, apesar de o titular do inquérito - que já determinou a prisão preventiva do presidente do BPN, Oliveira e Costa - ser o procurador da República Rosário Teixeira. Segundo o JN apurou, o conselho será chamado na qualidade de testemunha.

A imunidade de que beneficia enquanto conselheiro de Estado, permite-lhe prestar depoimento por escrito. Todavia, o DCIAP e o Tribunal Central de Instrução Criminal, onde o juiz Carlos Alexandre acompanha as diligências mais relevantes do processo, poderão invocar a necessidade de confrontar a testemunha com documentos, para reclamarem que ela preste depoimento presencialmente.

Esta excepção ao regime geral da imunidade, aplicável a conselheiros de Estado e a outros membros de órgãos de soberania, é sustentada pelo facto de os documentos que importa mostrar a Dias Loureiro se encontrarem sob segredo de justiça.

Dias Loureiro quebrou ontem o silêncio a que se remeteu apenas para reafirmar que não cometeu nenhum crime, nem nenhuma ilegalidade no grupo SLN/BPN, mantendo-se ao dispor da Justiça e da

comissão parlamentar de inquérito para prestar mais esclarecimentos.

O próprio Presidente da República viu-se na obrigação de comentar novamente o caso contra a sua vontade. Depois do comunicado publicado no domingo, Cavaco Silva alertou ontem para a lei que

Investigadores estão a cruzar informações que recolheram

As investigações entraram numa fase de avaliação de toda a prova recolhida e não estão previstas acções de vulto para os próximos dias, segundo fonte dentro do processo adiantou ao JN. O Departamento Central de Investigação e Acção Penal (DCIAP), do Ministério Público, coadjuvado pelos elementos da Brigada Fiscal e da Inspeção Tributária, concentram-se agora no cruzamento da informação, no sentido de perceber qual o destino dos milhões de euros que desapareceram do BPN. Uma das principais linhas de força da investigação passa pelos investimentos da Sociedade Lusa de Negócios, detentora do BPN, no Brasil, através de uma empresa holandesa, mas também pelos negócios com o Banco Insular, de Cabo Verde, em que Oliveira e Costa parece ter estado à frente, e relativamente ao qual contraiu um empréstimo pessoal. c.v.

rege o estatuto dos conselheiros de Estado. Uma advertência para responder às perguntas sobre se mantém a confiança política em Dias Loureiro. A legislação determina que os conselheiros só podem cessar funções por decisão própria, morte ou incapacidade permanente, ou por deliberação colectiva. Em termos práticos, Cavaco não pode demitir Dias Loureiro, na medida em que essa decisão depende do voto dos restantes membros.

O desconforto provocado por este caso forçou Cavaco a repetir que "um Presidente da República desde logo não deve comentar em público questões de Estado e eu não faço comentários em público sobre chefias militares, sobre deputados ou sobre embaixadores".

Cavaco mantém reserva sobre se confia nas explicações de Dias Loureiro

Por outro lado, o Presidente recordou que "neste momento difícil que Portugal atravessa, exige-se que um Presidente da República tenha o máximo de bom senso e ponderação e que saiba muito bem aquilo que deve fazer e aquilo que não deve fazer, tendo em conta as suas competências constitucionais, aquilo que deve dizer em público e aquilo que só deve dizer em privado".

O que significa que a continuidade de Dias Loureiro no Conselho de Estado depende acima de tudo da sua consciência. Tal como advertiu ontem Manuela Ferreira Leite.

* Com agência Lusa



Presidente recusa confirmar se mantém a confiança no seu conselheiro de Estado

Cavaco Silva e Dias Loureiro dixit

"Um presidente da República não deve logo comentar questões de Estado. (...) É bom estudar a legislação que rege os membros do Conselho de Estado"

"O meu lugar está sempre à disposição de quem me nomeou. (...) O presidente da República conhece-me há 23 anos e conhece os meus princípios éticos e morais."



16
Conselheiros
de Estados

Cavaco não pode demitir conselheiros

Os membros do Conselho de Estado só podem cessar funções por decisão própria, morte ou incapacidade permanente, ou por deliberação do órgão, segundo o Estatuto em vigor.



Demissão "é problema do foro pessoal"

A líder do PSD, Manuela Ferreira Leite, remete para Dias Loureiro a decisão de se demitir, ou não, do cargo de conselheiro de Estado e mantém a decisão de que o BPN precisava de uma intervenção.



PROCURADOR

Pinto Monteiro vai no dia 2 ao Parlamento

➔ O procurador-geral da República (PGR), Pinto Monteiro, será ouvido pelos deputados na terça-feira, dia 2 de Dezembro, às 21 horas, no âmbito do caso do BPN. A decisão foi ontem tomada, por unanimidade, na Comissão Parlamentar de Orçamento e Finanças

Ao debaterem o requerimento de audição urgente do PGR apresentado pelo PS, os deputados da Oposição fizeram questão de sublinhar "a cambalhota que é a mudança de atitude dos socialistas", que na semana passada votaram contra todas as audições de responsáveis do BPN, e de Dias Lou-

Oposição alertou para os constrangimentos legais do procurador para prestar esclarecimentos na AR

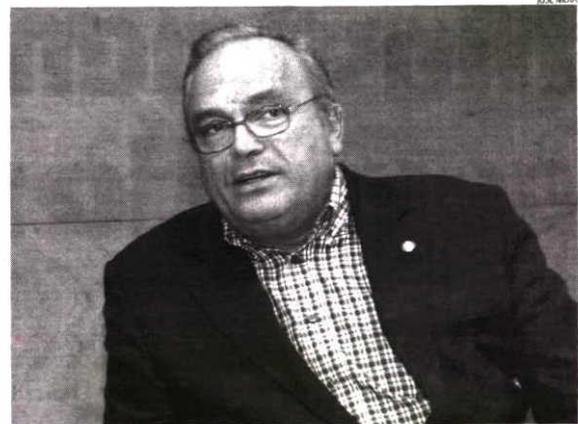
reiro, antigo presidente da Sociedade Lusa de Negócios, a empresa proprietária do banco.

O socialista Afonso Candal, por considerar que "a preocupação primeira do PS apurar responsabilidades civis e criminais e punição dos responsáveis pela situação a que se chegou no BPN", jus-

tificou a audição do procurador "para se saber que diligências estão em curso, quando tiveram início, quem foi a entidade que fez espolpear a investigação, o percurso de cada um dos dossiês e as perspectivas para o desfecho".

A Oposição lembrou a existência de "constrangimentos legais por parte do PGR para dar esclarecimentos". Na opinião dos deputados, Pinto Monteiro, depois de ter enviado, no dia 11, uma carta à Assembleia da República a esclarecer que já tinha aberto quatro processos de investigação judicial sobre o caso, o PGR "será quem menos poderá prestar esclarecimentos sobre o assunto".

Quanto à constituição da comissão de inquérito, proposta pelo CDS-PP e que o PS apoia depois de António Marta, antigo vice-governador do Banco de Portugal ter desmentido Dias Loureiro, terá de ser o plenário a proceder à aprovação, o que só acontecerá na próxima semana, depois de concluída a discussão do Orçamento de Estado. A data desse plenário deverá ser marcada, hoje, na conferência de líderes. A.F.C.



José Lello compreende a necessidade de Cavaco em prestar esclarecimentos

PS

Socialistas rejeitam acusações de instrumentalização

➔ Nas hostes socialistas, o comunicado do Presidente da República foi visto como um esclarecimento natural e justificado face aos rumores que corriam. Rejeitando qualquer autoria no lançamento das insinuações, não negam, no entanto, que existam pessoas a quem interesse desviar as atenções da parte substancial do caso. Todavia, não acreditam que as relações entre S. Bento e Belém serão afectadas.

"Corriam rumores, de origem desconhecida, que eram perversos para o Presidente. Por isso entendendo perfeitamente a sua posição" afirmou ao JN o deputado Jo-

se Lello foi mais longe e aconselhou os sociais-democratas a acautelarem-se mais com o que se passa dentro do PSD. Até porque não vê quem pudesse fazer a utilização política do caso, na medida em que "ele é de tal ordem dramático que é preciso é que a Justiça o resolva". O deputado salientou ainda que "é bom que as questões laterais não ponham em causa as questões de substância, porque, se calhar, até há gente da esfera política que não está interessada em que haja um enfoque tão forte nas questões de substância".

Quanto à anuência do PS em constituir uma comissão de inquérito parlamentar depois de recusada a audição de alguns protagonistas do caso BPN, Vera Jardim considera que "são coisas completamente diferentes" e que "o Parlamento não pode ser instrumentalizado para as pessoas que são atacadas irem lá explicar-se. Isso não é aceitável." Agora, "o PS entende que se poderá viabilizar um inquérito sem deixar de ser chamada a atenção para o facto de que há processos criminais a decorrer e que poderá haver alguma colisão", completou. T.R.A.

"Se calhar há gente que não está interessada num enfoque tão forte nas questões de substância"

sé Lello. Também Vera Jardim disse que compreendeu "a necessidade do Presidente em esclarecer que nunca tinha tido qualquer ligação ao BPN face às notícias que o davam como um accionista".

Separando as águas, Vera Jardim acrescentou que "uma coisa são pessoas que pertenceram a Governos liderados por Cavaco Silva e que estiveram ligadas ao BPN; isso é indesmentível. Outra coisa é o próprio Cavaco Silva."

Durante o fim-de-semana ou-

CONVERSAS PRIVADAS

Constâncio compromete versão de Dias Loureiro

➔ Vítor Constâncio afirmou ontem na RTP que Dias Loureiro nunca "denunciou nada de concreto" no Banco de Portugal e reafirmou a sua confiança no antigo vice-governador que apareceu em público a desmentir o Conselheiro de Estado sobre o teor de uma conversa privada entre ambos a propósito do Banco Português de Negócios (BPN).

O governador negou ter tido conhecimento dessa conversa, mas defendeu António Marta justificando-se com o conhecimento pessoal que dele tem como valor de confiança quanto à veracidade das versões.

Dias Loureiro revelou que a conversa serviu para dar conta das suas reservas quanto ao modelo de gestão, enquanto António Marta garante que serviu apenas para pedir que o Banco de Portugal não "perseguisse" o BPN.

O próprio Vítor Constâncio contribuiu para essa tese e afirmou que também Oliveira e Cos-



Governador diz haver "perseguição".

ta colocou as mesmas perguntas nas conversas que ambos tiveram.

Ao longo da entrevista, o governador do Banco de Portugal fez questão em repetir que seria impossível às inspeções detectar operações escondidas e a existência de um banco virtual no BPN. Negando que tivessem circulado rumores, disse ter recebido Oliveira Costa "e foi sempre para ele se queixar das pressões" alegadamente exercidas pelo BDP. Vítor Constâncio evocou ainda situações de fraude em bancos de Espanha e França para dizer que as autoridades bancárias desses países não conseguiram detectá-las, não sendo, por isso, objecto de "processos de linchamento".

Vítor Constâncio anunciou ainda que o Banco de Portugal admitirá um aval de "talvez" 45 milhões de euros ao Banco Privado Português, recusando a hipótese de concessão dos 750 milhões pedidos por João Rendeiro.

EDUARDA FERREIRA



Cavaco e o "caso BPN"



CAUSA E FEITO

PAULO FERREIRA
Subdirector

Preto no Branco

O presidente da República tentou esclarecer, ontem, o conteúdo da inédita nota oficial que fez emitir no domingo, na qual se demarca de qualquer ligação ao famigerado Banco Português de Negócios (BPN). Cavaco Silva diz não poder "pactuar com insinuações e mentiras que possam pôr em causa" o seu "bom nome". "E, quando isso é assim, eu não posso deixar de reagir. O presidente da República tem de ser uma referência de seriedade para toda a população, e as nossas indicações recolhidas na Presidência da República eram muito, muito claras", acrescentou o chefe de Estado.

O caso é, portanto, bastante sério: na opinião do chefe de Estado, estava (está?) em curso uma espécie de campanha que, através de insinuações malévolas e mentiras várias, o visa atingir e à sua família. Cavaco Silva não explicou de onde vêm umas e outras, mas o facto de, na referida nota, ter, por exemplo, descido ao pormenor de nos dizer quantas contas tem e em que bancos as tem é revelador do grau de transparência que decidiu usar antes que os salpicos do "caso BPN" o possam eventualmente atingir.

A verdade é que, desde que o "caso BPN" estourou, foi dito e redito em todos os órgãos de comunicação social que alguns dos responsáveis do banco estiveram em governos liderados por Cavaco Silva. Isso é

um facto indesmentível. Mas daí não pode deduzir-se nada mais. Acontece que Cavaco nos diz outra coisa: diz-nos que à Presidência chegaram "indicações muito, muito claras" de que, por causa disso, o chefe de Estado estaria a ser envolvido numa espécie de "cabala" que a alguém terá que aproveitar. Junte-se a delicada situação política do conselheiro de Estado Dias Loureiro e temos o caldo quase entornado. Por isso o presidente decidiu antecipar-se, para se defender. E para mostrar que está atento a todos os movimentos.

O ponto está em saber a quem aproveita a eventual "cabala". Há dias, Marco António Costa, presidente da distrital do PSD do Porto, e Pedro Passos Coelho deram a entender que o "caso BPN" estaria prestes a ser usado, supostamente pelo PS, como uma forma de questionar os anos dourados e a memória do "cavaquismo". É uma tese. Só não se percebe muito bem o que ganhariam, nesta altura, o PS e mesmo o Governo com a criação de um sério conflito com o presidente da República.

A comissão de inquérito que aí vem – e que os socialistas começaram, convenientemente, por recusar – pode ajudar a lançar alguma luz sobre este caso, que ameaça tornar-se politicamente bicudo. Uma coisa é certa: se as dúvidas começarem a crescer, Cavaco Silva tem a obrigação de nos dizer quais são as "indicações claras" de que dispõe. Para ficarmos a saber quem é que anda a tentar tramar quem. ■

SE AS DÚVIDAS no "caso BPN" crescerem, Cavaco tem a obrigação de nos dizer quais são as "indicações claras" que tem. Para sabermos quem anda a tramar quem



BPN leva Pinto Monteiro ao Parlamento no dia 2

A Comissão de Orçamento e Finanças aprovou ontem a audição, marcada para dia 2 de Dezembro, do procurador-geral da República

sobre o curso das investigações judiciais à gestão do Banco Português de Negócios (BPN), pedida pelo PS.





BPN

**PSD agrado com
inquérito parlamentar**

O PSD viu com agrado a mudança de posição do PS ao decidir viabilizar um inquérito parlamentar ao caso do Banco Português de Negócios, com o objectivo de «esclarecer toda a verdade», três dias depois de o CDS-PP ter anunciado que ia fazer a proposta. Já o Bloco de Esquerda considerou «uma trapalhada» a posição do PS, que antes não quis ouvir ninguém.



NEGÓCIOS O Presidente da República mandou publicar, no site da presidência, uma nota em que se demarca de qualquer ligação ou envolvimento em negócios, prestação de serviço ou empréstimos relacionados com o Banco Português de Negócios. Isto depois do que diz ser a «tentativa de associar» o seu nome ao BPN.



Marcelo Rebelo de Sousa defende na RTP1

Dias Loureiro só deve demitir-se se for arguido

Marcelo Rebelo de Sousa, ex-líder do PSD e conselheiro de Estado, defendeu ontem que Dias Loureiro só deverá demitir-se do Conselho de Estado se for constituído arguido no caso Banco Português de Negócios (BPN).

“Poupava a intervenção ao Presidente da República”, afirmou Marcelo, no programa «As Escolha de Marcelo», na RTP1. Evitando pronunciar-se directamente, Marcelo Rebelo

de Sousa, que, como Dias Loureiro, foi escolhido pelo Presidente da República para o órgão de consulta de Cavaco Silva, explicou o que faria se, “por hipótese”, estivesse na situação de Dias Loureiro, ex-administrador da Sociedade Lusa de Negócios, «holding» que controla o BPN.

“Se fosse constituído arguido, numa investigação judicial, em coerência com o que defendi para os outros, como presiden-

tes de Câmara, suspenderia as funções”, afirmou o ex-líder do PSD e actual membro do Conselho de Estado.

Rebelo de Sousa admitiu que o caso BPN pode estar a incomodar o Presidente, mas não politicamente, dado que José Oliveira e Costa, antigo secretário de Estado de Cavaco e detido preventivamente, foi presidente do banco já depois de deixar o Governo.



Cavaco Silva publica nota oficial no site da Presidência da República

Contra tentativas de associar o seu nome ao BPN

A Presidência da República esclarece que detectou uma "tentativa de associar" o nome de Cavaco Silva ao «caso BPN».

Cavaco Silva mandou publicar ontem, no site da Presidência da República, uma nota oficial demarcando-se de qualquer ligação ou envolvimento em negócios, prestação de serviço ou mesmo empréstimos relacionados com o Banco Português de Negócios, envolvido em alegados escândalos financeiros que levaram já à detenção do seu antigo responsável, Oliveira e Costa.

A Presidência da República esclarece que detectou essa "tentativa de associar" Cavaco Silva ao BPN, face a contactos para esclarecimentos, nesse sentido, "estabelecidos por jornalistas", motivo que levou Cavaco Silva a publicar esta nota.

"O Professor Aníbal Cavaco Silva, no exercício da sua vida profissional, antes de desempenhar as actuais funções, nunca exerceu qualquer tipo de função no BPN ou em qualquer das suas empresas; ...nunca recebeu qualquer remuneração do BPN ou de qualquer das suas empresas; ...



Cavaco Silva. Presidente da República publicou nota oficial no «site»

nunca comprou ou vendeu nada ao BPN ou a qualquer das suas empresas", refere a nota.

"O Professor Cavaco Silva e a sua Mulher nunca contraíram qualquer empréstimo junto do BPN; ...não devem um único euro a qualquer banco, nacional ou estrangeiro, nem a qualquer outra entidade", diz a mesma nota.

"O Professor Cavaco Silva e a sua Mulher têm, há muitos anos, a

gestão das suas poupanças entregues a quatro bancos portugueses, conforme consta, discriminado em detalhe, na Declaração de Património e Rendimentos entregue no Tribunal Constitucional, a qual pode ser consultada", lê-se no documento, que referencia ainda que "as aplicações feitas pelos bancos gestores constam da referida Declaração de Património".

INQUÉRITO PARLAMENTAR PSD saúda mudança de posição do PS

O PSD acolhe positivamente a mudança de posição do PS ao decidir viabilizar um inquérito parlamentar ao caso BPN e só espera a sua boa colaboração, disse ontem o líder do grupo parlamentar social-democrata.

Paulo Rangel disse que o PSD defende desde o primeiro dia um esclarecimento total das questões políticas ligadas aos pressupostos da nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) e aos seus custos, bem como às eventuais falhas da supervisão, e sempre votou em conformidade.

Nesta matéria, "O PSD nunca compreendeu por que é que o PS esteve contra isto até agora", afirmou. "Mas agora que o PS mudou de posição, saudamos essa mudança", acrescentou.

O grupo parlamentar do PS anunciou no sábado o seu apoio à criação de uma comissão de inquérito parlamentar e justificou-o com o objectivo prioritário do "esclarecimento de toda a verdade".



BELÉM ■ CHEFE DE ESTADO ESCLARECE RELAÇÃO COM BPN

Cavaco trava campanha de "mentiras e insinuações"

■ Presidente da República detém fundos mobiliários no BPN e em mais três bancos, segundo a declaração de rendimentos entregue no Tribunal Constitucional

● ANA PATRÍCIA DIAS/CRISTINA RITA

Numa atitude inédita, o Presidente da República mandou publicar ontem no site da Presidência um comunicado para sustentar o que classificou de tentativas de associar o seu nome ao processo polémico do Banco Português de Negócios (BPN). O caso está a gerar algum mal-estar em Belém e a prova disso é que Cavaco Silva quis fazer um esclarecimento público a um domingo, 48 horas após a entrevista de Dias Loureiro, ex-gestor da Sociedade Lusa de Negócios - holding que detinha o BPN - e seu conselheiro de Estado.

"Não pode o Presidente da República tolerar a continuação de mentiras e insinuações visando pôr em causa o seu bom nome." Foi com estas palavras que Cavaco Silva procurou sustentar uma campanha para o tentar envolver no caso BPN e esclarecer a sua situação bancária. Naquele banco, o Presidente possui apenas fundos mobiliários (ver apoios).

Nos últimos dias, apurou o CM, surgiu uma onda de boatos e rumores, segundo os quais o BPN teria contribuído para a campanha presidencial, Cavaco Silva teria sido um dos políticos que trabalhou para o



Nacionalização do BPN foi aprovada este mês pelo Parlamento

Cavaco Silva não esclarece se mantém confiança em Dias Loureiro

sucesso do BPN, teria levado accionistas do banco à Rússia em 2007 (visita que nunca se realizou) e até teria assessorado aquele banco. Estes rumores levaram a perguntas directas dos media a Belém para que explicasse estas situações.

Confrontada, a Presidência reagiu com um comunicado, no qual esclarece a sua relação bancária (ver declaração). Por esclarecer ficou se Cavaco Silva mantém ou não a confiança em Dias Loureiro. ■

RENDIMENTOS DO PR

● DECLARAÇÃO

Na declaração entregue no Tribunal Constitucional, apresentou 5900 euros de rendimentos de trabalho dependente e 70 971 euros de independente. Declarou 2928 euros de rendimentos de capitais e 182 404 euros de pensões. Valores referentes a 2005.

● PATRIMÓNIO

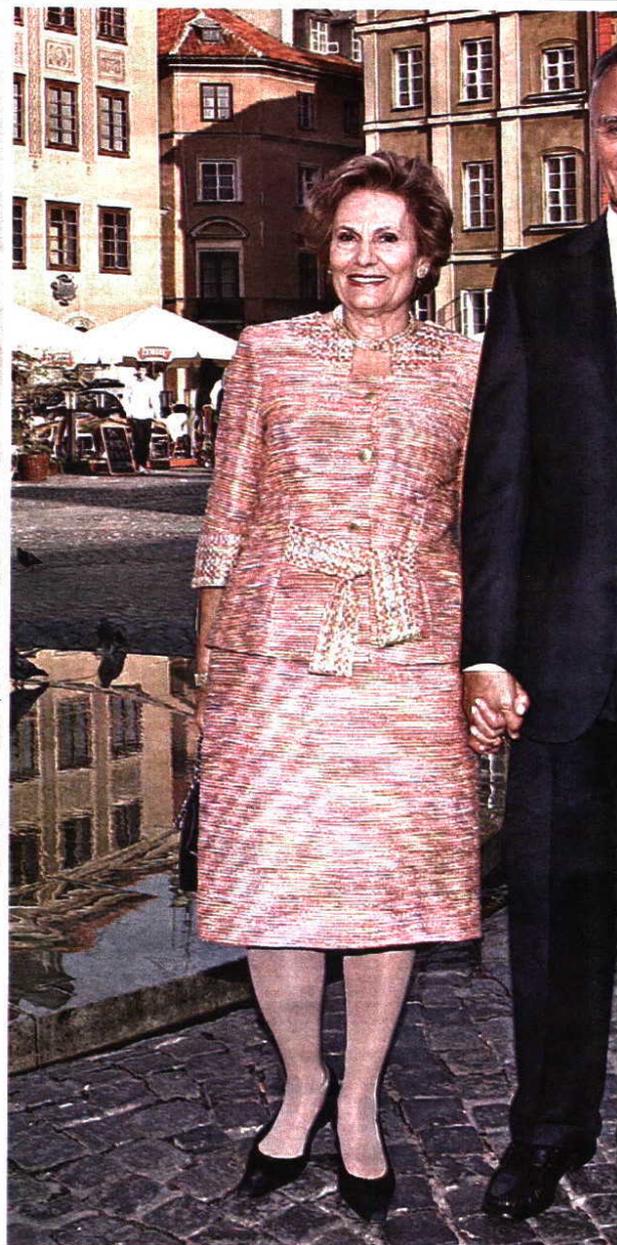
Possui um prédio urbano em Albufeira, um terreno em Boli-queime, um apartamento em Lisboa e quatro prédios urbanos e cinco rústicos em Loulé.

● ACÇÕES

Detém 54 mil acções do BCP, 6000 da EDP, 5300 do BPI, 3100 da PT, 3000 da Jerónimo Martins e 500 da Brisa.

● FUNDOS MOBILIÁRIOS

No BPN, possui 483 310 unidades de participação no fundo multimanager 10% e 578 034 a 5%. No BCP, detém 2340 unidades de participação na AF Acções de Portugal, 14 993 na PB-JPMF e 438 no Millennium Eurocarteira. No BPI, possui 1458 unidades de participação e na CGD 1506.



O casal Cavaco Silva garantiu ontem que não deve um euro a qualquer banco

COMUNICADO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

● A Presidência da República procede à divulgação do seguinte comunicado:

"Nos últimos dias, detectou a Presidência da República, face a contactos estabelecidos por jornalistas, tentativas de associar o nome do Presidente da República à situação do Banco Português de Negócios (BPN).

Não podendo o Presidente da República tolerar a continuação de mentiras e insinuações visando pôr em causa o seu bom nome, esclarece-se o seguinte:

1. O Prof. Aníbal Cavaco Silva, no exercício da sua vida profissional, antes

de desempenhar as actuais funções (nem posteriormente, como é óbvio):

- a) nunca exerceu qualquer tipo de função no BPN ou em qualquer das suas empresas;
- b) nunca recebeu qualquer remuneração do BPN ou de qualquer das suas empresas;
- c) nunca comprou ou vendeu nada ao BPN ou a qualquer das suas empresas.

2. O Prof. Cavaco Silva e a sua Mulher:

- a) nunca contraíram qualquer empréstimo junto do BPN;
- b) não devem um único euro a qualquer banco, nacional ou estrangeiro, nem a qualquer outra entidade.



co nacional ou estrangeiro

CAVAQUISTAS NO BPN

Algumas figuras de destaque da Sociedade Lus de Negócios, holding que detinha o Banco Português de Negócios (BPN), trabalharam com Cavaco Silva em funções executivas ou tiveram cargos de relevo.



OLIVEIRA E COSTA
Foi secretário de Estado dos Assuntos Fiscais entre 1987-1991.



DIAS LOUREIRO
Foi dos mais influentes ministros de Cavaco. É conselheiro de Estado.



DANIEL SANCHES
Dirigiu o SIS no tempo em que Dias Loureiro tutelou a Administração Interna.



RUI MACHETE
Foi deputado. Lidera a FLAD e presidiu ao Conselho Superior da SLN.



LENCASTRE BERNARDO
Foi director do SEF, com Dias Loureiro, e considerado um dos seus braços-direitos.



ARLINDO DE CARVALHO
Foi ministro da Saúde. Terá pedido 20 milhões de empréstimos ao grupo BPN.



DUARTE LIMA
O ex-líder parlamentar pediu ao BPN um empréstimo de 5 milhões, diz a Deloitte.

PGR disponível para falar

■ O procurador-geral da República (PGR), António Pinto Monteiro, reafirmou ontem a sua disponibilidade para prestar esclarecimentos sobre o caso BPN no Parlamento, sublinhando que cabe aos deputados decidir se existe relevância no seu depoimento.

“A Assembleia da República decidirá se tem ou não interesse o procurador ir.” [...] Fui contactado e disse que estava disponível”, afirmou Pinto Monteiro, no final do VIII Congresso da Associação Sindical de Juizes, na Póvoa de Varzim. A disponibilidade do PGR surge também na sequência da viabilização, pelo grupo parlamentar do PS, de uma comissão de inquérito ao caso.

Em todo o caso, para Pinto Monteiro, o facto de “haver ou não haver” comissão de inquérito parlamentar “não adianta nem atrasa” a sua deslocação ao Parlamento, para divulgar “pormenores e elementos que podem ter interesse” sobre o processo, “respeitando em absoluto o segredo de justiça”.



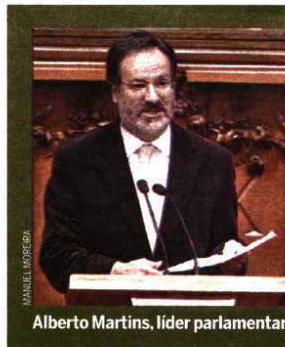
Pinto Monteiro diz ter sido contactado para ir ao Parlamento

Comissão de inquérito “não adianta nem atrasa” a audição

Recorde-se que o CDS-PP entregou quinta-feira uma proposta para a constituição de uma comissão de inquérito às irregularidades encontradas no BPN. Nesse mesmo dia, o ex-presidente do BPN foi detido, tendo ficado, na sexta-feira, em prisão preventiva, por decisão judicial.

Ainda assim, só três dias após a

entrega da proposta do CDS-PP e face à constituição de Oliveira e Costa como arguido por suspeita de burla qualificada, fraude fiscal qualificada e branqueamento de capitais, entre outros crimes, a maioria socialista comunicou o apoio à iniciativa centrista. Isto depois de os deputados do PS terem negado a audição dos ex-administradores do banco, entre os quais Dias Loureiro. ■



Alberto Martins, líder parlamentar

PS QUER ACLARAR “REVELAÇÕES”

● O líder do grupo parlamentar do PS, Alberto Martins, justificou a decisão de viabilizar a comissão de inquérito como forma de “contribuir para a aclaração de revelações e contradições evidenciadas em declarações recentes”. Também Ricardo Rodrigues disse que vieram a público dados que tornam prioritário o esclarecimento dos factos.

“SAUDAMOS ESSA MUDANÇA”

● O PSD acolhe positivamente a mudança de posição do PS ao decidir viabilizar um inquérito parlamentar ao caso BPN. “O PSD nunca compreendeu por que é que o PS esteve contra isto até agora”, afirma o líder parlamentar, Paulo Rangel. “Mas agora mudou de posição e saudamos essa mudança”, diz.

3. O Prof. Cavaco Silva e a sua Mulher têm, há muitos anos, a gestão das suas poupanças entregues a quatro bancos portugueses – incluindo o BPN, desde 2000 – conforme consta, discriminado em detalhe, na Declaração de Património e Rendimentos entregue no Tribunal Constitucional, a qual pode ser consultada. As aplicações feitas pelos bancos gestores constam, detalhadamente, da referida Declaração de Património, entregue no Tribunal Constitucional – assim como o número de todas as contas bancárias do casal, excepto uma, aberta no Montepio Geral, por acolher apenas depósitos à ordem – a qual, repete-se, pode ser consultada.

As alienações de títulos efectuadas pelos bancos gestores constam, nos termos da lei, e como pode ser verificado, das declarações de IRS do Prof. Anibal Cavaco Silva e de sua Mulher, preenchidas com base nas informações fornecidas anualmente pelos referidos bancos.

4. Ao tomar posse como Presidente da República, o Prof. Cavaco Silva e a sua Mulher deram instruções aos bancos gestores das suas poupanças para não voltarem a comprar ou vender quaisquer acções de empresas portuguesas, excepto no exercício de direitos de preferência.

Palácio de Belém, 23 de Novembro de 2008



■ **Prisão.** Oliveira e Costa está detido junto a PJ de Lisboa. À hora das visitas registou-se grande afluência de familiares e amigos dos detidos, mas ninguém se identificou como visita do banqueiro.



■ **Supervisor.** No Banco de Portugal António Marta tutelou a área de supervisão dos bancos. Saiu em 2006

Marta deixou funções em 2006

● António Manuel Martins Pereira Marta nasceu em 1946 e licenciou-se em Economia pelo Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras. Antes da sua nomeação para vice-governador do Banco de Portugal, em 1994, ocupava o cargo de vice-presidente da Comissão Executiva do Banco de Comércio e Indústria. António Marta deixou o Banco de Portugal em 2006. ■



PRESIDÊNCIA PÚBLICA NOTA DE ESCLARECIMENTO

Cavaco não quer o seu nome associado ao BPN

Cavaco Silva mandou publicar ontem no *site* da Presidência da República uma nota oficial demarcando-se de qualquer ligação ou envolvimento em negócios, prestação de serviço ou mesmo empréstimos relacionados com o Banco Português de Negócios, envolvido em escândalos financeiros que levaram já à detenção do seu antigo responsável, Oliveira e Costa.

A Presidência da República esclarece que detectou essa “tentativa de associar” Cavaco Silva ao BPN face a contactos para esclarecimentos, nesse sentido, “estabelecidos por jornalistas”, motivo que levou o chefe de Estado a redigir esta nota, tendo

mesmo feito chegar à agência Lusa o desejo que ela fosse publicada na íntegra.

No documento, Cavaco diz, nomeadamente, que não pode “tolerar a continuação de mentiras e insinuações visando pôr em causa o seu bom nome”, esclarecendo que nem ele nem a mulher “contraíram qualquer empréstimo junto do BPN”, nem “devem um único euro a qualquer banco”.

O Presidente da República informa, porém, que ele e a mulher “têm, há muitos anos, a gestão das suas poupanças entregue a quatro bancos portugueses – incluindo o BPN, desde 2000”. ■

DESTAQUE
CRISE
NA BANCA

CAVACO DESCOLA DO BPN

NUMA NOTA OFICIAL o Presidente recusou "mentiras e insinuações" que o tentam relacionar com o caso BPN.

Francisco Teixeira e David Dinis
fteixeira@economicasgps.com

A Presidência da República emitiu ontem um comunicado com quatro pontos, onde recusa liminarmente as "mentiras e insinuações" através das quais estão a tentar associar o "bom nome" do Presidente às suspeitas que envolvem o banco que foi fundado pelo seu ex-secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, José Oliveira e Costa, detido preventivamente desde a passada sexta-feira.

A nota é justificada pelos "contactos estabelecidos por jornalistas" com Belém, e aparece depois da publicação de algumas notícias na imprensa, que ligam Cavaco Silva ao BPN. Em alguns casos, colocando-o em listas de vários políticos do PSD ligados ao banco, noutros apontando o actual presidente entre os accionistas do BPN ao longo dos últimos anos.

O Presidente da República explica, na nota que publicou, de forma pormenorizada, a sua relação com a banca e, em particular, com o Banco Português de Negócios. Vinca nunca ter exercido "qualquer tipo de função no BPN", não ter recebido "qualquer remuneração do BPN ou de qualquer das suas empresas", e nunca ter comprado ou vendido "nada ao BPN ou a qualquer das suas empresas". E acaba por convidar à leitura da sua declaração de rendimentos - entregue no Tribunal Constitucional -, onde consta que, juntamente com a sua mulher, entregou a "gestão das suas poupanças a quatro bancos portugueses - incluindo o BPN, desde 2000", mas também a paralisação da sua carteira de acções desde que assumiu o cargo de Presidente da República.

PS sem comentários

Ontem, ao comunicado de 37 linhas emitido pela Presidência da República, o Partido Socialista reagiu com um rotundo silêncio. O portavoz do PS, Vitalino Canas, respondeu ao Diário

Económico, de forma lacónica, com um "não temos nenhum comentário a fazer".

Já o vice-presidente do PSD, Paulo Mota Pinto, reagiu falando de um clima de suspeição generalizado. E responsabiliza os socialistas: "Foi o PS que inviabilizou inicialmente a comissão de inquérito e criou este clima de suspeição generalizada", disse ao Diário Económico. O PSD, diz Mota Pinto, pretende por isso que a comissão de inquérito (ver texto em baixo) "investigue até às últimas consequências" o que se passou no BPN, e também o processo da nacionalização do Banco Português de Negócios.

Marcelo apoia Cavaco

O comunicado de ontem da Presidência da República surge no meio de uma acesa polémica envolvendo Dias Loureiro, ex-administrador da SLN - ex-proprietária do BPN - e António Marta, antigo responsável pela supervisão no Banco de Portugal. A troca de garantias e desmentidos, entre estes dois responsáveis, sobre eventuais avisos de problemas no banco (em 2002), já levaram Francisco Louçã a pedir a saída de Dias Loureiro de conselheiro de Estado.

Na sequência dessas declarações, ontem à noite, Marcelo Rebelo de Sousa - também ele conselheiro de Estado nomeado por Cavaco - sugeriu que Dias Loureiro pedisse a suspensão do seu mandato naquele órgão de aconselhamento do Presidente, caso venha a ser constituído arguido. Quanto ao comunicado da Presidência, Marcelo anotou-o como positivo: "É evidente que há um incómodo pessoal do Presidente da República. Oliveira e Costa e Dias Loureiro foram colaboradores de Cavaco Silva. Agora incómodo político não vejo. A não ser que Dias Loureiro seja constituído arguido", disse. Hoje será a vez de Vítor Constâncio falar, numa entrevista à RTP. ■

"Nos últimos dias, detectou a presidência, face a contactos estabelecidos por jornalistas, tentativas de associar o nome do Presidente à situação do BPN."

"O prof. Aníbal Cavaco Silva (...) nunca exerceu qualquer função no BPN (...), nunca recebeu qualquer remuneração do BPN (...), nunca comprou ou vendeu nada ao BPN"

CAVACO SILVA
Presidente da República

OLIVEIRA E COSTA

Depois de ter sido inicialmente ouvido na passada quinta-feira, José Oliveira e Costa regressou ao Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa na sexta-feira passada. Ouvido pelo juiz Carlos Alexandre juntamente com o procurador Rosário Teixeira, Oliveira e Costa acabou por ficar em prisão preventiva, por suspeita da prática de sete crimes (fraude fiscal qualificada, burla agravada, falsificação, infidelidade, branqueamento de capitais, abuso de confiança agravada e aquisição ilícita de acções). O juiz Carlos Alexandre justificou a prisão preventiva com o perigo de fuga.



PAULO RANGEL
Presidente da bancada do PSD

■ Com a comissão de inquérito o PSD pretende duas coisas: clarificar as razões que levaram o Governo a fazer uma lei da nacionalização e conhecer o processo que culminou com entrada da CGD no BPN. "O PSD nunca compreendeu por que é que o PS esteve contra isto até agora".



RICARDO RODRIGUES
Vice da banca parlamentar do PS

■ "Penso que é inevitável que a investigação incida quer na supervisão quer na gestão do BPN", antecipa o vice-presidente da bancada parlamentar do PS. Justifica que o BPN foi nacionalizado e existem fundos públicos, pelo que "os portugueses querem saber o que se passou".



PAULO PORTAS
Líder do CDS-PP

■ O líder do CDS foi o primeiro a defender uma comissão de inquérito. "Quanto mais se vai sabendo" mais a comissão se torna "urgente e determinante". Para Portas a troca de desmentidos entre Marta e Dias Loureiro deve ser vista no "domínio das aparências".



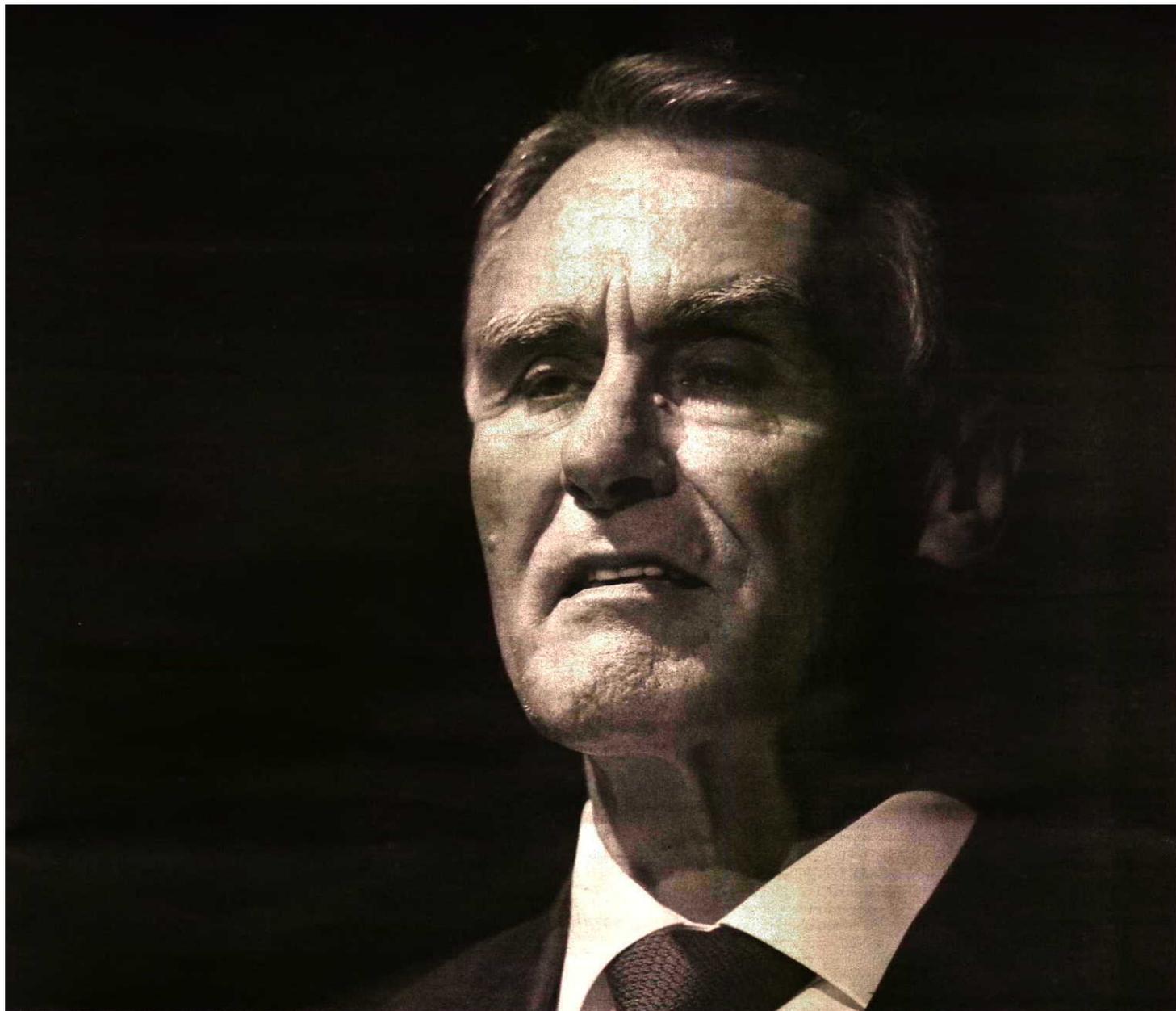
BERNARDINO SOARES
Líder parlamentar do PCP

■ O deputado comunista avisou os socialistas contra qualquer tentativa de "pôr obstáculos" durante os trabalhos da comissão de inquérito. "Temos receios quanto à eficiência da comissão, tendo em conta a experiência anterior (inquérito à supervisão no caso BCP)", disse.



FRANCISCO LOUÇÃ
Líder do Bloco de Esquerda

■ Os trabalhos da comissão de inquérito terão de deixar claro dois pontos. Por um lado, disse Louçã, o nível de responsabilidade do Banco de Portugal. "Em segundo lugar, não pense o PSD, o PS ou CDS que quem cometeu delitos ou crimes (...) será poupado", aponta.



Joaquim Correia

PS quer que comissão de inquérito analise “o que se passou no BPN”

Actuação do Banco de Portugal não vai ser o único objecto da investigação da AR.

Lúcia Simões e David Dinis
lsimoes@economicasggs.com

Depois de, há uma semana, terem recusado a audição de Dias Loureiro na Assembleia da República, para falar da gestão do BPN, os socialistas reviram a estratégia e aceitam, agora, ir mais longe: vão mesmo aceitar a constituição de uma comissão de inquérito parlamentar sobre toda a polémica, que já tinha sido proposta pelo CDS de Paulo Portas e aceite, dias depois, pela líder do PSD, Manuela Ferreira Leite.

Mas o processo parlamentar promete, ainda, alguma polémica. É que, enquanto os partidos à direita acentuam a necessidade de investigar as falhas da supervisão - leia-se, do Banco de Portugal, liderado por Vítor Constâncio - desde os primeiros indícios de irregularidades, os socialistas sublinham outro caminho.

“Penso que é inevitável que a investigação incida quer na supervisão quer na gestão do BPN”, afirma ao Diário Económico o deputado, e vice-presidente da bancada parlamentar socialista, Ricar-

“Estou disponível”

■ “Estou disponível para ir à Comissão de Inquérito que é, de resto, o dever de qualquer cidadão”. É a resposta de António Marta, ao Diário

Económico, ao mais que certo pedido do Parlamento para que preste declarações na investigação que todos os partidos prometem apoiar. Por definir está ainda o conteúdo da investigação que os deputados vão levar a cabo (ver texto).



António Marta, ex-vice-governador do Banco de Portugal

do Rodrigues. Justificando a opção com a nacionalização forçada do BPN - envolvendo “fundos públicos” no salvamento do banco, o deputado reitera a mensagem: “Os portugueses querem saber o que se passou”.

Decisiva no volte-face foi a polémica entre Dias Loureiro e António Marta, à altura responsável no Banco de Portugal (BdP) pela supervisão bancária. Entre as garantias do ex-ministro de que avisou o BdP de eventuais problemas e a resposta de António Marta, o comunicado do PS dava conta da posição oficial que dizia que a comissão de inquérito “pode contribuir para a esclarecimento de revelações e contradições evidenciadas em declarações públicas recentes”.

A possibilidade de uma luta para definir os objectivos da comissão levou, ontem, o PCP a avisar que denunciará “todas as tentativas de pôr obstáculos durante os seus trabalhos”. Com a ex-comissão de inquérito sobre o BCP em pano de fundo. ■

BPN

A nacionalização do Banco Português de Negócios (BPN) já se reflectiu no rating da BPN SGPS. A agência de notação financeira, Moody's, reviu em baixa na passada sexta-feira a notação de crédito do BPN SGPS. A agência efectuou um corte de 'Ba1' para 'Caal'.



especial



DISPONÍVEL. O procurador-geral da República, Pinto Monteiro, reafirma estar disponível para prestar esclarecimentos no Parlamento sobre o caso do BPN, ressalvando que cabe aos deputados decidir a sua ida à AR.

PROPRIEDADE NO CARTAXO ALVO DE BUSCA E APREENSÃO DE MATERIAL SUSPEITO

JOSE CARLOS PINHEIRO



A quinta dos segredos do BPN

Bens em nome da mulher

O ex-presidente do BPN terá preparado tudo para salvar o seu património pessoal, no caso de vir a ter problemas com o fisco ou com a justiça. Há oito meses, poucos dias antes da reforma, Oliveira e Costa divorciou-se da sua mulher, Maria Yolanda, com quem esteve casado durante 42 anos. Objectivo: impedir que os seus bens pudessem ser congelados ou executados. De acordo com a edição de sexta-feira do jornal "Correio da Manhã", que adiantou a notícia, o divórcio foi realizado por mútuo consentimento e sem advogado, com a apresentação de uma lista de bens comuns para partilha, que, por exemplo, atribuiu à mulher a casa da Álvares Cabral e as contas bancárias mais abonadas.

Era num pequeno terreno perto do Cartaxo, apenas com uma arrecadação e um lagar, que estava parte da documentação apreendida pela polícia para o processo que levou o antigo administrador do BPN à cadeia

Texto • Hugo Soares
hugo.f.soares@24horas.com.pt

É através de um quase invisível desvio para um caminho de terra batida, na estrada municipal que liga o Cartaxo e a aldeia de Casais de Além, que se chega ao terreno de José Oliveira e Costa onde as autoridades encontraram variada documentação escondida que será anexada ao processo de investigação às fraudes no Banco Português de Negócios (BPN).

São apenas cem metros de carreiro que levam à propriedade do antigo administrador do BPN, um hectare de vinha e algumas laranjeiras no alto de um monte, invisível para quem passa na estrada, onde os investigadores procuraram o destino de 700 milhões de euros que passaram pelo BPN mas que ninguém sabe onde param.

Aqui e na casa de Lisboa de Oliveira e Costa foi en-

contrada variada "documentação e material de relevo", como descreveu quinta-feira fonte judicial à comunicação social. Documentos com os segredos da gestão de Oliveira e Costa no BPN e que estão agora a ser analisados pelos investigadores dos alegados crimes de que é suspeito – burla qualificada, fraude fiscal qualificada, branqueamento de capitais, entre outros crimes, num total de sete, como revelou o Tribunal Central de Instrução Cri-

minal de Lisboa na sexta-feira, quando a prisão preventiva foi decretada.

O terreno, vedado por uma rede em arame, tem apenas uma espécie de arrecadação, onde são guardados pesticidas e alguns instrumentos agrícolas, e um lagar, subterrâneo. Nestes pequenos espaços, de aparência insuspeita e bucólica, a polícia, no dia em que lançou a operação que acabaria na detenção de Oliveira e Costa, perdeu

muitas horas dentro dos seus cinquenta ou sessenta metros quadrados.

De acordo com o que o *24horas* apurou junto de trabalhadores das quintas mais próximas, a equipa das autoridades – Ministério Público, Brigada Fiscal e Inspeção Tributária – chegou ao terreno pelas oito da manhã de quinta-feira e só saiu de lá ao final da tarde.

"Eram dois carros e uma carrinha", explicou ao *24horas* uma testemunha que preferiu não ser identificada. "Pararam o carro na estrada, e depois subiram, primeiro a pé, e depois com os carros", explicou a mesma fonte.

Poucos sabiam que ele tinha ali o terreno

De acordo com outra pessoa que assistiu à movimentação policial, e que também não quis ser identificada, as autoridades mandaram chamar o trabalhador agrícola que toma conta do terreno de

Oliveira e Costa e obrigaram-no a assistir às buscas durante todo o dia, até por volta das 19h00, quando deram o seu trabalho por concluído.

A detenção de Oliveira e Costa foi feita na quinta-feira, na sequência de buscas em Aveiro, Cartaxo e Lisboa, em casas e propriedades de Oliveira e Costa ou da sua família.

Ao que o *24horas* apurou junto de uma outra fonte, Oliveira e Costa visitava o terreno periodicamente, sempre ao sábado. E nos últimos tempos não se tinha deixado ver por lá, afirmou a mesma fonte.

Na zona – Casais de Além, Vale da Pinta e Vila Nova de São Pedro, as localidades mais próximas – o *24horas* falou com diversas pessoas e todas elas revelaram desconhecer que o antigo administrador do BPN tinha ali o terreno – referindo apenas ter sabido que "a polícia" estivesse na área "pela televisão". ■



Sexta-feira Oliveira e Costa ficou em prisão preventiva



ID: 22875370

24-11-2008



TRAPALHADA. O Bloco de Esquerda (BE) considerou ser uma trapalhada a posição do PS, que aceitou a comissão de inquérito sobre o BPN depois de anteriormente ter negado a audição parlamentar. Registamos com surpresa o volte-face absoluto do PS, comunicou o partido de Rosas.



OBSTÁCULOS. O PCP congratulou-se com a decisão do PS em viabilizar a comissão de inquérito sobre o BPN, mas Bernardino Soares, o líder parlamentar, avisou os socialistas contra qualquer tentativa de "pôr obstáculos" aos trabalhos a desenvolver pelos deputados.



POSITIVO. O PSD acolhe positivamente a mudança de posição do PS ao decidir viabilizar um inquérito parlamentar ao caso BPN e só espera a sua boa colaboração, disse o líder do grupo parlamentar social-democrata, Paulo Rangel, que nunca compreendeu porque é que o PS esteve contra isto até agora.

COMO FORAM OS PRIMEIROS DIAS DE CADEIA DE UM HOMEM PODEROSO

Ainda ninguém visitou o BANQUEIRO

Um palacete, uma casa e um terreno



Oliveira e Costa tem duas casas e uma quinta espalhadas por três localidades diferentes: Aveiro, Cartaxo e Lisboa (na foto). Natural da freguesia aveirense da Esgueira, foi ali, no lugar de Mataduços, que o ex-presidente do BPN montou a residência da família, um autêntico palacete. Mas, conforme ia subindo na vida, ia também multiplicando o seu património imobiliário lá para os lados da capital, onde tinha o negócio.

Em Lisboa, Oliveira e Costa tem mais uma residência familiar, num quinto andar do n.º 45 da Rua Álvares Cabral, onde foi detido na passada quinta-feira. Para compor o ramalhete, falta ainda referir o pequeno terreno onde o antigo banqueiro tinha guardada documentação apreendida pela polícia. Todas as residências foram, de resto, alvo de buscas por parte do Ministério Público.



O novo recluso VIP ainda não comunicou à direcção da cadeia quem o pode visitar. Tem direito a apanhar ar num pátio interior mas a maior parte do tempo passou-o numa cela com apenas oito metros quadrados

Texto • Carlos Tomás

José de Oliveira e Costa, de 73 anos, é o novo preso VIP do Estabelecimento Prisional anexo à Polícia Judiciária, na Rua Gomes Freire em Lisboa. Tem acesso à biblioteca daquele estabelecimento, uma hora para circular pelo recreio da prisão, mas ainda não teve direito a visitas. Tal só passará a acontecer a partir desta semana, mas o detido terá primeiro de apresentar a lista das pessoas por quem quer ser visitado à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais. Como se trata de um recluso "especial", pode apanhar ar livre das 09h00 às 12h30 e das 14h00 às 17h00, no pátio da cadeia.

O ex-presidente do Banco Português de Negócios (BPN), está indiciado pela prática dos crimes de burla qualificada, abuso de confiança agravado, fraude fiscal, infidelidade, aquisição ilícita de acções, falsificação e branquea-



O banqueiro pode ter televisão e computador na sua cela

nós, mas com a vantagem de não terem de pagar", explicou um guarda daquele estabelecimento prisional, acrescentando: "Têm direito a televisão e podem ter computadores portáteis nas celas."

Não é o caso de Oliveira e Costa, que só viu confirmada a prisão preventiva na sexta-feira. "Ele ainda se está a adaptar à condição de recluso e a tentar conhecer as normas. Quando for visitado pode pedir essas coisas e decorar a cela - onde está sozinho e que tem cerca de oito metros quadrados - como bem entender, desde que não danifique o património do Estado", disse, ao 24horas outro guarda.

O banqueiro só poderá permanecer detido preventivamente 18 meses, período após o qual, se não houver qualquer sentença transitada em julgado, será colocado em liberdade.

O advogado do arguido, Leonel Gaspar, já disse que vai interpor recurso para a Relação da decisão do juiz Carlos Alexandre, responsável pelo Tribunal Central de Investigação Criminal, que funciona na Boa-Hora, em Lisboa, que não se comoveu com o facto de o arguido ter demonstrado a intenção de colaborar com as autoridades nas investigações. ■

factos

DEBILITADO. O ex-banqueiro está a sofrer de graves problemas de saúde a nível do coração. Apesar de alegadamente ter lesado o BPN em milhões de euros, Oliveira e Costa é considerado pelas autoridades judiciais como um preso "em situação crítica".

mento de capitais.

O banqueiro poderá indicar só 15 nomes de visitantes, podendo na sala destinada aos encontros estar apenas três pessoas ao mesmo tempo, entre as 14h00 e as 17h00, à terça-feira, quinta e sábado. Quanto às refeições, não se pode queixar: "As ementas semanais são variadas e vão do bacalhau ao cozido à portuguesa e à feijoada à transmontana. Os reclusos comem o mesmo que